

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA**

**EPITACIO NUNES DE SOUZA NETO**

**TESE DE DOUTORADO**

**VIOLÊNCIA SEXUAL:**

**impactos sobre o desenvolvimento da autoconsciência e  
autorrepresentações do self no ciclo de vida**

**RECIFE**

**2020**

**EPITACIO NUNES DE SOUZA NETO**

**VIOLÊNCIA SEXUAL: impactos sobre o desenvolvimento da autoconsciência e  
autorrepresentações do self no ciclo de vida**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Cognitiva.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Medeiros do Nascimento

Recife, 2020

**VIOLÊNCIA SEXUAL:**  
**Impactos Sobre o Desenvolvimento da Autoconsciência e Autorrepresentações do Self no**  
**Ciclo De Vida**

**TESE DE DOUTORADO**

Aprovada em: 06/05/2020

**BANCA EXAMINADORA**

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Prof. Dr. Antonio Roazzi (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. Estefânea Élide da Silva Gusmão (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Ceará

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Prof. Dr. Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. Sabrina Araújo Feitoza Fernandes Rocha (Examinadora Externa)  
Centro Universitário Estácio do Recife

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. Sandra Patrícia Ataíde Ferreira (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S729v	<p>Souza Neto, Eptacio Nunes de. Violência sexual : impactos sobre o desenvolvimento da autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo de vida / Eptacio Nunes de Souza Neto. – 2020. 234 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Medeiros do Nascimento. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Recife, 2020. Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Psicologia cognitiva. 2. Violência sexual. 3. Autoconsciência. 4. Autorrealização. 5. Autoestima. 6. Ciclo vital. I. Nascimento, Alexsandro Medeiros do (Orientador). II. Título.</p> <p>153 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (BCFCH2020-285)
-------	--	----------------------

## AGRADECIMENTOS

Especialmente a todos os sujeitos participantes, homens e mulheres vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência que, corajosamente se dispuseram a acessar conteúdos traumáticos, relatando e refletindo junto comigo acerca das consequências de um dos mais terríveis fenômenos sociais da humanidade. Um crime hediondo que somente revela o lado sombrio e irracional do bicho homem. A todas essas pessoas, que assim como eu, sobreviveram à violação de seus corpos e almas, meu mais sincero agradecimento!

Aos meus pais, Alice Maria da Silva Souza e Eptacio Nunes de Souza Filho, por me possibilitarem a vida e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e senso crítico.

À Normando José Queiroz Viana, grande amigo e companheiro de vida pessoal e profissional, há quem muito respeito e admiro pela disponibilidade de ensinar a ver homem e o mundo a partir de perspectivas mais cruas e cientificamente racionais.

À Alessandro Medeiros do Nascimento, orientador, que aceitou o desafio de adentrar por universo tão marcado de dor e sofrimento.

À Monica Maria da Silva Souza Dantas Diniz, irmã de luta, que de perto acompanhou e muito contribuiu para a efetivação deste trabalho.

Aos grandes amigos, Rogério Ribeiro, Danilo Carias, Eder Gomes, Viviane Oliveira, Dulce Reis e Nancy Lira, que ofereceram apoio emocional e intelectual nos momentos de dúvidas e angústias diante da complexidade de tal fenômeno.

Aos colegas de trabalho Rene Marcelino, Daniele Veras, Soraia Liberalquino e Osvaldo de Freitas Teixeira, que trouxeram novas reflexões, necessárias e fundamentais ao trabalho.

A todas e todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a construção e realização deste trabalho.

*“Violência sexual é o ato de forçar o outro [pausa longa]. Eu acho que é uma das piores formas de invasão, ou falta de respeito com o outro [pausa]. Mesmo sem querer [acende o cigarro], você é forçado. [...] E, foram 04 episódios [...]. É muita coisa pra uma criança, né?! A imagem que eu tenho de mim, hoje? [riso nervoso] Desestruturação!”*

**Armando**, 32 anos, Homossexual.

Abusado sexualmente por 03 agressores aos 07 anos

## RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes, modalidade da violência sexual, se caracteriza como todo ato ou jogo sexual, estabelecido nas relações heterossexual ou homossexual, envolvendo um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, objetivando estimular sexualmente a vítima, ou utilizá-la para obter estimulação sexual nas práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, força física ou ameaças. Considerado problema de saúde pública e violação dos direitos humanos, tal fenômeno produz graves consequências biopsicossociais, incluindo sentimentos de culpa, baixa autoestima, comprometimento do desenvolvimento físico e emocional, tornando as vítimas mais vulneráveis a ideias e tentativas de suicídio, bem como a enfermidades psicossomáticas e sexualmente transmissíveis. Apesar de estudos científicos apontarem as consequências da violência sexual na infância e adolescência sobre as dimensões físicas e emocionais das vítimas, pouco ainda se sabe acerca de sua influência sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self ao longo da vida. A partir destes pressupostos, este estudo investiga os impactos da violência sexual sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital. O mesmo se caracteriza como estudo de método transversal e comparativo, envolvendo dois grupos de sujeitos participantes, divididos entre vítimas e não vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência. Sua amostra é composta por 236 sujeitos, entre jovens e adultos, de ambos os sexos, estudantes universitários e de diferentes classes econômicas. A investigação é composta por três estudos entrelaçados, sendo o primeiro, do tipo ex-post-facto, em que os participantes responderam a apostila contendo questionário sociodemográfico e instrumentos psicométricos; e, os segundo e terceiro, estudos de casos múltiplos, de base qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas, com uso de roteiro temático. Os dados quantitativos foram analisados através de estatística descritiva e inferencial, testes de correlação de Pearson, Spearman e Pearson Bisserial, teste t de Student, Técnicas de Regressão Múltipla, e Análise de Estrutura de Similaridade. Os dados qualitativos seguiram o modelo interpretativo da dupla hermenêutica, proposto por Giddens (1984), pelo qual é possível desvelar os sentidos que os próprios sujeitos constroem a partir de suas ações, comparados com o sentido que os analistas, a partir de referenciais teóricos e metodológicos constroem em relação às ações e interpretações dos seus interlocutores (Geertz, 1987). Buscou-se assim, compreensões mais amplas acerca dos impactos da violência sexual sobre a estruturação da autoconsciência e autorrepresentações do self; bem como acerca dos fatores agravantes para a ocorrência do

fenômeno na infância e adolescência; e, sobre os sentidos que lhes são atribuídos por quem tem o corpo e a intimidade violados, fundamental ao entendimento mais apurado acerca da violência sexual no ciclo vital.

**Palavras-chave:** Violência Sexual. Autoconsciência. Autoconceito. Autoestima. Ciclo Vital.

## **ABSTRACT**

Sexual violence against children and adolescents, a modality of sexual violence, is characterized as any sexual act or game, established in heterosexual or homosexual relationships, involving one or more adults and a child or adolescent, aiming at sexually stimulating the victim, or using it to obtain sexual stimulation in erotic, pornographic and sexual practices imposed through enticement, physical force or threats. Considered a public health problem and violation of human rights, this phenomenon produces serious biopsychosocial consequences, including feelings of guilt, low self-esteem, impairment of physical and emotional development, making victims more vulnerable to suicide ideas and attempts, as well as psychosomatic illnesses and sexually transmitted. Although scientific studies have pointed out the consequences of sexual violence in childhood and adolescence on the physical and emotional dimensions of victims, little is known about its influence on the development of self-awareness and self-representations of the self in the life cycle. Based on these assumptions, this study investigates the impacts of sexual violence on self-awareness and self-representations of the self in the life cycle. It is characterized as a cross-sectional and comparative study, involving two groups of participating subjects, divided between victims and non-victims of sexual violence in childhood and/or adolescence. Its sample is composed of 236 subjects, between youth and adults, of both sexes, university students and from different economic classes. The investigation consists of three interlaced studies, the first of which is an ex-post-facto type, in which the participants answered the handout containing a sociodemographic questionnaire and psychometric instruments; and, the second and third, multiple case studies, of the phenomenal and qualitative type, based on semi-structured interviews, using a thematic script. The quantitative data were analyzed using descriptive and inferential statistics, Pearson, Spearman and Pearson Bisserial correlation tests, Student's t test, Multiple Regression Techniques, and Similarity Structure Analysis. The qualitative data followed the interpretative model of the double hermeneutics, proposed by Giddens (1984), by which it is possible to unveil the meanings that the subjects themselves constraint from their actions, compared with the sense that the analysts, from theoretical and methodological constructs build in relation to the actions and interpretations of their interlocutors (Geertz, 1987).. Thus, we sought broader understandings about the impacts of sexual violence on the structuring of self-awareness and self-representations of the self; as well as about the aggravating factors for the occurrence of the phenomenon in childhood and adolescence; and,

on the meanings attributed to them by those who have violated their bodies and intimacy, which is fundamental to the most accurate understanding of sexual violence in the life cycle.

**Keywords:** Sexual Violence. Self-awareness. Self-concept. Self-esteem. Life Cycle.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> – Correlações de Variáveis (VS e Autoconsciência) .....	106
<b>Quadro 2</b> - Correlações de Variáveis (Sexo Feminino/ VS/ Autoconsciência) .....	107
<b>Quadro 3</b> - Correlações de Variáveis (Sexo Masculino/ VS/ Autoconsciência) .....	107
<b>Quadro 4</b> - Correlações de Variáveis (VS e Dados Sociodemográficos) .....	108
<b>Quadro 5</b> – Pearson Corretation Sig. (2 – Tailed) .....	109
<b>Quadro 6</b> - Correlações de Variáveis (VS e Dimensões da Autoconsciência) .....	110
<b>Quadro 7</b> - Correlações de Variáveis (VS e Dimensões do Auroconceito) .....	111
<b>Quadro 8</b> – Análises de Regressão Múltipla Passo-a-Passo .....	112
<b>Figura 01</b> – Space Diagram for Dimensionality .....	114

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>VIOLÊNCIA SEXUAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO</b> .....	21
<b>3</b>	<b>TEORIAS DO CICLO VITAL</b> .....	26
3.1	Teorias do Desenvolvimento ao Longo da Vida ( <i>Life-Span</i> ) .....	32
3.2	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano .....	40
<b>4</b>	<b>AUTOCONSCIÊNCIA</b> .....	48
4.1	Autoconsciência Fenomenal .....	60
<b>5</b>	<b>AUTORREPRESENTAÇÕES DO SELF (autoconceito e autoestima)</b> ....	74
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	81
<b>6.1</b>	<b>Perspectiva do Estudo</b> .....	81
<b>6.2</b>	<b>Objetivos: Geral e Específicos</b> .....	82
6.2.1	Objetivo Geral .....	82
6.2.2	Objetivos Específicos .....	83
<b>6.3</b>	<b>Método</b> .....	84
<b>6.4</b>	<b>Participantes do Estudo Geral</b> .....	85
<b>6.5</b>	<b>Instrumentos e Materiais do Estudo Geral</b> .....	85
<b>6.6</b>	<b>Procedimentos Adotados no Estudo Geral</b> .....	89
<b>6.7</b>	<b>Análise de Dados do Estudo Geral</b> .....	89
<b>6.8</b>	<b>Aspectos Éticos do Estudo Geral</b> .....	91
<b>7</b>	<b>ARTIGO 1 (<i>Estudo ex-post-facto</i>)</b> .....	93
<b>8</b>	<b>ARTIGO 2 (<i>Estudo Qualitativo</i>)</b> .....	128
<b>9</b>	<b>ARTIGO 3 (<i>Estudo Qualitativo</i>)</b> .....	156
<b>10</b>	<b>DISCUSSÃO DO ESTUDO GERAL</b> .....	192
<b>11</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	204
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	208
	<b>APÊNDICE A</b> (Roteiro Entrevista Fenomenológica)	
	<b>APÊNDICE B</b> (Inventário: Impactos da Violência Sexual Sobre a Autoconsciência e Autorrepresentações do Self)	

## 1 - INTRODUÇÃO

A Violência Sexual Contra Criança e Adolescente (VSCA) tem se efetivado como um fenômeno social e universal, que atinge milhões de pessoas de forma silenciosa e insidiosa; um problema de saúde pública que afeta o desenvolvimento dos sujeitos, e que perpassa questões de classe social, econômicas, religiosas, étnico-raciais, sexo, gênero e cultura (Fiorentino, 2015; Hohendorff, Habigzang e Koller, 2012).

Enquanto modalidade da Violência Sexual (VS), a VSCA pode ser compreendida como todo ato ou jogo sexual que se estabelece tanto nas relações heterossexuais como homossexuais, envolvendo um ou mais indivíduos adultos e uma criança ou adolescente, e que tem por finalidade estimular sexualmente a vítima, ou sua utilização para a obtenção de estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra (Silva e Oliveira, 2015; Azevedo e Guerra, 1998).

Em conformidade como Ministério da Saúde (Brasil, 2018), tal fenômeno pode ser compreendido como violação dos direitos sexuais por abusar ou explorar o corpo e a sexualidade das vítimas, podendo se efetivar a partir de duas categorias ou submodalidades com peculiaridades e especificidades distintas: o abuso sexual e a exploração sexual (Magni e Correa, 2016). No âmbito destas categorias incluem-se os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, que podem se manifestar nas mais variadas formas, incluindo: abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas; pedofilia; voyeurismo; manuseio; e, penetração (oral, anal ou genital) com pênis ou objetos, e de forma forçada.

Está ainda associada às mesmas, a exposição coercitiva e/ou constrangedora da vítima a atos libidinosos, a exibicionismos, a masturbação, a linguagem erótica e as interações sexuais de qualquer tipo; bem como, a materiais pornográficos e atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição, ou ainda que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2018).

Análise realizada a partir de dados coletados em 190 países, publicada pela *United Nations Children's Foundation* (UNICEF, 2016), registra que atualmente no mundo, cerca de 15 milhões de meninas adolescentes, com idades entre 15 e 19 anos, são submetidas ao menos uma vez a experiências de sexo forçado ao longo da vida. Os dados ressaltam também que:

apenas no ano de 2015 a VS atingiu 09 milhões dessas meninas; em 28 países, a cada 10 ocorrências registradas, em 09 o agressor sexual era alguém próximo ou conhecido das vítimas; entre os meninos abusados sexualmente, os amigos/colegas de escola e parceiros foram identificados como os principais agressores; e que, em 30 dos países avaliados, apenas 1% das adolescentes abusadas sexualmente buscou ajuda profissional especializada.

No Brasil, dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, publicado em 2018 pelo Governo Federal, revelam que no período de 2011 a 2017 o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan contabilizou 184.524 casos de VS, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Estes números revelam que os casos de VSCA concentraram 76,5% destas notificações; e que, a comparação dos dados relativos apenas aos anos de 2011 e de 2017 evidencia um aumento geral de 83,0% nas notificações de VS e um acréscimo de 64,6% e 83,2% nas notificações de VSCA, respectivamente (Brasil, 2018). Destaca-se que as questões geográficas; a ausência de registros precisos; os fatores socioeconômicos e subjetivos envolvidos em tal modalidade da VS; e, as subnotificações dos casos, têm inviabilizado avaliações estatísticas mais precisas e concretas sobre a VSCA no país (Oliveira *et al*, 2020).

Na Região Nordeste, por exemplo, essa realidade se evidencia na ausência de dados atualizados, dificultando o delinear de um panorama mais preciso sobre o fenômeno, bem como de análises mais amplas acerca dos seus desdobramentos socioeconômicos e político. Em um dos poucos estudos sobre a Região, constata-se que no período de 2005 a 2008 as crianças e adolescentes do sexo feminino foram as principais vítimas em 73% a 79% das ocorrências registradas. Especificamente no estado de Pernambuco, no mesmo período, foram registradas 16.527 denúncias de violência, dos quais 12,5% correspondentes a crimes sexuais. Destes, 44,4% das vítimas eram crianças entre zero e 12 anos de idade; em 33,9% as vítimas eram adolescentes com idades entre 12 a 15 anos; e, em 21,7%, adolescentes com idades entre 15 e 18 anos. Já no período de 2012 a 2013 foram identificados um total de 2.944 laudos periciais de VSCA no estado, dos quais, 867 vítimas eram procedentes da cidade de Recife (Sena, Silva e Neto, 2018).

Relativo ao *Abuso Sexual* destaca-se sua caracterização como toda e qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança e/ou adolescente, podendo o mesmo ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar, envolvendo pessoas com laços sanguíneos e/ou afetivos; quanto no âmbito extrafamiliar, implicando a participação de pessoas sem graus de parentesco com a vítima. O Abuso Sexual Intrafamiliar é também compreendido como incesto, podendo perdurar por longos períodos, com o conhecimento e/ou a convivência de

outros membros da família (Hohendorff, 2016). Cabe destacar que na cultura ocidental, tal modalidade de VSCA se evidencia como uma das formas mais frequente, com consequências psíquicas extremamente danosas ao desenvolvimento saudável dos sujeitos vitimados (Martinho, 2016; Cardoso e Caniço, 2015).

Por sua vez, o Abuso Sexual Extrafamiliar se tipifica a partir do envolvimento de adultos agressores que, muitas vezes, dividem o mesmo espaço social, e geralmente afetivo, com a criança e/ou adolescente, tais como: professores, médicos, cuidadores, empregados domésticos, vizinhos, parentes de amigos, amigos da família, ou ainda, desconhecidos; promovendo os mesmos impactos e consequências biopsicossociais (Waiselfisz, 2012; Souza Neto e Viana, 2011; Ugaretti, 2010; Souza Neto, 2009).

Estudos têm evidenciado entre os principais impactos do abuso sexual uma grande variedade de transtornos emocionais, comportamentais, sociais e cognitivos, tais como: sentimentos de culpa; dificuldade no estabelecimento de confiança com o outro; comportamento hipersexualizado; episódios de ansiedade e medo; pesadelos frequentes; isolamento; sentimento de desamparo, mágoa e ódio; fugas de casa; baixa autoestima; somatizações variadas; e, agressividade, entre outros (Lucena *et al* 2016; Pires *et al*, 2016; Waiselfisz, 2015; Silva e Oliveira, 2015; Briere e Elliot, 2003; Tyler, 2002; Kendall-Tackett *et al*, 1993).

Entre os transtornos mais frequentemente evidenciados pelas vítimas de tal modalidade de VS se destacam o Transtorno de Estresse Pós-Traumático - TEPT; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH; Transtorno de Conduta; Abuso de Substâncias; e, os episódios de depressão e/ou ansiedade (Borges e Dell'Aglio, 2008; Ackerman *et al* 2005; MacMillan *et al*, 2001; Paolucci, Genuis e Violato, 2001; Ackerman *et al*, 1998; Lynskey e Fergusson, 1997; Kessler *et al*, 1995).

Quanto à *Exploração Sexual*, destaca-se sua caracterização mercantil, estabelecida a partir da utilização sexual dos corpos e das sexualidades de crianças e adolescentes para obtenção de lucros, sejam estes em forma de recursos financeiros ou outros bens e serviços. Em tal modalidade da VS as vítimas têm seus corpos transformados em mercadorias, sendo expostas a diferentes formas de violação de seus direitos. Diferente do abuso sexual, a exploração sexual geralmente conta com uma rede contraventora estruturada para o aliciamento e agenciamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (Souza Neto, 2018; Silva, Souza Neto e Viana, 2018; Libório, 2005).

No campo da infância e adolescência, tal prática de VS se efetiva costumeiramente em duas formas distintas, considerando o aliciamento/agenciamento e o não aliciamento.

Enquanto na primeira, se evidencia a ação intermediária de uma ou mais pessoas que negociará tanto os valores quanto o perfil da vítima, assim como também o local onde se dará tal comercialização e as condições da negociação; na segunda, a própria criança/adolescente oferecerá serviços sexuais em troca de dinheiro, objetos, produtos de consumo ou mesmo de comida. Cabe ressaltar que muitas vezes, crianças e adolescentes em situação de prostituição passam a oferecer serviços sexuais após terem sido vítimas do agenciamento em situações anteriores (Silva, Souza Neto e Viana, 2018; Souza Neto e Rios, 2015; CEDECA, 2016; Morais *et al*, 2007).

A partir de tais pressupostos pode-se concluir que quando uma criança e/ou adolescente é aliciada ou seduzida às práticas sexuais com um adulto através de ganhos financeiros, produtos de consumo, condições de status ou acessos, ou quaisquer outras formas de favorecimento que caracterizam o ganho direto e pessoal, as mesmas estão em situações de Exploração Sexual de Criança e Adolescente (ESCA). E nestas, seus corpos serão transformados em objetos em prol do prazer sexual do agressor direto (Souza Neto e Viana, 2015; Jerffrey, 2013).

Por sua vez, quando tais práticas sexuais se revelam agenciadas por um terceiro ator, que se beneficia financeiramente ou por quaisquer outras formas de favorecimento através da comercialização do corpo e da sexualidade da vítima, configura-se a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA). E nesta, o corpo e a sexualidade da criança ou adolescente serão transformados em objetos em prol do prazer sexual do agressor indireto, reconhecido como cliente, e principal responsável pela existência e essência de um dos mais cruéis segmentos do mercado do sexo (Souza Neto, 2018; Chester, 2010; Augustin, 2005; Psicitelli, 2005).

Em ambas as modalidades, ESCA e ESCCA, considerando a posição de passividade, impotência, dependência e vulnerabilidade a que estão submetidas algumas crianças e adolescentes, se evidencia o estabelecimento das relações assimétricas de poder, pelas quais as vítimas serão forçadas ou induzidas à comercialização do sexo. Neste contexto, é preciso considerar que as mesmas se encontram na condição de prostituídas, e não na de prostitutas, o que respalda a substituição do termo prostituição infanto-juvenil por exploração sexual infanto-juvenil, como sugerido originalmente por Leal (1999).

Especificamente nos casos de crianças e adolescentes, estudos em diferentes áreas do conhecimento têm evidenciado que os diversos tipos ou modalidades de violência a que estão submetidas, deixam marcas em seu ser, em sua personalidade; e que, por estar vivenciando um período pleno de descobertas e aprendizagens, marcado pelo desenvolvimento tanto

biológico quanto emocional e social, esses sujeitos se encontram, portanto, em situações de vulnerabilidade e risco (Martinho, 2016; Zanella e Lara, 2016; Garcia e Pacheco, 2016; Fernandes, Tavares e Pinheiro, 2016).

Magni e Correa (2016) salientam que as experiências de VS vivenciadas na infância/adolescência interferem significativamente no desenvolvimento e na estruturação da personalidade, provocando danos que podem perdurar inclusive ao longo da vida adulta. Deste modo, entende-se que a VS se apresenta como fator ou aspecto promotor de distúrbios e psicopatologias graves, capazes de comprometer não apenas a evolução psicológica, mas também afetiva e social das vítimas. Os seus efeitos sobre a infância e a adolescência podem se manifestar tardiamente, de diferentes maneiras, e em qualquer fase ou etapa do ciclo vital (Cunha, Silva e Giovanetti, 2008; Sandersons, 2005; Prado, 2004; Morgado, 2001; Silva, 2000).

Salienta-se que apesar da vasta literatura sobre as consequências das mais variadas modalidades da VS sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e emocional de crianças e adolescentes, muito pouco se sabe de efetivo e concreto sobre seus reflexos ao longo do ciclo vital. Menos ainda se conhece acerca de seus impactos sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorepresentações do self, em especial o autoconceito e a autoestima, das pessoas vitimadas durante a infância e/ou adolescência, o que evidencia a importância e pertinência do presente estudo.

A partir de Duval e Wicklund (1972), a autoconsciência é concebida como um processo autoavaliativo comum aos humanos, em que o foco de sua atenção está dirigido ao autoaspecto do self, o que favorece a sua comparação a padrões de correções estabelecidos pelo contexto social em que o sujeito está inserido. Autoconsciência enquanto sistema cognitivo possibilita ao self prestar atenção a si mesmo, viabilizando estados de automonitoração e autorregulação. Neste sentido, a mesma se revela como importante parâmetro cognitivo central, e também como fundamental à estabilidade do self e da cognição, e por extensão, do bem-estar psicológico (Morin, 2004; Jiménez, 1999).

Como importante dimensão da consciência, a autoconsciência é responsável pela estruturação e regulação do autoconceito, ou seja, do conhecimento de si mesmo. Em termos mais gerais, autoconceito pode ser entendido como a percepção que o sujeito constrói e tem de si próprio, considerando questões específicas como atitudes, sentimentos e o autorreconhecimento de suas capacidades, competências, aparência física e aceitabilidade social. As percepções de si e o autoconhecimento serão diretamente influenciados tanto pelas próprias experiências dos sujeitos, vivenciadas em variados contextos ao longo de suas vidas

(família, escola, grupo de pertença, etc.), como pelas interpretações que farão dessas experiências, e ainda, dos reforços e avaliações que os outros significativos farão acerca de seus comportamentos (Faria 2005; Nascimento, 2010).

O autoconceito está diretamente associado à autoestima, dimensão da autoconsciência compreendida como autoavaliação mais afetiva que um sujeito faz sobre as próprias capacidades e competências, seja de ordem física, cognitiva ou subjetiva (Resemberg, 1965). Enquanto dimensões do self, estas duas instâncias da autoconsciência se revelam fundamentais à construção de si. É preciso considerar que a imagem que um sujeito constrói acerca de si mesmo se constitui aspecto essencial ao seu desenvolvimento sócioemocional, uma vez que influenciará decisivamente na maneira como o mesmo irá interagir e se relacionar com os outros e consigo (Bigas, 2016).

Alguns estudos têm destacado certos impactos da VS sobre as dinâmicas e dimensões tanto da autoconsciência como das autorrepresentações do self. Contudo, tais análises parecem, em sua maioria, focadas em determinadas instâncias mentais, pela qual, autoconceito, autoimagem, autorreconhecimento, autoestima se revelam estratificadas ou dissociadas da autoconsciência. Estes estudos também têm focado recortes específicos e mais restritos de análises, considerando particulares períodos ou etapas da vida (Lira *et al*, 2017; Azevêdo Lima e Pereira Alberto, 2016; Avoglia *et al*, 2015; Cótica, Xavier e Eygo, 2015).

A partir de tais pressupostos, o presente estudo se propõe a investigar os impactos da VS sobre o desenvolvimento e estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self ao longo do ciclo vital.

Para tanto, busca descrever os níveis e tipos de autoconsciência (Situacional e Disposicional) em diferentes faixas etárias ao longo do ciclo de vida; reconhecer a estrutura do autoconceito em diferentes faixas etárias do desenvolvimento; investigar níveis e tipos de autorrepresentações do self entre jovens e adultos vitimados pela VS na infância e/ou adolescência; mapear as inter-relações entre dimensões da autoconsciência e das autorrepresentações do self em diferentes fases de desenvolvimento do ciclo vital; descrever a estrutura da VS em termos de suas incidências e sentidos ao longo da vida; testar instrumento de análise sobre os impactos da VS nos processos de autofocalização, autoconsciência e representações do self ao longo da vida em relação a indicadores sociodemográficos comparativamente com indivíduos não vítimas de VS na infância e adolescência; avaliar a influência da qualidade dos processos proximais e das transições ecológicas para a ocorrência da VSCA; e, identificar os sentidos atribuídos a VS entre jovens e adultos vitimados na infância e/ou adolescência.

Neste sentido, somos levados a refletir sobre como a VS tem impactado a estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self para quem tem o corpo violado na infância e/ou adolescência. A partir de nosso entendimento da VS como fator de alto risco ao desenvolvimento psicossocial das vítimas, estabelecemos como hipóteses: a VS impacta significativamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, promovendo estados de autoconsciência reflexiva e/ou ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito e promovem autopercepções ou autorreconhecimentos de si difusos ou deturpados; a VSCA se estabelece como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição dos sujeitos, comprometendo a percepção de si e a regulação do autoconceito; crianças e adolescentes vítimas de VS desenvolvem distúrbios psicopatológicos que comprometem a estruturação do autoconceito e da autoestima, com severos prejuízos às interações afetivas, amorosas e sexuais na vida adulta; a falta de reciprocidade nas interações entre a criança e adolescente com os cuidadores primários, especialmente os pais, favorece para que as mesmas se tornem vítimas da VS; a fragilidade dos processos proximais estabelecidos pela criança/adolescente no microsistema compromete as transições ecológicas nos demais espaços ecológicos de desenvolvimento; e, a VSCA se caracteriza como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição dos sujeitos, comprometendo a percepção de si e a regulação do autoconceito, impactando fases posteriores do ciclo vital.

Para a melhor compreensão dos leitores, o presente estudo se encontra organizado em dez capítulos. No primeiro, apresentamos um panorama atualizado do fenômeno da VS, com destaque nos seus impactos sobre o desenvolvimento humano. No segundo delineamos o arcabouço teórico que fundamenta as principais teorias do desenvolvimento humano, com ênfase na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner. Nos terceiro e quarto capítulos evidenciamos os marcos teóricos que embasam as discussões acerca da autoconsciência e autorrepresentações do self. No quinto, apresentamos o delineamento da pesquisa, com detalhamento dos objetivos, grupos de amostragem, instrumentos e procedimentos aplicados na coleta de dados e modelos de análise. O sexto, sétimo e oitavo capítulos nos servem a apresentação dos estudos *ex-post-facto* (01) e fenomenais (02), organizados e estruturados em conformidade com as regras de publicação das revistas científicas selecionadas. No nono capítulo constam os resultados da investigação geral; e, no décimo, as discussões relativas ao objeto de estudo. Por fim, apresentam-se as considerações e reflexões finais acerca da abrangência e importância da pesquisa.

Acreditamos que o presente estudo em muito contribuirá para a construção do conhecimento acerca dos impactos da VS sobre o desenvolvimento e estruturação da autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital, favorecendo ainda, futuros estudos que possibilitem reflexões mais amplas sobre o fenômeno da VSCA, auxiliando na construção e na efetivação de políticas públicas de caráter protetivo e de intervenção dirigidas à garantia de direitos das crianças e adolescentes.

*“Se pudesse reescrever minha vida, eu reescreveria sem isso, sem essa violência. Eu sou feliz hoje do jeito que eu sou, mas o fato disso ter me marcado, eu reescreveria sem ela. Eu me sinto aliviado, como se tivesse me livrado de um peso. Eu me liberei da vergonha. Se eu sair daqui e disser que conseguiria falar sobre isso, estaria mentido. Mas eu me sinto mais aliviado agora.”*

**Henrique**, 43 anos, Heterossexual.  
Abusado sexualmente por um desconhecido aos 05 anos de idade.

## 2 - VIOLÊNCIA SEXUAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A violência tem se mostrado como um dos mais complexos e desafiadores fenômenos da atualidade, consolidando-se como uma das práticas mais inquietantes da vida moderna em sociedade (Pequeno, 2016). Segundo Huth-Bocks, Levendosky e Semel (2001) a violência convida a constantes reflexões, não apenas sobre sua origem, mas também acerca de sua natureza e razão de ser; uma que, não raramente tem se constituído como o cerne das ações humanas.

Reconhecida como problema social e de saúde pública, a violência é concebida como qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes sociais ou nações, dirigidas a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e/ou espirituais (Nunes e Sales, 2016; Coelho *et al*, 2014). Santos (1996) salienta que tal fenômeno tem se revelado ainda como dispositivo de controle aberto e contínuo, que se consolida na relação social e se caracteriza pelo uso real ou virtual da coerção. A violência impede o reconhecimento do outro, pessoa, classe, gênero ou raça, através do uso da força ou subjugação, com capacidade de provocar danos, o que configura o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

Na concepção de Minayo (2003), enquanto fenômeno sociopolítico a violência somente pode ser devidamente compreendida a partir do, e no, contexto histórico e social em que é produzida. Para a autora, é necessário examinar o ato violento a partir do marco dos interesses e valores concretos, que caracterizam cada sociedade, ou ainda, cada grupo social, em um determinado momento histórico. Assim, somente a análise histórica da violência pode favorecer um melhor exame sobre a abertura dos sujeitos para a agressão, bem como, sobre seu contexto social, que é marcado e definido por lutas de classes.

Tal análise favoreceria ainda maior amplitude de avaliação sobre as causas imediatas da violência, acerca de sua institucionalização e elaboração social, bem como sobre o desenvolvimento pessoal dos sujeitos, que vai se consolidando a partir de um ambiente de desordem estabelecido pelos processos de socialização e modelos violentos (Souza, 2017; Souza Vieira, Moreira e Lira, 2016; Lucena *et al*, 2016).

Salienta-se que os efeitos da violência podem ser imediatos ou latentes e durar por anos após o ato abusivo inicial (Lima *et al*, 2016; Vieira *et al*, 2015). Deste modo, suas consequências não podem ser definidas apenas em termos de ferimentos ou mortes, uma vez que tal fato apenas contribui para limitar a ampla compreensão acerca de seus efeitos nocivos

sobre indivíduos, comunidades e sociedade em geral (Dahlberg e Krug, 2007). Deve-se considerar que trabalhar com o tema tem exigido o constante conhecimento e reconhecimento não só dos tipos de avaliação moral dos indivíduos envolvidos no fenômeno, mais também os cuidados teórico-metodológicos (Minayo, 2003).

Palhares e Schwartz (2015), por exemplo, ressaltam que a reflexão sobre a violência requer ainda considerar a existência de alguns perigos relacionados à compreensão da temática, especialmente referente ao caráter consensual da palavra e de seu processo de coisificação (Flores, 1995). Por se tratar de um fenômeno complexo e multicausal que atinge todas as pessoas e as afeta emocionalmente, a violência tem fugido a qualquer conceituação precisa e cabal (Minayo, 2003).

Além de se revelar como um fator humano e social, uma vez que não existe sociedade isenta de suas expressões ou manifestações, a violência também se revela histórica, já que cada sociedade ou grupo social, dentro de épocas específicas e distintas, têm constantemente apresentado formas particulares que a caracterizam (Schraiber *et al*, 2016). Neste aspecto, Minayo (2003) sugere que, de modo geral, a natureza de seus atos pode ser estratificada em quatro modalidades específicas de expressão: a violência física, o abuso psicológico; a negligência; e, a violência sexual.

A Violência Física se apresenta como modalidade da violência que ocorre em todos os ambientes sociais, com significativos impactos sobre a saúde das vítimas (Nunes e Sales, 2016; Pinto *et al*, 2016; Perkins e Graham-Bermann, 2013; Huth-Bocks, Levendosky e Semel, 2001); enquanto que o Abuso Psicológico caracteriza o uso constante e repetitivo de agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar, restringir a liberdade, ou ainda, isolar a vítima do convívio social (Luna *et al*, 2016; Amaral *et al*, 2016; Coelho, Silva e Lindiner, 2014).

Por sua vez, a Negligência evidencia a ausência, recusa ou deserção do atendimento necessário a alguém que necessita de atenção e cuidados (Magni e Correa, 2016; Silva *et al*, 2016); enquanto que, a Violência Sexual se revela como modalidade da violência em que a vítima é utilizada como objeto de excitação sexual durante práticas eróticas, pornográficas e sexuais, impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças (Florentino 2015; Minayo, 2003).

Estudos revelam que crianças e adolescentes quando vítimas de VS costumam sofrer também outros tipos de agressões associadas, tais como violência física e psicológica, e tendem a, sentir culpa e a apresentar baixa autoestima, problemas relacionados ao

desenvolvimento físico e emocional, além de maior tendência a ideias e tentativas de suicídio (Lima *et al*, 2011; Carvalho, 2010).

Muitas das vítimas de VSCA tendem a abandonar suas famílias, especialmente quando os agressores são os próprios pais ou padrastos, passando a viver nas ruas, expostas a agressões e à cultura da delinquência (Cavalcanti e Faria, 2003; Odhayani, Watson e Watson, 2013). Ressalta-se que o abuso sexual, especificamente, tem se revelado como fator disfuncional que compromete tanto o desenvolvimento de habilidades escolares, como a aprendizagem de línguas, o processamento cognitivo e a autorregulação (Huth-Bocks, Levendosky e Semel, 2001).

As vítimas de VSCA podem ainda revelar sinais físicos, como dificuldades no andar ou sentar-se devido às agressões incapacitantes sofridas. Alguns comportamentos, posturas e atitudes podem também se revelar como reflexos dos maus tratos sofridos, incluindo, comportamento sexual inadequado ou excessivamente sexualizado; agressão ou raiva; regressão; medos, fobias e ansiedade; distúrbios do sono; mudanças nos hábitos alimentares; queda no desempenho escolar; distúrbios do humor; comportamentos autodestrutivos ou antissociais (Freitas e Farinelli, 2016; Pfeiffer e Salvagn, 2005). Também se evidencia comprometimento no desenvolvimento mental, comportamental e emocional ao longo da vida, expondo as vítimas a riscos e vulnerabilidades (Mioranza, Rocha e Bolson, 2018).

Segundo Papalia, Olds e Feldeman (2013) o estudo acerca do desenvolvimento humano evoluiu das investigações sobre a infância para as pesquisas sobre todos os períodos da vida, avançando atualmente em análises acerca das mudanças quantitativas e qualitativas, bem como sobre a estabilidade nos domínios físico, cognitivo e psicossocial. Cabem destacar que na atualidade concebe-se que o desenvolvimento humano é afetado tanto por estímulos internos como externos, normativos ou não normativos, o que evidencia que não se podem desconsiderar as significativas influências contextuais dos grupos de socialização, do ambiente, da condição socioeconômica, da etnia/raça, do gênero e da cultura sobre o sujeito (Bronfrenbrenner, 2011).

Tanto que no âmbito da Psicologia, desenvolvimento humano se refere à formação da identidade do indivíduo, incluindo seus comportamentos, valores e capacidades, bem como variados fatores distintos, tais como características genéticas, padrões intelectuais, emocionais, grupos de convívio, desenvolvimento físico, entre outros (Xavier e Nunes, 2013; Valle e Maia, 2011). Neste sentido, as mudanças nos primeiros anos de vida do sujeito se revelam especialmente significativas, uma vez que os recém-nascidos devem evoluir física e emocionalmente, para se transformar em futuros exploradores competentes (Valle, 2009).

Na idade adulta, por sua vez, experiências significativas, promotoras de mudanças, não se revelam menos dignas de atenção. Entre pessoas muito idosas, por exemplo, tem se verificado que a experiência de morte tende a ser ressignificada como última tentativa de se reconciliar com a própria vida. Tais experiências evidenciam o ato constante de desenvolvimento durante todas as etapas do ciclo vital (Papalia, Olds e Feldeman, 2006).

Os estudos do desenvolvimento humano também têm focado as consequências da VS sobre o desenvolvimento humano, em especial quando impetrada durante a infância e a adolescência. Além das possíveis sequelas físicas e, em casos extremos, a morte, o fenômeno pode ainda promover graves prejuízos nas dimensões psíquicas e sociais das vítimas (Cerqueira e Coelho, 2016; Libório e Souza, 2004; Faleiros, 2004).

Durante estas duas fases do desenvolvimento, o sujeito se encontra em processo de formação da personalidade, bem como do entendimento sobre o sentido de família e proteção, tendendo a se espelhar nos modelos oferecidos pelos adultos para organizar os próprios conceitos morais que marcarão toda sua existência (Vieira, Moreira e Lima, 2016; Cardoso e Caniço, 2015; Cerqueira, Coelho e Ferreira, 2013).

Domith e Lourenço (2016) destacam que a VS sofrida durante a infância e/ou adolescência compromete significativamente a estruturação não apenas da base de formação física e psíquica do sujeito, mas também de toda a valorização de si mesmo e dos outros, além de comprometer a formação da afetividade, da personalidade e de valores.

Para os autores, os impactos da VS durante estes períodos da vida contribuem especialmente para alterar não apenas o modo como as vítimas encaram os adultos, mas também o mundo que representam. Tanto que vítimas de VS tendem a manifestar comportamentos abusivos no uso de substâncias psicoativas, do álcool e/ou outras drogas, bem como à iniciação precoce nas atividades sexuais, o que as torna mais vulneráveis à gravidez, à exploração sexual e à prostituição (Oliveira *et al*, 2017; Florentino, 2016).

Ressalta-se que a partir de tais pressupostos teóricos evidencia-se o consenso entre estudiosos e pesquisadores em caracterizar a VSCA como fator gerador de problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos durante toda a vida, podendo, inclusive, desencadear a adoção de comportamentos prejudiciais à saúde. E neste sentido, a literatura especializada tem reforçado a compreensão de que especificamente entre crianças e adolescentes os prejuízos da VS sobre a saúde mental e social podem ser expressos em quadros de ansiedade, transtornos depressivos, alucinações, baixo desempenho escolar, alterações de memória, comportamentos agressivos, e, tentativas de suicídio (Fontes, Conceição e Machado, 2017).

Outro fator importante a se considerar é que, de modo geral, tais estudos têm também evidenciado a inexistência de um único fator capaz de explicar a origem ou base do comportamento humano violento, ou mesmo o porquê da violência ser mais comum em algumas comunidades do que em outras. Daí a importância de se tentar compreendê-la como o resultado da complexa interação de fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais (Abranches e Assis, 2011; Minayo, 2003).

A partir de tais pressupostos, acreditamos que a compreensão destes fatores, bem como de suas inter-relações com a VSCA se revela fundamental, e marco, ao estudo acerca dos impactos da VS sobre o desenvolvimento e estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self ao longo do ciclo vital. Nossa aposta é que análises mais amplas sobre as consequências da VSCA sobre as dimensões psíquicas, emocionais e cognitivas em fases posteriores do ciclo vital possam contribuir para compreensões mais amplas acerca do fenômeno; bem como ao desenvolvimento e a implementação de políticas públicas mais concretas e eficazes no seu enfrentamento e combate.

Para tanto, propomos aqui, neste estudo, reflexões mais abrangentes não somente acerca de consequências do fenômeno em foco sobre as dimensões bio-fisiológicas, mas, de maneira mais contundente, sobre seus impactos e consequências sobre as dimensões psíquicas mais profundas como a autoconsciência, autoconceito e autoestima, instâncias fundamentais e construção e conhecimento de si, e por extensão, ao desenvolvimento saudável e qualidade de vida ao longo do ciclo vital.

### 3 - TEORIAS DO CICLO VITAL

O campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo científico dos processos sistemáticos de mudanças e estabilidades que ocorrem nas pessoas, ou seja, nas transformações que se apresentam ao longo do ciclo de vida, incluindo as alterações no desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial (Coon e Mitterer, 2016). A partir de tais pressupostos, concebe-se que o desenvolvimento humano tem início na fecundação e se estende por longos anos, findando com a morte do sujeito (Gonçalves, 2016; Lima, 2014).

A psicologia enquanto ciência do comportamento muito tem contribuído para os estudos do desenvolvimento, atuando de forma interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, como a medicina, antropologia, biologia, genética, educação e história (Shaffer e Kipp, 2012; Valle e Maia, 2011; Cypel, 2011; Vigotski, Luria e Leontiev, 2010; Young, 2010; Valle, 2009).

Neste campo, concebe-se que o homem atravessa diversas fases durante o ciclo vital, sendo a primeira denominada *Pré-Natal* - caracterizada por grandes transformações que resultam da união de duas células que dão origem a uma nova vida (Gonçalves, 2016; Lima, 2014; Bee e Boyd, 2011).

A *Infância* se apresenta como fase subsequente do desenvolvimento humano, e segundo alguns autores pode ser subdividida em três etapas específicas: primeira, segunda e terceira infância. A *Primeira Infância* caracteriza o período que vai do nascimento até os dois anos de vida, no qual a criança desenvolve a fala pré-linguística; aprende os sons básicos de sua língua nativa, dando início ao processo de vinculação do som com o significado; passa a se utilizar de símbolos; desenvolve a capacidade de resolver problemas; começa a formar vínculos fortes com os pais/responsáveis, dando início à percepção de si mesmo (autoconsciência); e, revela interesse por seus pares (Papalia e Feldman, 2013; Papalia, Olds e Feldman, 2006).

Piaget (1987) salienta que na primeira infância a criança adquire habilidades diversas e aprende, inclusive, a diferenciar as pessoas de objetos e a ela própria de outras pessoas, o que possibilita o desenvolvimento da noção de “eu”. O senso de *si-mesmo*, que se estabelece dos quatro aos dez meses de vida, se desenvolve na medida em que este novo sujeito começa a perceber a diferença de si próprio em relação aos outros, bem como a experimentar um senso de atuação e autoconsciência, o que favorece a formação do autoconceito. A partir desta

sensação perceptual de si-mesmo, a criança deve desenvolver até um ano e meio a autoconsciência e o autorreconhecimento (Corrêa, 2017; Teodoro, 2013).

A *Segunda Infância* demarca o período dos três aos seis anos de idade, no qual o desenvolvimento físico se revela mais lento, embora contínuo, em sintonia com as habilidades motoras que seguem se aperfeiçoando de forma gradativa. Para Piaget (1987) é nesta fase que se evidencia o desenvolvimento do egocentrismo, processo pelo qual a criança apresenta dificuldades no entendimento de fatos a partir do ponto de vista de outras pessoas.

Também se destaca o desenvolvimento das capacidades imaginativas, do brincar de faz de conta, revelando a apropriação por parte da criança dos muitos conhecimentos que integram o ambiente físico e social em que está inserida. A criança descobrirá ainda o prazer de tocar partes do próprio corpo, incluindo os genitais. Nesta fase, a identidade de gênero assume papel fundamental na formação e estruturação do autoconceito em desenvolvimento, contribuindo para que a maioria das crianças passem a adotar rígidas regras nos papéis sociais (Bee e Boyd, 2011).

A *Terceira Infância*, dos sete aos dozes anos incompletos, demarca o fim da infância, etapa na qual a criança apresenta desenvolvimento físico mais lento, porém com grandes mudanças relativas à estatura e peso. Esta fase delimita ainda o período das operações concretas, tornando o sujeito menos egocêntrico e mais competente em atividades e tarefas que exigem raciocínio lógico, como relações espaciais, causalidade, categorização, raciocínios indutivo e dedutivo e conservação (Shaffer e Kipp, 2012; Cypel, 2011; Vygotsky, Luria e Leontiev, 2010).

A *Adolescência* é concebida como a terceira fase do desenvolvimento humano, e especificamente no Brasil, delimita o período dos doze aos dezessete anos de idade incompletos (ECA - Brasil, 1990). Todavia, vários teóricos têm ressaltado a impossibilidade de se estabelecer uma idade exata para o seu início, acrescentando que a mesma deve ser entendida não somente como período de mudanças da puberdade, mas como etapa de transição entre a infância e a adoção completa de um papel adulto, marcada por ritos e rituais em várias culturas, e que pode ser dividida em três fases: pré-adolescência; adolescência média; e, adolescência maior ou juventude (Papalia, Olds e Feldman, 2013; Bee e Boyd, 2011).

Na *Pré-Adolescência*, de onze a quatorze anos, ocorrem mudanças físicas que se revelam marcantes e o corpo sofre transformações significativas, configurando uma fase nem sempre tranquila. Para Aberastury e Knobel (1981, p. 13) tal período se caracteriza pela *Síndrome Normal da Adolescência*, marcada pelo luto do corpo infantil. O sujeito precisa

encarar uma nova realidade e se identificar com o novo corpo, que de modo geral lhe parecerá estranho e pouco conhecido.

Segundo Bee e Boyd (2011), o luto ao corpo infantil talvez se apresente como fator significativo para que os adolescentes revelem comumente certa constância de baixa autoestima, estado que tenderá a ser superado nas fases seguintes do ciclo vital (Bee e Boyd, 2011). O sujeito enfrentará ainda a puberdade, caracterizada pela mudança hormonal que perdura em média por quatro anos, e finda quando o mesmo se torna biologicamente reprodutivo (Papalia, Olds e Feldman, 2013).

A *Adolescência Média*, que vai de quatorze a dezessete anos de idade, se caracteriza pela consolidação dos grupos de amigos, onde as relações com os companheiros passam a ser cada vez mais importantes quantitativa e qualitativamente. A socialização cumpre importante função, servindo como espécie de elo entre a dependência da infância e a independência da vida adulta.

Já a *Adolescência Maior ou Juventude*, dos dezessete aos vinte anos de idade, será marcada por maior pressão e cobrança social, caracterizando-se como período de busca pela identidade. Este período de transição à vida adulta exigirá além da escolha por uma profissão; a adoção de postura e conduta ética e ideológica; e, a seleção de companhias para a vida, seja entre heterossexuais, bissexuais ou homossexuais (Gonçalves, 2016).

Essa busca pela identidade social e sexual-afetiva se configura como preocupação fundamental do adolescente jovem, evidenciando componentes ocupacionais, sexuais e de valores. Sua construção que se efetiva de forma lenta, gradual e se caracteriza como fundamental ao êxito da idade adulta (Aberastury e Knobel, 1981).

A *Idade Adulta*, que envolve a juventude, tem início a partir dos vinte e um anos e demarca a quarta e mais longa fase do ciclo vital. Por muito tempo a adultez não foi adequadamente estudada devido ao fato de muitos pesquisadores entenderem que o ser humano já alcançava o auge do desenvolvimento com o fim da adolescência. Porém, estudos e pesquisas recentes têm evidenciado que o ser humano revela contínuo processo de desenvolvimento, inclusive durante a fase adulta (Bronfenbrenner, 2011).

Neste sentido, Oliveira (2004) ressalta a necessidade de se pensar “uma psicologia do adulto”, uma vez que nesta área de conhecimento as teorias se revelam menos articuladas e complexas com o avançar do desenvolvimento humano. Em sua concepção, sabe-se muito sobre bebês e crianças, porém, menos sobre jovens e quase nada sobre adultos, o que caracteriza uma peculiaridade da Psicologia. Assim existe certa tendência à concepção da adultez como estágio psicológico de estabilidades e ausências de mudanças importantes.

Para este autor, mesmo considerando uma perspectiva mais generalizante tal concepção se revela inadequada, uma vez que, sujeitos adultos, tipicamente, trabalham, constituem família, se relacionam afetivamente, aprendem em diferentes dimensões da vida, educam seus filhos e elaboram projetos individuais e coletivos (Oliveira, 2004, p. 217). Deste modo é necessária a compreensão de que a adultez se evidencia como período repleto de novas responsabilidades, referenciais de existencialidade e conquistas, além de buscas pessoais acerca da própria fase de desenvolvimento.

A partir desta premissa é que Mosquera (1982) propõe a subdivisão do período em três fases específicas: adulto jovem; meia idade; e, adulto idoso. A fase de *Adulto Jovem*, que compreende dos vinte aos quarenta anos, demarca nas sociedades tecnológicas o ingresso do sujeito na vida adulta, porém não claramente delimitada. Para alguns cientistas, este intervalo de tempo que compreende o final da adolescência até meados dos vinte anos se configura como um período de transição distinto, denominado como início da adultez (Papalia, Olds e Feldman, 2013, p. 506; Bee e Boyd, 2011; Bee, 1997).

A *Meia Idade*, dos quarenta aos sessenta anos de idade, faz referência a um conceito que se revela como constructo social e que começou ser utilizado a partir da crescente expectativa de vida, que levou os sujeitos aos novos papéis na fase intermediária da vida (Papalia, Olds e Feldman, 2013). Alguns teóricos destacam esta fase como período repleto de ganhos e perdas, uma vez que a maioria das pessoas nela inserida desfruta de boas condições físicas, cognitivas e emocionais, ao passo que possuem muitas responsabilidades e múltiplos papéis, e se sentem competentes para lidar com os mesmos (Coon e Mitterer, 2016; Valle e Maia, 2011; Cypel, 2011).

Demarcando o final do período em questão, a *Fase Idosa ou Velhice* se apresenta como etapa, que no Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), compreende as pessoas com sessenta anos de idade ou mais. Entretanto, especialistas no estudo do envelhecimento preferem adotar nomenclaturas como: *Idoso-Jovem*, dos sessenta e quatro aos setenta e quatro anos; *Idoso-Idoso*, dos setenta e cinco aos oitenta e quatro anos; e, *Idoso-Velho*, acima dos oitenta e cinco anos (Papalia e Feldman, 2013). Outra forma de estratificar o período é proposta por Bee (1997), considerando que pessoas com mais de sessenta e cinco anos podem ser divididas em: *Idosos mais Jovens*, dos sessenta e cinco aos setenta e cinco; e, *Idosos mais Velhos*, acima dos setenta e cinco anos de idade.

A *Morte*, como última etapa do ciclo vital se configura como período que envolve cinco estágios que os sujeitos tendem a vivenciar quando cientes do final da vida: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Pesquisas na área, contudo, ainda se revelam

incipientes para apoiar a afirmativa de que todos os adultos vivenciam todos estes estágios, ou ainda que, necessariamente, os mesmos ocorram nessa ordem (Bee, 1997; Papalia, Olds e Feldman, 2006).

Relativos aos rituais pós-morte, por exemplo, Bee (1997) salienta que os funerais, assim como outros rituais atendem a diferentes funções, demarcando a definição dos papéis e repertórios para os enlutados, favorecendo, de modo geral, uma maior aproximação da família, bem como a ressignificação do sentido à vida e da morte do falecido. A reavaliação da vida parece contribuir para a preparação da morte, pela qual o sujeito atribui a si uma possibilidade de concluir tarefas inacabadas, fazendo do final da vida em uma experiência de desenvolvimento (Papalia e Feldman, 2013).

A partir de tais pressupostos, entende-se que o estudo do desenvolvimento humano exige não somente considerar as mudanças universais, tais como transformações físicas e hormonais que marcam a puberdade; mas também ter em conta a singularidade do sujeito. Cada indivíduo vivencia mudanças corporais e emocionais ao longo da vida de uma forma particular, e conseqüentemente atribui às mesmas um significado específico, em acordo com suas experiências (Schultz e Schultz, 2015; Xavier e Nunes, 2013; Shaffer e Kipp, 2012).

Assim, é preciso reconhecer a impossibilidade de se pensar um desenvolvimento humano linear e universal, especialmente devido à diversidade cultural, social, política e econômica, que constitui os contextos nos quais o homem se desenvolve (Bronfenbrenner, 2011). Como ressalta Gonzáles (2013), deve-se considerar que desenvolvimento remete a múltiplos termos, tais como: continuidade, crescimento, mudança, etapas, interações, conhecimento, ação, dentre outros; e, que distintas são as formas de entendê-lo, o que favorece diversas concepções sobre os seus fatores preponderantes.

Um exemplo clássico dessa variedade de concepções refere-se à dicotomia hereditariedade versus ambiente, cuja polêmica tem estimulado e incentivado acaloradas discussões até os dias atuais. Como salientam Papalia, Olds e Feldman (2006), ao longo dos anos o estudo do desenvolvimento humano tem sofrido basicamente a forte influência de três concepções teóricas: o *Inatismo*; o *Empirismo* ou *Ambientalismo*; e, o *Interacionismo*.

Na primeira perspectiva teórica parte-se do pressuposto de que eventos ocorridos após o nascimento não se revelam significativos ou relevantes ao desenvolvimento humano, já que o mesmo seria influenciado apenas pelas qualidades e capacidades básicas do sujeito, que se revelam praticamente prontas desde o nascimento.

Na segunda concepção tende-se a atribuir grande poder ao ambiente como fator interveniente no desenvolvimento. Concebe-se assim, que o homem ao nascer se revela como

uma espécie de folha em branco a ser escrita pelo ambiente. Tal concepção do homem como passivo e moldado pelo ambiente tem como consequência uma definição mecanicista tanto do desenvolvimento quanto da aprendizagem humana (Hall, Lindzei e Campbell, 2000).

Por último, na terceira perspectiva, que tem como principais expoentes teóricos Piaget, Vygotsky e Wallon, considera-se a multiplicidade de fatores constituintes do desenvolvimento humano. Por tal perspectiva, o sujeito é concebido como um ser ativo, capaz e interativo no mundo, que sofre diversas influências durante todo o ciclo vital. O indivíduo se revela como um ser que constrói, e se constrói, através de um processo permanente de interação entre os aspectos biológicos e o meio no qual está inserido (Schutz e Schutz, 2015).

Papalia e Feldeman (2013) ressaltam que no campo dos estudos sobre o desenvolvimento humano muitos teóricos têm se apoiado em dois modelos ou imagens contrastantes: o mecanicista e o organísmico. No primeiro, os sujeitos são entendidos como máquinas que reagem aos estímulos do ambiente. De modo geral, o comportamento humano é visto como previsível, e por tanto, passível de controle.

Já no segundo modelo, o homem é concebido como organismo ativo, em crescimento, responsável por seu próprio desenvolvimento. O homem desencadeia eventos, e não simplesmente reage aos mesmos. O ímpeto para a mudança é interno, e as influências ambientais não promovem desenvolvimento, embora possam contribuir para a sua aceleração ou retardamento.

No geral, os teóricos organísmistas postulam que não se pode prever o comportamento humano subdividindo-o em simples respostas à estimulação ambiental, como sugere o modelo mecanicista (Papalia, Olds e Feldeman, 2006). Estes dois modelos teóricos básicos divergem ainda sobre a concepção do desenvolvimento enquanto resultado de um processo contínuo ou do estabelecimento de etapas.

Para os mecanicistas o desenvolvimento é algo contínuo, contudo, sempre operado pelos mesmos processos. Acreditam na possibilidade de previsão dos comportamentos posteriores a partir de comportamentos anteriores. Assim, concentram atenção e análise nas mudanças quantitativas, ou seja, nas mudanças das frequências com que uma resposta é fornecida pelo sujeito, ao invés de focarem nas mudanças no tipo de resposta (Schultz e Schultz, 2015).

Já os teóricos organísmicos, se concentram na mudança qualitativa, pela qual concebem o desenvolvimento como algo que ocorre em uma série de etapas distintas. Em cada etapa, o sujeito lida com diferentes tipos de problemas e desenvolve diferentes tipos de

capacidades. Cada etapa do desenvolvimento humano se fundamenta nas anteriores, preparando o caminho para a seguinte (Cloninger, 2003).

Contudo, na atualidade observa-se nos estudos do desenvolvimento humano um emergente consenso, estabelecido a partir de sua evolução, que apontam para a necessidade de ambos os modelos, mecanicista e organísmico, atualizarem concepções e postulados em termos de influência e apoio. Grande parte dos pioneiros no campo do desenvolvimento humano, incluindo Freud, Erikson e Piaget, favoreceu as abordagens organísmicas ou de etapas; enquanto que a visão mecanicista atraiu adeptos, como Skinner, especialmente nos anos de 1960, a partir da popularização das teorias de aprendizagem desenvolvidas por John Watson (Fadiman e Frager, 1986).

Assim, na atualidade constata-se que abordagens semi-organísmicas centradas nas bases biológicas do comportamento têm se revelado em ascensão. Ao invés de enfatizar as grandes etapas do desenvolvimento, estas abordagens têm se esforçado em descobrir e explicar que tipos específicos de comportamentos apresentam continuidades ou descontinuidades, bem como em identificar quais processos estão presentes em cada comportamento (Bronfrenbrenner, 2011).

Em consonância com o teórico supracitado, acreditamos que a partir deste novo consenso sobre como a hereditariedade e o ambiente funcionam em comunhão, tem se consolidado uma visão mais equilibrada acerca do desenvolvimento ativo e passivo, evidenciando que a influência é bidirecional, e que esta, fortalece a ideia de que os sujeitos transformam o seu mundo, ao mesmo tempo em que são transformados pelo mesmo.

### **3.1 - Teorias do Desenvolvimento ao Longo da Vida (*Life-Span*)**

O estudo do desenvolvimento humano, de modo geral, sempre se respaldou ou fundamentou em diferentes e amplas perspectivas teóricas, destacando, cada uma delas, os diferentes tipos de processos de desenvolvimento.

Nesta seara, se destacam: a *Teoria Psicanalítica*, com foco nas emoções e pulsões inconscientes; *Teoria da Aprendizagem*, concentrada no comportamento observável; *Teoria Humanista*, com ênfase no controle das pessoas sobre seu desenvolvimento; *Teoria Cognitiva*, centrada na análise dos processos de pensamento; *Teoria Etológica*, com ênfase nas bases evolucionistas do comportamento; e, *Teoria Contextual*, focada na análise dos

impactos do contexto histórico, social e cultural sobre o desenvolvimento humano (Schultz e Schultz, 2015; Papalia e Feldman, 2013; Papalia, Olds e Feldman, 2006).

A década de 1970 demarcou o crescimento vertiginoso dos estudos, pesquisas e teorias relacionadas à psicologia do desenvolvimento ao longo da vida, particularmente nos Estados Unidos e nos países de língua alemã. Esta nova tendência possibilitou um tipo de mudança de paradigma na forma como a psicologia do desenvolvimento foi conceituada, uma vez que a mesma sempre concentrou sua atenção e foco na descrição, explicação e modificação dos processos de desenvolvimento no curso da vida humana, desde a concepção até a morte (Baltes, Reese e Lipsitt, 1980).

Baltes, Reese e Lipsitt (1980) ressaltam que, assim como outras especialidades do desenvolvimento, tais como desenvolvimento infantil ou gerontologia, a psicologia do desenvolvimento do ciclo de vida não se apresenta como uma teoria, mas como uma orientação que oferece certa estrutura conceitual e metodológica para o estudo do desenvolvimento comportamental.

Entretanto, uma orientação sobre o estudo do desenvolvimento se evidenciará como necessária sempre que o comportamento identificado envolver um processo de mudança, sendo este melhor compreendido quando analisado a partir do contexto de cadeias e padrões de eventos antecedentes e subsequentes, fato também defendido por Bronfenbrenner (2011) em sua Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Para Solodnikova e Solodnikov (2016), a psicologia do desenvolvimento do ciclo vital se caracteriza como um ramo da psicologia que descreve e explica o desenvolvimento psicológico dos indivíduos ao longo de toda a sua vida, abarcando o período que se estende entre o nascimento e a morte. Para os autores, contudo, seria duvidoso acreditar que uma única teoria seja capaz de descrever o desenvolvimento da personalidade como um todo na infância, adolescência, idade adulta e velhice.

Deste modo, tal ramo da psicologia deve ser compreendido como quadro de referência que se encontra baseado em teorias intermediárias. Ou seja, a psicologia do desenvolvimento do ciclo da vida deve ser concebida como um termo para teorias que descrevem uma parte, mas não o todo da realidade social.

Os autores destacam ainda a existência de vários conceitos intimamente ligados à filosofia da psicologia do desenvolvimento no ciclo vital: a) "*Life-Span*", que refere o intervalo entre o nascimento e a morte; b) "*Curso de vida*", que se refere ao fluxo da vida de um indivíduo ao longo do tempo, no qual se verifica a existência de padrões de eventos, relacionamentos, conquistas e fracassos que acontecem na vida; e, c) "*ciclo da vida*", para a

qual a maioria dos sujeitos de uma sociedade passa pelos mesmos estágios de desenvolvimento, do nascimento à morte, e que este ciclo é reproduzido entre as gerações.

Por tal perspectiva concebe-se que um ciclo de vida típico inclui etapas e eventos que marcam a transição de um estágio para outro, abrangendo nascimento, infância, adolescência, casamento, filhos, “ninho vazio”, velhice e morte. Para Solodnikova e Solodnikov (2016), por exemplo, a concepção de ciclo de vida está intimamente ligada ao ciclo de vida familiar, caracterizado pela descrição dos estágios no desenvolvimento de uma família, envolvendo um período de namoro à morte de um dos cônjuges, envolvendo todos os tipos de “desvios” da ordem linear dos estágios, principalmente divórcio, viuvez e novo casamento.

Baltes, Reese e Lipsitt (1980) ressaltam que o termo tempo de vida, contudo, não se propõe a delimitar a idade cronológica como única variável organizadora para o trabalho de desenvolvimento do ciclo de vida. Para estes autores, é fundamental não se cometer erros, equacionando o trabalho de desenvolvimento do ciclo de vida com o trabalho de desenvolvimento por idade, o que resultaria em um modelo extremamente limitado do desenvolvimento humano.

Nesta direção, Neri (2013) avalia que os conceitos e as teorias mais influentes na atualidade sobre o desenvolvimento ao longo da vida foram construídos nos últimos anos da década de 1960, período marcado por profundas mudanças na temporalização da vida humana, com especial ênfase na vida das pessoas idosas, devido ao envelhecimento populacional que se expandiu, praticamente, no mundo inteiro.

Este campo de estudo da psicologia firmou como objetivo a análise sobre os padrões de mudança comportamental, associados ao avanço da idade, distinguindo os que são típicos da velhice dos que são compartilhados por outras idades. Para a autora, historicamente estes estudos podem ser agrupados em três classificações específicas e distintas: teorias clássicas; teorias de transição; e, teorias complementares (Neri, 2013).

No primeiro grupo de classificação, constam, a Teoria do Desenvolvimento Psicológico ao Longo da Vida, proposta por Jung (1971); Teoria do Desenvolvimento ao Longo da Vida, de Bühler (1935) e Kühlen (1964); Teoria das Tarefas Evolutivas, de Havighurst (1951); Teoria da Atividade, de Havighurst e Albrecht (1953); Teoria do Afastamento, apresentada por Cummings e Henry (1961); e, Teoria das Estações da Vida Adulta, defendida por Levinson (1978).

Entre as teorias de transição figuram, a Teoria Psicossocial do Desenvolvimento da Personalidade ao Longo da Vida, desenvolvida por Erikson (1959); e, Teoria Social-Interacionista do Desenvolvimento no Curso de Vida, de Neugarten (1969; Neugarten e

colaboradores, 1965). E, no ultimo grupo, o das teorias complementares, destacam-se, a Teoria do Desenvolvimento ao Longo da Vida (Life-Span) proposta por Baltes (1987); Teoria da Dependência Comportamental ao Longo da Vida, de M. Baltes (1996); Teoria da Seletividade Sócioemocional ao Longo da Vida, de Carstensen (1991); Teoria do Controle Primário e Secundário ao Longo da Vida, de Heckhausen e Schulz (1995); e, Teoria dos Eventos Críticos ao Longo da Vida, desenvolvida por Diehl (1999), com foco nos eventos críticos do curso de vida, bem como o papel que estes desempenham na subordinação do desenvolvimento do adulto e do idoso às estruturas micro e macrosociais do ambiente sociocultural mais próximo (Neri, 2013).

Baltes (1987; 1997), através de sua teoria Life-Span, por exemplo, ressalta múltiplos níveis e dimensões do desenvolvimento, sendo este concebido como processo interacional, dinâmico e contextualizado. O modelo proposto integra a noção da existência de mudanças evolutivas de base ontogenética pertencente ao paradigma de ciclos de vida com as ideias dos paradigmas de curso de vida.

A partir das reflexões sobre a influência do curso da vida sobre o desenvolvimento humano, o teórico sugere três classes de agrupamentos destes fatores influenciadores, destacando: a) *influências graduadas por idade*, cuja atuação é mais forte na infância, período que se identifica com a maturação, e no envelhecimento com a senescência; b) *influências graduadas por história*, que afetam de forma particular os sujeitos nascidos em um período histórico comum (coorte); e, c) *influências não normativas ou idiossincrásicas*, cuja época de ocorrência é imprevisível, razão pela qual demandam mais recursos de enfrentamento do indivíduo e da sociedade (Dannefer, 1984).

Ainda segundo Baltes (1987) é preciso considerar que a interação dinâmica entre os fatores biológicos e os culturais sofre alterações ao longo da vida. Evidenciam-se assim diferenças significativas na alocação de recursos na infância e na velhice. Se na primeira, a ênfase está concentrada no crescimento, na última, converge para a manutenção das capacidades e para a regulação de perdas.

Salientam-se assim três novos princípios gerais a respeito da dinâmica biologia-cultura envolvida nas trajetórias de desenvolvimento ao longo da vida: a *plasticidade biológica* e a *fidelidade genética*, que tendem a declinar com a idade, uma vez que a natureza privilegia o crescimento nas fases pré-reprodutiva e reprodutiva, favorecendo a continuidade da espécie; o fato de que para que o desenvolvimento se estenda até idades avançadas, são necessários *progressos cada vez mais expressivos na evolução cultural e na disponibilidade de recursos culturais*, tais como habitação, educação, técnicas e equipamentos de trabalho, higiene,

imunização, entre outros; e, a existência *limites para a eficácia da cultura* em promover desenvolvimento e reabilitação das perdas e do declínio associados à velhice.

Na Teoria da Seletividade Sócioemocional, Carstensen (1991) se contrapõe as antigas explicações para o afastamento social, bem como para o declínio nas interações sociais e na intensidade e variedade das respostas emocionais das pessoas idosas, estabelecidas pelas teorias clássicas da atividade (Havighurst e Albrecht, 1953) e do afastamento (Cummings e Henry, 1961) como comportamentos consequentes e naturais do envelhecimento. Para a autora, a redução da amplitude da rede de relações sociais, bem como da participação social durante a velhice não reflete prioritariamente perdas físicas e sociopsicológicas naturais e previstas, mas sim, redistribuição de recursos sócioemocionais devido à mudança na perspectiva de tempo futuro.

Para Carstensen (1991) torna-se fundamental considerar que, se na juventude, as pessoas tendem a cultivar relacionamentos sociais mais numerosos, por promoverem estes, a exploração do mundo, o aumento da informação e a afirmação de status e da identidade; na velhice, as metas de busca de informação sofrem alterações e, paulatinamente são substituídas por metas de busca de regulação emocional.

Em outras palavras, concebe-se que se na juventude as metas das pessoas são mais numerosas e de longo prazo, uma vez que o tempo tende a ser percebido como relativamente ilimitado; na velhice, a redução nos contatos sociais reflete uma seleção ativa, pela qual as relações sociais emocionalmente próximas tendem a ser mantidas por oferecer maiores chances de conforto emocional.

Estas relações sociais se configuram como mais fundamentais à adaptação da pessoa idosa, exatamente no momento que se evidencia uma redução da perspectiva temporal, do que a ampliação da rede de contatos sociais. Para Carstensen (1991), é na velhice que as pessoas tendem a reorganizar suas metas e relações sociais; priorizar realizações de curto prazo; eleger relações sociais mais significativas; e, descartar o que for irrelevante a esses critérios (Neri, 2013).

Para Heckhausen e Schulz (1995), tanto os comportamentos como as percepções de controle se revelam aspectos fundamentais à adaptação e ao desenvolvimento humano. Na teoria do controle primário e secundário, os autores defendem que bebês quando privados de oportunidades de experimentar o domínio sobre o ambiente físico e social, das quais derivam a crença de que seus comportamentos geram consequências específicas sobre o ambiente, tendem a desenvolver precocemente déficits cognitivos e emocionais de difícil recuperação.

O mesmo ocorre com pessoas idosas, quando repentinamente se veem privados da possibilidade de controlar o próprio corpo ou seu ambiente imediato devido a algum tipo de moléstia neurológica. Nestes casos não são raros os quadros de depressão, ansiedade, baixa autoestima e reduzido senso de autoeficácia, comprometendo a possibilidade de reabilitação.

O controle primário pode ser entendido como uma adequação do ambiente aos próprios desejos, enquanto que o controle secundário, como a adequação de si mesmo ao ambiente. Neste aspecto, o primeiro permite aos indivíduos moldar o ambiente para controlá-lo e atualizar seu potencial de desenvolvimento; o segundo possibilita ao sujeito minimizar e compensar perdas ocorridas no controle primário, mantendo-as e ampliando-as (Heckhausen e Schulz, 1995).

Na teoria dos eventos críticos do curso de vida, Diehl (1999) ressalta que os eventos de vida são acontecimentos que determinam e dão sentido histórico ao curso da vida de grupos etários e de indivíduos. No âmbito individual, tais eventos se configuram como marcadores que dizem respeito à trajetória particular de desenvolvimento e de envelhecimento. A microteoria proposta pelo autor foca a especificidade do papel dos eventos não normativos incontrolláveis, ou eventos críticos, em virtude de seu forte potencial para influenciar o curso do envelhecimento.

Segundo Neri (2013), um aspecto inovador na referida teoria consiste na noção de que a probabilidade de ocorrência de eventos de alto e baixo controle varia fortemente em função do status socioeconômico e da posição social do indivíduo, que são dependentes de variáveis macrossociais.

Birkel, Lerner e Smyer (1989) ao analisarem as várias teorias do desenvolvimento ao longo da vida, destacam que essa nova perspectiva representa uma integração de vários conceitos sobre mudança de desenvolvimento e do papel dos processos individuais e contextuais. Para estes autores, cada um destes conceitos pode ser encontrado separadamente em visões principais e alternativas do desenvolvimento.

Deste modo, pode-se conceber que o que se revela comum ou consensual nesta visão sobre o desenvolvimento da vida humana consiste na consideração simultânea e integrada de conceitos, tais como transação organismo-contexto, multidirecionalidade, desenvolvimento como síntese de ganho-perda, plasticidade, inserção contextual e histórica e níveis de organização (Baltes, 1987).

Ainda conforme Birkel, Lerner e Smyer (1989), a partir desta perspectiva contextual desenvolvimental de vida, se concebe a mudança como envolvendo uma interação recíproca,

ou dinâmica, entre variáveis de níveis de análise que vão desde o biológico, passando pelo psicológico e diádico ou familiar, até o sociocultural e histórico.

Tal perspectiva evidencia tanto as fontes históricas distantes quanto as mais proximais, como destacado nos estudos da década de 1960, quando se tentou utilizar um modelo biológico de crescimento baseado em uma concepção epigenética predeterminada de desenvolvimento para explicar os dados pertinentes aos anos da vida e da velhice, cujos resultados foram questionados por Baltes, Reese e Lipsitt (1980) e Baltes e Schaie (1973).

Na concepção organísmica, os anos que demarcavam a vida adulta e a velhice eram sempre concebidos como períodos de declínio generalizado (Cumming e Henry, 1961). Todavia, deve-se considerar que nem todos os conjuntos de dados pertinentes às mudanças de idade durante estes períodos (por exemplo, em relação ao desempenho intelectual) foram consistentes com um modelo de mudança unidirecional. Por exemplo, diferenças cada vez maiores entre as pessoas na mudança interna se revelaram evidentes em tais conjuntos de dados (Baltes, 1979; Baltes e Schaie, 1974, 1976; Schaie, Labouvie, & Buech, 1973), o que confirmava as ideias de que à medida que as pessoas se desenvolvem nos anos da vida adulta e na velhice, maiores se tornam as diferenças entre elas (Birkel, Lerner e Smyer, 1989).

Oliveira (2004) salienta que, no contexto atual de diversos sistemas brasileiro de ensino, a ideia dos ciclos de vida remete aos ciclos de formação, um modo de organização da escola alternativo ao sistema seriado. Por sua vez, no âmbito da psicologia, essa ideia refere os estágios de desenvolvimento, que se configuram como um modo de organização das etapas da vida humana. Entretanto, tanto o conceito como o termo “ciclos de vida” se revela bem mais promissor para uma compreensão ampliada sobre o fenômeno do desenvolvimento do que a ideia dos estágios. Para o referido autor, desenvolvimento pode ser definido, sinteticamente, como transformação; e processos de transformação ocorrem ao longo de toda a vida humana e se relacionam a um conjunto complexo de fatores.

Em consonância com Vygotsky, Oliveira (2004) propõe que o desenvolvimento humano seja entendido como resultado da interação entre quatro planos genéticos — a filogênese, a ontogênese, a sociogênese e a microgênese (Vygotsky, Luria e Leontiev, 2010). Em sua argumentação, destaca ainda que nesta mesma direção, Palácios (1995) apresenta uma reelaboração desta ideia, sintetizando-a em três fatores que julga correlacionais aos processos de transformação ou desenvolvimento humano: etapa da vida em que a pessoa se encontra; circunstâncias culturais, históricas e sociais nas quais transcorre sua existência; e, experiências particulares privadas de cada um e não generalizáveis a outras pessoas.

Por tal perspectiva, o primeiro fator corresponderia ao plano ontogenético estudado por Vygotsky, decorrente de determinações biológicas originárias da pertinência à espécie humana (plano filogenético), introduzindo certa homogeneidade entre todos os sujeitos que se encontram em uma determinada etapa da vida individual.

O segundo fator corresponde ao plano sociogenético, e incorpora certa homogeneidade entre os sujeitos que vivem em uma mesma cultura, em um mesmo momento histórico e em determinado grupo social. Por último, o terceiro fator corresponde ao plano microgenético, inserindo elementos idiossincráticos que fazem com que o desenvolvimento psicológico seja um fenômeno único, não ocorrendo da mesma forma em dois sujeitos diferentes (Corrêa, 2017).

Nesta direção, Oliveira (2004) ressalta ainda que os estágios de desenvolvimento comumente definidos nas teorias psicológicas se encontram fundamentados, especialmente, no fator filogenético, enfocando o indivíduo de maneira isolada e as transformações que ocorrem para todos os seres humanos como similar. Assim, a psicologia parece propor modelos de desenvolvimento baseados exclusivamente nos processos de maturação biológica, universais para todos os membros da espécie humana.

Contudo, deve-se considerar que a maturação biológica, ainda que essencial, não representa a totalidade do processo de desenvolvimento, já que as transformações mais relevantes para a constituição do desenvolvimento humano não se encontram na biologia do indivíduo, mas sim na psicologia do sujeito, muito mais referida aos fatores sociogenético e microgenético (Solodnikova e Solodnikov, 2016; Birkel, Lerner e Smyer, 1989; Baltes, 1987; Dannefer, 1984; Baltes, Reese e Lipsitt, 1980).

Nesta mesma perspectiva, Bronfenbrenner (2011) propõe o desenvolvimento como um fenômeno de continuidade e de mudanças das características biopsicológicas dos seres humanos. Para o teórico, além de se reconhecer a importância dos contextos mais próximos e remotos no desenvolvimento, deve-se enfatizar a passagem do tempo, os níveis estrutural e funcional da pessoa e o processo das interações entre organismo e ambiente.

Ou seja, o desenvolvimento humano se estabelece a partir das circunstâncias histórico-culturais e das peculiaridades da história e das experiências de cada sujeito (Barreto, 2016), evidenciando que perspectivas universalizantes dos estágios ou fases de desenvolvimento não contemplam sua própria essência, ou seja, a transformação (Oliveira, 2004).

Ressalta-se que no campo das teorias contextuais, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1998) se destaca por sua descrição minuciosa sobre a complexidade das influências na interação homem/ambiente que afetam o

desenvolvimento humano. Principal liderança na consolidação da Ciência do Desenvolvimento, Bronfenbrenner ressaltou a relação entre teoria e aplicação, assim como entre pesquisa e prática, favorecendo a construção de uma ciência capaz de ultrapassar os limites dos laboratórios para operar a intervenção, além de fundamentar outras áreas psicológicas, como a Psicologia Cultural.

Entende-se assim que o teórico não apenas participou ativamente do processo de consolidação da ênfase sistêmica nas pesquisas do desenvolvimento, como se tornou seu principal articulador. Suas ideias se tornaram referência para todas as teorias sistêmicas do desenvolvimento humano e contribuíram significativamente para o rompimento definitivo com o paradigma positivista (Amazarray e Koller, 1998).

Na atualidade muitos estudiosos têm concentrado esforços na análise dos processos e contextos envolvidos nas fases iniciais do desenvolvimento humano, como forma de melhor identificar e registrar os impactos da violência no ciclo vital. Os resultados têm evidenciado, por exemplo, que diferentes situações de vulnerabilidade e risco social em muito tem comprometido o desenvolvimento saudável dos sujeitos, de diferentes nacionalidades, idades, culturas, classes sociais, níveis de escolaridade, identidades de gênero, entre outros importantes fatores e contextos sociais (Fontes *et al*, 2017; Magni e Correa, 2015; Von Hohendorff, Habigzang e Koller, 2012).

Ressalta-se que especificamente entre crianças e adolescentes, tem se evidenciado o significativo potencial das diferentes formas ou modalidade de violência, e mais especificamente a VS, na promoção de distúrbios biopsicossociais em posteriores etapas do ciclo vital (ver Barufaldi *et al*, 2017; Patias e Dell'Aglio, 2017; Loureiro, 2016; Facuri *et al*, 2013; Souza *et al*, 2010).

### **3.2 - Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano**

Bronfenbrenner (1998:2011) propôs uma visão sistêmica sobre o desenvolvimento humano, respaldando a concepção de que todo organismo biológico se desenvolve dentro de um contexto de sistemas ecológicos que se inter-relacionam, favorecendo ou prejudicando o seu crescimento.

Em sua concepção, diferente de muitas espécies, a maturidade física do homem somente se estabelece após iniciada a adolescência e, ao menos nas sociedades modernas, a maturidade cognitiva e psicossocial geralmente é alcançada em períodos posteriores. Essa

imaturidade prolongada se torna essencial à sobrevivência e bem-estar do homem, uma vez que, mais que qualquer outro animal, o mesmo depende da inteligência para sobreviver em comunidades e culturas altamente complexas, o que exige constante aprendizado (Bronfrenbrenner, 2011).

Subjacente ao modelo bioecológico está um princípio teórico fundamental emergente de pesquisas sobre teorias da transmissão genética respaldado na compreensão de que o material genético não produz traços acabados, mas interage decisivamente com a experiência ambiental para determinar os resultados do desenvolvimento (Bronfrenbrenner e Ceci, 1994).

Em outras palavras, o ambiente influencia de maneira significativa as características comportamentais do sujeito, exigindo que se avalie o contexto de interação a fim de se alcançar compreensões mais concretas sobre o seu desenvolvimento, aspecto somente possível se considerado o ambiente natural, social e cultural, que se configura como ambiente ecológico, no qual o mesmo está inserido. Concebe-se assim, que o comportamento é, muitas vezes, determinado pela forma como este ambiente é percebido pelo próprio sujeito (Pereira e Reis, 2017).

A partir destas premissas, Bronfrenbrenner propôs se pensar o desenvolvimento humano a partir de um modelo mais ecológico, enfatizando a importância da inter-relação de quatro níveis ecológicos, denominados: microsistema, mesossistema, Exossistema e macrosistema (Bronfrenbrenner e Morris, 1998). O *Microsistema* corresponde ao ambiente em que o sujeito se encontra em atividade, em determinado momento da vida, representando um complexo de relações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato.

Um microsistema se caracterizaria como um padrão de atividades, papéis e relacionamentos em um determinado ambiente, e período da vida, podendo tanto representar o lar, a escola, o local de trabalho ou o bairro de residência, espaços nos quais a pessoa cotidianamente atua e funciona de forma direta. Nestes microsistemas as instituições sociais e os valores culturais influenciam os sujeitos, estabelecendo relações pessoais de contato direto; e, também bidirecionalidades, que fluem de diferentes maneiras de uma pessoa para a outra (Brito, 2014).

O *Mesossistema* se caracteriza como um conjunto de microsistemas, compondo o nicho do desenvolvimento da pessoa em determinado período da vida. Corresponde às inter-relações de variados ambientes nos quais o sujeito se encontra inserido em diferentes momentos de sua vida.

A interação entre dois ou mais microsistemas pode incluir, por exemplo, tanto ligações entre o lar e a escola, o lar e o local de trabalho, ou entre a família e o grupo de

amigos. A atenção dirigida aos mesossistemas favorece a compreensão sobre como uma mesma pessoa pode agir ou interagir em diferentes ambientes (Barreto, 2016).

O *Exossistema* é formado pelos ambientes em que a pessoa não está diretamente inserida, como o local de trabalho dos pais da criança, mais que se soma aos dois sistemas anteriores e influencia o comportamento e o desenvolvimento da mesma. Tal sistema se evidencia como extensão do mesossistema, que associado às estruturas sociais formais e informais que não contêm a pessoa em desenvolvimento, influencia ou acompanha os ambientes imediatos onde ela se encontra, delimitando, afetando ou determinando o que ocorre em seu interior (Narvaz e Koller, 2004).

Por último, o *Macrossistema* se estabelece como o nível ecológico que abrange todos os demais, se revelando o mais amplo do sistema ambiental e se caracterizando como o contexto englobador de qualquer sociedade ou grupo social, sua cultura, subcultura ou outra estrutura social maior. Deste modo, os sujeitos através dos macrossistemas compartilham valores, crenças, recursos, trajetórias de vida, oportunidades e padrões de intercâmbio social (Barreto, 2016).

O próprio teórico criticou a ênfase demasiada nos contextos de desenvolvimento presentes nesta primeira versão da teoria, fato que relegava a pessoa em desenvolvimento a um segundo plano. Assim, apresentou posteriormente um novo modelo, denominado bioecológico, no qual reforçou a importância das características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento.

Outro importante aspecto proposto no novo modelo se refere ao construto teórico denominado *processos proximais*, concebido como particulares formas de interação entre organismo e ambiente, que operam ao longo do tempo e envolve os primeiros mecanismos que produzem o desenvolvimento humano (Bronfrenbrenner e Morris, 1998).

O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano também incorporou aos quatro sistemas ecológicos, quatro aspectos multidirecionais inter-relacionados: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo, sendo posteriormente denominado Modelo PPCT (Bronfrenbrenner e Morris, 1998).

O componente *Processo* de desenvolvimento engloba a fusão e a dinâmica de relação entre o sujeito e o contexto no qual está inserido, tornando-se o constructo fundamental do modelo proposto, com ênfase nos processos proximais. Estes processos que envolvem também, de forma progressiva, interações mais complexas da pessoa em desenvolvimento com objetos e símbolos, possibilita que as atividades possam continuar a ser conduzidas mesmo na ausência das pessoas significativas.

Os processos proximais podem produzir dois tipos de efeitos que conduzirão a diferentes tipos de resultados evolutivos: *efeitos de competência*, que possibilitam ao sujeito adquirir e desenvolver conhecimentos, habilidades e capacidades para conduzir e direcionar o próprio comportamento; e, *efeitos de disfunção*, que caracterizam as manifestações que decorrem das dificuldades de manter o controle e a integração do comportamento, em diferentes domínios do desenvolvimento.

Destaca-se que os resultados relativos às competências e disfunções dependem da exposição aos processos proximais, que pode variar ao longo de cinco dimensões: duração do período de contato; frequência do contato ao longo do tempo; interrupção ou estabilidade da exposição; *timing* da interrupção; e, intensidade e força do contato.

Os resultados evolutivos em um determinado estágio do desenvolvimento se caracterizam como função conjunta, do processo; das características da pessoa; da natureza do ambiente imediato em que está inserida; da intensidade e da frequência em relação ao período de tempo durante o qual foi exposta ao processo proximal; e, do ambiente em que ocorreu tal exposição (Ettedal e Mahoney, 2017).

O segundo componente do Modelo Bioecológico, *Pessoa*, abarca as características biopsicológicas e as características construídas na interação com o ambiente, o que evidencia que o desenvolvimento humano também está diretamente associado à estabilidade e à mudança de características biopsicológicas da pessoa durante o ciclo vital (Bronfenbrenner e Morris, 1998).

Estas características são tanto produto como produtoras do desenvolvimento constituindo um dos elementos que influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais e são, ao mesmo tempo, resultado da interação conjunta dos elementos que se referem ao processo, à pessoa, ao contexto e ao tempo (Bronfenbrenner, 1999).

Bronfenbrenner (1999) ressalta a existência de três grupos de características da Pessoa que atuam no desenvolvimento ao influenciar de forma direta os processos proximais. O primeiro grupo, *força*, inclui elementos que colocam os processos proximais em movimentos e os sustentam. Refere-se a características ou disposições comportamentais ativas que tanto podem favorecer o desenvolvimento dos processos proximais e sustentar sua operação, como criar obstáculos ou ainda impedir que os mesmos ocorram.

Essas características são divididas em: *geradoras*, que se configuram como orientações ativas, tais como curiosidade, disposição para o engajamento em atividades individuais ou compartilhadas, respostas às iniciativas de outros, e, senso de autoeficácia; e, *desorganizadoras*, que representam dificuldades da pessoa em manter o controle sobre o seu

comportamento e suas emoções, como, apatia, desalento, insegurança, timidez excessiva, impulsividade, irresponsabilidade e tendência a comportamentos explosivos.

O segundo grupo, *recursos biopsicológicos*, envolve experiências, habilidades e conhecimentos necessários ao efetivo funcionamento dos processos proximais ao longo do ciclo vital; e, incluem: a) *deficiências*, que se caracterizam como condições que limitam ou inibem a integridade funcional do organismo (deficiência física ou mental e defeitos genéticos e competências psicológicas que impactam a capacidade de engajamento efetivo da pessoa nos processos proximais); e, b) *competências*, relacionadas às capacidades, habilidades, conhecimentos e experiências que evoluíram ao longo do desenvolvimento, e que ampliam a efetividade dos processos proximais de forma construtiva.

O terceiro grupo, *demandas*, se relaciona a aspectos estimulantes ou inibidores das reações ao ambiente social, favorecendo ou não o estabelecimento dos processos proximais. Ou seja, são atributos que incitam ou impedem reações ao ambiente social, e que, inibem ou possibilitam o desenvolvimento dos processos proximais no crescimento psicológico.

Ressalta-se que as interações da pessoa em desenvolvimento não estão restritas unicamente a pessoas, envolvendo também objetos e símbolos que se apresentam em diferentes contextos (tais como idade, gênero, etnia/raça, etc.) e que atuam sobre os processos proximais e sobre seus efeitos ao longo da vida. Assim, este grupo inclui o repertório individual de características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa em desenvolvimento (Taveira, Oliveira & Araújo, 2014).

O terceiro componente de desenvolvimento do Modelo, *Contexto*, compreende a interação de quatro níveis ambientais, que formam o ambiente ecológico. O primeiro, o *microssistema*, que pode ser definido como um contexto no qual há um padrão de atividades; papéis sociais; e, relações interpessoais experienciados cotidianamente pela pessoa em desenvolvimento.

Neste sentido, o termo “experienciado” é enfatizado como meio de evidenciar a maneira como a pessoa perceberá e dará significado ao que é vivenciado no ambiente, que evidentemente vai além das características objetivas do meio.

Ressalta-se ainda, que é no contexto dos microssistemas, que operam os processos proximais, produzindo e sustentando o desenvolvimento, embora a eficácia dos padrões de desenvolvimento dependa da estrutura e do conteúdo dos mesmos. As interações dentro do microssistema ocorrem entre os aspectos físicos, sociais e simbólicos do ambiente e são permeadas pelas características de *força*, de *recursos biopsicológicos* e de *demandas* das pessoas envolvidas.

O mesmo modelo de recursos e forças que volta sua atenção para características relevantes da pessoa em desenvolvimento pode ser aplicado também às características relevantes aos outros significados, ou seja, para outras pessoas do ambiente da pessoa em desenvolvimento. Estes outros significados, por sua vez, serão ativados através de seus sistemas de crenças como forças ambientais que poderão funcionar, a depender da dinâmica de seu conteúdo, como elementos de ativação e de manutenção das relações de reciprocidade com a pessoa em desenvolvimento (Narvaz e Koller, 2004).

O segundo nível ambiental do Contexto, o *mesossistema*, caracteriza-se pelo conjunto de microssistemas que uma pessoa frequenta e as inter-relações que ela estabelece com os mesmos. O mesossistema é sempre ampliado quando a pessoa passa a frequentar um novo ambiente, e os processos operadores presentes nos diferentes ambientes frequentados pela mesma se revelam interdependentes e influenciados mutuamente. Assim, a interação da pessoa em determinado lugar é influenciada ao passo que igualmente influencia outros ambientes dos quais participa.

O terceiro nível, o *Exossistema*, envolve os ambientes que a pessoa não frequenta enquanto sujeito ativo, mas que também desempenham uma influencia direta sobre o seu desenvolvimento. Neste contexto, Bronfrenbrenner (2011) destaca três exossistemas como fundamentais ao desenvolvimento devido a sua influencia nos processos familiares: o trabalho dos pais; a rede de apoio social; e, a comunidade em que a família está inserida.

O quarto nível do Contexto, o *macrossistema*, é composto pelo conjunto de ideologias, valores e crenças, religiões, formas de governo, culturas e subculturas presentes no cotidiano das pessoas que influenciam seu desenvolvimento.

O conceito de macrossistema implica não só a cultura em que a pessoa vive, mas também a subcultura particular em que está inserida. Envolve as influencias da cultura nas pessoas com quem a pessoa em desenvolvimento se relaciona no cotidiano, sendo, portanto, definido pela estrutura e pelo conteúdo dos sistemas que o constituem (Taveira, Oliveira e Araújo, 2014).

O ultimo componente do Modelo Bioecológico, o *Tempo*, permite examinar a influência do ambiente sobre o desenvolvimento humano a partir das mudanças e continuidades ocorridas ao longo do ciclo vital, e deve ser analisado a partir de três níveis: o *Microtempo*, que faz referência à continuidade e descontinuidade observadas dentro de pequenos episódios dos processos proximais.

Neste sentido, o referido modelo proposto condiciona a efetividade dos processos proximais à ocorrência de uma interação recíproca, que se torna mais complexa

progressivamente, em uma base de tempo relativamente regular. Os processos proximais não podem funcionar efetivamente em ambientes instáveis e imprevisíveis, necessitando de certa regularidade (Cecconello, De Antoni e Koller, 2003).

O segundo nível, o *Mesotempo*, caracteriza a periodicidade dos episódios de processos proximais através de intervalos maiores de tempo como dias e semanas, podendo seus efeitos cumulativos produzir resultados significativos no desenvolvimento. Já o *Macrotempo*, último nível do elemento Tempo, abarca as expectativas e os eventos em mudança dentro da sociedade, mudanças que se estabelecem através das gerações e a forma como estes eventos afetam e são afetados pelos processos e resultados do desenvolvimento humano dentro do ciclo de vida.

Destaca-se que a análise de tempo dentro destes três níveis deve focar a pessoa na sua relação com acontecimentos presentes, desde os mais próximos aos mais distantes, como os grandes eventos e as transições históricas (Narvas e Koller, 2004). Para Bronfrenbrenner e Morris (1998) as mudanças ocorridas ao longo do tempo, nas quatro propriedades do modelo proposto não podem ser vistas apenas como produtos, mas também produtoras de mudanças históricas. Logo, deve-se considerar que eventos históricos podem alterar o curso de desenvolvimento humano não apenas no campo individual, mas também no coletivo.

A principal influência sobre o curso e os resultados do desenvolvimento humano se estabelece a partir das transições biológicas e sociais relacionadas a aspectos culturais definidos, como idade, expectativas em relações a papéis e oportunidades ao longo da vida.

Essas mudanças se caracterizam como transições, e podem ser classificadas em dois tipos: *normativas*, tais como entrada da criança na escola, a puberdade, início da atividade ocupacional, casamento e a aposentadoria; e, *não normativas*, incluindo doenças severas ou mortes de membros da família, divórcios, mudanças súbitas, perda de emprego ou de moradia (Bronfrenbrenner, 1986).

Na família, em especial, a maneira como os membros reagem a uma transição histórica ou a uma mudança de papel afetará significativamente o curso de seu desenvolvimento, e também de outros membros, tanto dentro quanto através de gerações. É preciso considerar que uma pessoa não é somente o resultado do desenvolvimento, mas formadora dele. O que significa que os sujeitos influenciam seu próprio desenvolvimento através de suas características biológicas e psicológicas, talentos e habilidades, deficiências e temperamento.

Bronfrenbrenner (2011) salienta ainda que o estudo científico contemporâneo do desenvolvimento humano tem se caracterizado pelo compromisso de compreender a dinâmica

das relações entre o indivíduo e os diversos e integrados níveis ecológicos do desenvolvimento humano, configurando-se como modelo de ciência marcado por uma teoria centrada na temporalidade histórica, inserida nos processos relacionais pessoa-contexto, pela inclusão de modelos de mudanças dinâmicos que perpassam o sistema ecológico e influenciam as pessoas e as instituições, por métodos sensíveis à mudança e interacionais objetivados pela ideia de que os indivíduos influenciam pessoas e instituições de sua ecologia tanto quanto são influenciados por eles.

A partir destes pressupostos, destacamos que o modelo bioecológico do desenvolvimento humano se revela em harmonia com os objetivos do estudo aqui proposto, especialmente por reforçar a concepção de que o desenvolvimento humano se estabelece ao longo da vida.

Ao analisar os impactos da VS sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self entre sujeitos vitimados na infância e/ou adolescência acreditamos ser fundamental considerar não só a concepção de violência entre os participantes, mas também avaliar como se estabelecem suas interações e vivências no conjunto de sistemas propostos pelo teórico, possibilitando identificar os sentidos atribuídos não apenas ao episódio de violência, mas também a própria construção da existência e sentido de vida ao longo de suas trajetórias.

## 4 - AUTOCONSCIÊNCIA

Todo sujeito tende a realizar ações reflexivas sobre si mesmo. Estas autorreflexões podem ser concebidas como naturais e cotidianas entre os humanos, e denominadas autoconsciência. O ato de refletir sobre si mesmo pode se dar em variados níveis ou graus, tornando o sujeito objeto de sua própria consciência. A autorreflexão dependerá do contexto ou situação vivenciada no momento, podendo tanto se relacionar a aspectos agradáveis ou desagradáveis, sendo denominadas como autoconsciência reflexiva e ruminativa (Morin, 2006; Trapnell e Campbell, 1999).

Ressalta-se que alguns sujeitos revelam certa tendência em dedicar maior tempo nos processos de autorreflexão, enquanto que outros evidenciam dificuldades em focar a própria atenção sobre si, evitando por longos períodos de vida a se deter em aspectos de seu self. Neste sentido, compreende-se o self como processo cognitivo básico de reflexão que viabiliza ao sujeito a interação comunicativa entre consciência e corpo (Nascimento, 2008; Morin, 2004).

Enquanto processo complexo e fundante, a autoconsciência pode se concebida como um estado ativo do indivíduo em identificar, processar e armazenar informações sobre o self. Tal complexidade evidencia elementos multidimensionais que abarcam a temática do self, tais como emoções, recordações biográfica, senso de agência e traços de personalidade; bem como, seus derivados, autoestima, autorregulação e etc.. De modo simples, entende-se a autoconsciência como um estado de atenção dirigido a si mesmo, ou seja, um olhar para dentro, que resulta em autoconhecimento (Nascimento, Paula e Roazzi, 2017).

A partir da autoconsciência o indivíduo se torna ciente, tanto de seus aspectos privados do self - incluindo pensamentos, crenças, opiniões, objetivos, sensações, atitudes, entre outros; como dos aspectos públicos do self - características sensíveis, como aspectos físicos e comportamentais. Neste ponto, Merker (2006) aponta que a consciência se caracteriza como um estado de vigília, que envolve alguns dos sentidos, como visão, audição, sensações, entre outros, bem como outros tipos de experiências, de maneira tal que, abstrai de sua definição a dimensão reflexiva da autoconsciência, estando esta, relacionada ao fato do indivíduo estar consciente da experiência de ver, ouvir, sentir, em um dado instante em que tais aspectos ocorrem.

Segundo Morin (2004), entretanto, tal concepção tem contribuído de forma significativa para conclusões precipitadas acerca dos mecanismos envolvidos no processo de consciência, pela qual se tende a concebê-la exclusivamente como resultante de mecanismos subcorticais, sem a atividade do neocórtex.

Para o teórico, a autorreflexão se caracteriza como um processo da cognição e também a mais alta operação instanciada pelo sistema cognitivo, o que atrela o fenômeno da autoconsciência aos processos autorrepresentacionais baseados em diferentes modalidades de codificação cognitiva. Assim, estes processos autorrepresentacionais se tornam fundamentais para que internamente haja cognição e extensão no tempo de mecanismos sociais e ecológicos (físicos) de autofoco, pelo qual, o próprio self se torna fonte privilegiada de autoconhecimento, ainda que não somente por meio da interação social (Morin, 2004).

A Psicologia, de modo geral, tende a compreender o fenômeno da autoconsciência como um traço da personalidade, capaz de determinar uma disposição ou tendência natural humana de focar os pensamentos para dentro de si mesmo, concebida como Autoconsciência Disposicional. Contudo, é preciso considerar que a mesma funciona também como capacidade adaptativa do organismo humano, possibilitando ainda a reflexão sobre si, entendida como Autoconsciência Situacional.

Vários teóricos têm destacado a capacidade comum que todo sujeito humano tem de dedicar grande parte de seu tempo a tal atividade, variando apenas em frequência e tipo de reflexão, o que exigirá maior ou menor intensidade, podendo ser direcionada a aspectos agradáveis ou desagradáveis da experiência pessoal (Nascimento e Roazzi, 2013).

O Século XX, especialmente, tem se revelado marco a uma relativa convergência conceitual entre representantes de diferentes epistemologias acerca da postulação de níveis de autoconsciência. A literatura especializada do período definiu um espectro mais abrangente da autoconsciência, incluindo desde formas pré-reflexivas autoconscientes até formas complexas de autoconsciência narrativa (Echevarria, 2015).

Ressalta-se que tais referências aos diferentes níveis de autoconsciência vão desde tradições fenomenológicas (Zahavi, 2006) até a filosofia analítica (Bermúdez, 1998; Flanagan, 1994; Nagel, 1974), incorporados pelas ciências da cognição. Na concepção de Echevarria (2015), por exemplo, em nível pré-reflexivo, o processo autoconsciente se caracterizaria como tácito e subjetivo e o self não atingiria status de objeto conceitual. A autoconsciência pré-reflexiva, por sua vez, pode ser referenciada como “a quem a experiência pertence”, o que lhe confere status de experiência em primeira pessoa.

Ou seja, em um nível em que o sujeito reflete sobre o próprio self, a noção de autoconsciência consiste em um pensamento objetivo sobre a consciência de si, o que significa que este self reflexivo pode ser compreendido como ação reflexiva por uma perspectiva externa, mesmo quando realizada pelo próprio indivíduo, se caracterizando como experiência de si em terceira pessoa. Para este autor, ainda que em geral a denominação de dados de terceira pessoa se refira a dados externamente observáveis, objetivos, estes estarão disponíveis ao escrutínio por mais de um sujeito.

Por sua vez, os dados de primeira pessoa dizem respeito ao acesso subjetivo a uma experiência individual, e seu relato de forma livre e espontânea se configura como meio válido para acessar experiências autoconscientes do próprio sujeito, ou seja, em primeira pessoa. Porém, tal relato da experiência subjetiva necessariamente converte o processo autoconsciente de pré-reflexivo para autorreflexivo (Echevarria, 2015).

Em consonância, Gallagher e Zahavi (2015) ressaltam que, ainda que se possa constatar uma concordância conceitual sobre os níveis autoconscientes, é possível identificar distanciamentos entre diferentes teorias sobre a emergência e o foco de investigação da autoconsciência. Especificamente nas tradições fenomenológicas tende-se a rejeitar as teses da filosofia analítica e das ciências da cognição, que consideram que estados mentais se tornam conscientes por serem focalizados como objeto de eleição por processos cognitivos de alta ordem.

Já na tradição não fenomenológica, destacam os autores, a primazia da autoconsciência reside na pré-reflexão que origina o sentido de primeira ordem da experiência de si, e apenas subsequentemente uma reflexão de alta ordem sobre si. Evidencia-se assim, por um lado, a concordância entre as vertentes sobre a existência de níveis de autoconsciência; e, por outro, a discordância sobre o primado da autoconsciência (Echevarria, 2015; Gallagher e Zahavi, 2015).

Operacionalmente autoconsciência pode ser definida como ato ou ação de prestar atenção a si mesmo (Duval, Silvia e Lalwani, 2001; Morin, 2004). Tal perspectiva conceitual tem origem nos estudos psicológicos contemporâneos de Duval e Wicklund (1972), promotores da Teoria da Autoconsciência Objetiva, pela qual propõem autoconsciência como um processo autoavaliativo em que o foco da atenção incide sobre um autoaspecto do self, e este, por sua vez, é comparado com um padrão de correção preconizado pela ambiente social a que o sujeito pertence ou se encontra inserido. Esse processo autoavaliativo tende a findar com um juízo de discrepância self-padrão, com distintas consequências comportamentais e

cognitivas, que dependerão da distância do estado atual do self em relação ao padrão correspondente.

Nascimento e Roazzi (2013) ressaltam que se tem descrito a autoconsciência em termos de suas dimensões públicas e privadas (Buss, 2001); dimensões, estado e traço (Fenigstein, Scheier e Buss, 1975); dimensionalidade e dicotomias organizacionais, em especial, suas dimensões de ruminação e reflexão (Nascimento, 2008; Trapnell e Campbell, 1999) e conscientização e atentividade (Nascimento, 2008); natureza intrínseca - uni ou multidimensional (Duval e Wicklund, 1972; Duval et al., 2001); enlases a outros processos psicológicos, tais como, experiência interna (Magalhães e Nascimento, 2017) e os estados do humor (Nascimento et al, 2017).

Para estes autores, apesar de recentes avanços e das modificações na teoria original com a teorização do enlace da autoconsciência aos sistemas de atribuição causal (Duval et al., 2001), evidencia-se um consenso relativo à concepção da autoconsciência como sistema cognitivo que permite ao self prestar atenção a si mesmo e se automonitorar e autorregular, o que a configura como parâmetro cognitivo central (Morin, 2004) e fundamental à estabilidade do self e da cognição, e ao bem-estar psicológico (Jiménez, 1999).

Apesar de não existir uma tradução direta, em muitos idiomas, para a palavra self, verifica-se na literatura a utilização de termos que conduzem naturalmente ao papel que um self pode ter, ainda que este possa diferir em cada cultura (Macedo e Silveira, 2012). Tende-se a conceber, de modo geral, que o self inclui um corpo físico, processos de pensamento e uma experiência consciente acerca da individualidade e unicidade do sujeito, o que segundo Gazzaniga e Heatherton (2005) envolve a representação mental de experiências pessoais.

Tema recorrente em varias disciplinas, a busca pela compreensão do self gera até os dias atuais acaloradas divergências conceituais, sem, contudo, produzir uma definição concreta sobre o exato momento de sua origem e desenvolvimento ontogênico. Na literatura especializada, Williams James (1952) se destaca como importante teórico ao propor um ponto de partida para as reflexões psicológicas, classificando o “*eu*” como “*self empírico*”, de difícil distinção com o “*meu*”, uma vez que os indivíduos se relacionam com tudo que lhes pertence e que é reconhecido como algo que os identifica.

Ressalta-se que no campo da Psicologia o self sempre figurou como essencial construto à compreensão da mente humana, tendo o seu estudo maior projeção a partir do final do século XIX e início do século XX. James (1890/1952), por exemplo, propôs sua concepção como tudo que consideramos como nosso, incluindo, corpo, intelecto, trabalho, filhos, amigos, família, etc. O teórico influenciou significativa quantidade de novos

pesquisadores, que se debruçaram sobre a análise da dimensão subjetiva da experiência humana. Por tal perspectiva, o self representa ou se constitui enquanto somatório de tudo que um sujeito reconhece e considera como seu.

Essa concepção mais ampla sugere que o self se encontra em tudo o que possa desencadear uma corrente de excitação consciente, que se traduz como fluxo de pensamentos, no qual está presente no indivíduo não somente a lembrança de quem foi anteriormente, mas também os elementos do mundo que já conhece e a percepção de mundo que aprende como sendo seu “*eu*” (Rodrigues, 2013; Macedo e Silveira, 2012).

Para James (1952), a consciência corporal por parte do indivíduo se configura como núcleo deste eu, na qual residem sentimentos do passado, lembrados e associados a outros elementos de sua própria experiência. Este “*eu*” agrega empiricamente as coisas objetivamente conhecidas, ou seja, pensamentos apropriados sobre os fatos experienciais do “*si mesmo*”. Por sua vez, esse si mesmo se configura como entidade metafísica, se revelando imutável e atemporal (Rodrigues, Roazzi e Nascimento, 2016). A partir de tais postulados, concebe-se que o self se constitui de, pelo menos, quatro elementos ou dimensões diferentes: Self Material, Self Social, Self Espiritual e Puro Ego (James, 1952).

O *Self Material* engloba o corpo humano em seus elementos internos e externos, incluindo, órgãos, pele, vestimentas, artefatos, objetos e bens que o sujeito usa ou possui, e pelos quais se apresenta em sociedade. O *Self Social* se caracteriza pelo reconhecimento do sujeito acerca de seu pertencimento à raça humana, o que justificaria a necessidade inata de sermos referenciados positivamente por outras pessoas. O *Self Espiritual* se constitui como senso subjetivo e das faculdades psíquicas do sujeito. O mesmo engloba as partes mais resistentes e as mais íntimas do self. O *Puro Ego*, por sua vez, se caracteriza como dimensão mais intensa do self, sendo mais sentida e experienciada quando o pensamento assume a condição de objeto de reflexão (Rodrigues, Roazzi e Nascimento, 2016; Souza e Gomes, 2005).

A partir de uma perspectiva mais interacionista, George Mead (1969) ressalta a importância do self e sua possibilidade de favorecer a capacidade do sujeito humano de agir em relação a si mesmo. Por tal concepção, o self figura como mecanismo central, influenciando significativamente a forma como o sujeito percebe e se relaciona com o próprio mundo.

De acordo com Spink (2011), Mead assume explicitamente uma postura evolucionista ao conceber que o self envolve uma relação dinâmica entre sujeito e objeto, e que ambos estão em movimento. Por tal perspectiva, ressalta a autora, evidencia-se a impossibilidade de

existência do sujeito sem o objeto, já que o self emerge por meio da habilidade do mesmo assumir a atitude do grupo de pertencimento.

Spink (2001) chama a atenção para o fato de a estrutura da sociedade está impregnada nos hábitos sociais, e na medida em que o sujeito os introjeta, torna-se selve. Desta forma, deve-se considerar que o processo de desenvolvimento do self tem início na capacidade da criança em assumir diferentes papéis durante o brincar e, posteriormente, ao aprender tais papéis no contexto das regras de um jogo. Através do jogo, a criança apreende as atitudes de todos os atores que estão envolvidos, evidenciando a importância da diferenciação destas etapas. A interação social possibilita ao sujeito adquirir a noção de um “outro generalizado”, que pode ser concebido como a comunidade organizada, ou seja, como o grupo social no qual está inserido.

Ainda seguindo Spink (2011, P. 09), compreende-se que tais processos complexos de cooperação social só se tornam possíveis quando cada sujeito incluso consegue adotar as atitudes genéricas dos outros como referência, dirigindo assim seu próprio comportamento em conformidade com os prescritos. Ou seja, é no processo de interação com o outro que o sujeito se torna capaz de adquirir consciência de si mesmo, bem como de absorver as normas e valores socialmente válidos.

Tais processos garantem ao sujeito a capacidade de interagir em conformidade a partir da previsão de respostas ou padrões de comportamento esperados em um ambiente com regras estabelecidas (Mead, 1973). Isto significa, que quando o indivíduo se torna capaz de incorporar tais regras, sua reiteração no contexto social se revela desnecessária, uma vez que as normas já estarão estabelecidas no processo de autoconsciência (Miranda, 2011).

Neste contexto, o outro generalizado será representado, ou ainda caracterizado, por sujeitos, grupos ou imagens, ou mesmo por objetos físicos associados às convenções sociais, configurando-se como forma concreta, através da qual a sociedade operará sobre o indivíduo, constituindo um elemento de mediação entre ele e a mesma.

O desenvolvimento desse outro generalizado se revela então fundamental a constituição do próprio sujeito, e se caracteriza como processo de socialização, consolidado como a introjeção ou absorção, e também, generalização das expectativas de comportamento da sociedade a qual o sujeito está inserido, como destacado por Mead (1973).

O processo de socialização internalizado possibilita ao sujeito, desenvolver a apropriação crítica do mundo exterior, bem como sobre ele próprio, favorecendo compreensões relativas a direitos e deveres no processo de interação com os outros. Esta interação, por sua vez, permite que as pretensões de reconhecimento se estabeleçam, nos

levando a entender que o outro generalizado se configura através de dois tipos: um mais concreto, referente aos grupos de pertencimento; e, outro, mais genérico, constituído de classes ou agrupamentos sociais mais amplos.

Ainda segundo Mead (1973), o sentimento e a concepção de pertencimento a grupos mais amplos possibilita ao sujeito maior variedade de relações sociais, ainda que estas lhe sejam indiretas. Assim, a comunidade linguística se apresenta como o mais amplo destes grupos abstratos que se configuram como de pertença.

Ressalta-se que o argumento central do teórico consiste na ideia de que o ser humano possui um self, e que a existência deste torna possível ao próprio sujeito passar a figurar como objeto de sua atenção e, conseqüentemente, de sua eleição e intervenção, como habitualmente se faz na relação com outros selves (Viana, 2016).

Ao destacar a importância do self e a possibilidade do mesmo viabilizar a capacidade do sujeito em agir em relação a si mesmo, Mead (1989) atribui a tal instância, o status de um mecanismo central cujo funcionamento corrobora com a forma como o ser humano encara e se relaciona com seu próprio mundo. Neste contexto, a comunidade linguística deve ser entendida como uma relação emergente do funcionamento universal dos gestos enquanto símbolos significantes no processo social genérico de comunicação humana.

Somente pela capacidade de absorver a atitude do outro generalizado em relação a si mesmo é que o sujeito consegue pensar. Deste modo, o pensamento assume o papel processual de conversação consigo mesmo, tanto quando o sujeito assume as atitudes comuns do grupo, como quando os símbolos utilizados se estabelecem como comuns ao grupo de pertencimento, possibilitando que o sentido seja compartilhado (Mead, 1989).

Para Spink (2011) o pensamento se caracteriza como um processo de comunicação decorrente da participação na experiência de outras pessoas, e por extensão, o self se referencia como uma experiência social somente possível em um grupo de indivíduos sociais. Esta fundamental importância da interação do outro para a construção e estruturação do self também aparece evidenciada por Haguette (2003), que ao revisar os postulados de Mead, chama a atenção para o fato de o self se constituir a partir das definições oriundas da interação com os outros selves, que servem ao indivíduo como espécie de guia, constituído por diferentes padrões, e pelos quais o mesmo consegue conhecer e compreender a si mesmo.

Na concepção de Haguette (2003), mesmo que se considere a ênfase das interações entre os indivíduos, a sociedade tende a se estabelecer como lócus de fundamental importância tanto para a origem, quanto para o desenvolvimento do self. Ou seja, o social é a

expressão da subjetividade humana que traduz o self, sobretudo, em sua forma simbólica, que se revela essencial ao instanciamento dos processos autoavaliativos.

Portanto, uma maior compreensão sobre os processos autoavaliativos exige um adequado aprofundamento sobre os estudos da autoconsciência, uma vez que esta tem se caracterizado como importante temática, que na atualidade ocupa lugar de destaque na busca por compreensões mais amplas sobre o funcionamento vigoroso da existência humana, seja este na esfera psicológica ou social (Haguette, 2003).

A partir do interacionismo simbólico, inspirado nas concepções de Mead e de James, se tem postulado que o indivíduo constrói um sentido para si próprio no exato momento em que começa a agir em relação a si mesmo, da mesma forma como age com outras pessoas. O indivíduo somente surge em seu próprio comportamento ao se tornar capaz de transformar a atitude do outro em parte essencial do próprio comportamento. Deste modo, o self não se revela como processo pelo qual a conversação de gestos é internalizada em uma forma orgânica, já que a organização do ato social é transportada para dentro do sujeito, tornando-se sua própria mente.

Deve-se considerar que a mente inclui também as atitudes dos outros, que de forma altamente organizada, se transforma em suas próprias atitudes sociais. Logo, o self se estabelece diferenciado em dois componentes: o *mim* e o *eu*; onde, um reflete a ênfase no nível individual e o outro no nível social. Ou seja, enquanto o *mim* contém todas as perspectivas sobre si mesmo que o sujeito aprendeu, e aprendeu, dos outros; o *eu*, se refere ao fórum íntimo, a conversa interna que constantemente ocorre dentro do organismo humano (Mead, 1934, p. 128).

A importância das interações sociais para o desenvolvimento do self será ainda destacada por Meissner (2008), que defende a possível existência de um rudimento funcional do self antes mesmo do sujeito existir. Este rudimento seria, na verdade, um pré-dispositivo para a capacidade do sujeito de construir conceitos e de se comunicar, mesmo antes de desenvolver a linguagem. Destaca-se a importante influência das interações sociais entre a criança e seus cuidadores primários para o desenvolvimento de um self rudimentar, que será reforçado pela origem da linguagem, garantindo-lhe ganhos funcionais das capacidades cognitivas preexistentes.

Segundo Meissner (2008) o self se configura como dimensão influenciadora tanto para a estruturação do autoconhecimento como para o senso de identidade. Mais que isso, o mesmo influencia a capacidade do sujeito em se comunicar, favorecendo a ampliação das capacidades de interação que se estabelecem a partir da linguagem. Inicialmente o self se

origina apenas como agente ou instância realizadora de ações no mundo, para posteriormente se estabelecer como um processo de conscientização sobre as ações que o sujeito se torna apto a realizar.

Essa capacidade de realização sobre o mundo caracteriza o desenvolvimento do self enquanto sujeito. Contudo, mesmo desenvolvida, em parte, em um nível pré-linguístico, a linguagem adquirida neste momento representa, sobretudo, o meio através do qual se estabelecerão os acessos das trocas comunicativas interpretativas, responsáveis pelas ações do self em desenvolvimento (Basílio, Roazzi e Nascimento, 2016).

Nesta mesma direção, Butterworth (1999) já sinalizava que a percepção fornece informações ao self antes mesmo da existência de um conceito de si. Assim, o self reflexivo mental se revelaria como um componente ou dispositivo de um self a ser, mais tarde, desenvolvido (Rochat, 2010). Tal sequência de desenvolvimento do self se estabelece, ainda que o conhecimento de si enquanto entidade singular se estabeleça e se mantenha em direta dependência da informação advinda ou originária da realidade social e física.

Por tal perspectiva, segundo Rochat (2010) torna-se plenamente possível explicar as origens de um sentido mental de self a partir da taxonomia dos cinco aspectos que o constituem e que se estabelecem em diferentes épocas ou fases do desenvolvimento humano, como proposto anteriormente por Neisser (1988).

Para Neisser (1988), o self se encontra organizado de forma estratificada, composto por: um *self ecológico*, construído e estabelecido na relação do sujeito com o meio físico; um *self interpessoal*, que se origina a partir de, e dependente das formas emocionais de comunicação do sujeito e de outras formas típicas da espécie humana; um *self estendido*, desenvolvido a partir da memória e da capacidade de antecipação do sujeito, o que caracteriza uma representação do self; um *self privado*, originário do entendimento e da compreensão do sujeito de que as experiências conscientes são totalmente particulares, e de que tal particularidade depende da representação; e, um *self-conceito*, que se configura como uma teoria do self, fundamentada a partir da experiência sociocultural do próprio sujeito.

Rochat (2010) salienta ainda que, a partir de James, Neisser (1991) expandiu o trabalho investigativo sobre o self e apresentou a distinção de mais dois tipos de eu implícito ou manifesto na primeira infância, estabelecidos muito antes do desenvolvimento de um eu conceitual. Desde o início do desenvolvimento os bebês possuiriam dois tipos de eixos dentro do domínio social ou físico. Cada um destes domínios forneceria informações perceptivas ao sujeito, que especificariam diferentes aspectos do eu: o *eu interpessoal* no domínio social, e, o *eu ecológico* no domínio físico.

Por tal concepção, o self interpessoal se desenvolveria fora das transações da criança com os outros, caracterizando o desenvolvimento do sentido de experiência compartilhada e de reciprocidade. Por sua vez, no domínio físico, os bebês desenvolveriam uma sensação de seu próprio corpo em relação a outros objetos, o que configuraria o eu ecológico (Neisser, 1991).

Ou seja, este eu ecológico representaria o sentido que os bebês desenvolvem sobre seu próprio corpo físico como agente diferenciado e situado em relação a outros objetos fornecido pelo meio ambiente. Assim, o self-ecológico se desenvolve na medida em que os bebês interagem com objetos físicos e a partir de como eles percebem seu próprio corpo diretamente via autoexploração (Rochat, 2010).

Para Butterworth (1995), o conceito proposto por Neisser sobre o eu na infância se respalda em um crescente número de observações fornecidas por pesquisas que evidenciam que na origem do desenvolvimento os bebês manifestam o sentido do eu tanto ecológico como interpessoal. Desta forma, a perspectiva do desenvolvimento, por si mesma, responderia como se torna possível relacionar os dois primeiros níveis de self aos níveis quatro e cinco através do desenvolvimento da representação de si.

Ainda nesta perspectiva, as descobertas em Psicologia do Desenvolvimento Infantil sobre percepção visual, por exemplo, têm fornecido importantes evidências acerca da fundação ecológica do self. Por estas, o self passa a existir objetivamente “de fora para dentro”, uma vez que a virtude de sua corporificação se respalda pela evidência de que o sentido primário do self corporificado é, sobretudo, perceptualmente vinculado à estabilidade do meio visual, especialmente para o terreno percebido na periferia da visão (Butterworth, 1995).

O aspecto corporificado do self se apresenta constituído a partir da percepção da identidade entre processos proprioceptivos sinestésicos e visuais. O princípio de unidade inerente ao aspecto reflexivo ou cognitivo do self surge, portanto, do aspecto perceptual-ecológico do self. Os dois primeiros níveis de self – o ecológico e o interpessoal – favorecem uma consciência primária de si, enquanto que os dois últimos níveis – o self-estendido e o self-privado – favorecem uma consciência secundária (Rochat, 2010).

Na visão de Neisser (1991), ainda que a distinção entre consciência de si de ordem primária e de ordem secundária possa ser compreendida como similares, é preciso considerar a distinção entre a consciência de si como um produto (proprioceptivo) da percepção e a consciência de si reflexiva, como um produto de representação, memória e pensamento. A

ligação entre estes dois níveis de self se estabelece a partir de uma última evidência, o experimento clássico sobre o desenvolvimento da consciência do self no espelho.

Para Butterworth (1999), o autoreconhecimento no espelho tem se revelado como importante indicador diagnóstico da emergência de um autoconceito, e tem origem no mesmo período da aquisição do conceito de permanência, proposto por Piaget. Do mesmo modo, o aspecto autobiográfico do self emerge simultaneamente a aquisição de uma teoria da mente por parte da criança, que caracteriza a habilidade do sujeito em atribuir uma vida mental aos outros (Souza e Gomes, 2005, p. 84).

Neste sentido, Stern (1985), ainda que centrado no universo interpessoal dos bebês, propõe que as crianças nos dois primeiros meses de sua vida desenvolvem um senso implícito de si mesmo, que de alguma forma se revela como pré-social, uma vez que ainda não está baseado na reciprocidade com os outros em si. Propõe ainda que durante este período, as crianças desenvolvem um sentido implícito, ao qual denominou self-emergente, que precede o desenvolvimento do self-central, que corresponderia ao self-interpessoal proposto por Neisser (1991; 1995).

Para Stern (1985, p. 45), nestes dois primeiros meses os bebês experimentam principalmente sua própria organização comportamental em termos de estados flutuantes, que se caracteriza como crescente organização sensorial-motora e em termos de aprendizagem sobre as relações entre várias experiências sensoriais, incluindo sons, visões simultâneas, cheiros, estimulação ao toque, sensações proprioceptivas e visuais.

A sensação de um self-emergente corresponderia tanto ao sentido do processo quanto ao produto da crescente integração intermodal e sensoriotécnica. Como um subproduto do aprendizado e da experiência sensorio-motor precoce, destaca o autor, o sentido de um eu emergente seria primário, favorecendo o desenvolvimento de uma relativa independência das interações sociais.

Como já destacado, a partir dos anos de 1970, os estudos promovidos por Durval e Wicklund (1972) encabeçaram um movimento teórico e sistematizado dirigido à compreensão do homem a partir da percepção de si mesmo, ou seja, do autofoco, dimensão por muito tempo negligenciada tanto na tradição teórica, como na prática metodológica da ciência psicológica.

Segundo Nascimento e Roazzi (2013), os trabalhos experimentais destes teóricos se revelam fundamentais ao campo de investigação científica da autoconsciência na modernidade, favorecendo a recuperação da pergunta pela qualidade autorreflexiva da

consciência, recurso por muito tempo ofuscado pelo behaviorismo e correntes psicodinâmicas e humanistas da psicoterapia psicológica.

Durval e Wicklund (1972) concebem a autoconsciência como um processo autoavaliativo, com dinâmica organizativa, considerando o momento em que o self, de forma automática, compara autoconteúdos atuais no fluxo da consciência com padrões de autocorreção internalizados. Para os teóricos, tanto a percepção quanto a concepção do sujeito acerca do que é certo ou errado, ético ou antiético, belo ou feio, valoroso ou sem valor, por exemplo, dependerá significativamente da extensão do intervalo entre as duas instancias – self real e self ideal. E é exatamente este intervalo que determinará o tipo de experiência emocional resultante (Nascimento, 2010).

Concebe-se desta forma, que a correlação ou discrepância entre o self ideal e o self real permite ao sujeito identificar o sentimento de afeto prazeroso ou ansiedade que experimentará cujo conteúdo e intensidade definirão não somente a direção futura que tomará em relação ao sentimento, mas também a direção de seus focos atencionais, a partir dos quais, o sujeito se manterá em estados autoconscientes ou tentará desviar a atenção do self para objetos não-self (Nascimento e Roazzi, 2013).

Neste aspecto, Morin, (2004) destaca o surgimento de um modelo com maior amplitude, mais global, que busca integrar fatores neurológicos, sociais, ecológicos e fatores cognitivos que conduzem à autoconsciência.

Tal modelo evidencia a existência de três principais fontes de autoconsciência, em que o meio social compreende avaliações emitidas pelos outros ao Self e que o tornam autoconsciente: *mecanismo de comparação social*, pelo qual se evidencia o quanto a presença de outros sujeitos influencia o processo de autoconsciência; o *mundo físico*, contendo fontes de informação que podem induzir à autoconsciência; e, o *Self* como dimensão capaz de aprender sobre si mesmo através de processos cognitivos internos, ou seja, via discurso interno e imagens mentais.

Esta fonte de autoconhecimento exige a participação de estruturas específicas do cérebro, especialmente os lobos pré-frontais. Segundo Nascimento (2010), um grande número de ligações se revela possível entre todas essas fontes de autoinformação, evidenciando o modelo proposto como um sistema altamente dinâmico, em que vários dos elementos envolvidos se afetam e se estimulam mutuamente. Entretanto, apesar de todos os fatores envolvidos e concebidos como importantes, sejam estes, ecológicos, neurológicos, sociais ou cognitivos, ressalta-se que no fenômeno da autoconsciência, a fala interna se revela

fundamental, uma vez que sem esta, o modelo sofreria sérias consequências em sua consistência.

#### 4.1 - Autoconsciência Fenomenal

A psicologia tem praticamente origem nas investigações da consciência, promovidas por Wundt, em 1879, que buscou identificar seus elementos básicos e constituintes, ou seja, as sensações. Mais de um século depois a consciência ainda é, muitas vezes, concebida como, enigmática, misteriosa e impenetrável, ou de extrema complexidade enquanto fenômeno cognitivo.

Segundo Nascimento (2008), se por um lado à consciência tem se caracterizado como uma das mais nobres áreas da psicologia, por outro, impressiona a inexistência de outro campo psicológico cujo avanço tenha se revelado tão lento e tão dependente dos estudos fisiológicos, especialmente dos respaldados pela Filosofia da Mente.

Para o autor, os instrumentos de reflexão conceitual disponíveis na atualidade parecem ainda incapazes de evitar que cientistas empíricos se debrucem sobre temática tão marcada por grande confusão conceitual, e às vezes, em desacordos empíricos e interpretativos a cerca da grande quantidade de dados atuais sobre a consciência e suas funções mais sofisticadas, entre elas a autoconsciência.

Na concepção de Damásio (2000), por exemplo, a consciência pode ser entendida como fenômeno inteiramente de ordem privada, de primeira pessoa, que comumente denominamos mente. Contudo, consciência e mente se vinculam estreitamente a comportamentos externos que podem ser observados por terceiras pessoas. Assim, todo conhecimento científico sobre a mente e o comportamento humano está baseado em uma incontestável correlação entre as dimensões privadas (*mente de primeira pessoa*) e públicas (*comportamento de terceira pessoa*).

Para Chalmers (1995), não existe nada que se conheça melhor do que a consciência. Porém, promover sua reconciliação com tudo o que já se conhece a seu respeito tem se revelado, cotidianamente, tarefa extremamente difícil. Neste sentido, o autor salienta que a experiência humana consciente é, ao mesmo tempo, a coisa mais familiar e mais misteriosa ao homem, e, por muito tempo seu estudo foi negligenciado por estudiosos do cérebro e da mente, que respaldados na errônea concepção de que a ciência, que depende da objetividade, não teria condições ou espaço de, e para, acomodar algo tão subjetivo.

Sabe-se que o movimento behaviorista, que dominou o campo da psicologia no início do século XX, se concentrou, quase que exclusivamente, no comportamento observável e desestimulou qualquer investimento ou projeto que focasse os processos mentais internos. Somente com a ascensão da ciência cognitiva, na década de 1960, a psicologia voltou a concentrar sua atenção nos processos subjetivos, mantendo, contudo, a consciência fora dos seus limites de abrangência e de interesses por várias décadas.

Chalmers (1995, p. 41) ressalta ainda que, mesmo que ao longo dos últimos anos se constate o crescente número de neurocientistas, psicólogos e filósofos, que rejeitando de forma veemente a concepção de que a consciência não pode ser estudada, têm buscado desvendar seus segredos e mistérios; observa-se que tal movimento tem originado um complexo emaranhado de teorias, diversas e conflitantes, que muitas vezes, utilizam conceitos básicos em caminhos incompatíveis.

Em consonância, Velmans (2009) aponta que não surpreende o fato de que as diversificadas suposições sobre a natureza da consciência e, conseqüentemente, das diferentes formas como se pode estudá-la, tenham criado significativas divisões entre as comunidades de pesquisa. Para ele, é consenso entre pesquisadores que ao longo dos séculos, as exaustivas tentativas de conceituação da consciência têm promovido uma vasta gama de definições, que ora se apresentam muito amplas, ora demasiadamente estreitas, sem, contudo, estabelecerem um significado central e universalmente aceito.

Em sua concepção, tais definições precisariam se apresentar suficientemente amplas, possibilitando incluir todos os exemplos de estados conscientes, e ao mesmo tempo suficientemente estreitas a fim de excluir as entidades, os eventos e os processos não conscientes. Porém, o desviar destes princípios básicos parece ter se tornado prática comum nos estudos modernos sobre a consciência, e como consequência, criado confusões e divisões internas no campo de pesquisa. Deste modo, é preciso considerar que o termo consciência faz direta referência a diferentes significados, para diferentes pessoas, e, em diferentes momentos da vida (Velmans, 2009).

Consciência refere-se diretamente a própria experiência do sujeito, e seu conteúdo engloba todos os fenômenos de que este está, ciente, consciente ou experimentando. Cabe ressaltar que os fenômenos da consciência incluem não apenas experiências que o sujeito comumente associa a si próprio, como pensamentos, sentimentos, imagens, sonhos, sensações corporais e, etc.; como também, o mundo tridimensional que experiencia além da superfície corporal, ou seja, no mundo fenomenal.

Pensar o constructo da consciência, e sobre como este tem sido abordado na tradição psicológica desde sua origem até os tempos atuais, tem se revelado algo, muitas vezes, confuso e obscuro, destaca Velmans (2009). A profusão de aspectos que se encontram sob o elemento consciência, tem levado diferentes estudiosos, nas mais distintas áreas de conhecimento, incluindo a psicologia, a lançar olhares, ora dispares, ora complementares, tanto sobre sua ontogênese quanto sobre seu dinamismo (Nascimento, 2008).

Neste aspecto, Chalmers (1995) chama a atenção para o fato desta profusão de pontos de vistas dentro do referido campo ter variado de teorias reducionistas, segundo as quais a consciência pode ser explicada pelos métodos padrões da neurociência e da psicologia, até perspectivas terminantemente opositoras – as quais ele denominou posições “misterianas” (*mysterians*) -, que pregam à impossibilidade de se compreender a consciência. Contudo, em sua concepção, a análise mais detalhada poderia revelar que ambas as visões podem ser consideradas confusas ou errôneas, e que a verdade que se busca sobre o fenômeno investigado pode se encontrar em algum lugar entre as mesmas.

Chalmers (1995) ressalta ainda que os pesquisadores utilizam a palavra “consciência”, muitas vezes, de maneiras bastante diferenciadas, revelando que o esclarecimento de tais questões exige primeiro, separar os problemas que são agrupados, constantemente, sob o nome consciência. Para tanto, tornar-se-ia útil aos propósitos das investigações uma clara distinção entre os "problemas fáceis" (*easy problem*) e os "problemas difíceis" (*hard problem*) da consciência.

Contudo, salienta o autor, não se devem conceber os primeiros como algo trivial, uma vez que se revelam tão desafiadores quanto à maioria dos problemas investigados pela psicologia ou biologia; assim como também não se pode esquecer que é exatamente nos “problemas difíceis” que reside o mistério central da consciência.

Por tal lógica, os problemas fáceis englobariam os questionamentos relativos à: como os sujeitos humanos conseguem discriminar os estímulos sensoriais e reagir adequadamente aos mesmos; como o cérebro destes sujeitos integra informações de muitas fontes diferentes e as usa para controlar o comportamento; ou ainda, de que forma, estes indivíduos poderiam verbalizar seus estados internos. Embora todas estas questões estejam associadas à consciência, todas dizem respeito aos mecanismos objetivos do sistema cognitivo, destaca Chalmers (1995).

Por sua vez, os problemas difíceis abarcariam o questionamento sobre como os processos físicos no cérebro humano originam as experiências subjetivas. Este enigma envolve tanto o aspecto interior do pensamento como o da percepção, ou seja, o modo como

os sujeitos sentem e experienciam as coisas vividas no mundo. O grande desafio consistiria, então, em identificar e entender a subjetividade humana, já que para o entendimento adequado da consciência se faz necessário, primeiro, identificar e compreender como os processos físicos são acompanhados por experiências conscientes (Chalmers, 1995, p. 42).

Nesta direção, Damásio (2000) postula que em uma perspectiva mais neurobiológica, por mais que se considere a questão do self como crucial à elucidação da consciência, torna-se fundamental entender que o seu problema se restringe a ela mesma, uma vez que se revela como uma combinação de dois problemas intimamente relacionados.

O primeiro consiste em entender como o cérebro humano engendra padrões mentais que, por falta de um termo melhor, se denomina “imagens de um objeto”. O segundo, por sua vez, se refere à compreensão de como, paralelamente ao engendramento de padrões mentais para um objeto, o cérebro também engendra um sentido do self no ato de conhecer.

Ressalta-se que a concepção de *Objeto* empregada pelo teórico em foco, designa entidades extremamente diversas, tais como uma pessoa, um lugar, uma melodia, uma dor, ou, um estado de êxtase; enquanto que, a de *Imagem* está diretamente associada a um padrão mental em qualquer modalidade sensorial, tais como, uma imagem sonora ou tátil, ou ainda, uma imagem de um estado de bem-estar. Seriam estas imagens que comunicariam aspectos das características físicas do objeto e, por sua vez, informariam também uma reação no sentido de gostar ou não, que os sujeitos desenvolvem em relação a um objeto, bem como em relação aos planos referentes que podem ter em relação a este, ou ainda, à rede de relações do mesmo em meio a outros objetos.

Para Damásio (2000), a resolução deste problema exige considerar a questão filosófica dos *qualia*, definida como as qualidades sensoriais implicadas nos processos da consciência humana, ainda em estudo. Por sua vez, a resolução do segundo problema implica também em compreender como as imagens de um objeto e da complexa matriz de relações, reações e planos ligados ao mesmo são percebidas como a inconfundível propriedade mental de um sujeito proprietário que, indubitavelmente, é quem observa, percebe, toma conhecimento, pensa e potencialmente age de maneira automática.

Por tais premissas, tal problemática tende a se revelar ainda mais instigante e complexa devido ao fato de não se poder afirmar que “a solução tradicionalmente proposta para ele - um homúnculo incumbido de conhecer -, como propõe Dennett (1991), é patentemente incorreta”. Sua resolução exige identificar e melhor conhecer os alicerces biológicos da peculiar capacidade humana de construir não somente padrões mentais de

objeto, mas especificamente, padrões mentais que transmitem, de maneira automática e natural, o sentido de um self no ato de conhecer.

Desta maneira, considerando desde seus níveis mais elementares aos mais complexos, consciência pode ser concebida como um padrão mental unificado que reúne o objeto e o self (Damásio, 2000, p. 27). Destaca-se, contudo, que tal posicionamento, inicialmente abordado por Velmans (1995), e posteriormente ampliado por Chalmers (1995), foi duramente criticado por Dennett (2007), que acreditava que as qualidades subjetivas da experiência consciente, os *qualia*, se revelam tão confusas que não constituíam uma refutação válida ao fisicalismo.

A partir de um posicionamento mais fisiológico, pela qual se pressupõe a existência de um impulso vital, sem o qual não se poderia explicar a vida, Dennett (2007) prega que a questão central do problema da consciência não deve ser restringida a uma mera divisão de campos, sejam eles fáceis ou difíceis, mas sim, direcionada à busca de compreensões mais sólidas acerca de como esta divisão é operada, considerando os aspectos funcionais da qualidade subjetiva da experiência dos sujeitos.

Para Dennett (1996) é fundamental conceber que a consciência não se encontra situada em uma área específica do cérebro, mas se estabelece a partir de uma sequência de entradas e saídas (*inputs* e *outputs*), formando uma espécie de rede que possibilita a mobilidade da informação processada. Assim, é preciso considerar os riscos do introspeccionismo como forma de compreender a consciência, já que a mesma se configura como um fenômeno difuso, resultado de diversos eventos que ocorrem ao mesmo tempo em nosso cérebro.

E neste caso, avalia Dennett (1996), se os *qualias* existem, o sujeito não se apresenta como maior autoridade acerca dos mesmos já que pode se enganar em relação a sua percepção, registro e descrição. Desta forma, é preciso se compreender a mente como resultante de uma série de subprocessos que se comunica entre si, e a consciência, por sua vez, como resultado de uma evolução gradual, pela qual cada um de seus subprocessos pode ser selecionado separadamente. Isto significa, segundo Fagundes (2009), que alguns destes subprocessos se comunicam com outros, passando por várias áreas cerebrais e se tornando conscientes, sem que haja, contudo, momento ou local exato para que isto ocorra.

Ainda em suas proposições, Dennett (1991) salienta que estudar a mente representa estudar o funcionamento do cérebro, pois que a mente é o que o cérebro faz ou realiza, e seu estudo revela que não existe neste, um controle geral ou um lugar para onde tudo converge. A estrutura do cérebro é, na verdade, a de vários grupos de neurônios que trabalham paralelamente, mesmo quando os sujeitos realizam atividades demasiadamente simples como observar uma figura colorida que se move. Não é correto crer que as experiências conscientes,

ou seja, a vida mental do sujeito acontece em algum lugar, seja no cérebro, ou em alguma substância mental.

A mente em si, se configura como um palco interno por onde passa o fluxo da consciência, complementa Dennett (1991). E neste âmbito, o sujeito humano é apenas um observador que assiste a um espetáculo teatral, sendo ele possuidor de uma espécie de tela cerebral, na qual as experiências são projetadas. A percepção sobre um objeto ou fenômeno se estabelece de forma fragmentada, em partes; e a consciência, por sua vez, se configura como o lugar para onde todas estas informações convergem.

Nas palavras de Dennett (1991), a consciência é um palco ou uma tela onde tudo se reúne e forma a percepção global, uma espécie de teatro cartesiano. O cérebro sempre realiza duas ações: processa a informação de cada coisa ou evento, separadamente, em suas respectivas áreas cerebral; e, posteriormente reúne tudo para formar uma experiência consciente do conjunto.

Porém, é preciso considerar que não existe neste um local onde tudo se reúne ou onde tudo deve passar. Não há essa necessidade; assim como não é preciso que toda informação já processada em áreas separadas do cérebro seja reprocessada para se tornar uma experiência consciente, como se tudo tivesse que ser feito duas vezes (Toledo, 2006).

A partir de tais pressupostos, o teórico postula que a ênfase na introspecção, originária da corrente oriental, e pela qual se concebe consciência como habilidade cognitiva prioritariamente acessível e inteligível a partir de instrumentos em primeira pessoa; bem como sua fidedignidade promovida por autorrelatos, não se revelam bastantes ou suficientes para expressar fielmente um retrato da vida mental humana. Especialmente, se mesmo quando certos ou cientes das experiências, erros e confusões no processo de introspecção se revelam frequentes o bastante para desqualificá-lo.

Assegura-se assim que não existe nos estudos da consciência espaços para a introspecção, ou ainda para o seu acesso através de uma perspectiva em primeira pessoa. Ao contrário, a consciência somente pode ser acessada a partir de uma perspectiva em terceira pessoa, uma vez que é preciso considerar a heterofenomenologia envolvida no processo, sendo esta, entendida como modalidade fenomenológica efetuada pelo "outro".

Somente assim, destaca Dennett (1991), é possível considerar uma forma de interpretação neutra dos aspectos fenomenológicos da experiência humana, caracterizada pela "suspensão" dos juízos em relação às convicções dos próprios sujeitos, evidenciando de forma concreta como estes percebem, significam e interpretam fatos, coisas e experiências no, e do mundo; e, não como elas são ou ocorrem de fato.

Ou seja, a dimensão fenomenal dos sujeitos é passível de verificação intersubjetiva, pela qual a heterofenomenologia possibilita a análise dos mundos fenomenológicos como ficções que expressam a compreensão e a experiência subjetiva acerca da realidade, e não a realidade em si. Tanto que Azanga (2009) ao se debruçar sobre a temática destaca comparativamente o que considera como as principais teorias da consciência, focando especialmente as abordagens da ordem superior; espaço de trabalho global e teoria biológica.

Segundo este autor, entre os teóricos da primeira abordagem existe o consenso de que uma experiência é fenomenologicamente consciente somente em virtude de outro estado, que é a experiência. Neste campo de conhecimento postula-se que o estado de ordem superior é um pensamento, e que, uma experiência consciente consiste em uma representação no sistema visual, acompanhada de um pensamento relativo ao que o mesmo sujeito está experienciando no momento (Azanga, 2009).

Sobre o conceito de espaço global da consciência, o autor ressalta que o mesmo foi originalmente sugerido por Bernard Baars, e depois atualizado em uma perspectiva mais neural por Stanislas Dehaene, Jean-Pierre Changeux e colaboradores (2006). Diferente de Dennett (1991) que concebia a consciência como espécie de máquina virtual que faz releituras sobre os eventos em esboços múltiplos que ocorrem no cérebro, Baars (1988) afirmava que a consciência deveria ser entendida como um sistema funcional chamado de espaço de trabalho global. Baseado neste pressuposto, ele descreveu diversas funções adaptativas da consciência, destacando os principais motivos pelos quais, em sua concepção, a mesma poderia ter sido selecionada durante a evolução biológica.

Para Baars (1988) a consciência tem como principal função auxiliar o organismo a se situar em diversos contextos em que está inserido, e que conseqüentemente terá que se adaptar. Seu papel consiste em favorecer a evocação de conteúdos adequados à solução de problemas, a partir de certas condições não previsíveis completamente. Portanto, a consciência também tem a função de auxiliar na aprendizagem.

Ressalta-se que conteúdos já conhecidos ou pouco informativos ficam sempre longe do foco da consciência. Ou seja, quando um sujeito olha para um conteúdo antigo de forma consciente é porque encontra neste algum tipo de novidade, ainda que seja um simples momento de revivência ou reavaliação de suas próprias memórias e sentimentos. É este processo de revivência que evidencia a função adaptativa da consciência, que se revela altamente capaz de editar, demarcar e depurar conteúdos.

Por tais premissas, a consciência não apenas contribui para a aprendizagem, mas também favorece a adaptação do que já foi apreendido às mudanças. Ela desempenha uma

função de controle sobre a probabilidade de um conteúdo se tornar consciente, o que contribui diretamente para a tomada de decisão, e especialmente para o controle dos impulsos.

Na concepção de Abaras (1988), é a metacognição consciente que permite ao sujeito controlar comportamentos impulsivos através da repetição de valores e critérios para ação, como verificado em crianças que aprendem a controlar seus comportamentos inadequados através do uso da fala interna.

A fala interna se estabelece através do contato direto do sujeito consigo mesmo e possibilita à consciência avaliar os comportamentos com um conceito de self próprio. Assim, é possível ao sujeito, de maneira consciente, treinar o comportamento de forma mais adequada ou adaptada, bem como prevenir hábitos concebidos como ruins e instalar hábitos considerados positivos. Por fim, tal capacidade evidencia que a consciência está configurada em uma forma de autoprogramação e manutenção de si mesmo (Bellini-Leite, 2013).

Segundo Gazzaniga (2009, p, 1112), tal perspectiva pressupõe a existência de uma rede neural, na qual se estabelece uma espécie de competição entre coalizões neurais, envolvendo áreas, tanto frontais como sensoriais, onde as coalizões vencedoras são conscientes. Em síntese, algumas dessas coalizões dominantes desencadeiam reverberações centrais através de conexões de longo alcance para o córtex frontal, criando ativações que ajudam a manter ambas as ativações centrais e periféricas.

Damásio (2000) salienta que entre os neurocientistas, a concepção de que algumas áreas do cérebro controlam ativações e reativações, em outras áreas específicas, possibilitando o processamento da consciência, é amplamente aceita na atualidade. Sistemas perceptivos fornecem representações que são consumidas pelos mecanismos diretamente responsáveis pelo relato, raciocínio, avaliação, decisão e lembranças, e que, por sua vez, reproduzem representações que são consumidas pelo próprio conjunto de mecanismos.

Uma vez percebida, a informação é "transmitida globalmente" ao córtex frontal, e se torna disponível a todos os mecanismos cognitivos sem processamento adicional. Na perspectiva do teórico, a consciência nada mais seria do um fenômeno global de radiodifusão.

A este respeito, Gazzaniga (2009) propõe que a teoria do espaço de trabalho global se revela como uma forma do que os filósofos chamam de funcionalismo, pelo qual a consciência é caracterizada por uma estrutura abstrata que não inclui os detalhes desordenados da neurociência.

O autor destaca ainda a teoria biológica como uma das principais teorias da consciência, originalmente derivada dos postulados de Demócrito e Hobbes, e atualizada na década de 1950, pela qual se concebe a consciência como algum tipo de estado biológico do

cérebro, onde a transmissão global e o pensamento de ordem superior representariam o que a consciência faz do que é a consciência.

Ou seja, uma função da consciência na visão biológica seria promover a transmissão global. Esta transmissão global em alguns casos, mas não em todos, poderia levar ao pensamento de ordem superior. Ainda por tal perspectiva, tanto o espaço de trabalho global como as vistas de pensamento de ordem superior deixam muitos detalhes abertos sobre o funcionamento real do cérebro para serem reconhecidas como teorias adequadas da consciência.

As informações no cérebro são codificadas eletricamente, para depois serem transformadas em um código químico, retornando posteriormente a um código elétrico. Deste modo, de acordo com Gazzaniga (2009) seria tolo por demais assumir que essa transformação de uma forma para outra é irrelevante para a base física da consciência.

Dybvig (2005) se apresenta como mais um crítico da perspectiva mais funcionalista da consciência, acrescentando que para uma compreensão mais concreta sobre a mesma seria necessário considerar os aspectos fenomenais dos estados conscientes, não se limitando a uma perspectiva reducionista, materialista, pela qual se tende a explicar a consciência através dos correlatos cerebrais.

Este autor defende que os principais posicionamentos a respeito desta relação dualista mente-cérebro tem origem antes mesmo do século XX, caracterizando a mente como um substrato não físico, e o cérebro, como seu contraponto. Ou seja, o cérebro seria o estado físico da mente, o que nos impediria de acessar verdadeiramente a consciência, uma vez que sua vinculação à mente (dimensão não física) possibilitaria apenas o acesso da mesma a partir dos seus correlatos, quase sempre, físicos.

Em consonância, Viana (2016) salienta que tal entendimento, respaldado pelo campo das neurociências, correlatos e afins, aponta para uma direta influência da dimensão anátomo-fisiológica do cérebro na concepção da consciência, caracterizando-a, sobremaneira, como dependente desta base física, ou ainda, como consequência da mesma.

Neste sentido, tanto a filosofia como a psicologia oriental têm se mostrado contrárias a tal posicionamento, salientando que ainda que não se possa negar a existência da materialidade da realidade, as características físicas da consciência devem ser entendidas como nível mais elementar da mesma, e não como a consciência em si.

Para Viana (2016) o modelo proposto, por si só, não é suficiente para explicar a complexidade de tal domínio, considerando que o mesmo exige uma compreensão mais

ampla, a partir de uma perspectiva fenomenal cuja ênfase de análise compreenda a perspectiva em primeira pessoa.

Em outras palavras, é preciso considerar a forma como os próprios sujeitos interpretam e relatam as experiências vivenciadas, diferente do proposto pela psicologia ocidental, que considera a consciência a partir de uma perspectiva em terceira pessoa.

Tal perspectiva, diretamente influenciada pela fenomenologia europeia e filosofia indiana clássica, no âmbito dos estudos modernos da consciência, tem em Searle (2007) um dos principais expoentes, pelo qual se concebe a consciência como processo predominantemente, fenomenológico.

Dito de outra forma, tal perspectiva reconhece os referenciais neurofisiológicos da consciência, sem, porém, se limitar a estes termos. Desta forma, expande-se a concepção de consciência ao introduzir, de modo complementar e dialógico, os aspectos fenomenais dos sujeitos com ênfase nos relatos em primeira pessoa.

Searle (1996) propõe que a atividade de pensar não consiste em fazer correlações, de maneira correta, entre um sistema simbólico com outro. Evidencia-se assim, a existência de algo maior, ou mais sofisticado do que a manipulação de símbolos, que possibilitaria a compreensão dos mesmos quando empregados pelos sujeitos. Deve-se considerar que a mente humana, ao contrário de um computador digital, funciona com intencionalidade. Um sistema somente pode ser entendido como intencional quando sua atividade se fundamenta em razões intrínsecas a ele mesmo.

Para o teórico, a ação de um sistema mental é, na maioria das vezes, o resultado de uma atitude que envolve a reflexão, o que evidencia que tal atitude por si mesma não pode jamais ser concebida como um procedimento computacional e algorítmico. Ao contrário, a atitude reflexiva se caracteriza pelo fato do sujeito conhecer as razões que o levam a agir de um modo ou de outro. E isto não implica um conhecimento pormenorizado do objeto, fato ou ação em questão, já que, em muitas situações, a conduta do sujeito estará pautada exatamente no desconhecimento sobre ela.

Em consonância, Morin (2005) também aponta para o fato de haver na literatura científica especializada, nos últimos anos, uma espécie de ressurgimento importante acerca do conceito de consciência e a seus vários graus possíveis. Novas terminologias e modelos que descrevem os níveis de consciência estão sendo introduzidos rapidamente, especialmente no que se refere à consciência reflexiva, primária, nuclear, estendida, recursiva e mínima.

Contudo, destaca o autor, embora uma definição clara de "consciência" seja o grande desejo dos estudiosos da área, esta avalanche de novos conceitos ainda se revela bastante

confusa. Especialmente porque alguns teóricos têm formulado seus modelos sem fazer referência aos pontos de vista existentes, adicionando de forma redundante complexidades desnecessárias a um problema já bastante complexo.

Ao propor uma análise mais apurada sobre os níveis de consciência, Morin (2005) salienta que o fundamento teórico básico utilizado para contrastar e integrar as recentes propostas sobre a temática baseia-se na clássica distinção estabelecida, primeiro por Mead (1934), e depois por Duval e Wicklund (1972), entre o processo de concentração da atenção para o meio ambiente, caracterizada como consciência; e, a atenção dirigida para dentro de si mesmo, ou para o eu, definida como autoconsciência. Tal justificativa se respalda no fato do referido quadro teórico ser bastante utilizado no campo da psicologia social experimental e da personalidade, servindo de orientação às pesquisas empíricas por mais de três décadas.

Para Morin (2005), uma especial qualidade do modelo “social/personalidade” consiste na parcimônia, pela qual se postula que para dirigir a atenção para si mesmo ou para o meio, um organismo primeiro precisa estar acordado. Caso contrário, utiliza-se o termo “inconsciência”, que designa um estado isento de processamento de informação, seja do meio ambiente ou do eu, como nos casos do coma ou sono.

Quando acordado, o organismo experimenta diretamente percepções, sensações, pensamentos, etc, sem necessariamente estar ciente de que tais eventos perceptivos e mentais ocorram. O organismo estará totalmente imerso na experiência, que se configura como ato irrefletido no ambiente de uma pessoa.

Por tal perspectiva, acredita-se que a maioria, se não todos os animais possuem “consciência”. Os humanos, por sua vez, passam grande quantidade de tempo em um estado de consciência, interagindo com objetos e pessoas, conversando, caminhando ou pensando coerentemente, sem, contudo, monitorar tais atividades, o que caracterizaria o que se pode denominar de “*consciência fenomenal*” (Block, 1995), entendida como ato ou processo de vivenciar experimentos mentais em reação ao estímulo externo, como ver, cheirar, provar ou sentir dores.

Ressalta-se que embora a definição de consciência fenomenal enfatize a consciência de estímulos externos e não o eu, exige uma consciência mínima de si mesmo, possibilitando que o organismo se mova e interaja com o meio ambiente. Na concepção de Morin (2005), tal processo pode ser nominado como “perspectiva de primeira pessoa” ou “perspectiva de subjetividade”, pois envolve uma percepção implícita e difusa do corpo que permite autonavegação espacial articulada.

Já a autoconsciência refere-se à capacidade de um sujeito em se tornar o objeto da própria atenção, e ocorre quando um organismo se concentra não no ambiente externo, mas no meio interno (Duval e Wicklund, 1972). O sujeito se transforma em um observador reflexivo, processando autoinformação. Este organismo torna-se consciente de que está acordado e que realmente experiencia eventos mentais específicos, comportamentos emissores e que possui características únicas.

Neste aspecto, Morin (2005) salienta que pesquisas anteriores mostram de forma confiável que as pessoas se concentram diferencialmente em autocaracterísticas privadas e públicas, levando a diferentes fatores motivacionais, cognitivos, sociais (Wicklund e Gollwitzer, 1987), e, a efeitos comportamentais (Buss, 1980; Carver e Scheier, 1981).

A mesma observação pode ser aplicada tanto à consciência quanto à autoconsciência, já que ambos os estados produzem efeitos únicos, fato pelo qual os dois termos não devem ser equacionados. Para Morin (2005) a consciência sobre os próprios aspectos pessoais caracteriza a "*autoconsciência privada*", que se revela como uma forma mais elevada de autoconsciência em comparação com as próprias autodimensões públicas ou "*autoconsciência pública*".

Assim, este tipo de autoinformação é muito mais conceitual do que público. Por isso, considera-se que vários processos autorreferenciais estarão implicados na autoconsciência, sendo alguns destes, partes integrantes da atividade geral de autoconsciência, como a recuperação de memória autobiográfica, a autodescrição, a autoavaliação e a autofala. Por sua vez, outros processos, representam consequências, ou mais precisamente podem ser compreendidos como subprodutos de autorreflexão, tais como autoreconhecimento, autoestima e autorregulação.

Morin (2005) recorre aos postulados de Fenigstein, Scheier e Buss (1975) para caracterizar o estado de consciência pessoal, que ocorre quando um organismo pode concentrar-se em autoaspecto privados ou públicos, consistindo os primeiros em eventos e características externamente não observáveis, tais como as sensações fisiológicas, as emoções, as percepções, valores e objetivos. Por fim, um último nível de consciência, denominado "meta-autoconsciência", se caracteriza pelo ato ou processo do organismo estar ciente de que é autoconsciente (Morin e Everett, 1990).

Tal modalidade ou nível de consciência representa basicamente uma extensão lógica da fase anterior. Ou seja, enquanto um organismo verbalmente competente e autoconsciente pode verbalizar, "*eu estou com raiva*", o mesmo organismo em um estado de meta-

autoconsciência pode proclamar, *"eu estou ciente do fato de estar com raiva"*, ou ainda, *"estou atualmente analisando meu estado emocional de me sentir irritado"*.

Morin (2005) ressalta ainda que a "analogia do espelho" serve perfeitamente à ilustração da diferença entre autoconsciência e meta-autoconsciência. Como exemplo, ele cita o fato de uma pessoa poder se posicionar próximo a um espelho e examinar um autoaspecto público específico, tal como uma pequena descoloração da pele ou uma espinha. Ou ainda, poder se mover um pouco para trás, e assim observar sua total imagem refletida. No primeiro caso, o sujeito se torna consciente de uma autodeterminação específica (autoconsciência), enquanto que na segunda, percebe que está envolvido em auto-observação (meta-autoconsciência).

Por ultimo, o teórico acrescenta que tanto a autoconsciência como a meta-autoconsciência envolve o saber que, somos a mesma pessoa ao longo do tempo - autohistória; que somos o autor de nossos pensamentos e ações – autoagência; e que, somos distintos do meio ambiente - autocoerência. Ambas as formas de consciência superior também resultam na percepção de que existimos como uma entidade independente e única no mundo, e que somente a morte seria a máxima representação do correlato inevitável da vida - consciência da morte (Morin, 2005).

*“Um valor? No sentido de satisfação comigo mesmo? Neste momento? [pausa] Não sei como eu posso fazer isso [pausa]. Eu definindo, no caso? [pausa] Entendi [pausa reflexiva]. Estabelecer um valor pra mim mesmo. Ah, uma pessoa que merece muita coisa, que não merece pouco, que não pode se contentar com pouca coisa. Ah, não sei responder [riso nervoso] É difícil responder quando você nunca parou para se olhar, né?”*

**Armando**, 32 anos Homossexual;  
Abusado sexual por 03 agressores aos 07 anos de idade.

## 5 - AUTORREPRESENTAÇÕES DO SELF (Autoconceito e Autoestima)

A literatura especializada tem evidenciado grande diversidade de termos, tais como “*self*”, “*ego*”, “*autoestima*”, “*autoimagem*”, como sinônimos de autoconceito, não havendo, contudo, consenso quanto à utilização dos mesmos. Segundo Rogers (1975) as pessoas se definem a partir de suas experiências, considerando que a visão de mundo privada ou particular do sujeito pode ou não coincidir com a realidade objetiva. Deste modo, pode-se conceber que o self está dentro da experiência do indivíduo, e que o mesmo se revela não como dimensão estável ou imutável, mas de forma organizada e consistente, em constante formação e mudança.

Referente às autorrepresentações do self destaca-se que a autoestima se revela como uma das principais dimensões, sendo concebida como o conjunto de sentimentos e pensamentos que um sujeito constrói ao longo da vida acerca de seu próprio valor, bem como de suas competências e adequação, gerando atitudes positivas ou negativas em relação a si mesmo (Rosenberg, 1965).

A autoestima está diretamente relacionada ao autoconceito, e ambas as dimensões psíquicas figuram como importantes construtos multidimensionais, que se correlacionam de forma positiva em uma relação causal recíproca e sistemática. Ao passo que o autoconceito reflete uma avaliação cognitiva do indivíduo sobre seus próprios atributos, habilidades e características frente a domínios específicos, como aparência física, competência acadêmica, etc.; a autoestima caracteriza um significado afetivo mais geral que estes atributos, habilidades e características têm para o mesmo (Tamayo, 1981).

Autorrepresentação pode ser entendida como a capacidade humana de olhar para si mesmo. A partir da influência do meio em que vive, o sujeito escolhe, com diferentes níveis de intenção, todo o universo que comporá a autorepresentação de si, o que a caracteriza como uma busca pela autoafirmação, figurando como meio e forma como um sujeito deseja ser percebido em determinado momento.

Neste aspecto, Noronha (2017) salienta que entre as possibilidades de investigação, a autorrepresentação do self nos fornece os meios para compreender como um sujeito ou grupo de sujeitos se autoavalia e julga, assim como sobre como o mesmo se relaciona com o meio, e ainda, como busca ser avaliado ou julgado a partir da interpretação do jogo performativo das representações sociais.

Para esta autora, a autorepresentação como objeto de investigação possibilita ainda comparar as tensões existentes com as diferentes representações mais usuais sobre determinados sujeitos ou grupos sociais, favorecendo a compreensão acerca das distintas influências recebidas e o exame dos processos envolvidos na produção hegemônica, suas relações de poder e correspondências com a representatividade, política e social dos mesmos.

Ou seja, a autorepresentação se relaciona diretamente com a construção da identidade pessoal e social, fornecendo ao sujeito, ou grupo, os meios para que estabeleça uma maior aproximação entre os discursos sociais e sua individualidade, que será intermediado pela busca de uma autoafirmação (Silva e Barreto, 2018).

Estudos têm apontado que entre os fatores pessoais, o autoconceito tende a se revelar como fundamental aspecto para a avaliação dos recursos internos por parte dos sujeitos, sendo o mesmo constituído e estruturado ainda no período de infância (Millani e Loureiro, 2009; Mello e Dutra, 2008; Colaciti, 2006; Di Napoli e Bosa, 2005; Martins, 2005).

É durante toda a infância que a criança experencia grande variedade de relações interpessoais, na família, na escola e nos demais grupos de pertença, que se estabelecem como o contexto de modulação do conhecimento de si mesmo (Bronfrenbrenner, 2011).

A partir de tais pressupostos, autoconceito pode ser concebido como um conjunto de crenças e autopercepções, construídas ao longo da vida, envolvendo atitudes, sentimentos e conhecimentos sobre capacidades, habilidades e aceitação social, que direcionam a conduta dos indivíduos, permitindo que assumam novas responsabilidades na vida (Tamayo, 1981).

Como já ressaltado, a construção de conhecimentos sobre o fenômeno da autoconsciência de forma sistematizada no âmbito da cognição é algo relativamente recente, tendo assumido maior relevância a partir da década de 1970, com as investigações de Duval e Wicklund (1972).

Suas pesquisas modernas de autofoco com exposição sistemática do significado cognitivo da autoconsciência e de sua definição operacional como atenção prestada ao self abriram espaços para hipóteses relativas à centralidade da autoconsciência no funcionamento psicológico e psicossocial mais geral, e cognitivo em particular, enquanto instância modeladora dos pensamentos, sentimentos e comportamentos, autoconceito e da autoestima em formas particulares (Nascimento, 2008).

Autoconsciência se caracteriza como processo de alta ordem cognitiva e mais alta operação instanciada pelo sistema cognitivo, na qual o ato de refletir sobre si mesmo depende significativamente de processos autorrepresentacionais baseados em diferentes modalidades de codificação cognitiva. Segundo Morin (2002), são essas modalidades que permitem ao

sujeito efetivar internamente uma replicação e extensão no tempo dos mecanismos sociais e físicos de autofoco, possibilitando que a autoconsciência se dê também fora de interações sociais e transforme o próprio self em uma fonte privilegiada de autoconhecimento.

Para Campbell (1990) a autoconsciência está diretamente associada ao self, regulando e organizando a constituição e estruturação do autoconceito, que se estabelece como produto estrutural de atividades reflexivas, propenso a mudanças sempre que o indivíduo se depare com novos papéis, situações e/ou transições da vida (Demo, 1992). Ou seja, o processo de estruturação da autoavaliação torna-se mais favorável através do tempo, uma vez que possui uma base móvel a partir da qual surgem flutuações contextuais. Assim, o autoconceito representa o conjunto de autoestruturas que se traduzem em atitudes relativamente estáveis e em características que compõe a personalidade de um indivíduo.

Demo (1992) destaca que apesar de inúmeros estudos e pesquisas concentrarem suas análises sobre as dimensões estruturais do autoconceito, pouco ainda se conhece acerca das contribuições dos aspectos situacionais, ou seja, qual a influência do tempo, ou ciclos da vida, nas mudanças sobre sua estruturação, bem como sobre quais as condições sociais responsáveis por suas mudanças e estabilidades.

Conforme L'Ècuyer (1978), por exemplo, o autoconceito é concebido como um sistema multidimensional hierárquico composto por estruturas fundamentais que se desdobram em subestruturas e em categorias, que por sua vez, irão caracterizar suas múltiplas facetas, configuradas pela experiência diretamente vivida, percebida, simbolizada e conceituada pelo sujeito. Neste sentido, o autoconceito se revela dinâmico, com variação constante durante o processo evolutivo, sem sedimentação cumulativa ou gradativa, uma vez que emerge do sentimento de unidade, coerência e estabilidade que permite ao sujeito se reconhecer em qualquer momento da vida.

Campbell e Lavalley (1993) salientam que o autoconceito e a autoestima se caracterizam como dois construtos multidimensionais essenciais, que se correlacionam de forma positiva em uma relação causal recíproca e sistemática. Assim, uma visão positiva de si mesmo ou uma boa identidade promove autoestima positiva. Por sua vez, o autoconceito se estabelece enquanto atitude valorativa que o sujeito desenvolve e revela sobre si mesmo, referenciando a estima, os sentimentos, as experiências ou atitudes que o mesmo desenvolve sobre seu próprio eu (Sánchez e Escribano, 1999).

O autoconceito desempenha um papel central na dimensão psíquica, e se revela de grande importância tanto à experiência vital, como à saúde emocional, e especialmente, ao desenvolvimento construtivo da personalidade. Tal funcionalidade o evidencia como estrutura

de conhecimento cognitivo que possibilita ao sujeito acumular progressiva e seletivamente conhecimentos relevantes sobre de si, sendo sua principal função, favorecer a adaptação do organismo ao ambiente, e estando sua constituição e desenvolvimento fortemente atravessados pelas solicitações da cultura (Gazzaniga e Heatherton, 2005).

Tanto o self como o autoconceito é diretamente influenciado por diferentes papéis sociais e relacionamentos pessoais que o sujeito estabelece e vivencia em diferentes situações e contextos, o que implica em diferentes *selves*. Estes *selves* se configuram como autoconceito funcional, capazes de selecionar informações que se revelam fundamentais à utilização imediata do sujeito (Gazzaniga e Heatherton, 2005).

Compreende-se desta forma que o autoconceito se constitui e se define ao longo do desenvolvimento graças à influência das pessoas significativas do ambiente familiar, escolar e social, bem como das próprias experiências de sucesso e/ou de fracasso vividas pelos sujeitos (Bronfenbrenner, 2011).

No campo de estudos que busca entender o processo de formação e desenvolvimento do autoconceito se sobressaem duas importantes teorias: o simbolismo interativo, ou teoria do espelho, proposta por Cooley (1902) e Mead (1934), pela qual o autoconceito se revela como consequência das avaliações realizadas pelas pessoas do ambiente mais próximo; e, a aprendizagem social, pela qual se considera que o sujeito constitui e desenvolve o autoconceito durante a infância por meio de um processo de “imitação”, incorporando em seus próprios esquemas as condutas e as atitudes das pessoas que lhes foram importantes ou significativas na época (Mendes et al, 2012; Macedo e Silveira, 2012).

Relativo à evolução do autoconceito deve-se considerar tanto, o enfoque cognitivo - que define que o desenvolvimento do autoconceito se revela como processo que reúne, ao mesmo tempo, mudanças quantitativas e qualitativas; quanto o enfoque ontogênico – que busca descrever como o autoconceito emerge e se delinea, percorrendo as diferentes etapas do desenvolvimento.

Enquanto o primeiro tende a considerar que na medida em que se passam os anos, o autoconceito amplia seu conteúdo e o sujeito passa a perceber maior quantidade de características de si mesmo; o segundo concebe que à medida que a criança vai crescendo, seu autoconceito vai se formando e se cristalizando.

Em uma perspectiva mais social, Wallon (1975) propõe o desenvolvimento do eu como decorrente da relação com o outro, sendo o conceito de si resultado de um processo de individuação, eminentemente social, onde os meios e os grupos pelos quais a criança passa, possui papel fundamental. Assim, os primórdios da consciência se assemelham a uma nuvem

nebulosa, onde os processos vivenciados pelo sujeito se encontram indiscerníveis e indissociáveis dos processos do meio em que se encontra. Aos poucos o “*eu*” se diferencia e se configura como uma entidade autônoma, sempre acompanhada de um “*sub-eu*” - o outro.

Neste contexto, ressalta-se que as pesquisas sobre a constituição do autoconceito precisam considerar tanto os aspectos culturais quanto os históricos, já que tal dimensão psíquica abrange não apenas a noção de autoestima, mas também a de autoimagem, consolidando-se como uma atitude que o sujeito tem de si, a partir da maneira como se percebe. Deve-se considerar que o autoconceito representa a percepção que o sujeito tem de si próprio e do conceito que, devido a tal percepção, forma de si mesmo (Noronha, 2017; Reis e Silva, 2014).

Para alguns teóricos a autoimagem se caracteriza como sinônimo de autoconceito. Entretanto, é preciso considerar que a mesma enfoca especialmente os aspectos sociais que influenciam sua formação ou estruturação. Já a autoestima, deve ser entendida como uma atitude valorativa do sujeito para consigo mesmo (Viana, 2016).

Assim, pode-se dizer que o autoconceito se constitui na direta relação das ações do sujeito em suas interações a partir do olhar que produz sobre si mesmo. E, portanto, revela-se como uma instância não fixa, uma vez que sempre existe a possibilidade do próprio sujeito construir ou produzir outras imagens de si mesmo, incluindo outros valores e outras ações no mundo (Silva e Barreto, 2018; Noronha, 2017; Moreno e Branco, 2015).

Enquanto muitos estudos sobre o autoconceito têm se concentrado quase que exclusivamente em suas dimensões estruturais, pouquíssimos focalizam seus aspectos temporais. Conforme Demo (1992) há uma necessidade de maior atenção dos pesquisadores sobre as mudanças no conceito de si mesmo, vivenciadas pelos sujeitos, de uma situação para outra, de um relacionamento para outro, ou ainda, de um ano ou estágio de vida para outro. Tal investimento favorece compreensões mais concretas sobre as condições sociais que influenciam as mudanças e a estabilidade no autoconceito.

Como evidenciado, estudos apontam que o autoconceito se constitui enquanto construção psicológica, formado e estruturado a partir das experiências interpessoais em variados contextos sociais, bem como através das expectativas e julgamentos do outro, especialmente quando significativo ao sujeito.

Neste ponto, evidencia-se certo consenso teórico na academia científica sobre a origem do autoconceito a partir de um contexto interpessoal que se estabelece durante a infância e a adolescência, e que se configura como a percepção que o sujeito constrói sobre a

avaliação de si próprio, bem como sobre a avaliação que as pessoas significativas fazem a seu respeito, fundamentais à estruturação e regulação da autoestima.

Deve-se considerar que os primeiros sentidos e valores introjetados por uma criança são sempre impostos pelo mundo externo (Mello e Dutra, 2008). Especificamente nos casos de VSCA, considerando a incapacidade de defesa e o estado de vulnerabilidade da vítima, é possível presumir o significativo desacordo estabelecido entre o autoconceito e a experiência vivida, fator que parece significativo para a promoção de uma postura, muitas vezes, autodepreciativa por parte da vítima.

Com o passar do tempo, e com a ampliação da consciência sobre a própria realidade, provavelmente tal desacordo tenda a se transformar em sentimentos de angústia, vergonha e culpas, desencadeando desequilíbrio psíquico e grande sofrimento. Diante da condição insalubre vivenciada no cotidiano a criança/adolescente poderá revelar severos comprometimentos no autoconceito.

Destaca-se que em muitas situações a realidade vivenciada pela vítima de VS na infância e/ou adolescência se revela tão difícil de ser compreendida objetivamente, que parece mais viável sua negação e/ou distorção. Assim, pessoas vitimadas pela VSCA parecem ter na construção de suas autoimagens, visões distorcidas de si, carregadas de autodepreciações devido aos sentimentos de culpa e ao sofrimento, que se refletem na autoestima.

*“Eu sou alguém que tem uma vontade muito grande de ajudar, de organizar o mundo, as pessoas. Mas, ao mesmo tempo me sinto uma pessoa muito fraca para lidar com algumas questões. Por exemplo, eu não tenho tranquilidade para lidar com a violência sexual. Sempre sofro muito! Eu sou alguém que ainda está tentando se entender.”*

**Murilo**, 35 anos, Homossexual;  
Abusado sexualmente pelo vizinho aos 12 anos de idade.

## 6 - METODOLOGIA

Esta grande seção compreende o relato de pesquisa de tese, composto por três estudos particularizados, sendo um *Ex-post-facto* (Estudo 01), e dois Estudos de Caso Múltiplos, de base qualitativa (Estudos 02 e 03), cada um cumprindo um desígnio específico concernente aos objetivos e teste empíricos das hipóteses da tese. No contexto global da investigação empírica, a organização do estudo seguiu os requerimentos abaixo notificados.

### 6.1 - Perspectiva do Estudo

A literatura especializada tem revelado a fundamental importância e participação da autoconsciência na organização e estruturação do autoconceito dos sujeitos, podendo a mesma em determinadas situações de vida, se revelar: reflexiva, possibilitando-o a experenciação de sentimentos mais propositivos de si mesmo; ou ainda, ruminativa, produzindo estados psicopatológicos (Nascimento e Roazzi, 2013; Nascimento, 2008; Durval e Wicklund, 1972).

Autoconceito pode ser entendido como o conjunto de autopercepções do indivíduo. Estas percepções de si mesmo tem origem nas relações e interações estabelecidas pelo sujeito com o outro e com o meio em que está inserido, podendo sofrer transformações ao longo do ciclo vital (Bronfrenbrenner, 2011).

Diferentes teorias psicológicas concebem o autoconceito como uma construção particular mediada na interação do indivíduo com o contexto e experiências positivas e negativas internalizadas, sejam estas, físicas, afetivas, intelectuais ou sociais. A partir de tais pressupostos compreende-se que o autoconceito fulgura como constructo multirreferencial que envolve diversos aspectos da personalidade, constituindo-se como estrutura central cognitiva, centrada nas mudanças evolutivas das capacidades humanas em diferentes etapas da vida (Demo, 1992).

Estudos também têm ressaltado a importância da infância e da adolescência ao desenvolvimento e estruturação da autoconsciência e do autoconceito. Ambas as fases da vida são entendidas como fundamentais períodos de desenvolvimento social e emocional dos sujeitos, nas quais ocorrerá o aprimoramento das capacidades cognitivas acadêmicas e

sócioemocionais, tanto presente como futuras (Bandura, 2010; L'Ecuyer, 1975:1985; Hart e Damon, 1986; Harter, 1998).

Ressalta-se que muito se tem discutido acerca dos prejuízos de ordem física e psicológica para os sujeitos expostos e/ou submetidas às situações de violência na infância e/ou adolescência (Libório, 2004; Faleiros, 2004; Faleiros, E., 2000; Leal, 1999).

A VS, especificamente, tem sido constantemente apontada como promotora de grandes impactos não apenas sobre o desenvolvimento, mas também sobre a regulação da autoestima, desencadeando estados de autoconsciência reflexiva ou ruminativa, o que compromete a regulação do autoconceito e provoca autopercepções ou reconhecimentos de si difusos ou deturpados (Krindges, Macedo e Habigzang, 2016; Cara e Neme, 2016; Jin Huh e Cavalani, 2011; Krindges, Macedo e Habigzang, 2016; Cara e Neme, 2016; Jin Huh e Cavalani, 2011).

Partindo do pressuposto de que a VS se apresenta como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição das vítimas, prejudicando a adequada percepção de si e a regulação do autoconceito, este estudo objetiva investigar como as vítimas percebem os impactos da violência sexual sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self (autoconceito e autoestima) ao longo do ciclo vital. Para tanto, se caracteriza como estudo de epistemologia mista, no qual se articulam momentos nomotéticos (Estudo 01) e ideográficos (Estudos 02 e 03), possibilitando melhor acercamento das questões de pesquisa.

## **6.2 - Objetivos**

### **6.2.1 - Objetivo Geral:**

- ✓ Investigar os impactos da violência sexual percebidos pelas vítimas sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self (autoconceito e autoestima) ao longo do ciclo vital.

### 6.2.2 - Objetivos Específicos:

- ✓ Descrever os níveis e tipos de autoconsciência situacional e disposicional entre vítimas de violência sexual na infância e adolescência em diferentes faixas etárias ao longo do ciclo de vida;
- ✓ Reconhecer a estrutura do autoconceito desses sujeitos em diferentes faixas etárias ao longo do ciclo vital;
- ✓ Investigar níveis e tipos de autorrepresentações do self (autoconceito e autoestima) entre jovens e adultos vitimados pela violência sexual na infância e/ou adolescência;
- ✓ Mapear as inter-relações entre dimensões da autoconsciência (situacional e disposicional) e das autorepresentações do self (autoconceito e autoestima) em diferentes fases de desenvolvimento ao longo de suas vidas;
- ✓ Descrever a estrutura da violência sexual contra crianças e adolescentes em termos de suas incidências e sentidos ao longo do ciclo vital;
- ✓ Testar instrumental de análise acerca dos impactos da violência sexual sobre os processos de autofocalização e autoconsciência e representações do self ao longo do ciclo da vida em relação a indicadores sociodemográfico comparativamente com indivíduos não vítima de violência sexual;
- ✓ Avaliar a influência da qualidade dos processos proximais e das transições ecológicas sobre a ocorrência da violência sexual na infância e adolescência;
- ✓ Identificar os sentidos e impactos da violência sexual na estruturação da autoconsciência, autoconceito e autoestima entre jovens e adultos vitimados na infância e/ou adolescência.

### 6.3 - Método:

O referido estudo se apresenta como pesquisa multimétodo, com triangulação metodológica entre análises qualitativas e delineamento *ex-post-facto* com uso de escalas psicométricas, fundamentadas na teoria das facetas (Bilsky, 2003; Páramos, 1999), por se tratarem de construtos complexos e multidimensionais (Guttman, 1968).

Para tanto, está dividido em duas etapas. A primeira, estruturada a partir de um delineamento de tipo *ex-post-facto*, de natureza quantitativa e corte transversal, com o objetivo de investigar como as vítimas percebem os impactos da violência sexual sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self (autoconceito e autoestima) ao longo do ciclo vital.

Pesquisas *ex-post-facto* se caracterizam como investigações sistemáticas e empíricas na qual o investigador não tem controle sobre as variáveis independentes, uma vez que já ocorreram suas manifestações, ou ainda, porque as mesmas são intrinsecamente não manipuláveis (Gil, 2008, p. 54). Neste tipo de pesquisa, a manipulação da variável independente torna-se impossível, uma vez que as mesmas chegam ao pesquisador já tendo exercido os seus efeitos. Evidencia-se também a impossibilidade de designar aleatoriamente sujeitos e tratamentos a grupos experimentais. Assim, pesquisas *ex-post-facto* lidam com variáveis que, por sua natureza não são manipuláveis, tais como: sexo, classe social, nível de escolaridade e etc (Kerlinger, 1979).

A segunda etapa do estudo se configura como estudos de caso, envolvendo análises qualitativas, com o objetivo de avaliar como os indivíduos percebem os impactos da violência sexual ao longo de suas vidas. Destaca-se que o estudo de caso se evidencia como estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes (Yin, 2001, p. 27). Sua vantagem em relação a outras metodologias, tais como as pesquisas históricas, consiste na possibilidade de acréscimo de duas fontes de evidências: a observação direta e a série sistemática de entrevistas.

Seu poder diferenciador concentra-se na capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências, tais como, documentos, artefatos, entrevistas e observações. Ressalta-se que os estudos de caso são úteis para informar aos pesquisadores sobre condições raras, que não podem ser facilmente estudadas de outras maneiras, podendo levá-los a desenvolver hipóteses, que poderão ser testadas por meio de outros métodos (Yin, 2001). Ou seja, tipicamente, se opta pelo mesmo quando um indivíduo possui uma condição particular, incomum ou notável. Conforme os propósitos da pesquisa, o estudo de caso pode apresentar a

história do indivíduo, seus sintomas, comportamentos característicos, reação a situações e respostas ao tratamento (Cozbys, 2003, p. 133/134), o que coaduna com os propósitos do estudo em questão.

#### **6.4 - Participantes do Estudo Geral**

A amostra do estudo geral foi composta por 236 sujeitos jovens e adultos, com idades entre 18 e 59 anos. Deste total, 147 participantes se autoproclamaram do sexo feminino e 89 do sexo masculino. Os mesmos compuseram dois subgrupos da amostra, vítimas e não vítimas de VS na infância e/ou adolescência, obedecendo ao seguinte escalonamento: Mulheres (Não-Vítimas – 95; Vítimas – 52); e, Homens (Não-Vítimas – 64; Vítimas – 25). Neste sentido, destaca-se a utilização das categorias de gênero masculino e feminino, possibilitando a inclusão de sujeitos transexuais na amostragem.

Todos os sujeitos participantes foram recrutados através de Instituições do Ensino Superior (IES) da Grande Região Metropolitana do Recife – GRMR, e da Região do Sertão do Pajeú pernambucano. Como critérios de inclusão, estabelecemos: residir no estado de Pernambuco; ter mais de 18 anos; estar em condições emocionais para participar voluntariamente do estudo. Como critérios de exclusão, consideramos: ser criança ou adolescente.

#### **6.5 - Instrumentos e Materiais do Estudo Geral:**

Para a estratificação e análise quantitativa das respostas foram desenvolvidos instrumentais que possibilitaram estabelecer uma escala de riscos, classificados por níveis (exemplos: inexistente, moderado, médio e alto risco) identificados a partir dos próprios sujeitos. Para a análise qualitativa relativa à estruturação da autoconsciência, foram adotadas entrevistas semiestruturadas ou temáticas, possibilitando avaliar questões como: percepção e/ou compreensão dos sujeitos sobre a VS enquanto situação de risco; consciência dos próprios processos históricos enquanto vítimas da VS; e, como os sujeitos investigados se percebem diante das situações e condições de risco vivenciadas. Como instrumentos de análises complementares, foi realizada a aplicação de medidas psicométricas e entrevista em profundidade com apoio de roteiro prévio, conforme descrição abaixo:

- ✓ Questionário de Ruminação-Reflexão - QRR: validado no Brasil por Zanon e Teixeira (2006), a partir da escala original de Trapnell e Campbell (1999). Composto por 24 itens que avaliam as diferenças individuais na capacidade cognitiva de autofoco enquanto um traço (disposicional), formada pelos fatores: ruminação e reflexão, com bom índice de consistência interna alfa de Cronbach de .87 nos dois fatores. O instrumental apresenta itens como: *“Eu sempre pareço estar remoendo, em minha mente, coisas recentes que eu disse ou fiz”* (Ruminação), respondidos em uma escala Likert de 05 pontos variando de 01 (discordo totalmente) a 05 (concordo totalmente);
  
- ✓ Escala de Autoconsciência Situacional - EAS: validada por Nascimento (2008). É composta por 13 itens que avaliam as diferenças individuais na capacidade cognitiva de autofoco enquanto estado (situacional), e formada pelos fatores “reflexão”, “ruminação” e “mediação icônica”, com índices de consistência interna de .74, .74 e .69 respectivamente. Permite distinguir formas de autofoco ansiosas e não ansiosas e a mediação cognitiva de autoconsciência por imagens mentais, também apresentando bons indicadores de validade convergente. Contém itens como *“Neste instante, eu penso sobre aspectos meus que me causam ansiedade”*, os quais são respondidos numa escala Likert de 05 pontos em que, variando de 01 (discordo totalmente) a 05 (concordo totalmente). Os indivíduos são orientados a marcar o grau de adequação dos conteúdos das autoafirmações a partir do modo como se percebem no exato instante em que respondem ao instrumento.
  
- ✓ Escala de Autoconsciência Disposicional - EAD: elaborada e validada por Nascimento (2008). Possui 22 itens que avaliam as diferenças individuais nas capacidades de autofoco enquanto um traço (disposicional), composta pelas dimensões de conscientização - que representam a disposição de estar consciente de si mesmo; atentividade - que representa uma preocupação estar atento a si mesmo com o vetor dos sistemas atencionais direcionados ao Self; e, mediação cognitiva - que representa o caminho cognitivo pelo qual o Self se auto-observa. A escala apresenta índices de consistência interna alfa de Cronbach de .71 para conscientização; de .76 para atentividade; e, de .66 para mediação cognitiva. Possui itens como: *“Eu gosto de me autoanalisar, de refletir sobre mim mesmo e conhecer mais meus pensamentos, emoções e necessidades”*, os quais são respondidos em escala Likert de 05 pontos variando de 01 (discordo totalmente) a 05 (concordo totalmente);

- ✓ Escala de Autoconsciência Revisada - EAC-R: validada por Gomes e Teixeira (1996) para uso no Brasil, a partir da versão original norte-americana (Scheier e Carver, 1985). Composta por 22 itens que avaliam diferenças individuais na qualidade e frequência do autofoco. Foi desenvolvida por Scheier e Carver (1985), buscando preencher as lacunas encontradas na Escala de Autoconsciência (EAC) de Fenigstein, Scheier e Buss (1975). A escala apresenta estrutura trifatorial: autoconsciência privada, autoconsciência pública e ansiedade social, com índices de consistência interna variando de .69 a .74. Possui itens como: “*Eu penso muito sobre mim mesmo*” (item 04, Autoconsciência Privada); “*Eu geralmente me preocupo em causar uma boa impressão*” (item 13, Autoconsciência Pública); “*É difícil para eu trabalhar quando há alguém me olhando*” (item 07, Ansiedade social);
  
- ✓ Escala Fatorial de Autoconceito (EFA): elaborada e validada por Tamayo (1981). Composta por 78 itens que avaliam o autoconceito global, considerando 06 diferentes fatores: ansiedade social; autocontrole; valores ético-morais; receptividade; segurança; e, fatores somáticos. Estruturada em escala likert de 07 pontos. Sua forma de avaliação e precisão foram rigorosamente estabelecidos, podendo ser utilizada não só como instrumento de pesquisa, mas também na clínica, na seleção de pessoas e nos programas de prevenção;
  
- ✓ Escala de Autoestima de Rosenberg – adaptada e validada para a língua portuguesa por Nascimento (2009). Revela estrutura unifatorial (F1) Autoestima Global (AE) (Alfa de Cronbach = sem informação no estudo de validação). Composta por 10 itens, estruturados em escala likert de 04 pontos (“01” – “Discordo completamente” e “05” – “Concordo completamente”). Avalia a maneira como o indivíduo se sente em relação a si mesmo, seus autosenntimentos através de itens típicos, como: “*em geral, estou satisfeito (a) comigo mesmo (a)*”, (Item 01); e, “*às vezes acho que não sou bom (boa) de jeito nenhum*”, (Item 02);
  
- ✓ Escala de Religiosidade Global (ERG) – elaborada e validada por Nascimento (2008). Composta de um único fator (F1), Religiosidade Global (RG). Estudo de validação/Alfa de Cronbach = .85, distribuídos em 05 itens, formatado em escala likert de 05 pontos (“01” – “Discordo completamente” e “05” – “Concordo

completamente”), cujo objetivo é aferir os níveis de religiosidade, avaliados globalmente. Possui itens típicos, como: “*eu sou adepto de uma determinada tradição religiosa, acredito em suas crenças fundamentais, participo de seus rituais e procuro orientar a minha vida cotidiana segundo seus ensinamentos*”, (Item 01); e, “*eu participo de rituais religiosos e vários de meus comportamentos são orientados religiosamente, além de executar práticas religiosas quando estou sozinho ou em companhia de outras pessoas*”, (Item 02);

- ✓ Escala de Religiosidade de Item Único (ERIU) – elaborada e validada por Nascimento (2016). Mensura a religiosidade a partir de um único item com foco nos níveis de envolvimento com a religião autopercebidos. Formatada em escala tipo Likert de 05 pontos, indo de “01” (Nenhum envolvimento e participação) a “05” (Altíssimo envolvimento e participação), a partir de questão indutora versando sobre envolvimento e participação nas atividades, cultos e obrigações religiosas;
- ✓ Questionário Sociodemográfico: elaborado por Souza Neto e Nascimento (2020), consiste em um protocolo contendo questões acerca de informações como sexo, idade, grau de instrução, estado civil, orientação sexual, renda pessoal e familiar, local de residência e estado de saúde. Especificamente foram propostas questões sobre o histórico pessoal e familiar dos participantes, bem como sobre suas percepções e concepções relativas à violência sexual e seus impactos sobre o autoconceito e autoestima;
- ✓ Inventário Violência Sexual – IVS: elaborado por Souza Neto e Nascimento (2020; em fase de validação). Busca identificar o grau ou nível de intensidade da VS sobre as dimensões da autoconsciência e das autorrepresentações do self a partir da percepção dos próprios sentimentos dos sujeitos vitimados na infância e adolescência através de processos rememorativos. O instrumental é composto por 25 itens que buscam avaliar a percepção das vítimas de VS sobre a autoconsciência reflexiva: “*eu sempre me lembro da VS que sofri*” (item 01); autoconsciência ruminativa: “*depois da VS que sofri me sinto amargurado e triste*” (item 12); Mediação Icônica: “*até hoje me sinto inseguro no contato com outras pessoas*” (item 05); Autoconceito: “*não me considero mais uma pessoa boa ou digna do afeto de alguém*” (item 08); e, Autoestima: “*não sou interessante a ponto de atrair a atenção ou desejo de alguém*” (item 17). O

inventário está estruturado na formatação de escala Likert, de 05 pontos, variando entre: 01 – discordo totalmente e 05 – concordo totalmente.

#### **6.6 - Procedimentos Adotados no Estudo Geral:**

A coleta de dados foi realizada em Instituições de Ensino Superior – IESs privadas da Grande Região Metropolitana de Recife – GRMR e da Região do Sertão do Pajeú pernambucano, em variadas sessões, com tempo livre para resposta ao protocolo de pesquisa. Os instrumentos foram aplicados de forma individual e coletiva em ambientes livres de exposição sistemática durante resposta ao protocolo a estímulos autofocalizadores (espelhos, fotografias do self, etc.). As escalas foram operacionalizadas na pesquisa de modo aleatorizado por meio do Quadrado Latino (Cozby, 2003), gerando três formas do instrumento (Forma A; Forma B; Forma C), com igual disponibilização ao trabalho de resposta dos participantes. Os dados gerados foram digitados em planilhas do SPSS for Windows, versão 21, e encaminhados às análises estatísticas.

#### **6.7 - Análise de Dados do Estudo Geral:**

Para a extração dos fatores e levantamento das intercorrelações entre as escalas e subescalas, foram realizados procedimentos estatísticos relacionados à análise fatorial, sendo a mesma considerada importante ferramenta no contexto da psicometria, especialmente no processo de validação de instrumentos psicológicos (Pasquali, 2003). Para o restante das análises correlacionais foi utilizado à estatística de Pearson, para mostrar se a probabilidade da relação encontrada entre as variáveis se dava por erro amostral, dado que a hipótese nula seja verdadeira, além de informar sobre a magnitude e grau desse relacionamento (Dancey e Reidy, 2006).

Os resultados das análises psicométricas das medidas e multidimensionais com os dados dos relatos escritos e das entrevistas foram interpretados através dos pressupostos da Teoria das Facetas, proposta por Guttman (1968), para clarificar e testar hipóteses

cientificamente, a qual integra planejamento e análise de dados através de análises multidimensionais - MDS.

A Teoria das Facetas pode ser entendida como um procedimento de pesquisa metateórico que oferece um marco de referência formal que facilita o desenvolvimento de teorias e o estabelecimento de hipóteses; utiliza métodos que requerem um mínimo de restrições estatísticas e inter-relaciona sistematicamente delineamento de pesquisa, coleta de dados e análise estatística. De acordo com seus pressupostos, na maior parte das pesquisas empíricas não interessam quaisquer variáveis concretas, mas sim o universo das variáveis que representam. Com a definição clara do campo de interesse de modo universal, tanto os sujeitos participantes nas pesquisas quanto as operacionalizações, tais como, estímulos, itens, perguntas e tarefas, figuram unicamente como amostras do universo correspondente.

Isto significa que, independentemente dos instrumentos utilizados se atingirá imediatamente os resultados de pesquisa, desde que os instrumentos adotados apliquem as mesmas facetas, isto é, as mesmas categorias de conteúdo, para a classificação das observações empíricas. Neste sentido, a Teoria das Facetas se revela como procedimento de pesquisa que abrange três aspectos diferentes: a) oferece princípios sobre como delinear pesquisas para a coleta sistemática dos dados - ou seja, oferece um marco de referência formal que facilita o desenvolvimento de teorias, revelando-se como procedimento metateórico; b) apresenta uma variedade de métodos para analisar dados - métodos estes que se destacam por um mínimo de restrições estatísticas, e por este motivo, se revelam como adequados para analisar uma grande variedade de variáveis psicológicas e sociais; e, c) permite relacionar sistematicamente o delineamento da pesquisa, o registro dos dados e a sua análise estatística - ou seja, facilita expressar suposições teóricas, isto é, hipóteses, de tal forma que se pode examinar empiricamente a sua validade.

Assim, compreender como ocorre a conceituação de categorias torna-se fundamental para entender o comportamento humano e suas formas de visão de mundo em suas múltiplas facetas, bem como, para evidenciar a natureza dos conceitos formulados, e como estes são utilizados e organizados na relação do sujeito com o mundo (Roazzi, 1995). Para tanto, foram adotadas técnicas de análise qualitativa para abordagem do conteúdo da entrevista fenomenal em profundidade com foco na autoexperiência dos sujeitos (autoconsciência fenomenal) e do conteúdo das respostas, as quais geraram unidades temáticas (categorias), que foram enlaçadas por triangulação metodológica aos resultados das escalas psicométricas e fundamentadas por análises multidimensionais tipo SSA baseadas na teoria das facetas (Nascimento, 2010).

Ressalta-se que, além disto, o estudo foi complementado por análises de correlação para as escalas psicométricas e demais variáveis da atividade docente, e análises de regressão para construção de modelo teórico das relações entre os construtos da tese (Nascimento e Roazzi, 2013).

#### **6.8 - Aspectos Éticos do Estudo Geral:**

A fase de coleta de dados somente foi iniciada após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Parecer: 3.373.590). A participação no estudo foi condicionada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os participantes voluntários, todos jovens e adultos, de ambos os sexos e com idades entre 18 e 59 anos, foram previamente informados dos objetivos, procedimentos do estudo e do sigilo das informações prestadas. Todos os voluntários tinham capacidade civil e emocional para participar do estudo.

*Hoje, depois de minha maturidade, digamos assim, eu defino violência sexual como uma aniquilação do ser, como uma destruição [pausa] de uma vida. No sentido de, de que você se sente [pausa]. Quando você não tem a percepção correta do que é [pausa]. Você se sente ninguém. Você se sente abandonada. Você se sente desprotegida [pausa]. Você se sente agredida [pausa]. Você se sente, né? É terrível, tudo que pode depreciar uma pessoa.*

**Marta**, 53 anos, Heterossexual;  
Abusada sexualmente pelo pai dos 08 aos 16 anos de idade.

## 7 - ARTIGO 1 (*Estudo Ex-Post-Facto*)

### IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL SOBRE A AUTOCONSCIÊNCIA E AUTORREPRESENTAÇÕES DO SELF NO CICLO VITAL

### IMPACTS OF SEXUAL VIOLENCE ON SELF-CONSCIOUSNESS AND SELF- PRESENTATIONS OF THE SELF IN THE VITAL CYCLE

Epitacio Nunes de Souza Neto

**Resumo:** O presente estudo se caracteriza como fenomenal, do tipo *ex-post-facto*, de natureza quantitativa e corte transversal. Objetiva investigar os impactos da violência sexual percebidos pelas vítimas sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorepresentações do self ao longo do ciclo vital. A amostra foi composta por 236 sujeitos, sendo 146 do sexo feminino e 89 do sexo masculino, todos com idades entre 18 a 59 anos, divididos em dois grupos: vítimas e não vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência, da Grande Região Metropolitana do Recife – GRMR e da Região do Sertão do Pajeú pernambucano. Na coleta de dados foram utilizadas escalas psicométricas, fundamentadas na teoria das facetas. As escalas foram operacionalizadas na pesquisa de modo aleatorizado por meio do Quadrado Latino (Cozby, 2003) e os dados gerados foram digitados em planilhas do SPSS for Windows, versão 21. Na análise dos dados recorreu-se aos pressupostos da Teoria das Facetas (Guttman, 1968). Os resultados revelam que a violência sexual se constitui como fator de risco desenvolvimental à estruturação da autoconsciência, produzindo processos de autofoco ruminativos, potentes e persistentes, pelos quais as vítimas tendem a desenvolver concepções e sentimentos menos positivos e funcionais sobre si.

**Palavras-chaves:** Violência Sexual. Autoconsciência. Autorrepresentações do Self. Autoconceito. Autoestima.

**Abstract:** The present study is characterized as phenomenal, ex-post-facto type, quantitative and cross-sectional in nature. It aims to investigate the impacts of sexual violence perceived by victims on the development of self-awareness and self-representations of the self throughout the life cycle. The sample consisted of 236 subjects, 146 female and 89 male, all aged between 18 and 59 years, divided into two groups: victims and non-victims of sexual violence in childhood and / or adolescence, from the Greater Region Metropolitana do Recife - GRMR and the Sertão do Pajeú Region of Pernambuco. For data collection, psychometric scales were used, based on the theory of facets. The scales were operationalized in the research in a randomized way using the Latin Square (Cozby, 2003) and the data generated were entered into SPSS for Windows spreadsheets, version 21. To analyze the data, we used the assumptions of the Theory of Facets (Guttman, 1968). The results reveal that sexual violence constitutes a factor of developmental risk to the structuring of self-awareness, promoting ruminative, powerful and persistent self-focusing processes, whereby victims tend to develop less positive and functional conceptions and feelings about themselves.

**Keywords:** Sexual Violence. Self-awareness. Self-representations of the Self. Self-concept. Self-esteem.

## **Introdução**

A Violência Sexual (VS) é um problema de saúde pública que afeta milhares de pessoas no mundo e compromete a saúde e o bem-estar das vítimas. Não mais exclusivo do feminino e dos adultos, o fenômeno da VS tem acometido crianças e adolescentes, de várias nacionalidades, etnias/raças, religiões e classes econômicas, que por estarem em pleno desenvolvimento, tanto físico, como afetivo, cognitivo e social, se encontram em situação de vulnerabilidade e risco (Martinho, 2016; Zanella e Lara, 2016; Garcia e Pacheco, 2016).

Vítimas de VS na infância e adolescência tendem a apresentar déficits cognitivos e comprometimento significativo na estruturação da personalidade, podendo estes e outros danos perdurar ao longo do ciclo vital (Magni e Correa, 2016; Fernandes, Tavares e Pinheiro, 2016). Em qualquer de suas modalidades, a VS se caracteriza como fator promotor de psicopatologias capazes de comprometer a evolução psicológica, afetiva e social dos sujeitos

vitimados. Seus efeitos sobre a infância e a adolescência podem se manifestar tardiamente, de variadas formas, e em qualquer fase ou etapa do desenvolvimento (Cunha, Silva e Giovanetti, 2008; Sandersons, 2005; Prado, 2004; Morgado, 2001; Silva, 2000).

A literatura especializada tem apontado frequentemente as variadas e nefastas consequências da VS sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes (Fisher e Hurcombe, 2018; Guimarães, 2017; Hillis *et al*, 2016; Hébert, Lavoie e Blais, 2015; Schlösser, Rosa e More, 2014). Entretanto, quase nada se conhece de efetivo acerca de seus impactos ou reflexos ao longo do ciclo vital; e, menos sobre os seus prejuízos no desenvolvimento e estruturação da autoconsciência e das autorepresentações do self.

Partindo destes pressupostos, este estudo tem por objetivo investigar os impactos da VS percebidos pelas vítimas sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self, em especial, o autoconceito e a autoestima, ao longo do ciclo vital. Para tanto, busca ainda, descrever os níveis e tipos de autoconsciência (situacional e disposicional) em vítimas de VS na infância e adolescência em diferentes faixas etárias ao longo da vida; reconhecer a estrutura do autoconceito entre estes sujeitos, considerando as diferentes faixas etárias; investigar níveis e tipos de autorepresentações do self entre jovens e adultos vitimados pela VS na infância e/ou adolescência; mapear as inter-relações entre dimensões da autoconsciência (*situacional e disposicional*) e das autorepresentações do self (*autoconceito e autoestima*) em diferentes fases do desenvolvimento; e, testar instrumental de análise acerca dos impactos da VS sobre os processos de autofocalização e autoconsciência e representações do self ao longo do ciclo da vida em relação a indicadores sociodemográfico comparativamente com indivíduos não vítimas de violência sexual.

Parte-se da hipótese de que a VS compromete significativamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, promovendo estados de autoconsciência reflexiva ou ruminativa que comprometem a regulação do autoconceito e provocam autopercepções ou autorreconhecimento de si difusos ou deturpados. A VS na infância e/ou adolescência se caracteriza como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição dos sujeitos, capaz de comprometer a percepção de si e a regulação do autoconceito (Kringes, Macedo e Habigzang, 2016; Cara e Neme, 2016; Jin Huh e Cavalani, 2011; Borges e Dell'Aglio, 2008; Borges, 2007).

## **Autoconsciência e Autorrepresentações do Self**

A autoconsciência se caracteriza como a capacidade do sujeito se fazer objeto da própria consciência. Todo sujeito humano é capaz de refletir sobre si mesmo, podendo esta autorreflexão se efetivar em variados níveis ou graus, tornando-o objeto de sua própria consciência (Morin, 2006). A mesma pode tanto se relacionar a aspectos agradáveis como desagradáveis, configurando-se como autoconsciência reflexiva e ruminativa (Campbell, 1990).

A autoconsciência é geralmente concebida como um processo complexo e fundante da experiência humana, cuja definição vai além do ato do indivíduo focar sua atenção em si mesmo. Sua complexidade evidencia a inclusão de elementos multidimensionais que envolvem temáticas do self em direta interface com as emoções, recordações autobiográficas, senso de agência e traços de personalidade, bem como com os seus derivados, autoestima, autorregulação e etc (Nascimento, Paula e Roazzi, 2017).

Através da autoconsciência o indivíduo torna-se consciente do próprio self, incluindo tanto os seus aspectos, privados (pensamentos, crenças, opiniões, objetivos, sensações, atitudes, entre outros) como aspectos públicos (características mais variáveis, como aparência física e comportamentos).

Pode-se dizer que enquanto dimensão da consciência, a autoconsciência possibilita ao homem tanto o saber quem é; o saber que permanece a mesma pessoa ao longo do tempo; como, o saber que é diferente do restante do ambiente (Kircher e David, 2003). É este grau de autoconhecimento que se traduz em autoconsciência, estado psíquico pelo qual o sujeito é capaz de identificar, processar e armazenar ativamente informações sobre o próprio self, sendo este, compreendido como processo cognitivo básico de reflexão que viabiliza a interação comunicativa entre consciência e corpo (Morin, 2006; 2004).

Por tal perspectiva, concebe-se que o conceito de autoconsciência deve caracterizar e permear toda a dimensão experiencial, já que a mesma não se estabelece ou se efetiva unicamente em circunstâncias especiais (Husserl, 2006). Ressalta-se que o estudo da autoconsciência, definida operacionalmente como prestar atenção a si mesmo, tem como marco inaugural os estudos de Duval e Wicklund (1972), que a concebem como processo autoavaliativo em que o foco da atenção do sujeito incide sobre um autoaspecto do self, que por sua vez, será comparado com padrões de correção estabelecidos pelo ambiente social.

Geralmente tais processos comparativos geram juízos de discrepância entre o self e padrão social, com distintas consequências comportamentais e cognitivas, que dependerão

diretamente da distância do estado atual do self em relação ao padrão correspondente (Nascimento, 2008). A concepção de autoconsciência proposta por estes teóricos tem parte de sua origem nos postulados de Mead (1934/1962) sobre a dimensão social do homem (Silveira, 2011).

Cabe destacar que, segundo Mead (1969), autoconsciência se configura como uma capacidade inata do sujeito tornar-se objeto para si mesmo em virtude das relações que estabelece com os outros sujeitos sociais. Ou seja, tal dimensão da consciência humana se constitui a partir da adoção pelo sujeito da perspectiva do outro social em relação a si mesmo.

No campo da Psicologia, frequentemente, o fenômeno da autoconsciência é compreendido como traço da personalidade, capaz de determinar uma disposição ou tendência natural humana de focar os pensamentos para dentro de si. Tal habilidade é concebida como *Autoconsciência Disposicional*. Contudo, como a mesma funciona também como capacidade adaptativa do sujeito ao meio, favorecendo a reflexão sobre si mesmo, evidencia-se uma segunda dimensão, concebida como *Autoconsciência Situacional* (Fenigstein *et al*, 1975).

Enquanto o primeiro tipo de autoconsciência traduz a capacidade do sujeito em concentrar de forma estável sua atenção sobre si mesmo, o que a caracteriza como tendência ou traço de personalidade imune a manipulação experimental; o segundo se apresenta como um estado transitório e volátil de atenção dirigida ao self a partir, e dependente, dos estímulos ambientais (Teixeira *et al*, 2011). Concebe-se assim, que a autoconsciência disposicional se estabelece como uma disposição ao autofoco, desenvolvida pelo sujeito ao longo da vida e em diferentes graus, enquanto que a autoconsciência situacional depende da situação vivenciada ou experienciada pelo mesmo em determinadas circunstâncias sociais.

Os estudos de Fenigstein e colaboradores (1975) favoreceram também a identificação de duas dimensões subjacentes da autoconsciência: *Autoconsciência Privada*, com foco de atenção dirigido as dimensões internas do self, tais como sentimentos, pensamentos, crenças, motivos, entre outros; e, *Autoconsciência Pública*, com foco de atenção voltado aos aspectos externos do self, incluindo os comportamentos e a aparência física.

Um terceiro fator evidenciado pelos teóricos refere-se à *Ansiedade Social*, entendida como uma reação de desconforto experimentada pelo sujeito quando na presença de outras pessoas. Não reconhecida como dimensão da autoconsciência disposicional, a ansiedade social se configura como apreensão que resulta do processo de autofoco (Fenigstein *et al*, 1975).

Damásio (2000) destaca a possibilidade de se compreender a consciência como fenômeno inteiramente de ordem privada, de primeira pessoa, comumente denominada como

mente. Entretanto, ressalta que é preciso considerar que consciência e mente se vinculam de maneira estreita a comportamentos externos que podem ser observados por terceiras pessoas. Por tais premissas assume-se que todo conhecimento científico sobre a mente e comportamento humano se encontra pautado em uma incontestável correlação entre as dimensões privadas (*mente de primeira pessoa*) e públicas (*comportamento de terceira pessoa*).

Em consonância, Morin (2005) salienta que os sujeitos se concentram diferencialmente em autocaracterísticas privadas e públicas, levando a diferentes fatores motivacionais, cognitivos, sociais (Wicklund e Gollwitzer, 1987), e comportamentais (Buss, 1980; Carver e Scheier, 1981).

Em sua concepção, esta mesma observação se aplica tanto à consciência quanto à autoconsciência, uma vez que os dois estados mentais produzem efeitos únicos, evidenciando que ambos os termos não devem ser equacionados. Todavia, ressalta o autor, a consciência sobre os próprios aspectos pessoais caracteriza a autoconsciência privada, que se revela como uma forma mais elevada de autoconsciência em comparação com as próprias autodimensões públicas, ou seja, autoconsciência pública (Morin, 2005).

Relativo às autorrepresentações do self salienta-se que a literatura apresenta grande variação de termos, tais como “*self*”, “*ego*”, “*autoestima*”, “*autoimagem*”, como sinônimos de autoconceito, sem haver, contudo, um consenso sobre a utilização dos mesmos. Segundo Rogers (1975), todo sujeito tende a se definir a partir de suas próprias experiências, o que faz com que a visão de mundo privada ou particular de cada indivíduo possa ou não coincidir com a realidade objetiva. Por tal perspectiva, considera-se que o self está dentro da experiência do sujeito, o que o configura não como dimensão estável ou imutável, mas como dimensão da consciência organizada e consistente, em constante formação e mudança.

Entre as autorrepresentações do self, a autoestima se anuncia como uma das mais importantes dimensões, compreendida como o conjunto de sentimentos e pensamentos que um sujeito constrói ao longo de sua trajetória de vida acerca de seu próprio valor, bem como de suas competências e adequação ao meio, o que pode gerar tanto atitudes positivas quanto negativas em relação a si mesmo.

A autoestima está diretamente associada ao autoconceito, e ambas as dimensões psíquicas se revelam como fundamentais construtos multidimensionais, correlacionando-se de forma positiva em uma relação causal recíproca e sistemática. Enquanto o autoconceito reflete uma avaliação cognitiva do indivíduo sobre seus próprios atributos, habilidades e características frente a domínios específicos, a autoestima, por sua vez, reflete um significado

afetivo mais geral que estes atributos, habilidades e características têm para o mesmo (Tamayo, 1981; Morin, 2005).

Autorrepresentação pode ser entendida como a capacidade humana de criar e operar uma imagem ou representação mental de si mesmo (Buss, 2001). A influência do meio social em que vive, levará o sujeito a escolher, com diferentes níveis de intenção, todo o universo de composição da autorrepresentação de si, que se configurará como uma busca pela autoafirmação, traduzindo-se em meio e forma como um sujeito deseja ser percebido em determinado momento e/ou circunstância (Noronha, 2017).

Na investigação da consciência, as autorrepresentações do self fornecem os meios para uma compreensão mais ampla sobre como um sujeito ou grupo social se autoavalia e julga, assim como acerca de como os sujeitos, ou grupos, se relacionam com o meio; e, ainda, como buscam ser avaliados ou julgados a partir da interpretação do jogo performativo que se estabelecem no meio social. As autorrepresentações estão diretamente relacionadas à construção da identidade pessoal e social, fornecendo aos sujeitos, ou grupos, os meios para que estabeleçam maior aproximação entre os discursos sociais e suas individualidades, fatores que serão intermediados pela busca da autoafirmação (Silva e Barreto, 2018; Noronha, 2017).

Estudos têm evidenciado que entre os fatores pessoais, o autoconceito tende a se revelar como fundamental aspecto à avaliação dos recursos internos por parte dos sujeitos, sendo o mesmo constituído e estruturado ainda no período de infância, etapa da vida onde o sujeito experencia grande variedade de relações interpessoais, seja na família, na escola e/ou nos demais grupos de pertencimento (Millani e Loureiro, 2009; Melloe e Dutra, 2008; Colaciti, 2006). Essas experiências se configuram como contextos de modulação do conhecimento de si mesmo (Bronfrenbrenner, 2011).

O autoconceito é geralmente compreendido como o conjunto de crenças e autopercepções, construídas ao longo da vida, envolvendo atitudes, sentimentos e conhecimentos sobre capacidades, habilidades e aceitação social, que direcionam a conduta dos indivíduos e permite que assumam novas responsabilidades na vida (Tamayo, 1981).

As pesquisas de autofoco com exposição sistemática do significado cognitivo da autoconsciência e de sua definição operacional como atenção prestada ao self, promovidas por Duval e Wicklund (1972), tem fortalecido as hipóteses acerca de uma centralidade da autoconsciência no funcionamento psicológico e psicossocial mais geral, e cognitivo em especial; e, enquanto instância modeladora dos pensamentos, sentimentos e comportamentos, do autoconceito e da autoestima em formas particulares.

Neste contexto, autoconsciência deve ser entendida como processo de alta ordem cognitiva e mais alta operação instanciada pelo sistema cognitivo, na qual o ato de refletir sobre si mesmo depende significativamente de processos autorrepresentacionais baseados em diferentes modalidades de codificação cognitiva (Nascimento, 2008). Segundo Campbell (1990), a autoconsciência está diretamente associada ao self, o que favorece tanto a regulação quanto a organização da constituição e estruturação do autoconceito, que se evidencia como produto estrutural de atividades reflexivas, e propenso a mudanças toda vez que o indivíduo se depare com novos papéis, situações e/ou transições da vida (Demo, 1992).

A estruturação da autoavaliação tende a se tornar mais robusta através do tempo devido a sua base móvel que favorece as flutuações contextuais. O que significa dizer que o autoconceito se caracteriza como um conjunto de autoestruturas que se traduzem em atitudes relativamente estáveis e em características que compõe a personalidade de um sujeito (Bronfenbrenner, 2011).

Para Campbell e Lavalley (1993) a autoestima positiva depende diretamente de uma visão positiva de si mesmo, ou ainda, de uma adequada estruturação de identidade. Ou seja, é o autoconceito que reflete a avaliação cognitiva que o próprio sujeito constrói acerca de seus próprios atributos, habilidades e características. Assim, é preciso considerar a grande importância do mesmo como estrutura de conhecimento cognitivo que possibilita ao indivíduo acumular progressiva e seletivamente conhecimentos relevantes sobre de si. Cabe ressaltar que sua principal função consiste então, em favorecer a adaptação do organismo ao ambiente, estando sua constituição e desenvolvimento fortemente atravessados pelas solicitações da cultura (Gazzaniga e Heatherton, 2006).

Concebe-se que tanto o self como o autoconceito é totalmente influenciado por diferentes papéis sociais e relacionamentos pessoais que o sujeito estabelece e vivencia em diferentes situações e contextos, o que implica em diferentes *selves*. Estes *selves* se configuram como autoconceito funcional, capazes de selecionar informações que se revelam fundamentais à utilização imediata do sujeito.

Deste modo, evidencia-se a concepção de que o autoconceito se constitui e se define ao longo do desenvolvimento graças à influência das pessoas significativas do ambiente familiar, escolar e social, bem como das próprias experiências de sucesso ou de fracasso vividas pelos sujeitos (Bronfenbrenner, 1996; 2011). Tanto que na literatura especializada é possível constatar certo consenso teórico acerca do autoconceito como dimensão da consciência originária do contexto interpessoal vivenciado na infância e a adolescência.

De forma simplificada, concebe-se que o autoconceito se configura como a percepção que o sujeito constrói acerca da avaliação de si próprio, bem como sobre a avaliação que as pessoas significativas fazem a seu respeito, fundamentais à estruturação e regulação da autoestima (Silva e Barreto, 2018; Noronha, 2017; Moreno e Branco, 2015; Reis e Silva, 2014; Demo, 1992). Ressalta-se ainda que os primeiros sentidos e valores introjetados pelo sujeito são sempre impostos pelo mundo externo, e adquiridos, especialmente, na infância e adolescência (Wallon, 1975; Mead, 1934; Cooley, 1902).

Especificamente nos casos de VS na infância e adolescência, considerando a incapacidade de defesa e estado de vulnerabilidade da vítima, é possível presumir o significativo desacordo estabelecido entre o autoconceito e a experiência vivenciada, fator determinante à promoção de uma postura, muitas vezes, autodepreciativa por parte da mesma (Mello e Dutra, 2008).

Considerando tais premissas, o presente estudo se encontra estruturado a partir de um delineamento do tipo *ex-post-facto*, de natureza quantitativa e corte transversal, objetivando objetiva investigar os impactos da violência sexual percebidos pelas vítimas sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self ao longo do ciclo vital. A partir da severa revisão da literatura fomos estimulados a refletir sobre “como a VS impacta a estruturação da autoconsciência e das autorepresentações do self para quem tem o corpo violado na infância e/ou adolescência”.

Entendendo-se a VS como fator de alto risco ao desenvolvimento psicossocial das vítimas, estabelecemos as seguintes hipóteses: a violência sexual impacta significativamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, promovendo estados de autoconsciência reflexiva ou ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito e provocam autopercepções ou autorreconhecimentos de si difusos ou deturpados; a violência sexual na infância e adolescência se estabelece como fator de alto risco desenvolvimental à cognição dos sujeitos, comprometendo a percepção de si e a regulação do autoconceito; e, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual desenvolvem distúrbios psicopatológicos que comprometem a estruturação do autoconceito e da autoestima, com severos prejuízos às interações, afetivas, amorosas e sexuais na vida adulta.

## **Método**

### Perspectiva do Estudo:

O presente estudo se caracteriza como quantitativo, com aplicação de escalas psicométricas e delineamento do tipo *ex-post-facto*. Ressalta-se que as pesquisas *ex-post-facto* se configuram como investigações sistemáticas e empíricas pela quais não se tem o controle sobre as variáveis independentes, uma vez que já ocorreram suas manifestações, ou ainda, porque as mesmas são intrinsecamente não manipuláveis (Gil, 2008, p. 54).

### Participantes:

A amostra do estudo foi composta por 236 sujeitos (146 do sexo feminino e 89 do sexo masculino), todos com idades entre 18 a 59 anos. Os participantes foram divididos em dois grupos, considerando: Grupo 01 – Vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência (52 do sexo feminino e 25 do sexo masculino); e, Grupo 02 – Não Vítimas de violência sexual (94 do sexo feminino e 65 do sexo masculino). Os sujeitos participantes foram recrutados em Instituições do Ensino Superior (IES) da Grande Região Metropolitana do Recife – GRMR e da Região do Sertão do Pajeú pernambucano. Como critérios de inclusão foram estabelecidos: possuir mais de 18 anos; residir no estado de Pernambuco; e, participação voluntária no estudo. Como critérios de exclusão, estabelecemos: ser criança ou adolescente.

### Instrumentos e Materiais:

Na coleta de dados foram utilizadas escalas psicométricas, fundamentadas na teoria das facetas (Bilsky, 2003; Páramos, 1999), por se tratarem de construtos complexos e multidimensionais (Guttman, 1968): *Questionário de Ruminação-Reflexão – QRR*, composto por 24 itens que avaliam as diferenças individuais na capacidade cognitiva de autofoco enquanto um traço da personalidade (disposicional), formada pelos fatores: ruminação e reflexão, com bom índice de consistência interna alfa de Cronbach de .87 nos dois fatores. O instrumento foi validado no Brasil por Zanon e Teixeira (2006) a partir da escala original de Trapnell e Campbell (1999). Apresenta itens como: “eu sempre pareço estar remoendo, em minha mente, coisas recentes que eu disse ou fiz” (Ruminação); respondidos em uma escala Likert de 5 pontos variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente); *Escala de Autoconsciência Situacional – EAS*, composta por 13 itens que avaliam as diferenças individuais na capacidade cognitiva de autofoco enquanto estado (situacional) e formada

pelos fatores “reflexão”, “ruminação” e “mediação icônica”, com índices de consistência interna de .74, .74 e .69 respectivamente. Validada por Nascimento (2008), a escala permite distinguir formas de autofoco ansiosas e não ansiosas e a mediação cognitiva de autoconsciência por imagens mentais, também apresentando bons indicadores de validade convergente. Contém itens como “Neste instante, eu penso sobre aspectos meus que me causam ansiedade”, os quais são respondidos numa escala Likert de 5 pontos em que, variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), os indivíduos são orientados a marcar o grau de adequação dos conteúdos das autoafirmações a partir do modo como se percebem no exato instante em que respondem ao instrumento; *Escala de Autoconsciência Disposicional – EAD*, formada por 22 itens que avaliam as diferenças individuais nas capacidades de autofoco enquanto um traço (disposicional), composta pelas dimensões de conscientização que representa a disposição de estar consciente de si mesmo; atenção que representa uma preocupação estar atento a si mesmo com o vetor dos sistemas atencionais direcionados ao Self e mediação cognitiva que representa o caminho cognitivo pelo qual o Self se auto-observa. Construída e validada por Nascimento (2008), a escala apresenta índices de consistência interna alfa de Cronbach de .71 para conscientização, de .76 para atenção e de .66 para mediação cognitiva. Possui itens como: “Eu gosto de me autoanalisar, de refletir sobre mim mesmo e conhecer mais meus pensamentos, emoções e necessidades”, os quais são respondidos em escala Likert de 5 pontos variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente); *Escala de Autoconsciência Revisada - EAC-R*, validada por Gomes e Teixeira (1996) para uso no Brasil, a partir da versão original norte-americana (Scheier e Carver, 1985). É composta por 22 itens que objetivam avaliar diferenças individuais na qualidade e frequência do autofoco. Foi desenvolvida por Scheier e Carver (1985), buscando preencher as lacunas encontradas na Escala de Autoconsciência (EAC) de Fenigstein, Scheier e Buss (1975). A EAC-R apresenta uma estrutura trifatorial: autoconsciência privada, autoconsciência pública e ansiedade social, com índices de consistência interna variando de .69 a .74. Contem itens como: “Eu penso muito sobre mim mesmo.” (item 4, Autoconsciência Privada); “Eu geralmente me preocupo em causar uma boa impressão” (item 13, Autoconsciência Pública); “É difícil pra mim trabalhar quando há alguém me olhando” (item 7, Ansiedade social); *Escala de Autoestima de Rosenberg* – adaptada e validada para a língua portuguesa por Nascimento (2009). Revela estrutura unifatorial (F1) Autoestima Global (AE) (Alfa de Cronbach = sem informação no estudo de validação); e é composta por 10 itens (de 01 a 10) formatados em uma escala Likert de 4 pontos (“1” – “Discordo completamente” e “5” – “Concordo completamente”) e se propõe avaliar a maneira como o indivíduo se sente

em relação a si mesmo, seus auto sentimentos. Itens típicos - “Em geral estou satisfeito/a comigo mesmo/a” (Item 01) e “Às vezes acho que não sou bom/boa de jeito nenhum” (Item 02); *Escala Fatorial de Autoconceito (EFA)*, elaborada e validada por Tamayo (1981). Composta por 78 itens que avaliam o autoconceito global, considerando 06 diferentes fatores: ansiedade social; autocontrole; valores éticos-moral; receptividade; segurança; e, fatores somáticos. Estruturada em escala likert de 07 pontos, sua forma de avaliação e precisão foi rigorosamente estabelecida, podendo ser utilizada não só como instrumento de pesquisa; *Escala de Religiosidade Global (ERG)*, elaborada e validada por Nascimento (2008), é composta por um único fator (F1) Religiosidade Global (RG) (Estudo de validação/Alfa de Cronbach = .85), distribuídos em 05 itens, formatado em uma escala Likert de 5 pontos (“1” – “Discordo completamente” e “5” – “Concordo completamente”), cujo objetivo compreende aferir os níveis de religiosidade, avaliados globalmente. Itens típicos: “Eu sou adepto de uma determinada tradição religiosa, acredito em suas crenças fundamentais, participo de seus rituais e procuro orientar a minha vida cotidiana segundo seus ensinamentos” (Item 01) e “Eu participo de rituais religiosos e vários de meus comportamentos são orientados religiosamente, além de executar práticas religiosas quando estou sozinho ou em companhia de outras pessoas” (Item 02); *Escala de Religiosidade de Item Único (ERIU)*, elaborada e validada por Nascimento (2016) para mensuração da religiosidade com um único item com foco nos níveis de envolvimento com a religião autopercebidos, formatada numa escala tipo Likert de 05 pontos, indo de “1” (Nenhum envolvimento e participação) a “5” (Altíssimo envolvimento e participação), a partir de questão indutora versando sobre envolvimento e participação nas atividades, cultos e obrigações religiosas; *Questionário Sociodemográfico*, protocolo contendo questões acerca de informações como, sexo, idade, escolaridade, estado civil, orientação sexual, renda pessoal e familiar, local de residência e estado de saúde. Foram propostas questões sobre o histórico pessoal e familiar dos participantes; bem como acerca de suas percepções e concepções relativas à violência sexual e seus impactos sobre o autoconceito e autoestima; e, *Inventário Violência Sexual – IVS*, elaborado por Souza Neto e Nascimento (em fase de validação), que busca identificar o grau ou nível de intensidade da VS sobre as dimensões da autoconsciência e das autorrepresentações do self a partir dos próprios sentimentos dos sujeitos. Formados por 25 itens, avalia a percepção das vítimas de VS sobre a autoconsciência reflexiva (“eu sempre me lembro da violência sexual que sofri” – item 01); autoconsciência ruminativa (“depois da violência sexual que sofri me sinto amargurado e triste” – item 12); Mediação Icônica (“até hoje me sinto inseguro no contato com outras pessoas” – item 05); autoconceito (“não me considero mais uma pessoa boa ou

digna do afeto de alguém” – item 08); e autoestima (“não sou interessante a ponto de atrair a atenção ou desejo de alguém” – item 17). O inventário está estruturado na formatação de escala Likert, de 5 pontos, variando entre: 1 – discordo totalmente e 5 – concordo totalmente.

#### Procedimentos:

A coleta de dados foi realizada em Instituições de Ensino Superior – IES da Grande Região Metropolitana do Recife – GRMR e da Região do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Os instrumentos foram aplicados de forma individual e coletiva em ambientes livres de exposição sistemática durante resposta ao protocolo a estímulos autofocalizadores (espelhos, fotografias do self, etc.). As escalas foram operacionalizadas na pesquisa de modo aleatorizado por meio do Quadrado Latino (Cozby, 2003) e os dados gerados foram digitados em planilhas do SPSS for Windows, versão 21, e encaminhados às análises estatísticas.

#### Análise de Dados:

Os resultados das análises psicométricas das medidas e multidimensionais com os dados dos relatos escritos foram interpretados através dos pressupostos da Teoria das Facetas, proposta por Guttman (1968), para clarificar e testar hipóteses cientificamente, a qual integra planejamento e análise de dados através de análises multidimensionais - MDS. A Teoria das Facetas pode ser entendida como um procedimento de pesquisa metateórico que oferece um marco de referência formal que facilita o desenvolvimento de teorias e o estabelecimento de hipóteses; utiliza métodos que requerem um mínimo de restrições estatísticas e inter-relaciona sistematicamente delineamento de pesquisa, coleta de dados e análise estatística (Roazzi, 1995).

#### Aspectos Éticos:

A fase de coleta de dados somente foi iniciada após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Parecer: 3.373.590). A participação no estudo foi condicionada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os participantes voluntários foram previamente informados dos objetivos, procedimentos do estudo e do sigilo das informações prestadas. Todos os voluntários tinham idade acima dos 18 anos, com capacidade civil e emocional para participar do estudo.

## Resultados

### Correlações entre Variáveis:

Com o objetivo de avaliar diferenças individuais na qualidade e frequência do autofoco se estabeleceu inicialmente a análise de correlação entre os dados gerados pelo Inventário de Violência Sexual (IVS) e a Escala de Autoconsciência Revisada (EAC-R) para uma amostra de 77 sujeitos vítimas de VS, de ambos os sexos (Tabela 01). Os dados indicam que a VS se correlaciona estatisticamente significativa e positiva com Ansiedade Social ( $r .305^*$ ;  $p .007$ ) e com a Ruminação ( $r .226^*$ ;  $p .048$ ).

**Quadro 1:** Correlação de Variáveis (Violência Sexual e Autoconsciência)

77 SUJEITOS DE AMBOS OS SEXOS (TOTAL AMOSTRA = 236)														
VARIÁVEIS	IVS. VSCA		AUTCONS. PRIV-EAC		AUTOCONS. PUB-EAC		ANSIEDADE. SOCIAL (EAC)		REFLEXÃO (EAS)		RUMINAÇÃO (EAS)		MED.ICONICA (EAS)	
	R	P	R	P	R	p	R	P	r	p	r	p	r	P
IVS.VSCA							.305*	.007			.226*	.048		
AUTCONS.PRIV. (EAC-R)					.432**	.000	.177**	.006	.187**	.004	.309**	.000	.215**	.001
AUTCONS.PUB (EAC-R)			.432**	.000			.309**	.000	.148*	.023	.256**	.000	.140*	.032
ANSIED.SOCIAL (EAC-R)	.305**	.007	.177**	.006	.309**	.000					.305**	.000		
REFLEXÃO (EAS)			.187**	.004	.148*	.023					.181**	.005	.387**	.000
RUMINAÇÃO (EAS)	.226*	.048	.309**	.000	.256**	.000	.305**	.000	.181**	.005			.309**	.000
MEDAÇÃO ICONICA (EAS)			.215**	.001	.140*	.032			.387**	.000	.309**	.000		

Quando considerado o recorte Sexo (Tabelas 02 e 03), constatam-se entre os 51 sujeitos femininos vítimas de VSCA resultados semelhantes, com correlação estatisticamente significativa e positiva entre VS e Ansiedade Social ( $r .288^*$ ;  $p .040$ ) e VS e Ruminação ( $r .295^*$ ;  $p .036$ ). Por sua vez, entre os 26 sujeitos masculinos vítimas de VSCA verifica-se a correlação estatisticamente significativa e negativa entre a VS e a Autoconsciência Pública ( $r -.405^*$ ;  $p .040$ ) e estatisticamente significativa e positiva com a Ansiedade Social ( $r .488^*$ ;  $p .012$ ).

Os dados parecem evidenciar que sujeitos do sexo feminino quando vítimas de VS tendem a experimentar prolongados e frequentes estados de autofoco do tipo ruminativo, com maior tensão quando na frente de outras pessoas, promovida pela ansiedade social. Os sujeitos masculinos, por sua vez, parecem mais propensos aos processos reflexivos de automonitoração e autorregulação dos sentimentos e comportamentos, revelando também incômodos quando em interação com os outros significativos, provavelmente devido às

representações sociais acerca da masculinidade. Ressalta-se que o comprometimento da autoconsciência pública impacta significativamente a autoconsciência privada, provocando distorções da autoimagem (Morin, 2005; Wicklund e Gollwitzer, 1987; Buss, 1980; Carver e Scheier, 1981).

**Quadro 2:** Correlação de Variáveis (Sexo Feminino/Violência Sexual/Autoconsciência)

51 SUJEITOS VÍTIMAS DE VSÇA (TOTAL AMOSTRA: 196 MULHERES)														
VARIÁVEIS	INV.VSÇA		AUTCONS.PRIV. (EAC-R)		AUTOCONS.PUB. (EAC-R)		ANSIED.SOCIAL (EAC-R)		REFLEXÃO (EAS)		RUMINAÇÃO (EAS)		MED.ICONICA (EAS)	
	<i>p</i>	<i>R</i>	<i>p</i>	<i>R</i>	<i>P</i>	<i>r</i>	<i>P</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>P</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>
INV.VSÇA							.288*	.040			.295*	.036		
AUTCONS.PRIV. (EAC-R)					.471**	.000	.193**	.007	.196**	.006	.330**	.000	.206**	.004
AUTCONS.PUBLIC. (EAC)			.471**	.000			.339**	.000	.168*	.019	.263**	.000	.154*	.031
ANSIED.SOCIAL (EAC-R)	.288*	.040	.193**	.007	.339**	.000					.339**	.000		
REFLEXÃO (EAS)			.196**	.006	.168*	.019					.177*	.013	.351**	.000
RUMINAÇÃO (EAS)	.295*	.036	.330**	.000	.263**	.000	.339**	.000	.177*	.013			.314**	.000
MED.ICONICA (EAS)			.206**	.004	.154*	.031			.351**	.000	.314**	.000		

**Quadro 3:** Correlação de Variáveis (Sexo Masculino/Violência Sexual/Autoconsciência)

26 SUJEITOS VÍTIMAS DE VSÇA (TOTAL DA AMOSTRA = 40 HOMENS)														
VARIÁVEIS	IVS. VSÇA		AUTCONS.PRIV. (-EAC-R)		AUTOCONS.PUB. (EAC-R)		ANSIED.SOCIAL (EAC-R)		REFLEXÃO (EAS)		RUMINA (EAS)		MED.ICONICA (EAS)	
IVS. VSÇA					-.405*	.040	.488*	.012						
AUTCONS.PRIV. (EACR)					.336*	.034								
AUTCONS.PUB. (EAC-R)	-.405*	.040	.336*	.034										
ANSIED.SOCIAL (EAC-R)	.488*	.012												
REFLEXÃO (EAS)													.599**	.000
RUMINAÇÃO (EAS)														
MED.ICONICA (EAS)									.599**	.000				

Ao se avaliar a correlação entre variáveis a partir dos dados sociodemográficos (Tabela 04), observa-se que ao se considerar o recorte Orientação Sexual a VS estabelece correlação estatisticamente significativa e negativa com a Heterossexualidade ( $r$  -.275\*;  $p$  .035) e positiva com a Não-Heterossexualidade ( $r$  .275\*;  $p$  .016). No primeiro grupo a VS ainda se correlaciona estatisticamente significativa e negativa com a Autoconsciência Privada ( $r$  -.153\*;  $p$  .019) e positiva com a Autoestima ( $r$  .128\*;  $p$  .049). Por sua vez, no segundo grupo, onde estão incluídos os homossexuais, bissexuais, pansexuais e demais identidades não

normativas, a VS se correlaciona estatisticamente significativa e positiva com a Autoconsciência Privada ( $r .153^*$ ;  $p .019$ ) e negativa com a Autoestima ( $r -.128^*$ ;  $p .049$ ).

Chama a atenção o fato dos dois grupos apresentarem os mesmos escores estatísticos, variando apenas entre correlações positivas e negativas para as duas variáveis analisadas. Os dados parecem sinalizar que enquanto os Não-Heterossexuais tendem aos estados de autofoco ruminativo sobre as dimensões internas do self, ou seja, nos aspectos mais privados como sentimentos, sensações, pensamentos e crenças particulares sobre a violência sofrida; os Heterossexuais, em movimento oposto, parecem mais impactados na autoestima.

Relativo ao recorte Etário, os dados apontam que entre vítimas e não-vítimas de VS quanto maior a idade, menor a Ansiedade Social ( $r -.284^{**}$ ;  $p .000$ ) e melhor a qualidade da Autoestima ( $r .202^{**}$ ;  $p .002$ ). Contudo, quando comparadas as variáveis Ansiedade Social e Ruminação apenas entre vítimas da VSCA, constata-se que entre os sujeitos do sexo feminino a idade apresenta correlação estatisticamente significativa e positiva com VS ( $r .240^*$ ;  $p .035$ ), assim como, com a Ansiedade Social ( $r .148^*$ ;  $p .023$ ) e Ruminação ( $r .248^*$ ;  $p .000$ ). Já entre os sujeitos do sexo masculino os mesmos dados não se revelaram significativos.

Comparando Renda Pessoal com as mesmas variáveis registra-se a correlação estatisticamente significativa e positiva com Autoestima ( $r .145^*$ ;  $p .034$ ) e negativa com a Ansiedade Social ( $r -.195^*$ ;  $p .004$ ) para os dois grupos da amostra. Entre os demais dados sociodemográficos destaca-se a correlação estatisticamente significativa e negativa entre VS e Grau de Religiosidade ( $r -.241^*$ ;  $p .035$ ). Os dados apontam ainda que entre vítimas e não-vítimas de VSCA o grau de religiosidade se correlaciona estatisticamente de forma significativa e negativa com Ansiedade Social ( $r -.192^{**}$ ;  $p .003$ ) e positiva com Autoestima ( $r .158^*$ ;  $p .015$ ). Estes dados são reforçados quando considerada a correlação estatisticamente significativa e negativa entre Vínculo Religioso e Reflexão ( $r -.200^*$ ;  $p .002$ ) para os dois grupos de amostragem.

**Quadro 4:** Correlação de Variáveis (Violência Sexual e Dados Sociodemográficos)

AMOSTRA 236 SUJEITOS VÍTIMA E NÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL E DE AMBOS OS SEXOS														
VARIÁVEIS	IVS. VSCA		AUTCONS.PRIV. (EAC-R)		AUTOC.PUB (EAC-R)		ANSIEDADE. SOCIAL (EAC-R)		AUTOESTIMA (AE.ROSENBERG)		RUMINAÇÃO (QRR)		REFLEXÃO (QRR)	
	R	P	r	P	r	P	R	P	R	P	R	p	R	P
VITIMA DE VS	.171	.138	.076	.244	-.055	.402	.059	.367	-.114	.081	.157*	.016	.010	.881
RENDA PESSOAL	-.167	.163	-.076	.267	-.033	.631	-.195*	.004	.145*	.034	-.068	.320	-.018	.789
IDADE	-.124	.283	.018	.782	-.064	.331	-.284**	.000	.202**	.002	-.111	.088	.058	.371
ESCOLARIDADE	-.036	.756	.002	.979	-.056	.394	-.069	.294	.057	.386	.007	.909	.006	.922
GRAU RELIGIOSI	-.241*	.035	.041	.532	-.041	.534	-.192**	.003	.158*	.015	-.092	.159	.005	.939
SEXO FEMININO	.240*	.035	.008	.909	-.047	.471	.148*	.023	-.059	.371	.248**	.000	-.070	.286
HETEROSSEXUAL	-.275*	.035	-.153*	.019	.083	.205	.024	.718	.128*	.049	-.027	.684	-.108	.097
BISSEXUAL	.191	.095	.147*	.023	-.056	.394	-.062	.340	-.138*	.034	.036	.582	.108	.097
HOMOSSEXUAL	-.019	.870	.010	.874	-.038	.566	-.053	.416	-.045	.487	-.027	.684	-.006	.921
NÃO HETEROSSEXO	.275*	.016	.153*	.019	-.083	.205	-.024	.718	-.128*	.049	.027	.684	.108	.097
COM RELIGIÃO	.046	.694	-.037	.574	.005	.939	-.030	.648	.056	.392	.068	.300	-.200**	.002

Considerando os 25 itens de fatores agravantes que compõem o Inventário da Violência Sexual - IVS, que objetiva avaliar os impactos da VSCA percebida pelas vítimas sobre a Autoconsciência e Autorrepresentações do Self, destacam-se as correlações entre variáveis que apresentaram correlação de Pearson ( $r$ ) acima do  $p .040$  (Tabela 05). De acordo com dados, evidencia-se que a VS se correlaciona estatisticamente significativa e positiva com a Ansiedade Social ( $p .300^*$ ). Por sua vez, a Ansiedade Social revela-se como fator de impacto sobre a Autoconsciência Pública ( $p .267^*$ ), promovendo estados de autofoco do tipo Ruminativo ( $p .227^*$ ).

**Quadro 5:** Pearson Corretation Sig. (2-tailed)

CORRELAÇÃO DE VARIÁVEIS ENTRE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL – 77 SUJEITOS (AMOSTRA: 236 PARTICIPANTES DE AMBOS OS SEXOS)														
VARIÁVEIS	INVENTÁRIO VSCA		AUTCONS.PRIV (EAC-R)		AUTCONS.PUB (EAC-R)		ANSIEDADE SOCIAL (EAC-R)		REFLEX-EAS EAS		RUMINAÇÃO EAS		MED.ICONICA (EAS)	
	<i>P</i>	<i>R</i>	<i>p</i>	<i>R</i>	<i>p</i>	<i>R</i>	<i>P</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>R</i>	<i>P</i>	<i>r</i>	<i>P</i>	<i>R</i>
INIVENTÁRIO VSCA							.300**	.009						
AUTCONS.PRIV. (EAC-R)					.506**	.000					.313**	.006		
AUTCONS.PUBC .(EAC-R)			.506**	.000			.267*	.019			.441**	.000	.264*	.020
ANSIED.SOCIAL (EAC)	.300**	.009			.267*	.019					.227*	.047		
REFLEXÃO (EAS)											.262*	.021	.490**	.000
RUMINAÇÃO (EAS)			.313**	.006	.441**	.000	.227*	.047	.262*	.021			.401**	.000
MEDI. ICONICA (EAS)					.264*	.020			.490**	.000	.401**	.000		

Ao se avaliar os impactos da VSCA percebidos pelas vítimas sobre as Dimensões da Autoconsciência (Tabela 06) e Dimensões do Autoconceito (Tabela 07), observa-se que a VS se correlaciona estatisticamente significativa e positiva com a Ruminação, associada tanto a autoconsciência situacional ( $r .226^*$ ;  $p .48$ ), promovida por questões contextuais e experiências pessoais; como autoconsciência disposicional ( $r .157^*$ ;  $p .048$ ), caracterizada como traço de personalidade.

Relativo às subdimensões do autoconceito registra-se correlação estatisticamente significativa e negativa da VS com a Estabilidade Pessoal ( $r -.233^*$ ;  $p .043$ ). Os dados revelam ainda que o fato de o “agressor sexual ser parente da vítima” (IVS – Item 01), o que caracteriza o ato violento como abuso sexual intrafamiliar e, muitas vezes, de caráter incestuoso, se apresenta como fator agravante, correlacionando-se estatisticamente significativo e negativo com Reflexão ( $r -.224^*$ ;  $p .047$ ) e com a Mediação Icônica ( $r -.225^*$ ;  $p .047$ ), ambas as dimensões resultantes da autoconsciência privada. Por sua vez, o fato do “agressor ser amigo da vítima” (IVS – Item 02), mais característico do abuso extrafamiliar,

se correlaciona estatisticamente significativo e positivo com a Estabilidade Pessoal ( $r .229^*$ ;  $p .046$ ).

Quando o sujeito se torna “vítima de violência sexual várias vezes pelo mesmo agressor”, se estabelece a correlação estatisticamente significativa e negativa com a Ansiedade Social ( $r .234^{**}$ ;  $p .041$ ). Dados idênticos são registrados quando a vítima “já sofreu violência sexual por parte de diferentes agressores” ( $r -.234^*$ ;  $p .041$ ). As consequências da repetição da violência sexual são ainda reforçadas quando a vítima alega “sofrer violência sexual até os dias atuais”, com correlação estatisticamente significativa e negativa com a Autoestima ( $r -.230^*$ ;  $p .044$ ). Deste modo, os Itens 12, 13 e 14 do IVS.VSCA evidenciam que o processo de revitimação se estabelece como agravante extremo à estruturação e regulação tanto da autoconsciência como do autoconceito e da autoestima.

**Quadro 6:** Correlação de Variáveis (Violência Sexual e Dimensões da Autoconsciência)

VARIÁVEIS	RUMINAÇÃO EAS		REFLEXÃO EAS		MEDIÇÃO ICÔNICA		RUMINAÇÃO QRR		REFLEXÃO QRR		AUTCONS. PÚBLICA-EAC		AUTOCONS. PRIVADA-EAC		ANSIEDADE SOCIAL	
	R	p	R	p	R	p	R	p	r	P	r	p	r	p	R	p
FATOR DE RISCO																
Vítima de VS	.226*	.048	-.102	.376	-.110	.341	.157*	.016	.010	.881	-.111	.337	.072	.535	.305**	.007
O agressor VS era parente	-.101	.375	-.224*	.047	-.225*	.047	.188	.097	-.038	.737	-.131	.248	.139	.221	.031	.784
O agressor VS era amigo	.013	.911	-.071	.538	.063	.585	-.014	.901	.067	.562	.100	.389	.007	.950	.012	.917
Não conhecia o agressor	-.080	.493	-.153	.188	.039	.735	-.250*	.030	-.111	.339	0,10	.933	-.015	.900	-.069	.556
Agressor era amigo da família	.028	.808	-.052	.655	.048	.681	.025	.833	.079	.497	-.035	.767	-.008	.947	-.037	.750
Agressor era Amigo da escola	.280*	.014	.157	.174	.140	.225	.126	.273	-.103	.373	.036	.757	-.016	.887	.103	.371
Havia mais de um agressor	.105	.365	.083	.477	-.073	.531	.030	.797	.159	.170	.192	.097	.132	.257	-.131	.261
A VS foi dentro da minha casa	.121	.294	.093	.422	.144	.212	.173	.132	.203	.077	.078	.501	.032	.779	.062	.059
Eu sofri violência Física + VS	.101	.384	-.084	.469	.142	.219	-.078	.501	-.079	.497	-.089	.444	.009	.936	-.037	.752
Durante a VS fui ameaçado	.147	.203	-.127	.272	.090	.438	-.059	.608	-.012	.915	-.122	.291	0,39	.734	.063	.589
Após a VS fui ameaçado	.061	.597	-.195	.089	.107	.353	-.025	.829	-.039	.737	-.082	.476	-.062	.595	-.056	.631
A VS ocorreu só uma vez	-.279*	.014	-.169	.143	.073	.526	-.024	.833	-.138	.231	-.106	.358	-.084	.468	-.003	.979
+ de 1 vez com o mesmo agressor	.286*	.012	.158	.169	.115	.321	.113	.326	.047	.687	-.003	.977	-.059	.610	.004	.971
VS por + de uma pessoa	.172	.134	.210	.067	.079	.494	.070	.544	.132	.252	.190	.098	.138	.231	-.234*	.041
Até hoje sofre VS	.105	.364	.018	.078	.076	.509	.063	.587	-.197	.086	-.013	.907	-.113	.326	.109	.347
Contou só aos meus pais	-.033	.773	-.049	.671	.076	.509	.206	.072	.041	.724	-.098	.398	-.043	.709	.065	.572
Nunca contou a ninguém	-.066	.569	-.021	.853	-.195	.089	-.046	.691	.108	.349	-.052	.653	-.013	.914	.269*	.018
Atendimento médico após VS	-.077	.507	.038	.744	.058	.617	-.215	.060	-.015	.900	-.007	.955	-.005	.966	-.102	.375
Atendimento psicológico após	.098	.394	-.101	.383	.060	.602	.133	.251	-.126	.274	.046	.694	-.148	.200	-.080	.489
Ninguém acreditou em mim	-.006	.961	-.065	.578	.066	.571	-.048	.678	.179	.123	.032	.786	.193	.095	.093	.425
Ainda convive com o agressor	-.124	.283	-.150	.192	.003	.977	.206	.072	-.146	.204	.077	.505	-.206	.072	.015	.195
O agressor nunca foi preso	.086	.455	0,96	.404	0,54	.644	.126	.276	-.072	.534	.068	.555	-.144	.213	.072	.053

**Quadro 7:** Correlação de Variáveis (Violência Sexual e Dimensões do Autoconceito)

Amostra: 77 sujeitos	EFA (estabilidade pessoal)		EFA (atitude social)		EFA (autoconceito pessoal)		EFA (somático)		EFA (ética-moral)		EFA (sócio receptividade)		Autoestima	
	R	P	R	P	r	P	r	P	r	p	r	p	R	p
<b>FATOR DE RISCO</b>														
Vítima de violência sexual	-.233*	.043	-.237*	.039	-.154	.184	-.218	.058	-.160	.167	-.348**	.002	.305**	.007
O agressor VS era parente	.014	.900	.044	.699	-.022	.848	.007	.954	.014	.904	-.072	.532	-.081	.476
O agressor era amigo	.229*	.046	.004	.970	.050	.668	.067	.565	-.045	.700	.144	.213	.141	.222
Não conhecia o agressor	.053	.650	.164	.159	.102	.383	.037	.752	-.065	.578	.184	.114	.014	.903
O agressor amigo da família	-.047	.691	-.182	.117	-.035	.776	-.070	.553	-.084	.474	.144	.213	-.071	.542
O agressor era da escola	-.333*	.003	-.301*	.008	-.264*	.021	-.184	.111	-.116	.317	.184	.114	-.293*	.010
Havia mais de um agressor	-.022	.848	-.012	.918	.037	.753	.013	.915	-.095	.418	-.005	.968	.028	.813
A VS foi dentro da minha casa	.072	.536	.120	.303	.131	.259	.031	.787	-.028	.809	-.272*	.017	.028	.811
Eu sofri violência física + VS	-.022	.852	-.015	.896	-.080	.493	-.037	.748	-.147	.206	.026	.825	-.070	.547
Durante a VS fui ameaçado	.159	.171	.103	.378	.116	.318	.052	.658	-.070	.549	.089	.444	-.050	.668
Após a VS fui ameaçado	.091	.433	.015	.896	.000	.999	.107	.356	-.019	.868	.035	.767	-.073	.527
A VS ocorreu uma única vez	.029	.804	.034	.769	.064	.583	-.026	.822	.093	.426	.136	.242	.211	.065
+ de 1 vez o mesmo agressor	-.093	.422	-.089	.444	-.006	.956	.123	.289	.097	.404	.055	.636	-.280*	.014
VS por + de uma pessoa	-.279*	.015	-.203	.079	-.023	.846	-.069	.556	-.224	.034	-.070	.545	-.148	.014
Até hoje sofre VS	-.160	.168	-.198	.089	-.043	.714	.005	.968	-.142	.221	-.042	.718	-.230*	.044
Contou só aos meus pais	.003	.979	.083	.475	.114	.328	.116	.320	-.050	.666	-.028	.809	-.092	.428
Nunca contei a ninguém	.011	.924	-.116	.320	-.036	.757	-.111	.342	-.074	.525	-.048	.681	-.005	.964
Atendimento médico após VS	.126	.277	-.011	.924	.032	.783	.065	.577	.048	.680	.071	.541	.277*	.015
Atendimento psicológico após	.051	.659	.153	.187	.096	.411	.040	.734	.047	.687	-.001	.991	-.100	.386
Ninguém acreditou na vítima	.127	.277	.096	.410	.061	.601	.152	.193	.083	.481	.009	.937	.120	.300
Ainda convive com o agressor	-.035	.765	.080	.490	.109	.349	.027	.819	-.082	.481	.014	.902	-.140	.225
O agressor nunca foi preso	-.016	.890	-.028	.810	-.028	.810	.044	.706	.047	.690	-.140	.228	-.009	.937

### Análises de regressão múltipla passo-a-passo (Stepwise)

Em um segundo momento foi realizada uma série de análises estatísticas de regressão linear múltiplas tipo passo a passo (*Stepwise*), no intuito de verificar o valor preditivo das variáveis Viti.VioSex (sofreu violência sexual ou não), IVS.Viol.Sexual (escopo da violência sexual sofrida), Sexo.Feminino, Heterossexual, Bissexual, Homossexual, ReligiaoSim (Tem religião no presente), em relação a cada fator das escalas QRR, EAC, EAS, EFA, EAE, ERG.

Antes da análise, a distribuição dos dados amostrais foi normalizada e homogeneizada através de uma transformação logarítmica neperiana. Os principais achados deste ciclo de análise encontram-se na Tabela 06. Em tal processo de análise foi consideradas as variável dependente cada fator das escalas EAC, QRR, EFA EAE, Reli.Global e EAS e as variável independentes Viti.VioSex IVS.Viol.Sexual, Sexo.Feminino Heterossexual, Bissexual, Homossexual e ReligiaoSim.

A relação entre Autoconsciência Disposicional (QRR) e VS revela correlação significativa entre a variável dependente Ruminação e a variável independente IVio.Sexual (IVS). Quando considerada a frequência e qualidade do autofoco (EAC) e sua relação com a VS, destaca-se a correlação estatisticamente significativa e positiva da variável dependente Ansiedade Social com a variável independente IVio.Sexual (IVS) entre sujeitos de orientação sexual Bissexual.

**Quadro 8.** Análises de regressão múltipla passo-a-passo

VDs e VIs Predictoras	R	R <sup>2</sup>	R <sup>2</sup> corrigido	EP	R <sup>2</sup> Change	FChange	gl <sup>1</sup>	gl <sup>2</sup>	P
<b>QRR.Reflexão+</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>QRR.Ruminação</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- IVio.Sexual	,328	,108	,096	1,00	,108	9,069	1	75	,004
<b>EAC Privada+</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EAC.Publica+</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EAC.Ans.Social</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- IVio.Sexual	,305	,093	,081	1,00	,093	7,699	1	75	,007
- Bissexual	,388	,150	,127	,97	,057	4,977	1	74	,029
<b>PessoalEstabi.EFA</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- IVio.Sexual	-,233	,054	,042	1,04	,054	4,251	1	74	,043
<b>SocAtitude.EFA</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- IVio.Sexual	-,237	,056	,044	1,08	,056	4,415	1	74	,039
<b>SocReceptiv.EFA</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- IVio.Sexual	-,348	,121	,109	,96	,121	10,17	1	74	,002
- Heterossexual	,557	,311	,292	,86	,190	20,07	1	73	,000
<b>PessoalAutocont.EFA+</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Somatico.EFA+</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EticMoral.EFA+</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EAutoestima</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- IVio.Sexual	-,437	,191	,180	,85	,191	17,73	1	75	,000
<b>E.ReliGlobal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Religião.Sim	,486	,236	,226	,87	,236	23,22	1	75	,000
- Heterossexual	,566	,320	,302	,82	,083	9,08	1	74	,004
<b>EAS.Reflexão+</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EAS.Ruminação</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- IVio.Sexual	,226	,051	,038	,93	,051	4,03	1	75	,048

Legenda: + VDs sem nenhuma variável na equação como preditora; R=Correlação; R<sup>2</sup>= Coeficiente de Determinação; EP= Erro padrão; gl=graus de liberdade; p=Significância.

A relação entre Autoconceito (EFA) e VS, revela correlação significativa e negativa entre as variáveis dependentes Self-Pessoal (Estabilidade); Self-Social (Atitude) e Self-Social (Receptividade) com a variável independente IVio.Sexual (IVS) entre sujeitos de orientação Heterossexual. Na relação entre Autoestima e VS, evidencia-se correlação estatisticamente significativa e negativa com a variável independente IVio.Sexual (IVS) entre sujeitos vítimas de VSCA, independente de sexo e orientação sexual. Ao se considerar a relação entre Religiosidade Global e VS, ressalta-se a correlação estatisticamente significativa e positiva entre sujeitos de orientação sexual Heterossexual. A relação entre Autoconsciência Situacional (EAS) e VS, revela correlação estatisticamente significativa e positiva entre Ruminação e IVS.Vio.Sexual (IVS) para todos os sujeitos vítimas.

#### Análise de Estrutura de Similaridade (SSA)

A análise quantitativa a seguir refere-se à estrutura conceitual dos impactos da VSCA percebidos pelas vítimas sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self. Ressalta-se

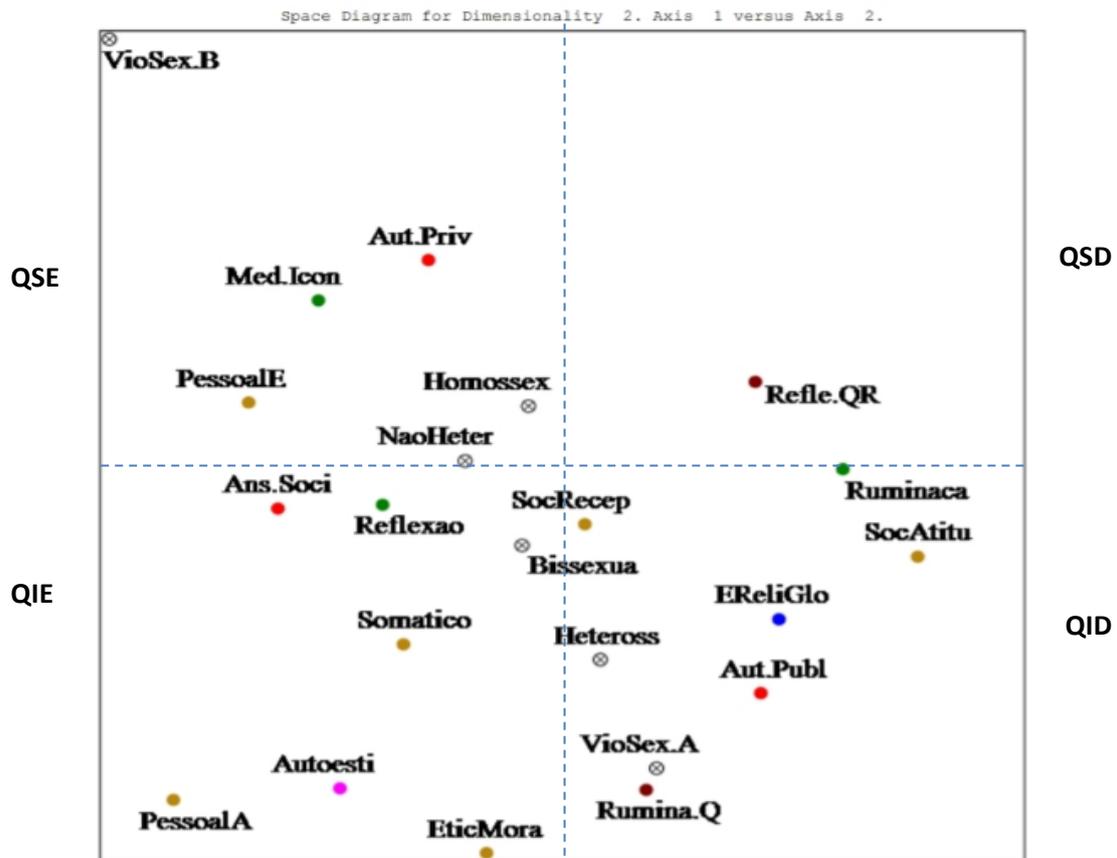
que a projeção gerada na análise SSA apresenta a distribuição dos itens da estrutura conceitual em 02 facetas distintas: Vio.Sex.A. – na qual se agrupam os sujeitos, de ambos os sexos, que vivenciaram a experiência da VS na infância e/ou adolescência com complexidade perceptiva alta; e, Vio.Sex.B. – que congrega os sujeitos, de ambos os sexos, que vivenciaram a experiência com complexidade perceptiva moderada sobre o fenômeno.

Para a Análise de Estrutura de Similaridade, triangulada ao método das variáveis externas como ponto, foram estabelecidas 04 categorias de variáveis de critérios: Rede Cognitiva; Autoconsciência; Fatores de Autoconsciência (disposicional e situacional); e, Autorrepresentações do self (autoconceito e autoestima). Também foram definidas 04 categorias de variáveis externas como pontos: Hetero.Sex. – para sujeitos de ambos os sexos que se sentem atraídos afetiva e sexualmente por pessoas do sexo oposto ao seu; Bi.Sex. – para sujeitos de ambos os sexos que se sentem atraídos afetiva e sexualmente por pessoas do sexo masculino e feminino; Homo.Sex. – para sujeitos de ambos os sexos que se sentem atraídos afetiva e sexualmente por pessoas do mesmo sexo que o seu; e, O.I.Sex. – para sujeitos que se reconhecem e autodefinem atraídos afetiva e sexualmente por pessoas, independente das categorias identitárias de sexo ou gênero (Pansexuais, Sem Identidade Sexual Definida, Brothers, entre outras).

Também foram definidas 04 variáveis de critérios: Rede Cognitiva; Autoconsciência; Fatores de Autoconsciência (disposicional e situacional); e, Autorrepresentações do self (autoconceito e autoestima). Os resultados da análise SSA podem ser examinados na projeção gráfica da Figura 1.

Encontrou-se um ajuste adequado dos dados na projeção dimensional ( $K=.20570$ ), indicando uma solução multidimensional aceitável e passível de interpretação (ver Bilsky, 2003). Ressalta-se que para melhor descrição dos elementos de análise, dividimos o Diagrama de Dimensionalidade (SSA) em 04 quadrantes: Superior Esquerdo (QSE); Superior Direito (QSD); Inferior Esquerdo (QIE); e, Inferior Direito (QID).

A análise das variáveis externas revela que o QSE, onde se encontra a Faceta Vio.Sex.B, se apresenta como cenário mais comum aos sujeitos Homo.Sex. e O.I.Sex, que parecem experienciar o fenômeno da VS com complexidade perceptiva moderada. Por sua vez, o QID, no qual se localiza a Faceta Vio.Sex.A parece retratar um cenário mais próximo aos Hetero.Sex. e aos Bi.Sex., que revelam vivenciar a VS com complexidade perceptiva alta (Vio.Sex. A.).



**Figura 1.** Análise SSA das categorias relativas aos fatores das escalas QRR, EAC-R, EAS, EFA, e EAE considerando como variáveis externas (e) Orientação sexual e IVS dicotomizada (alta e baixa).

No QSE constata-se estreita correlação entre a VS e variáveis critérios: Autoconsciência Privada, Mediação Icônica, Self Pessoal e Ansiedade Social (em posição limítrofe com o QIE). No QSD evidenciam-se como variáveis critérios a Reflexão e a Ruminação em posição distanciada das facetas Vio.Sex.A. e Vio.Sex.B. Ressalta-se que tais variáveis estão mais próximas a Faceta Vio.Sex.A., localizada no QID, junto às demais variáveis de critérios: Receptividade Social, Religiosidade Global, Autoconsciência Pública, Atitude Social e Ruminação.

Desta forma, os sujeitos que experienciaram a VS com complexidade perceptiva alta parecem experimentar com maior intensidade os estados de autoconsciência pública, denotando maior investimento de energia psíquica e atencional dirigida aos aspectos mais externos do self, ou seja, comportamentos e a aparência física. Estes dados são ainda reforçados pela proximidade das subestruturas, Receptividade Social e Atitude Social, que compõem a estrutura do self-social, entendido como dimensão fundamental do autoconceito, presentes no quadro analítico.

## Discussão

Considerando a *Análise de Correlação Entre Variáveis*, os dados revelam que a VS na infância e/ou adolescência compromete de maneira mais significativa a autoconsciência privada entre os sujeitos do sexo feminino, desencadeando processos de autofoco do tipo ruminativo. Entre os sujeitos do sexo masculino evidencia-se maior comprometimento da autoconsciência pública, o que contribui para o aumento da ansiedade social. Tal fato parece diretamente associado às representações sociais sobre as masculinidades. Ressalta-se que a autoconsciência privada compreende o conjunto de pensamentos e reflexões que um sujeito efetiva e produz sobre aspectos próprios, enquanto que autoconsciência pública tende a envolver interesses e preocupações particulares de um sujeito sobre si a partir da perspectiva do outro social (Fenigstein, Scheier e Buss, 1975). Para ambos os sexos, as consequências geradas pela VS sobre a autoconsciência pública impactam significativamente a autoconsciência privada, promovendo distorções do autoconceito entre as vítimas.

A partir dos dados pode-se observar que a orientação sexual das vítimas não se revela fator decisivo para a ocorrência da VSCA, confirmando que o fenômeno em análise perpassa as questões de sexo e gênero, estando os sujeitos das distintas categorias identitárias expostos as mesmas situações de vulnerabilidade e riscos sociais. Ressalta-se que os sujeitos não-heterossexuais (incluindo homossexuais, bissexuais, pansexuais, brothers e demais identidade sexuais não normativas) vítimas de VS na infância e/ou adolescência, em comparação com os heterossexuais, tendem a desenvolver maior propensão aos processos de autofoco, com maior comprometimento da autoestima também em etapas posteriores do desenvolvimento.

Quando considerado o fator idade, verifica-se que entre crianças e adolescentes do sexo feminino a VS tende a promover com maior intensidade processos de autofoco do tipo ruminativo, o que contribui para elevados níveis de ansiedade social. Entre as crianças e adolescentes do sexo masculino os mesmos dados não se revelam significativos. Evidencia-se assim maior sofrimento psíquico e emocional entre as meninas e adolescentes vítimas da VSCA. Ressalta-se que os resultados do estudo em questão corroboram os achados da literatura especializada ao apontar os sujeitos do sexo feminino como principais vítimas da VS na infância e/ou adolescência, sejam nas modalidades do abuso sexual, intrafamiliar e/ou extrafamiliar; ou, da exploração sexual, ESCA e/ou ESCCA (Zúquete, Souza e Deslandes, 2016; Pequeno, 2016; Zanella e Lara, 2016), fato que parece naturalizado na sociedade em geral.

Entre os sujeitos do sexo masculino os dados apontam para a necessidade de maior reflexão e investigações mais amplas, capazes de identificar se para os meninos e adolescentes vitimados pela VS, de certa forma, a experiência não se apresenta significada como integrante dos jogos sexuais ou vivências inerentes ao desenvolvimento e consolidação da própria masculinidade e identidade sexual. Porém, independente destas suposições, em consonância com estudos e pesquisas científicas sobre a temática, os dados aqui apresentados reafirmam que a VS nas primeiras fases do ciclo vital produz distúrbios psíquicos, emocionais, sociais e cognitivos para ambos os sexos, porém, com aparente maior complexidade entre os meninos devido aos sofrimentos de vergonha, dúvidas e receios sobre suas masculinidades (Krindges, Macedo e Habigzang, 2016; Ladeia, Mourão e Melo, 2016).

Quando comparadas as mesmas variáveis entre os sujeitos vítimas e não-vítimas de VS, verifica-se que o fator idade apresenta direta correlação com a autoestima, promovendo ansiedade social para ambos os grupos. Neste aspecto, pode-se supor que a autoestima tende a se elevar com o avançar da idade, o que especificamente no caso das vítimas de VSCA parece contribuir para a minimização ou neutralização da ansiedade social em fases posteriores do desenvolvimento, provavelmente devido ao processo de ressignificação. Destaca-se ainda que para os sujeitos dos dois grupos de amostragem, a renda pessoal se revela como fator contribuinte para a elevação da autoestima e minimização da ansiedade social, não havendo, contudo, correlação significativa de ambas as variáveis com o fenômeno estudado. Estes resultados fortalecem a compreensão e concepção da VS enquanto fenômeno social e problema de saúde pública que perpassa questões de sexo, gênero, idade e classes econômica e social (Hohendorff, Santos e Dell'Aglio, 2015). Os demais indicadores sociodemográficos como, escolaridade, estado civil, renda familiar e grau de religiosidade não apresentaram correlações significativas com VS ou com a estruturação da autoestima e regulação da ansiedade social.

Considerando os 25 itens de fatores agravantes que compõem o Inventário da Violência Sexual (IVS), pelo qual se buscou avaliar os impactos da VS percebidos pelas vítimas sobre a autoconsciência e autorrepresentações do Self, ressalta-se significativa tendência ao desenvolvimento e experimentação de processos de autofoco do tipo ruminativo entre as vítimas de VSCA. Tais processos se originam tanto da própria percepção dos sujeitos sobre si, característica que se estabelece como traço de personalidade, e resulta do acesso a autoconsciência disposicional; quanto da interpretação que fazem acerca da percepção dos outros significativos sobre si, resultantes do acesso à autoconsciência situacional. O que significa que tal ruminação tem origem no contexto social no qual as vítimas estão inseridas.

Os processos de autofoco ruminativo, pelos quais os sujeitos experienciam percepções, sensações e sentimentos menos positivos em relação a si mesmo, quando motivados pelos impactos biopsicossociais da VS parecem se tornar mais persistentes e intensos, promovendo desajustes no desenvolvimento e regulação das estruturas do autoconceito também na vida adulta.

Os dados revelam que quando a agressão sexual é promovida por um parente próximo, torna-se comum à vítima o desenvolvimento e uso sistemático de imagens mentais (mediação icônica) fragilizadas e disfuncionais sobre a percepção de si, impactando diretamente a estruturação da autoestima. Deste modo, ressalta-se que o abuso sexual, especialmente quando na modalidade intrafamiliar, e geralmente de caráter incestuoso, se estabelece como fator agravante de distúrbios psíquicos e emocionais, capaz de desencadear frequentes e prolongados estados de autovigilância e automonitoramento sobre os próprios pensamentos, sentimentos e comportamentos, especialmente quando diante de outras pessoas. Estes processos de autofoco ruminativo, promove autopercepção menos propositivos e se tornam a base da ansiedade social (Tamayo, 1981).

Por sua vez, quando o agressor é alguém próximo, porém sem vínculos consanguíneos, mais comum nos casos de abuso extrafamiliar, as vítimas tendem a apresentar menor estabilidade pessoal, com desregulação do controle sobre os próprios sentimentos e comportamentos. Os dados do estudo sugere que o abuso sexual intrafamiliar promove maiores prejuízos e danos ao desenvolvimento e estruturação do autoconceito e da autoestima quando comparado ao abuso extrafamiliar. Contudo, torna-se fundamental ressaltar que tais resultados não objetivam, em hipótese alguma, negar, relativizar ou invalidar, muito menos, minimizar a compreensão sobre a gravidade e intensidade dos impactos de tal modalidade de VS sobre o desenvolvimento e estruturação da autoconsciência e autorrepresentações do self das vítimas. Fundamental também destacar que os dados apresentados não são suficientes para tal afirmativa, exigindo o maior investimento em investigações comparativas, e mais amplas, aspecto que não corresponde aos objetivos do referido estudo.

Ainda considerando aos fatores agravantes da VSCA, evidencia-se que quando a VS é imposta várias vezes pelo mesmo agressor; bem como, quando a agressão sexual é promovida por diferentes agressores, no mesmo ou em diferentes momentos; torna-se comum entre as vítimas a consolidação de níveis elevados de ansiedade social. As consequências dos processos de revitimação são ainda reforçadas por sujeitos adultos que informaram continuar sofrendo VS nos dias atuais. Nestes casos, constata-se elevado comprometimento da autoestima. Cabe ressaltar que a ansiedade social se caracteriza como reação emocional e

comportamental de desconforto que um sujeito experimenta e/ou revela quando diante de outras pessoas, especialmente quando estas lhes são significativas. Tal sensação desconfortável e incômoda é resultante dos processos de autofoco, substratos psíquicos da autoconsciência disposicional, que dependendo a intensidade e frequência pode se consolidar como traço da personalidade (Fenigstein *et al*, 1975).

Os resultados evidenciam que a reincidência da VS, especialmente quando na infância e adolescência, potencializa a restauração dos processos de autoconsciência ruminativa, gerando novos e contínuos episódios de sofrimento e confusão mental, o que parece afetar de maneira significativa a autoestima ao longo do ciclo vital. Deve-se considerar que a autoconsciência ruminativa está diretamente associada a fatores neuróticos (Trapnell e Campbell, 1999). Assim, pode-se conceber que quanto maior o período de exposição a VS, mais graves serão os impactos sobre a saúde mental e o bem-estar das vítimas, assim como mais efetivas serão as possibilidades de as vítimas desenvolverem elevados níveis de neuroticismo, desencadeando a experiencição dos sentimentos de ansiedade e autocrítica de forma mais frequente e intensa. A partir dos dados obtidos a partir do Inventário da Violência Sexual (IVS.VSCA) é possível afirmar que o processo de revitimação se apresenta como fator agravante de extremo prejuízo à estruturação e regulação da autoconsciência, e também do autoconceito e da autoestima.

A maior tendência entre vítimas de VSCA a desenvolver estados de autofoco ruminativo decorrentes da autoconsciência disposicional, também é reforçada pela *Análise de Regressão Múltipla Passo-a-Passo (Stepwise)*. Neste aspecto, destaca-se que quanto maior a frequência e a qualidade do autofoco, maiores serão os níveis de ansiedade social entre os sujeitos bissexuais vítima de VS. Os dados da análise evidenciam ainda que quando considerada a relação entre autoconceito e VS, os sujeitos heterossexuais apresentam maior prejuízo na estruturação de suas dimensões constituintes, especialmente no self-pessoal, resultando em maior instabilidade emocional. Os impactos da VS também se estendem ao self-social, desencadeando entre estes indivíduos atitudes emocionais e comportamentos inseguros, tornando-os menos receptivos ao outro, a si mesmo e ao mundo.

A VS na infância e/ou adolescência impacta também e de forma direta a estruturação e regulação da autoestima das vítimas, independente de suas definições de sexo e orientação sexual. Em conformidade com os dados, verifica-se que sujeitos heterossexuais vitimados revelam maior probabilidade de estabelecer relações mais consolidadas com as instituições religiosas, onde parecem buscar por conforto ou alívio aos conflitos internos. Os dados da análise de regressão múltipla reafirmam ainda que a VSCA se estabelece como fenômeno

social capaz de promover processos de autofoco ruminativo, resultantes da autoconsciência situacional, diretamente relacionada à forma como a vítima entende ou interpreta a maneira como os outros sujeitos a percebem ou avaliam.

Já a *Análise de Estrutura de Similaridade (SSA)* revela que quando consideradas as variáveis externas, sujeitos homossexuais, assim como os que se autodeclararam pansexuais, brothers, ou pertencentes às demais identidades sexuais não normativas, parecem vivenciar os impactos da VS com complexidade perceptiva moderada. Por sua vez, os sujeitos heterossexuais e bissexuais parecem vivenciar tais impactos com complexidade perceptiva mais elevada. Os dados demonstram maior predisposição dos primeiros sujeitos do primeiro grupo a constantes exercícios de autorreflexão de ordem privada, talvez na busca de compreensões para os próprios sentimentos e emoções relacionadas à experiência traumática vivida em direta relação com a identidade sexual, em construção e/ou desenvolvimento no momento ou período da agressão. Ressalta-se que essa autorreflexão continuada e persistente tende com o tempo a se estabelecer como fator estrutural da personalidade, mantendo-se potente durante a vida adulta.

Autoconsciência privada se evidencia como dimensão da autoconsciência disposicional, cujo foco de atenção se dirigido às dimensões mais internas do self. A mesma, como já sinalizado, tende a se estabelecer enquanto traço de personalidade (Fenigstein et al, 1975). Assim, supõe-se que os referidos sujeitos dispensem maior tempo às atividades autorreflexivas, com atenção voltada aos próprios sentimentos e crenças relativas à experiência da VS, bem como aos motivos determinantes para a agressão sofrida. A hipótese é corroborada a partir da significativa correlação da autoconsciência privada com a mediação icônica, favorecendo o uso sistemático, e mais frequente, de imagens mentais associadas às atividades de automonitoramento. A mesma se correlaciona ainda com o self-pessoal, dimensão do autoconceito responsável por favorecer o processo de autopercepção, pelo qual o sujeito se reconhece enquanto pessoa a partir das características psicológicas que si atribui.

Segundo Tamayo (1981), o self-pessoal se constituído basicamente a partir de duas subestruturas: segurança pessoal - composta por percepções e sentimentos de permanência e de confiança em si mesmo; e, autocontrole - que favorece as percepções de como o sujeito disciplina suas atividades mentais e comportamentos, bem como, suas relações e interações com o mundo. Neste âmbito, a partir dos dados analisados, reafirma-se a capacidade da VS de se efetivar como produtora de maior regulação dos sentimentos, sensações e emoções, bem como, do automonitoramento sobre os comportamentos e interações que os referidos sujeitos estabelecem nos grupos sociais.

Já entre os heterossexuais e bissexuais, os dados evidenciam maior tendência à experimentação dos estados de autoconsciência pública, o que revela maior investimento de energia psíquica, bem como da atenção, direcionados aos aspectos mais externos do self, como comportamentos e aparência física. Em outras palavras, estes sujeitos tendem a investir maior tempo em processos autorreflexivos influenciados pelo olhar do outro significativo, base para estruturação e regulação do autoconceito (Bronfrenbrenner, 2011). A hipótese é corroborada pela correlação significativa da autoconsciência pública com os processos ruminativos, que se revelam intensos, conforme o quadro de análise. Entre os heterossexuais e bissexuais é destacado um maior grau de religiosidade ou vinculação às instituições religiosas, talvez como estratégia de ressignificação da experiência percebida como altamente traumática. Pela associação da autoconsciência pública com as subestruturas, Receptividade Social e Atitude Social, que compõem a estrutura do self-social, dimensão essencial ao autoconceito. Recorrendo novamente a Tamayo (1981), ressalta-se que o self-social se correlaciona com a disposição de abertura do sujeito ao outro, ou ainda à própria busca de interação, complementariedade e reconhecimento, com e por parte deste outro. A receptividade social, por sua vez, relaciona-se à percepção que o sujeito desenvolve acerca de suas predisposições sociais e inclinações aos relacionamentos interpessoais, inclusive sua disponibilidade ao outro e sua capacidade comunicativa. Já a atitude social faz direta referência às percepções do sujeito sobre os padrões de reação que efetiva nas relações com o outro e com a sociedade em geral.

#### Discussão Geral:

Os dados do referido estudo corroboram totalmente as hipóteses propostas, evidenciando que a VS compromete diretamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, promovendo estados de autoconsciência reflexiva ou ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito e provocam autopercepções ou autoreconhecimento de si difusos ou deturpados. Também corroboram a concepção de VSCA como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição dos sujeitos, capaz de comprometer a percepção de si e a regulação do autoconceito, promovendo desequilíbrio emocional e sofrimento nas fases posteriores do ciclo vital.

## Considerações

Há muito se discute e investiga os impactos da VS sobre as dimensões físicas, psíquicas e sociais das vítimas, em especial as mulheres e crianças e adolescentes do sexo feminino. Contudo, pouco se conhece ou investiga acerca dos impactos do fenômeno sobre a estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self ao longo do ciclo vital. Neste sentido, o estudo aqui proposto buscou abrir espaços às novas investigações, favorecendo o preenchimento do vácuo científico através de uma investigação quantitativa, com delineamento ex-post-facto. O estudo contou com uma amostra de 236 sujeitos, de ambos os sexos e com idades entre 18 e 59 anos. Os participantes foram divididos em dois grupos: vítimas e não-vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência. Durante a coleta de dados foram aplicadas escalas psicométricas, questionário sociodemográfico e Inventário de Violência Sexual (IVS), em caráter experimental. A análise de resultados foi desenvolvida a partir da teoria das facetas.

Os dados corroboram as hipóteses do estudo, evidenciando que: a violência sexual na infância e adolescência se estabelece como ação devastadora, capaz de potencializar o desenvolvimento de transtornos psicossociais e afetivos, contribuindo para que as vítimas estabeleçam leituras menos propositivas sobre o mundo e, especialmente, sobre a própria condição de existir; a violência sexual compromete significativamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, promovendo estados de autoconsciência reflexiva e/ou ruminativa, impactando de forma negativa a regulação do autoconceito e provocando autopercepções ou autorreconhecimento de si difusos ou deturpados; e, por fim, a violência sexual se caracteriza como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição, capaz de comprometer a percepção de si e a regulação do autoconceito e da autoestima entre as vítimas.

Ressalta-se que o estudo também atende aos objetivos propostos, uma vez que demonstrou que, especialmente entre crianças e adolescentes, a violência sexual se revela como experiência traumática, comprometendo a estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self, o que inviabiliza o desenvolvimento saudável e a adequada consolidação do autoconceito e da autoestima. Devido a sua complexidade e aos danos e sofrimentos biopsicossociais que desencadeia a violência sexual contra crianças e adolescentes produz distorções sobre os processos de autoavaliação, que de modo geral, se prolonga por etapas posteriores do ciclo vital.

Por fim, os resultados do estudo comprovam a eficácia do Inventário de Violência Sexual (IVS.VSCA), que se revela instrumento de mensuração adequado à avaliação da

influência dos fatores agravantes sobre a experiência da violência sexual vivenciada a partir da própria percepção dos sujeitos. A partir da referida ferramenta foi possível mostrar que enquanto fenômeno social e problema de saúde pública, a VS na infância e/ou adolescência se caracteriza como potente e intenso fator de risco desenvolvimental tanto à estruturação como a regulação da autoconsciência e das autorrepresentações do self, desencadeando processos autofocalizadores ruminativos, potentes e persistentes, pelos quais as vítimas passam a construir concepções disfuncionais de si e a vivenciar de forma intensa e prolongada sentimentos menos propositivos e sensações de menos valia, insegurança, impotência, medo e solidão por longos períodos da vida.

## REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 11, núm. 3, Porto Alegre, RS, 1998. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811314>
- BRONFRENBERNER, Urie. **Bioecológica do desenvolvimento humano: tornado os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre, RS. Artmed, 2011.
- BRONFRENBERNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre, Arte Médicas, 1996.
- BRONFENBERNER, Urie; MORRIS, Pamela. A. The ecology of developmental process. In W. Damon (Series Ed); R. M. Lerner (Vol. Ed.), **Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development** (5th Ed., PP. 993-1028). New York.
- BRONFRENBERNER, Urie; CECI, Stephen J. Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. **Psychological Review**, vol. 101. No. 4.568-586. By the American Psychological Association, 1994. Inc.0033-295X/94S2.00.
- BUSS, Arnold. H. **Self-consciousness and social anxiety**. San Francisco, CA: Freeman, 1980.
- CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Homem não chora: o abuso sexual contra meninos. (Tese de doutorado em Serviço Social). **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP**, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17716>
- CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Silvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 45-54, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S141373722003000300007>
- COOLEY, Charles Horton. (1983). **Human nature and the social order**. New York: C. Scriber. (Original publicado em 1902).

COZBY, Paul. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento** / Paul C. Cozby; tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta; revisão técnica José de Oliveira Siqueira. -- São Paulo. Atlas, 2003.

CAMPBELL, Jennifer D. Self-esteem and clarity of the self-concept. **Journal of Personality and Social Psychology**, 59, 538–549, 1990.

DAMÁSIO, Antonio. **O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções do conhecimento de si**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DANCEY, Christine; REIDY, Jonh. **Estatística sem matemática para psicologia: Usando SPSS para Windows**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEMO, David. H. The Self-Concept Over Time: Research Issues and Directions. **Annual Review of Sociology**, Vol. 18), pp. 303-326. Published by Annual, 1992.

DURVAL, Serlley; WICKLUND, Robert. A. **A theory of objective self-awareness**. New York: Academic, 1972.

FENIGSTEIN, Allan; SCHEIER, Michael F.; BUSS, Arnold. H. Public and private selfconsciousness: Assessment and theory. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 43, 4, 522-527, 1975. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1975-26584-001>

GAZZANIGA, Michael S; HEATHERTON, Tood F. **Ciência psicológica: Mente, cérebro e comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GAZZANIGA, Michael S; HEATHERTON, Tood F. **Psychological science: Mind, brain, and behavior**. New York: W. W. Norton, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GUTTMAN, Louis. **A general nonmetric technique for finding the smallest coordinate space for a configuration of points**. *Psychometrika*, 33, 469-504, 1968.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Editora Vozes, Petrópoles, 2003.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS, Naiana Dapieve. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo**. Barbarói, Santa Cruz do Sul. 2017 DOI: <http://dx.doi.org/10/17058/barbaroi.v0i49.9474>

HOHENDORFF, Jean Von. **Dinâmica da violência sexual contra meninos**. (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. **Contextos Clínicos**, 8(1):46-54, jan-jun, 2015. Disponível em: <http://Doi:10.4013/ctc.2015.81.05>

HUSSERL, Ednubd. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral á fenomenologia pura**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

LADEIA, Priscila Soares Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Rev Médica**. 26 (Supl 8): S398-S401. Minas Gerais, 2016.

MEAD, Geroge Herbert **Mind, Self, and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MEAD, Geroge Herbert. **Evolution becomes a general idea**. In: Strauss, A. George Herbert Mead on Social Psychology (pp.3-18). Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1969.

MEAD, Geroge Herbert. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962 (Trabalho original publicado em 1934).

MELLO, Leonardo Cavalcante Araújo, DUTRA, Elza. Abuso sexual contra crianças: em busca de uma compreensão centrada na pessoa. **Revista da Abordagem Gestáltica**, XIV(1): 39-47, 2008.

MORIN, Alain. Levels of consciousness and self-awareness: A comparison and integration of various neurocognitive views. **Consciousness and Cognition**, 15(2), 358-371, 2006.

MORIN, Alain. Possible links between self, self-awareness and inner speech: Theoretical background underlying mechanisms and empirical evidence. **Journal of Consciousness Studies**, 12 (4-5), 115-134, 2005.

MORIN, Alain. Imagery and self-awareness: a theoretical note. **Theory and Review in Psychology**, 1998. Disponível em: <http://www.gemstate.net/susan/Imagry2.htm>

MORIN, Alain. A neurocognitive and socioecological model of self-awareness. **Genetic, Social and General Psychology Monographs**, 130(3)-197-222, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3200/MONO.130.3.197-224>

NARVAZ Martha Giudice; KOLLER Silvia Helena. **O modelo bioecológico do desenvolvimento humano**. In: Koller SH, organizador. *Ecologia do desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo; p. 51-65, 2004.

NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros; ROAZZI, Antonio. Religiosidade e o desenvolvimento da autoconsciência em universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 69 (2): 121-137, 2017.

NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros. **Autoconsciência Situacional, Imagens Mentais, Religiosidade e Estados Incomuns da Consciência: Um estudo sociocognitivo**. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros. **Autoconsciência, Imagens Mentais e Experiências Místicas: a Religiosidade nos processos de (re)construção do Self**. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Pernambuco, departamento de psicologia, pós-graduação em psicologia cognitiva. Registro CEP/CCS/UFPE No 337/10, 2010.

PASQUALI, Luiz. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEQUENO, Marconi. **Violência e Direitos Humanos**. *Revista Filos*, v. 28, n. 43, p. 135-146, jan./abr. Aurora, Curitiba, 2016. DOI: 10.7213/aurora.28.043.DS07 - ISSN 0104-4443.

KIRCHER, Tilo; DAVID, Anthony. **The Self in Neuroscience and Psychiatry**. Cambridge. University Press, 2003.

ROGERS, Carl. **A terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

ROAZZI, Antonio. **Conceitos e processos de construção do mundo – procedimentos de classificações múltiplas para o estudo de sistemas conceituais e sua forma de análise através de métodos multidimensionais**. Cadernos de Psicologia, nº 01, 1995.

ROSENBERG, Morris. **Society and the adolescent self-image**. Princeton: Princeton University Press, 1965.

SAID, Amanda Pinheiro; COSTA, Liana Fortunato. **Family Dynamics of Boys Victims of Sexual Abuse**. *Paidéia*, vol. 29, e, 2908. (online version), 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2908ISSN1982-4327>.

SIEBRA, Danielle Xenofonte,; BARROSO, Marianna Leite,; MELO, Antonio Marlos Duarte de Melo; LANDIM, José Marcondes Macêdo; OLIVEIRA, Gislene Farias de. Os Prejuízos causados à Saúde Mental e à vida sexual adulta das mulheres vítimas de Abuso Sexual na infância. **Rev.Mult. Psic.**, vol.13, n.46, p. 359-378, 2019. ISSN: 1981-1179. DOI: Disponível em: <http://10.14295/online.v13i46.1890>

SOUZA, Renata Floriano. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, 25(1): 422, janeiro-abril, Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>

TAMAYO, Alvaro. EFA: **Escala Fatorial de Autoconceito**. *Arq. bras. Psic.*, Rio de Janeiro, 33 (4):87-102, Olt./dez. 1981.

TEIXEIRA, Mônica G.; NASCIMENTO, Alexsandro M.; FEITOSA, Sabrina. A. F. R.; SILVA JR, Renê. M.; TAISSUN, Amim. S. Autoconsciência situacional, personalidade e autoconceito em universitários do curso de Direito. **16º Encontro Nacional ABRAPSO ABRAPSO** - Campus Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2011.

TRAPNELL, Paul. D.; CAMPBELL, Jennifer. D. Private Self-consciousness and the five-factor model of personality: distinguishing rumination from reflection. **Journal of Personality and Social Psychology**, 76(2), 284, 1999.

WICKLUND, Robert. A.; GOLLWITZER, Peter. M. The Fallacy of the Private-Public Self-Focus Distinction. **Journal of Personality**, 55(3), 491-523, 1987.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 46, p. 75-87, maio/ago. Salvador. BA, 2016.

ZÚQUETE, José Gonzalo. Paes Estrela da Silveira; SOUZA, Ednilza Ramos de; DESLANDES, Suely Ferreira. Concepções sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um estudo com representantes institucionais no Brasil e em Portugal. *Cad. Saúde Pública*, 32(10):e00075415, out. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00075415>

*[...] sempre tem muito processo que vem com a frustração. Tem muito processo que vem à tona. Como uma pessoa que eu ainda não consegui [pausa], meio que recuperar. [pausa] Meio que sanar. Como se fosse alguém adoecido lá dentro sabe? Como se fosse alguém que ainda precisa vir à tona [pausa], e precisa de cuidados. Como se fosse alguém ainda vivendo em cárcere.*

**Murilo**, 35 anos, Homossexual;  
Abusado sexualmente por um vizinho aos 12 anos de idade.

## 8 - ARTIGO 2 (*Estudo Qualitativo*)

### IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE PERCEBIDOS PELAS VÍTIMAS SOBRE O CICLO VITAL

### IMPACTS OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS PERCEIVED BY VICTIMS ON THE VITAL CYCLE

**Epitacio Nunes de Souza Neto**

**Resumo:** A violência sexual é um problema social e de saúde pública. Especialmente quando infringida a crianças e adolescentes, compromete o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, com severas consequências em diferentes etapas do ciclo vital. Este estudo avalia os impactos da violência sexual contra crianças e adolescentes percebidos pelas vítimas sobre o ciclo vital. Para tanto investiga a influência da qualidade dos processos proximais e das transições ecológicas para a promoção da violência sexual. Caracteriza-se como estudo de casos múltiplos, de base qualitativa. Sua amostra é composta por quatro sujeitos adultos, vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência. Na coleta de dados foram aplicadas entrevistas de semiestruturadas, com uso de roteiro temático. A análise de dados seguiu o modelo interpretativo da dupla hermenêutica de Giddens (1984), possibilitando revelar os sentidos construídos pelos próprios sujeitos a partir de suas ações, comparados com o sentido contruído por analistas em relação as ações e interpretações de seus interlocutores através de seus referenciais teóricos e metodológicos (Geertz, 1987). Os dados foram extratificados em quatro categorias temáticas: história de vida; caracterização da violência sexual; efetivação dos processos proximais; e, transições ecológicas desenvolvidas no mesossistema, como compoendo a essência da experiência dos sujeitos. Os resultados foram discutidos a partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, proposto por Bronfrenbrenner (2011). Os resultados evidenciaram que a fragilidade das interações entre crianças/adolescentes e pais/responsáveis e das transições ecológicas favorecem a ocorrência e recorrência da violência sexual.

**Palavras-chaves:** Violência Sexual. Criança. Adolescente. Processos Proximais. Transições Ecológicas. Ciclo Vital.

**Abstract:** Sexual violence is a social and public health problem. Especially when infringed on children and adolescents, it compromises cognitive, affective and social development, with severe consequences at different stages of the life cycle. This study assesses the impacts of sexual violence against children and adolescents perceived by the victims on the life cycle. Therefore, it investigates the influence of the quality of proximal processes and ecological transitions for the promotion of sexual violence. It is characterized as a study of multiple cases, of the phenomenal and qualitative type. Its sample consists of four adult subjects, victims of sexual violence in childhood and / or adolescence. In the data collection, phenomenological interviews were applied, using a thematic script. The data analysis followed the interpretative model of the hermeneutic duo of Giddens (1984), making it possible to reveal the meanings constructed by the subjects themselves from their actions, compared with the meaning constructed by analysts in relation to the actions and interpretations of their interlocutors through their theoretical and methodological references (Geertz, 1987). The data were extracted into four thematic categories: life history; characterization of sexual violence; effectiveness of proximal processes; and, ecological transitions developed in the mesosystem, as composing the essence of the subjects' experience. The results were discussed based on the Bioecological Model of Human Development, proposed by Bronfenbrenner (2011). The results showed that the fragility of interactions between children / adolescents and parents / guardians and ecological transitions favor the occurrence and recurrence of sexual violence.

**Keywords:** Sexual Violence. Child. Teenager. Proximal Processes. Ecological Transitions. Vital Cycle.

## **Introdução**

A Violência Sexual Contra Criança e Adolescente (VSCA) é uma das mais cruéis violações dos direitos humanos. A mesma se caracteriza como qualquer ato ou ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente. Ressalta-se que o referido fenômeno tende a se efetivar a partir de duas modalidades específicas e distintas: Abuso Sexual e Exploração Sexual.

O abuso sexual pode se configurar em duas formas: intrafamiliar, quando o/a agressor/a possui grau de parentesco consanguíneo ou afetivo com a vítima; e, extrafamiliar, quando o agressor/a não possui parentesco e/ou laços afetivos com a criança/adolescente. Por

sua vez, a exploração sexual se estabelece pela relação de mercantilização do corpo e da sexualidade da criança e/ou adolescente, por meios coercitivos ou não, expressos nas quatro modalidades que a caracteriza: pornografia infanto-juvenil; tráfico de seres humanos para fins de prostituição; turismo sexual e prostituição (Zúquete, Souza e Deslandes, 2016; Pequeno, 2016).

A VSCA tem se estabelecido prioritariamente nos espaços doméstico, familiar e escolar, o que favorece sua invisibilidade pública e dificulta o acesso das vítimas aos serviços de proteção e saúde. Estudos têm frequentemente apontado sua direta associação com as principais causas de mortalidade na idade adulta, bem como, com o comprometimento da arquitetura cerebral, do status imunológico, dos sistemas metabólicos e das respostas inflamatórias; com a promoção de danos duradouros nos níveis básicos dos sistemas nervoso, endócrino e imunológico, podendo inclusive influenciar a alteração genética do DNA (Zanella e Lara, 2016; Florentino, 2015).

Estudos também salientam sua associação com os sintomas de longo prazo, com múltiplas consequências no ciclo vital, promovendo distúrbios psicológicos com quadros depressivos, ideias suicidas, transtornos de ansiedade, estresse pós-traumático, problemas de saúde física e comportamentos sexuais de risco (Fisher e Hurcombe, 2018; Guimarães, 2017; Hillis *et al*, 2016). Os impactos sobre a saúde e bem-estar das vítimas tendem a persistir mesmo após o controle de outros fatores adversos na infância e adolescência, como abuso físico, apego problemático de pais e filhos e histórico dos pais relativos ao uso de drogas (Hébert, Lavoie e Blais, 2015; Schlösser, Rosa e More, 2014).

A literatura científica tem reforçado ainda as consequências da VS na infância e adolescência sobre o ciclo vital, destacando especialmente os riscos de enfermidades pós-traumáticas em curto e longo prazo, podendo desencadear quadros de medo ou pânico, depressão, raiva, rancor, angústia, hostilidade e comportamentos sexuais inapropriados; confusão e ansiedade sobre a identidade sexual; conflitos no ajustamento sexual adulto; impotência sexual; confusões sobre valores e desejos sexuais; dificuldades nas interações sociais; desconfiança; sentimentos de culpa; além de danos físicos, incluindo a gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e traumas variados na adolescência e juventude; e, quadros depressivos, com comportamentos autodestrutivos, ansiedade, isolamento, estigmatização, baixa autoestima, tendência à revitimação e ao abuso de substâncias, especificamente entre mulheres adultas (Fontes, Conceição e Machado, 2017; Magni e Correa, 2016).

No Brasil, estudos e pesquisas têm listado entre os principais impactos da VSCA, sua mediação junto a outros componentes da vida sexual e dos relacionamentos afetivos, incluindo o comprometimento da capacidade das vítimas em estabelecer e manter relações íntimas saudáveis na vida adulta; prejuízos na autoestima e no equilíbrio psicológico, com graves repercussões no desenvolvimento; e, instabilidade emocional e social, promovido especialmente pelo silêncio imposto às vítimas, o que provoca traumas intensos para ambos os sexos, porém com maior complexidade entre os meninos devido ao sofrimento provocado pela vergonha, dúvidas e receios sobre suas masculinidades (Krindges, Macedo e Habigzang, 2016; Ladeia, Mourão e Melo, 2016).

As consequências em curto, médio e longo prazo, são geralmente expressas em quadros depressivos, transtorno de estresse pós-traumático, ideações suicidas, comprometimento da autoestima, problemas interpessoais, sentimentos de inferioridade, ansiedade e adoção de comportamento sexual de risco, incluindo, exposição a doenças sexualmente transmissíveis e a inserção precoce no universo da prostituição (Said e Costa, 2019; Souza *et al*, 2017; Carvalho, 2016; Hohendorff *et al*, 2016; Souza Neto e Rios, 2015; Souza Neto e Viana, 2015).

Enquanto fenômeno sociohistórico, a VSCA apresenta elevado potencial de risco à promoção de transtornos biopsicossociais ao longo do ciclo vital. Experiências de VS na infância/adolescência, especialmente no contexto familiar, têm se configurado como nefastos marcadores da vida cotidiana de milhares de crianças e adolescentes, comprometendo a convivência e as relações interpessoais. Independente do número de episódios ou do tipo, as repercussões da VSCA tendem a se potencializar em etapas posteriores do desenvolvimento humano, acarretando sérios prejuízos emocionais e sofrimento intenso. Sua prática geralmente envolve a participação direta ou indireta, consciente ou inconsciente, da família, rompendo com o senso comum da casa/família como ambiente de desenvolvimento ecológico seguro e protetor (Greinert, Marques e Milani, 2018; Lira *et al*, 2017).

Acima de tudo, a VSCA denuncia a enfermidade das sociedades ocidentais, traduzida em suas fragilidades e incapacidades de promover e garantir de forma efetiva e concreta a proteção à saúde e ao bem-estar, direito básico e fundamental de qualquer criança e adolescente. A partir de tais pressupostos, este estudo avalia os impactos da violência sexual contra crianças e adolescentes no ciclo vital. Para tanto investiga a influência da qualidade dos processos proximais e das transições ecológicas para a promoção da violência sexual na infância e adolescência.

Os dados da VS no Brasil tem nos levado a refletir de forma mais ampla sobre quais fatores de risco contribuem de maneira efetiva para a ocorrência e recorrência do fenômeno. Assim, partimos da hipótese de que, a ausência de reciprocidade nas relações entre crianças/adolescentes e cuidadores primários produz situações de vulnerabilidade e riscos que favorecem a ocorrência da VSCA. Acreditamos que, a fragilidade dos processos proximais contribui significativamente para o estabelecimento de transições ecológicas no mesossistema, dificultando o desenvolvimento das capacidades, habilidades e competências necessárias à resolução de conflitos.

Por fim, proponho que a VS, especialmente quando infringida às crianças e adolescentes, inviabiliza e/ou compromete o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social saudável, com severas consequências que se estendem às diferentes etapas do ciclo vital.

### **Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano – PPCT**

Segundo Bronfenbrenner e Morris (1998) a análise bioecológica dos fenômenos estudados deve abranger 04 núcleos inter-relacionados - *Pessoa, Processo, Contexto e Tempo* – *PPCT*. Deve ainda dedicar especial ênfase a importância do contexto e dos processos, imprescindível à compreensão acerca da estrutura e dinâmica familiar das pessoas neles envolvidas (Rosa e Tudge, 2013; Krishnan, 2010). Concebe-se *Contexto* como o meio ambiente no qual a pessoa em desenvolvimento se relaciona e interage de forma ativa. O mesmo se caracteriza como uma estrutura de encaixes, contidos entre si, que compõem o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema.

O *Microsistema* representa o contexto imediato onde a pessoa desenvolve inter-relações, atividades compartilhadas, desempenho de papéis e relações de poder (Bronfenbrenner, 1996). Na análise sobre o fenômeno da VSCA, entende-se que a família, assim como o ambiente onde se efetiva a agressão, se caracteriza como fundamental microsistema que influencia de forma significativa o desenvolvimento.

O *Mesossistema* é composto por um conjunto de microsistemas inter-relacionados na vida da pessoa, tais como, escola, igreja, local de trabalho, vizinhança, comunidade, entre outros. Neste, se estabelece ou não uma rede de apoio social e afetiva, que pode se revelar precária ou frágil, especialmente nas situações em que a criança/adolescente necessita de apoio e proteção. Cada microsistema em que a pessoa se insere, ou é inserida, exige o desempenho de papéis específicos e interações adequadas aos ambientes. A circulação nestes

variados microssistemas provoca mudanças de papéis e favorece o desenvolvimento, sendo este processo denominado como *Transição Ecológica* (Johnson, 2008).

O *Exossistema* é composto por diversos ambientes dos quais a pessoa em desenvolvimento não participa ativa ou diretamente, mas que exerce significativa influência sobre suas decisões. Especialmente nos casos de VSCA, tais ambientes compõem o Sistema de Garantia de Direitos - SGD, formado por Conselhos Tutelares, Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS, Ministério Público, Redes de Educação e Saúde Pública, programas governamentais, entre outros equipamentos e instituições dirigidos ao atendimento à criança e adolescente vítimas de violência sexual e maus tratos (Habigzang *et al*, 2006; Pfeiffer e Salvagni, 2005).

Por último, o *Macrossistema* envolve ideologias, culturas, subculturas, políticas e crenças que regem determinada sociedade da qual a pessoa em desenvolvimento participa, contribuindo para a construção de identidade e o autoconhecimento do sujeito (Bronfrenbrenner e Morris, 1998).

Destaca-se que os contextos de desenvolvimento ecológico têm se evidenciado como fundamentais núcleos à compreensão da violência sexual, favorecendo reflexões mais amplas sobre o fenômeno, que deve ser entendido para além da visão linear que o configura apenas como uma forma relacional entre duas pessoas, centrada unicamente na psicopatologia do agressor ou da vítima (Lordello e Costa, 2014). É preciso considerar que a VSCA se revela como fenômeno psicossocial que envolve questões de sexo, gênero, classe social, dinâmicas familiares, entre outros fatores e aspectos fundamentais a sua análise e compreensão (Hohendorff, Santos e Dell’Aglia, 2015).

Relativo aos processos estabelecidos e vivenciados pelos sujeitos nos ambientes ecológicos, salienta-se a importância de compreendê-los como formas ou maneiras pelas quais a pessoa em desenvolvimento interpreta os eventos e fenômenos por meio de seus sentimentos e aprendizados (Bronfrenbrenner, 2011). Entre os mesmos, destaca-se o *Processo Proximal*, que se relaciona especificamente às interações progressivas e mais complexas da pessoa em desenvolvimento com outros sujeitos significativos, assim como, com os objetos e símbolos, presente nos ambientes em que se encontra inserida.

Especificamente para este estudo, os processos proximais representam um conceito central de análise, devido a sua capacidade de produzir tanto, *efeitos de competência* – resultantes da aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidades que possibilitam ao sujeito conduzir e direcionar o próprio comportamento; como os *efeitos de disfunção* - que se caracterizam como manifestações produzidas pela dificuldade do sujeito

garantir e manter o controle e a integração do comportamento nos diferentes domínios do desenvolvimento (Bronfenbrenner e Morris, 1998).

Neste sentido, o Modelo Bioecológico propõe a concepção de desenvolvimento humano como processo contínuo e ininterrupto que se estabelece ao longo da vida (Ettel e Mahoney, 2017; Taveira, Oliveira e Araújo, 2014), princípio que se harmoniza com os objetivos do referido estudo, especialmente por acreditarmos que para analisar os sentidos atribuídos a VS, torna-se fundamental não apenas considerar o fenômeno a partir da concepção das vítimas, mas também, compreender como se estabelecem as interações e vivências da mesma no conjunto de sistemas promotores do desenvolvimento. Tais considerações favorecem não somente a identificação dos sentidos que as vítimas atribuem à violência sexual, mas também ao reconhecimento da particular construção de suas existências e sentido de si ao longo de suas trajetórias de vida.

## **Método**

### Perspectiva do Estudo:

Este estudo se caracteriza como estudo de casos múltiplos, de base descritiva, delineamento metodológico das pesquisas qualitativas que possibilita dar visibilidade ao fenômeno estudado a partir da situação real, preservando suas dinâmicas e especificidades (Yin, 2001). Ressalta-se que aos cientistas qualitativos, em especial, importa a experimentação da realidade tal como experimentadas pelos sujeitos, premissa básica que coaduna com nossos propósitos, uma vez que não é possível pensar o fenômeno da violência sexual sem antes pensar nas vítimas, assim como nas representações e significados que constroem em suas trajetórias de vida cotidiana (López e Alonso, 2006; Taylo e Bogdan, 1994). Portanto, sua análise se encontra respaldada por um inicial esclarecimento teórico e conceitual acerca de questões relacionadas à violência sexual, violência sexual contra crianças e adolescentes, infância, adolescência e desenvolvimento bioecológico, que consideramos importante a compreensão mais ampla por parte do leitor, bem como à fundamentação teórica e metodológica do estudo. Por tais premissas, consideramos que no contexto do fenômeno investigado se torna fundamental não apenas reconstruir os processos históricos e psicossociais, mas especialmente reconhecer os significados e sentidos que as vítimas da violência sexual atribuem às próprias experiências vivenciadas (Núñez Peña, 2011). Assim, partimos de uma perspectiva descritiva, com base na hermenêutica, ressaltando a necessidade

de se estabelecer um elo entre a terminologia técnica desenvolvida por analistas sociais e o repertório performático de categorias da linguagem dos atores investigados, como única forma de acessar a compreensão das formas de vida dos sujeitos investigados (Giddens, 2001; 1998).

#### Objetivos:

Avaliar os impactos da violência sexual contra crianças e adolescentes no ciclo vital a partir da percepção de sujeitos adultos vitimados na infância e/ou adolescência. Para tanto se investiga a influência da qualidade dos processos proximais e das transições ecológicas para a promoção da violência sexual na infância e adolescência. Neste sentido, foram consideradas tanto a história dos sujeitos; como, a caracterização da violência sofrida; a qualidade da reciprocidade dos processos proximais; e, a eficácia das transições ecológicas nos espaços de desenvolvimento.

#### Participantes:

A amostra está composta por 04 sujeitos adultos, vítimas de VS na infância e/ou adolescência, e de orientação sexual heterossexual (01 masculino, 45 anos, estudante universitário, casado; evangélico; e, 01 feminino, 53 anos, graduada, casada, católica) e homossexual (01 masculino, 32 anos, graduado, solteiro, sem religião; e, 01 masculino, 35 anos, universitário, solteiro, candomblecista). Os participantes foram recrutados, de forma voluntária, entre 236 sujeitos que participaram de uma pesquisa maior e que objetivou analisar os impactos da violência sexual sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self. Os participantes foram informados sobre o tema e objetivos do presente estudo, e também da importância de suas participações.

#### Procedimentos:

A coleta de dados envolveu a aplicação de entrevistas semiestruturadas, com roteiro temático, com duração média de 60 minutos, audiogravadas e posteriormente transcritas pelo pesquisador. A partir destas foi possível capturar o relato detalhado das vivências pessoais, de forma espontânea, com foco nas experiências e percepções sobre as experiências vividas (Stelter, 2000; Dale, 1996). Através da pergunta orientadora: “*como a VS impactou sua vida?*”, os participantes foram estimulados a refletir sobre suas histórias de vida, com ênfase nos contextos e circunstâncias envolvidas ou relacionadas à violência sofrida na infância e/ou

adolescência; bem como acerca da qualidade de suas interações e relações interpessoais estabelecidas nos espaços ecológicos de desenvolvimento durante as trajetórias de vida.

#### Análise de Dados:

Seguiu o modelo interpretativo da dupla hermenêutica, proposto por Giddens (1984), pelo qual se prioriza o revelar dos sentidos construídos pelos próprios sujeitos a partir de suas ações, em comparação com o sentido construído por analistas, munidos de seus referenciais teóricos e metodológicos, sobre as ações e interpretações de seus interlocutores (Geertz, 1987). Segundo Giddens (1984) é preciso que haja um vínculo entre a terminologia especializada dos cientistas sociais e os conceitos orientadores mobilizados pelos próprios atores leigos, viventes das experiências em foco. As diretrizes metodológicas para a Sociologia compreensiva apontam que as noções técnicas forjadas na investigação social devem não apenas fornecer elucidações das construções simbólicas com base nas quais se organiza e se reproduz uma determinada forma de vida, mas também se revelar compreensíveis aos seus próprios integrantes, à luz de suas compreensões mundanas (Peters, 2014).

Por tal perspectiva, compreende-se que as proposições e conceitos técnicos utilizados pelos cientistas sociais precisam não somente ser compreendidos pelos próprios atores que vivenciam as experiências em foco, mas também pelo próprio investigador especializado que necessita compreender corretamente as noções ordinárias que estes atores investem na geração de suas condutas (Giddens, 1982), base para construção de sentidos sobre suas próprias experiências, e objetivo de nosso estudo. Ressalta-se que, via modelo de análise proposto, pautado na teoria da estruturação (Giddens, 1998), a interpretação entre agência e estrutura deriva do fato de que a interpretação reflexiva que o sujeito possui da própria experiência, como também de seus contextos de ação, da própria capacidade de interagir com os outros, e de produzir efeitos no mundo social, se baseiam na utilização de regras e recursos necessariamente intersubjetivos, organizados como propriedades de coletividades e incorporados pelo aprendizado social, seja em situações de interação face a face ou pelo contato com produtos culturais objetivados em meios materiais (López e Alonso, 2006; Taylo e Bogdan, 1994).

Na mesma direção, Geertz (1989) destaca a necessidade de primeiro se interpretar as experiências dos sujeitos, para somente depois se utilizar seus relatos e discursos na busca de compreensões acerca de expressões e concepções sobre o mundo, bem distantes dos estilos padronizados de demonstração. É preciso que o pesquisador social se guie por entendimentos

diferentes dos já estabelecidos culturalmente, e neste sentido, considere que a hermenêutica fornece interpretações que transformam em conhecimento científico as implicações mais gerais dessas interpretações, bem como, um ciclo recorrente de termos, incluindo símbolo, significado, concepção, forma, texto e cultura, entre outros, cujo objetivo é sugerir que existe um sistema de persistência. Ou seja, para teórico, todas as perguntas, tão diversas em objetivos, são sempre inspiradas por uma visão estabelecida de como se deve proceder para construir um relato da estrutura imaginativa de uma sociedade. Portanto, torna-se fundamental considerar que as formas do saber relacionam o que se vê no exato lugar onde foi visto, incluindo seus revestimentos e instrumentos envolvidos no seu aprendizado, o que produz um sistema de significados simbólicos, traduzidos em estruturas conceituais dos fenômenos sociais (Geertz, 1997).

Por tais premissas, inicialmente foi realizada a leitura das entrevistas, sem formulação de hipóteses ou foco em partes específicas, pela qual se buscou por uma compreensão mais geral dos conteúdos. Em sequência, a releitura dos relatos pessoais viabilizou sua divisão em partes ou categorias, com base nas mudanças de sentido nas falas dos participantes. Estes dados foram estratificados em 04 categorias de análise, considerando: história de vida; caracterização da VS; efetivação dos processos proximais; e, transições ecológicas desenvolvidas no mesossistema. A última fase consistiu na descrição dos significados psicológicos (sentidos e percepções) a partir dos próprios relatos dos sujeitos. Por fim, as discussões e análises resultantes foram organizadas e estruturadas de forma sistemática a partir do modelo bioecológico de Bronfrenbrenner (1996), pelo qual se torna possível apreender a realidade de forma mais abrangente, tal como vivida e percebida pela pessoa no contexto em que habita (Ettetal e Mahoney, 2017; Bronfrenbrenner, 2011).

#### Aspectos Éticos:

A coleta de dados somente foi iniciada após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Parecer: 3.373.590). A participação no estudo foi condicionada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os participantes voluntários foram previamente informados dos objetivos, procedimentos do estudo e do sigilo das informações prestadas. Todos os voluntários tinham idade acima dos 18 anos, com capacidade civil e emocional para participar do estudo.

## Resultados e Discussão

A análise dos dados revelou 04 categorias temáticas emergentes da experiência da violência sexual na infância e/ou adolescência vivida pelos participantes do estudo, descritas e interpretadas a seguir.

### Histórias de Vida

Considerando as dinâmicas familiares, constata-se que a casa dos sujeitos participantes se apresentou como espaço ecológico de vulnerabilidades e riscos à ocorrência da VSCA. O ambiente ecológico de desenvolvimento é reconhecido não como limitado a um único e imediato espaço de interação, mas, como extensivo a uma organização de estruturas concêntricas, que se caracterizam como microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, que interferem mutuamente entre si e impactam o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2011).

Neste aspecto, para estes sujeitos, e de forma extensiva, a residência dos avós e da amiga, a vizinhança e também a escola, figuraram como principais microssistemas, nos quais desenvolveram e se envolveram cotidianamente em interações não recíprocas, evidenciando a negligência dos cuidadores primários e demais sujeitos significativos em relação às suas necessidades de investigação e descobertas:

“Por parte da família [pausa], nunca foi expresso nada, do tipo, você é importante; você é isso, você é aquilo. Pelo contrário, só foi dito: você tem certeza que quer fazer isso? Ou, isso não vai dar certo!” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Nestes microssistemas, os sujeitos desenvolveram padrões de interações fragilizadas, carentes de afetos e cuidados, e não recíprocas, que se revelaram persistentes e progressivos através do tempo, se constituindo em condutores e norteadores das mudanças de comportamento e equilíbrio pessoal. Ou seja, as conexões estabelecidas em tais ambientes, assim como a natureza dos vínculos que construíram com, parentes, amigos e vizinhos, exerceram influências sobre os seus processos de desenvolvimento, que se revelaram inseguros e inadequados, inclusive na vida adulta.

Além dos ambientes ecológicos, evidencia-se que as estruturas interpessoais também se caracterizam como fundamentais contextos de desenvolvimento, uma vez que a reciprocidade nas relações entre os sujeitos se constitui como base à formação de díades. As

díades se estabelecem e efetivam sempre quando um dos membros que passa por um processo de desenvolvimento contribui significativamente para a ocorrência do mesmo processo no outro. Contudo, estas díades somente são formadas quando duas pessoas prestam atenção nas atividades uma da outra, ou ainda, delas participam, favorecendo a composição de outras estruturas interpessoais, ainda maiores, incluindo mais de duas pessoas (Haddad, 1997). O estabelecimento destas relações de reciprocidade possibilita compreender as mudanças no desenvolvimento não apenas de crianças e adolescentes, mas também dos membros que compõem os núcleos de socialização primária e secundária (Narvaz e Koller, 2004).

Especificamente no caso dos participantes, todas as díades possíveis de efetivação nestes núcleos se desenvolveram de forma simultânea ou separada, influenciando os seus processos de aprendizagem e desenvolvimento. Constata-se que os sujeitos em foco vivenciaram infâncias e adolescências marcadas por situações de negligência, caracterizadas por práticas cotidianas de comportamentos abusivos e maus tratos dos pais/responsáveis, pautadas em uma lógica que parece naturalizar a falta de proteção e cuidado com os filhos:

“Aí também entra a relação com meu pai, que desde pequeno sempre foi muito difícil, nunca houve muita interação” (Protocolo 02 - sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

A ausência de reciprocidade nas relações desencadeou nos quatro sujeitos estudados sentimentos de solidão e abandono, base das fragilidades emocionais, medos e inseguranças, que foram reforçadas pela experiência traumática da VS:

“Eu sou uma pessoa ainda muito assustada. Uma pessoa adoecida, que vive com muito medo, como vivendo em cárcere” (Protocolo 02 – sujeito homossexual, 35 anos, solteiro, candomblecista).

O relato acima evidencia que as condições oferecidas por certas práticas familiares se revelam como potentes fatores de fragilização para as inter-relações nos microssistemas, impactando o desenvolvimento ao longo do ciclo vital. Constata-se assim, que práticas abusivas de descuido e desproteção impedem o estabelecimento de interações baseadas na reciprocidade, no equilíbrio de poder e na relação afetiva, adequadas ao desenvolvimento humano.

A partir dos dados, parece certo que as relações de poder influenciaram negativamente tanto os estilos parentais como as práticas educativas adotadas pelas famílias dos sujeitos,

gerando ausência de afeto seguro e rejeição aos filhos, o que comprometeu a possibilidade de formação de inter-relações saudáveis também em fases posteriores de suas vidas:

“Na época eu não contei a ninguém, nem para meus pais. Acho que eu passei uns 15 anos guardando isso [silêncio]. Pra falar a verdade, essa é a primeira vez que falo sobre isso. Nem pra minha esposa, que é minha confidente, eu nunca contei. Porque eu tinha vergonha e medo de contar” (Protocolo 03 – sujeito heterossexual masculino, 43 anos, casado, evangélico).

Os resultados corroboram totalmente nossas hipóteses ao evidenciar que a qualidade dos processos proximais se revela como fator agravante para a ocorrência da VSCA, tanto nas modalidades do abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, como na modalidade da exploração sexual, como evidenciado pelas experiências dos participantes.

#### Caracterização da Violência Sexual

Verifica-se que os participantes foram submetidos a situações semelhantes de VS, variando entre as modalidades do abuso sexual (intrafamiliar, de caráter incestuoso; e, extrafamiliar) e exploração sexual. As agressões foram promovidas por adultos, do sexo masculino, conhecidos ou pouco conhecidos das vítimas, que as seduziram ou aliciaram com presentes ou prometas de afeto e proteção, ou ainda as subjugaram pela força física ou ameaças. As situações de VS ocorreram nas próprias casas das vítimas, casas de vizinhos ou de amigos próximos. As práticas abusivas incluíram penetrações forçadas e sucessivas, sexo oral e masturbação do agressor, com frequências e certa constância.

Estas experiências reiteram a concepção de que os processos proximais envolvem formas particulares de interação do sujeito com seu meio ambiente, e que as mesmas operam ao longo do tempo e se consolidam como mecanismos primários do desenvolvimento humano. Ressalta-se, contudo, que para o estabelecimento de processos proximais eficazes é necessário o envolvimento de interações progressivas e mais complexas da pessoa em desenvolvimento também com os objetos e símbolos presentes nos ambientes acessados, possibilitando que as interações de reciprocidade tenham continuidade e condução, ainda que na ausência das pessoas significativas (Bronfrenbrenner e Morris, 1998).

A falta de reciprocidade por parte dos cuidadores primários com os filhos se estabeleceu como principal motivador para que os sujeitos buscassem soluções aos problemas e conflitos gerados pela vivência traumática, atividade cognitiva que exigiria a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências específicas e necessárias,

impossíveis de serem efetivadas em plenitude em tais fases de desenvolvimento. A não efetivação dos *Efeitos de Competência*, que resultam de processos proximais propositivos, os expôs a forte carga emocional, desencadeando quadros de estresse, depressão e ansiedade.

Somado a isso, verifica-se a instauração de grande sofrimento psíquico provocado pelo conjunto de crenças distorcidas sobre a VS, expressa nos sentimentos de vergonha e culpas, que os sujeitos ainda registram nos dias atuais:

“Eu ainda sinto vergonha. Hoje eu entendo: vergonha por ter sido violado e não poder falar pra ninguém [pausa]. Eu fiquei com medo de contar, com receio que achassem que eu tivesse culpa [choro]” (Protocolo 01 - sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Estudos apontam que é comum às vítimas de VS, imediatamente após a agressão, apresentarem distúrbios psicossomáticos, em especial o Transtorno de Estresse Pós-Traumático – TEPT, que se caracteriza pela vivência de experiências incomuns a existência humana, e que causam severos impactos e consequências à saúde física e emocional (Fisher e Hurcombe, 2018). A partir das experiências dos participantes, mais uma vez, se ratifica os achados da literatura especializada ao evidenciar a impotência das vítimas diante dos agressores, diretos e/ou indiretos, devido às vergonhas e culpas promovidas pelo sentimento de responsabilidade que passam a nutrir acerca a violência sofrida (Siebra *et al*, 2019).

Estes sentimentos e sensações inapropriados, que se mantêm ativos por fases posteriores do desenvolvimento comprovam que os *Efeitos de Disfunção* resultaram de processos proximais fragilizados (Amazarray e Koller, 1998), e que tendem a se consolidar de acordo com a intensidade e a frequência da VS sofrida.

### Processos Proximais

Registra-se entre os participantes, que o sentimento de impotência e o sofrimento gerado pelas experiências de VS na infância e adolescência, bem como decorrentes de suas próprias condições de desproteção, tenderam a se potencializar quando associados ao temor de um possível abandono dos adultos significativos, que por variados motivos não reconheceram e/ou aceitaram suas condições de vítimas:

“Minha mãe veio até o quarto e mandou meu pai sair. E eu tentei conversar com ela, mas ela não permitiu que eu falasse [pausa], e eu... [silêncio]” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Os relatos dos participantes sinalizam que, muitas vezes, crianças e adolescentes vítimas de VS não encontram nos cuidadores primários e demais sujeitos significativos, como parentes e professores, a proteção, atenção e acolhimento necessários à manutenção de suas integridades física e mental. Nesta direção, a literatura especializada tem destacado que vítimas de VSCA comumente tendem a nutrir sentimentos de abandono e rejeição, sensações que se configuram como promotoras de profunda tristeza e solidão, mágoa e insegurança diante da difícil decisão de revelar ou não a violência sofrida. Em muitas situações, efetiva-se a recorrente tendência das famílias imporem o silêncio às vítimas, impedindo intervenções por parte da rede de proteção. Em outras situações ainda, crianças e adolescentes abusadas sexualmente serão também estigmatizadas por familiares que as culparão e responsabilizarão através de conotações negativas e insinuações sobre seu comportamento considerado inadequado (Guimarães, 2017; Hohendorff e Patias, 2017).

Entre os participantes do estudo evidencia-se o grande investimento de energia psíquica dirigida à manutenção do segredo “*pactado*” com as famílias, o que parece ter contribuído de forma significativa para o aumento da pressão emocional sobre a pretensa culpa, gerando comportamentos disfuncionais e não adaptativos manifestos nas formas de revolta e angústia diante da injustiça experienciada:

“Eu disse: mainha, você vive com um doente. E ela disse: não minha filha, isso é normal. Eu olhei para ela e disse: a senhora sabia de tudo? E ela falou: nada ia me separar do meu marido. Aquilo para mim foi [pausa] revoltante [entonação silábica e contundente]” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Comumente o isolamento emocional imposto pela família às vítimas às desestimula a romper o silêncio e a denunciar o agressor. Assim, muitas crianças e adolescentes convivem por longos períodos com o segredo tóxico por temer, principalmente, sanções e castigos dos pais/responsáveis (Lewi, 2013). Esse temor resulta ainda das ameaças de morte, muitas vezes, dirigidas também aos parentes próximos, promovidas pelo agressor:

“Eu não contei nada, porque ele ameaçava matar meu pai” (Protocolo 03 – sujeito heterossexual, 45 anos, casado, evangélico).

Em outras situações ainda, a vítima é induzida a se sentir diretamente responsável pela manutenção do equilíbrio e integridade da família, especialmente quando a VS tem caráter incestuoso, como evidenciado acima.

Os resultados do estudo corroboram mais uma vez nosso entendimento da VSCA como fenômeno resultante de processos proximais fragilizados estabelecidos entre os cuidadores primários e as crianças e/ou adolescentes; e, que tal fenômeno se estabelece e efetiva em direta associação com outras modalidades ou tipologias de violência impostas pelas próprias dinâmicas familiares, incluindo a negligência e violência psicológica.

### Transições Ecológicas

Como já evidenciado pelos achados do estudo, os processos proximais abrangem não somente interações da pessoa em desenvolvimento com outros significativos, mas também suas interações com os objetos e símbolos presentes nos microsistemas pelos quais transita. Especificamente nas interações recíprocas, muitas vezes, estabelecidas entre o agressor e a vítima de VS, tais objetos e símbolos serão manipulados propositalmente, a fim de se fazerem convidativos, atizando a curiosidade e o interesse da criança e/ou adolescente (Narvaz e Koller, 2004):

“Eu sempre me senti excluída e rejeitada por meu pai. Então, quando ele começou a me dar atenção, carinho, eu [pausa], achei que o havia conquistado” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casa, católica).

Crianças e adolescentes interagem com regularidade e em longos períodos de tempo, prioritariamente com os pais/responsáveis. Na ausência ou impossibilidade dos mesmos, outras pessoas como, avôs, tios, irmãos, vizinhos, amigos dos pais ou dos irmãos, professores, entre tantos outros atores sociais, passam a desempenhar importantes funções nos processos proximais. Todavia, a capacidade destas novas díades funcionarem como promotoras de aprendizagem e desenvolvimento dependem da natureza e qualidade da reciprocidade entre os atores envolvidos (Bronfrenbrenner, 1998).

Os dados do estudo em questão revelam que na ausência ou inexistência de processos afetivos e de caráter protetivo por parte dos cuidadores primários, os participantes buscaram em outros espaços e sujeitos significativos as condições e possibilidades de dividir experiências e produzir novas atividades de interação emocional e cognitiva, compensando a sensação de abandono e solidão que sentiam. Deste modo, especificamente nestes casos, tornou-se inevitável que os mesmos formassem díades com os próprios agressores, adultos próximos ou conhecidos, e a quem, de modo geral, dedicavam consideração e afeição.

Ressalta-se que em muitas situações, como evidenciado nas experiências destes sujeitos, o uso da sedução funciona como principal elemento de atração da atenção e da

confiança da criança e/ou adolescente, que posteriormente será induzida ou forçada às práticas sexuais abusivas. Em outras, a coação, a força física e a ameaça se apresentarão como estratégias de subjugação (Lira *et al.*, 2017):

“Eu estava brincando na casa de uma amiga, quando eles me pegaram e me levaram para o fundo do quintal da casa dela. Eles baixaram minha calça, minha cueca e [pausa], e se revezavam. Me obrigaram a fazer sexo oral também [pausa]” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

De forma generalizada, os relatos dos sujeitos evidenciam que ao acessarem novos ambientes ecológicos, se depararam com similares contextos de vulnerabilidades e riscos, agora extensivos ao *Mesosistema*, nível ecológico formado pelo conjunto de microssistemas que lhes serviriam de base para o desenvolvimento saudável em determinado período da vida. Considerando o mesossistema como o conjunto de interações entre dois ou mais microssistemas dos quais a pessoa em desenvolvimento participa, entende-se que este pode incluir tanto ligações entre o lar e a escola, o lar e a casa de parentes próximos, ou ainda entre a família e o grupo de amigos (Bronfenbrenner, 2011). Especificamente entre os participantes, as transições ecológicas se revelaram deficitárias nos diferentes ambientes acessados, e nos quais pareciam buscar por respostas ou explicações para os próprios sentimentos conflituosos relativos à experiência da VS vivida.

Em algumas situações, a religião a que se vincularam na vida adulta, aparece como meio ou instrumento eficaz ao desenvolvimento de habilidades que os auxiliam em um aparente exercício do próprio perdão, que por sua vez, parece extensivo aos outros significativos, incluindo os pais e demais parentes, reconhecidos como agressores diretos e indiretos da agressão sofrida. Contudo, destaca-se que essas tentativas de resignificação sobre a VS, acerca da própria condição, e também sobre o agressor, derivadas dos *Efeitos de Competência* adquiridos, desenvolvidos, ou ainda, reforçados, nestes importantes microssistemas, parecem não suficientemente concretas a ponto de fazê-los “encarar” o agressor, sob o risco de acessar memórias traumáticas, que ainda motiva comportamentos descontrolados e disfuncionais na vida adulta:

“Hoje eu convivo com os meus pais, mas sem olhar para eles, entende? Eu olho, mas não os encaro. Porque se eu encarar, e eu ver qualquer coisa que me desperta alguma lembrança [pausa longa]. Mas, é de extrema importância o fato de eu ter perdoado. Porque assim, isso é uma coisa que para mim foi libertador” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Esses sentimentos e comportamentos disfuncionais se revelam comuns a todos os participantes. Um deles, por exemplo, alega “*não sentir raiva pelo agressor*” devido ao seu “*encontro com Deus, que o fortalece e equilibra*”. Entretanto, apesar de afirmar não se lembrar da aparência do abusador, o mesmo relata em seguida que seria capaz de “*reconhece-lo imediatamente*” e de “*esmurra-lo*” caso o reencontrasse (Protocolo 03 – sujeito heterossexual masculino, 42 anos, casado, evangélico). Em outra situação onde é evidenciado o “*forte vínculo religioso*”, aliado ao exercício constante de “*meditação pelo qual acessa a autoconsciência*”, a religião parece servir como uma tentativa fracassada de neutralizar ou eliminar o latente “*desejo e vontade de fazer muito mal*” ao agressor, ainda nos dias atuais (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

Estes relatos confirmam como os variados microsistemas por onde a pessoa em desenvolvimento transita exigem interpretações de diferentes papéis e adoção de comportamentos equivalentes, cobrando maior investimento psíquico no controle dos próprios impulsos. Destaca-se assim, a importância dos pesquisadores dirigirem sua atenção, não apenas aos processos proximais estabelecidos nos microsistemas, mas também às transições ecológicas que os sujeitos desenvolvem ou efetivam no mesossistema, a fim de melhor compreender os modos como uma mesma pessoa pode agir ou interagir, de variadas formas, em diferentes espaços, e diferentes fases da vida.

Ressalta-se que as relações de reciprocidade estabelecidas pela pessoa em desenvolvimento com os outros significativos podem se revelar como importantes esteios dirigidos à minimização, neutralização ou fim da tensão e sofrimento causado por situações de grandes conflitos. Neste sentido, o mesossistema poderá ser sempre ampliado quando esta pessoa passar a fazer parte de novos ambientes, que se configurarão automaticamente como espaços ecológicos coadjuvantes de desenvolvimento (Zhang, 2014).

Em alguns casos, essa ampliação poderá incluir as relações que um sujeito estabelece e mantém com as mais variadas instituições, nas mais variadas formas, tais como, casa/amigos, casa/vizinhança, casa/escola e escola/comunidade:

“Eu comecei a apresentar um quadro de tristeza profunda na escola. Não conseguia me concentrar, [pausa], me organizar, e repeti o ano quando aconteceu pela primeira vez. Eu ficava com uma angustia muito grande, e comecei a viver muito sozinho. E ainda hoje não consigo me conectar a ninguém” (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, produtor cultural, candomblecista).

Em outros casos, a ampliação das relações de interação desenvolvidas no mesossistema poderão se limitar a própria casa, na direta e restrita relação da pessoa com os familiares, ou ainda nas interações deste núcleo com a igreja, com o trabalho ou comunidade, etc. (Ceconello, De Antoni e Koller, 2003). Nos relatos dos participantes, contudo, evidencia-se que a inexistência ou ineficácia desta rede social contribuíram para isolar suas famílias, favorecendo a instauração e manutenção da VSCA nos microssistemas acessados, reforçando os distúrbios psíquicos e emocionais, bem como seus sentimentos de revolta e dor:

“Foi uma revolta minha, porque não aceitaria que o meu pai fosse o meu primeiro homem [pausa]. E, daí por diante a minha vida virou um inferno, porque eu não tinha condição de sair de casa” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

A riqueza de um mesossistema consiste sempre na quantidade e qualidade das conexões estabelecidas entre os microssistemas que o compõe, auxiliando na criação de uma rede de apoio social que viabiliza o trânsito da pessoa entre espaços e papéis que favorecem o desenvolvimento (Zhang, 2014; Alves e Emmel, 2008). Nos casos analisados, porém, se reforça o pressuposto de que na inexistência de conexões efetivas entre os microssistemas e a pessoa em desenvolvimento, o mesossistema não se consolidou como rede, mas, ao contrário, se transformou em contexto agravante das vulnerabilidades e dos fatores de risco da VSCA.

Por sua vez, o *Exossistema*, terceiro sistema de interlocução do desenvolvimento humano, e que se estabelece como extensão do mesossistema, se apresenta como campo das estruturas sociais formais e informais dos quais a pessoa em desenvolvimento não participa de forma ativa, mas que influencia os ambientes imediatos na qual se encontra, tais como os equipamentos do Sistema de Garantias de Direitos - SGD. Neste aspecto, chama a atenção o fato de nenhum dos participantes relatarem ou evidenciarem o acesso à rede de proteção social na ocasião da violência, ou mesmo em períodos posteriores. Destaca-se neste âmbito, que nem mesmo as instituições religiosas aparecem reconhecidas como integrantes desta rede, e muito menos como ambientes de escuta recíproca às vítimas de VS, papel que parece caber mais propriamente aos espaços da psicoterapia.

Tais condutas por parte dos sujeitos aparecem ainda diretamente associadas a questões relacionadas à cultura, que tanto têm contribuído para a dificuldade, resistência ou impossibilidade de se revelar as violências sexuais sofridas (Batista, 2017). Talvez a não percepção por parte destes sujeitos das instituições religiosas e dos equipamentos do SGD enquanto espaços ecológicos efetivos de proteção e garantia de direitos, esteja associada ao

receio ou temor à reação dos atores sociais, em especial de seus representantes legítimos, diante da revelação da VS sofrida. Os dados do estudo sinalizam assim, que estes atores significativos não conseguem estabelecer reciprocidade suficiente junto às vítimas, encorajando-as e auxiliando-as na tomada de decisões mais assertivas e apropriadas à resolução de seus conflitos.

### Discussão Geral

As experiências dos participantes servem às reflexões mais amplas sobre os contextos envolvidos no fenômeno da VSCA; e, sobretudo, acerca de seus impactos no ciclo de vida, especialmente considerando a fragilidade e ineficácia de algumas transições ecológicas que se revelam inviabilizadas no mesossistema e exossistema pelo macrossistema, que engloba a cultura. Aponta-se assim, a urgência de se [re]pensar políticas públicas que se façam mais efetivas e eficazes, dirigidas a orientação e conscientização dos atores significativos que compõem os núcleos de socialização primária e secundária, especialmente referente a seus papéis sociais e responsabilidades, inclusive legais e políticos, enquanto promotores do desenvolvimento humano, responsáveis por viabilizar concretamente a garantia de direitos, proteção e saúde das crianças e adolescentes.

Os dados do referido estudo evidenciam que experiências de VS na infância e/ou adolescência tendem a se estabelecer como nocivos marcadores da vida cotidiana das vítimas, comprometendo a convivência e as relações interpessoais que passam a estabelecer, inclusive na vida adulta. Independente do número de episódios, do tipo ou modalidade da VS, suas repercussões tendem a se potencializar em etapas posteriores do ciclo vital, acarretando sérios prejuízos emocionais e transtornos psicossociais que desencadeiam sofrimentos intensos e duradouros, e comprometem a saúde e o desenvolvimento humano.

Ressalta-se que os resultados alcançados atendem diretamente aos objetivos do estudo, uma vez que possibilitam avaliações mais amplas sobre os impactos da VSCA no ciclo vital; bem como, evidenciam que a qualidade dos processos proximais e a ineficácia das transições ecológicas, contribuem de forma significativa para a promoção da VS na infância e adolescência. Estes resultados corroboram completamente as hipóteses propostas, salientando que a ausência de reciprocidade nas relações entre as crianças e/ou adolescentes junto aos cuidadores primários e demais sujeitos significativos promove situações de vulnerabilidade e riscos que contribuem de forma direta para a ocorrência da VSCA. Evidenciam, por fim, que a VS quando dirigida às crianças e adolescentes, compromete o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, com severas consequências que perduram por longos períodos da vida.

## Considerações finais

A investigação acerca dos impactos da VS sobre o desenvolvimento no ciclo vital tem se revelado uma necessidade e grande desafio da atualidade, uma vez que sua prevalência aponta para um grave problema social e de saúde pública. A natureza multidimensional de tal fenômeno tem exigido análises apuradas sobre os diferentes sistemas envolvidos, bem como investimentos metodológicos que contemplem suas peculiaridades. Neste aspecto, ressalta-se que a partir do modelo bioecológico do desenvolvimento humano, é possível conceber que a VSCA apresenta variáveis que dimensionam a agressão, revelando fatores multifacetados que derivam da interação e inter-relação da pessoa em desenvolvimento com a dinâmica familiar, bem como com as transições ecológicas estabelecidas nos demais microssistemas que compõem o mesossistema e o exossistema, o que revela sua adequação aos objetivos do estudo proposto. Os dados evidenciam que a fragilidade dos processos proximais compromete a inter-relação entre a criança/adolescente e os pais/responsáveis e demais adultos significativos, e se estabelece como principal promotor das situações de vulnerabilidade e riscos às ocorrências e recorrências da VSCA. Os discursos dos participantes ratificam a concepção de que crianças e adolescentes vítimas de VS, geralmente, apresentam experiências de vida marcadas pela negligência dos adultos significativos que ignoram suas necessidades de atenção, afeto seguro e proteção. O silêncio imposto às vítimas, através das ameaças promovidas pelo agressor, ou ainda resultante do descuido ou convivência de familiares diante das situações de violência a que estão expostas, amplia as dificuldades relativas a denuncia das agressões sofridas, bem como diminuem a possibilidade de acesso à rede de proteção social. A falta de interação da família, principal microssistema do desenvolvimento humano, com os demais ambientes ecológicos que compõem o mesossistema e o exossistema, contribui para isolar e neutralizar a vítima, que se mantém subjugada aos desejos do agressor. Tal postura, muitas vezes, se revela influenciada pelas implicações culturais, sociais e legais (*esfera do macrossistema*), associadas ao ato de denunciar a insalubridade das famílias. Concebe-se assim, que os processos e contextos envolvidos nessa espécie de naturalização da VSCA denunciam não somente a fragilidade, mas especialmente a utopia de um macrossistema, que através de suas crenças e tradições tenta generalizar o sentido de casa e de família como ambientes e núcleos protetivos e seguros ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescente. Os resultados sinalizam ainda a fragilidade e ineficácia das medidas preventivas e protetivas contra a VSCA, decorrentes da inadequada aplicação das políticas públicas de proteção dirigida às crianças e adolescentes. Registra-se assim, a urgente

necessidade de se refletir sobre a importância de se desenvolver e implementar políticas mais eficazes de combate ao fenômeno, bem como de se definir práticas de intervenção que auxiliem na restauração do equilíbrio emocional e psicossocial das vítimas, a partir das especificidades e particularidades evidenciadas pelos próprios sujeitos vitimados, ainda severamente silenciados pelas sociedades em geral.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Heliana Castro; EMMEL, Maria Luiza Guillaumon. **Abordagem bioecológica e narrativas orais: Um estudo com crianças vitimadas**. Perspectiva bioecológica e narrativas orais. Paidéia, 2008. Disponível em [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia)

AMAZARRAY, Mayte Raya.; e KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 11, núm. 3, Porto Alegre, RS, 1998. Disponível: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811314>

BATISTA, Vanderleia. **Os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos (as) profissionais: desafios para o sistema de garantia de direitos**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, SC, 2017.

BOWLBY, John. **Apego e perda: apego**, Vol. 01 (trad. Álvaro Cabral) – 3ª edição, São Paulo, 1907. Martins fontes – Selo Martins, 2002.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornado os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre, RS. Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre, Arte Médicas. 1996.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela. The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner e W. Damon (org.). **Handbook of Child Psychology** (V. 1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons. 1998.

BRONFENBRENNER, Urie; CECI, Stephen J. Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. **Psychological Review**, vol. 101. No. 4. 568-586. By the American Psychological Association, Inc, 1994. 0033-295X/94/S3.00

BENIUK, Loree; RIMER, Pearl. **Understanding Child Sexual Abuse: A Guide for Parents & Caregivers**. Central Agencies Sexual Abuse Treatment (CASAT). Program Child Development Institute 197, Euclid Avenue Toronto, Canadá, 2006. ISBN 0-9681323-7-5.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, set/out; 57(5):611-4. Brasília (DF), 2004.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. de. **Homem não chora: o abuso sexual contra meninos.** (Tese de doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2016.

CARDOSO, Diana Carolina Isidoro Logrado; CANIÇO, Hernani P. **Abuso sexual infantil.** Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

CASTRO, Vaninio Brito de; BARICHELLO, Marta Roseli Azevedo. Gestão dos microssistemas no ambiente sócio escolar: percepção de alunos e alunas do ensino técnico da rede pública federal de Palmas-TO. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ. Santa Maria**, v. 2 n. 3 Jan./jun. p. 45-64, 2013.

CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Silvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 45-54, 2003.

DALE, Gregory. A. Existential phenomenology: emphasizing the experience of the athlete in sport psychology research. **The Sport Psychologist**, 10, p. 307-321, 1996.

ETTEKAL, Andrea Vest; MAHONEY, Joseph. L. **Ecological Systems Theory.** In: **The SAGE Encyclopedia of Out-of-School Learning.** Publishing Company: SAGE Publications, Inc. City: Thousand Oaks, 2017. ISBN: 9781483385211. DOI: <http://dx.doi.org/10.4135/9781483385198.n94>

FISHER, Alessandra Goldsmith Cate; HURCOMBE, Clarice Soares Rachael. **The impacts of child sexual abuse: A rapid evidence assessment.** IICSA Research Team, July, 2018.

FLORENTINO, R. Bruno. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>.

FONTES, Luiz Felipe Campos; CONCEIÇÃO, Otavio Canozi; MACHADO, Stefhano. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/141381232017229.114>.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança: Uma Abordagem Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GARBARINO, James; ECKENRODE, John. (Orgs.). **Understanding abusive families: Ecological approach to theory and practice.** San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Rio de Janeiro (RJ): Vozes; 1997.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: on outline of the theory of structuration**. Cambridge/Berkeley: University of California Press, 1984

GIDDENS, Anthony. **Profiles and critiques in social theory**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1982.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e teoria social**. São Paulo: Unesp, 199

GUIMARÃES, Lucas Dannilo Aragão. **Construção e evidências de validade da escala de reações traumáticas a eventos estressores – ERTES**. (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade São Francisco, Campinas, 2017.

GREINERT, Bruna Rafaela Milhorini; MARQUES, Andrea Grano; MILANI, Rute Grossi. **O cuidado familiar e social na promoção da saúde da criança vítima de violência doméstica**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.15 n.27, 2018.

HABIGZANG, Luiza Fernanda; CORTE, Fabiana Dala; HATZENBERGER, Roberta; STROEHER, Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência**, 2006. [www.scielo.br/prc](http://www.scielo.br/prc).

HADDAD, Lenira. **A ecologia do atendimento infantil: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação**. (Tese Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1997.

HÉBERT, Martine; LAVOIE, Francine; BLAIS, Martin. Post Traumatic Stress Disorder/PTSD in adolescent victims of sexual abuse: resilience and social support as protection factors. **Cien Saude Coletiva**. 2014 March ; 19(3): 685–694. CIHR Author Manuscript, 2015.

HILLIS, Susan; MERCY, James; AMOBI, Adaugo; HOWARD Kress. **Global Prevalence of Past-year Violence Against Children: A Systematic Review and Minimum Estimates**. Author manuscript Pediatrics. May 02. Mar; 137(3): e20154079, 2016. doi:10.1542/peds.2015-4079.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS, Naiana Dapieve. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>.

HOHENDORFF, Jean Von. **Dinâmica da violência sexual contra meninos**. (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. **Contextos Clínicos**, 8(1):46-54, jan-jun, 2015. doi:10.4013/ctc.2015.81.05

JOHNSON, Eileen. S. Ecological Systems and Complexity Theory: Toward an Alternative Model of Accountability in Education. **Complicity: An International Journal of Complexity and Education**. Vol 5, n. 1, pp. 1- 10, 2008. Disponível em: [www.complexityandeducation.ca](http://www.complexityandeducation.ca)

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 3 n p. 135-154 n jul.-set, 2014.

KRISHNAN, Vijaya. **Early Child Development: A Conceptual Model**. **Early Childhood Council Annual Conference 2010**, “Valuing Care”. Christchurch Convention Centre, Christchurch, New Zealand, 2010.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi Manzinni; HABIGZANG, Luíza Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínicos**, vol. 9, n. 1, Jan-Jun, 2016. Unisinos - doi: 10.4013/ctc.2016.91.05. disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v9n1/v9n1a06.pdf>

LADEIA, Priscila Soares Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Rev Médica**. 26 (Supl 8): S398-S401. Minas Gerais, 2016.

LEWI, Claudia. **El secreto tóxico: aprendizaje y silencio**. 1ª edi – Universidad del Salvador – USAL, 2013, Buenos Aires, Argentina, 2013. ISBN: 978-950-592-163-8.

LIMA, Joana Azevedo; ALBERTO, Maria Fatima Pereira. Urgências psicológicas no cuidado às mães em casos de abuso sexual intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, vol. 21, núm. 3, jul-sep, pp. 337-347 UFRGN, Natal, RN, 2016. ISSN: 1413-294X. Disponível em: [revpsi@cchla.ufrn.br](mailto:revpsi@cchla.ufrn.br).

LIRA, Margareth Olinda Souza Carvalho; RODRIGUES, Vanda Palmarella; RODRIGUES, Adriana Diniz; COUTO, Telmara Menezes; GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto e Contexto Enfermagem**, 26(3):0080016, 2017. [doi.org/10.1590/0104-07072017000080016](https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/te>

LÓLEZ, José Manoel Touriñán; ALONSO, Rafael. Sáez. La metodología de investigación y la construcción del conocimiento de la educación. **Revista Galega de Ensino**, ano 14, nº 48, Marzo, 2006. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?q=L%C3%B3pez+Alonso,+2006++metodologia&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar?q=L%C3%B3pez+Alonso,+2006++metodologia&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar)

LORDELLO, Silvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico. **Contextos Clínicos**, 7(1):94-104, janeiro-junho, 2014. Doi: 10.4013/ctc.2014.71.09

MAGNI, Ana Carolina Cordeiro; CORREA, João Jorge. **Infância e Violência Sexual: Um Olhar sobre a Vulnerabilidade da Criança**. *Pleiade*, 10(19): 53-60, Jan./Jun. São Paulo, SP 2016.

NARVAZ Martha Giudice; KOLLER Silvia Helena. **O modelo bioecológico do desenvolvimento humano**. In: Koller SH, organizador. *Ecologia do desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo; p. 51-65, 2004.

NÚÑEZ-PEÑA, M. Isabel. **Diseño de Investigación en Psicología**. Departamento de Metodología de las Ciencias del Comportamiento. Facultad de Psicología Universidad de Barcelona. España, 2011.

OLIVEIRA, Denise Cabral Carlos; RUSSO, Jane A. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [ 3 ]: 579-604, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000300011>

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Elida Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria** - Vol. 81, Nº5(supl), 2005. Doi:0021-7557/05/81-05-Supl/S19.

PEQUENO, Marconi. **Violência e Direitos Humanos. Revista Filos**, v. 28, n. 43, p. 135-146, jan./abr. Aurora, Curitiba, 2016. DOI: 10.7213/aurora.28.043.DS07 - ISSN 0104-4443.

PETERS, Gabriel. Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.21.2, 2014, p.168-194

PERRY, Andrea R.; DILILLO, David. K. Child Sexual Abuse. The Encyclopedia of Domestic Violence, Nicky Ali Jackson, editor. **New York & London: Routledge**, Pages 147–156. Psychology, Department of Faculty Publications, Department of Psychology University of Nebraska – Lincoln, 2007. Disponível: [file:///www.Child\\_Sexual\\_Abuse.pdf](file:///www.Child_Sexual_Abuse.pdf).

PLATT, Vanessa Borges; BACK, Isabela Carlos; HAUSCHILD, Daniele Barbieri; GUEDERT, Jucélia Maria. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**. 23(4):1019-1031, 2018. DOI:10.1590/1413-81232018234.11362016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>

ROSA, Edinete. Maria; TUDGE, Jonathan. Urie Bronfenbrenner’s Theory of Human Development: Its Evolution From Ecology to Bioecology. **Journal of Family Theory & Review** 5 (Dec.): 58 243, 2013. DOI:10.1111/jftr.12022.

SAID, Amanda Pinheiro; COSTA, Liana Fortunato. **Family Dynamics of Boys Victims of Sexual Abuse**. Paidéia, vol. 29, 2019. (online version) doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2908> ISSN 1982-4327. Disponível em: [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia)

SCHLÖSSER, Adriano; ROSA, Gabriel Fernandes Camargo., e MORE, Carmem Leontina Ojeda. Revisão: Comportamento Suicida ao Longo do Ciclo Vital. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, Vol. 22, nº 133, 1-145, 2014. DOI: 10.9788/TP2014.1-11 / ISSN 1413-389X

SIEBRA, Danielle Xenofonte; BARROSO, Marianna Leite; MELO, Antonio Marlos Duarte de Melo; LANDIM, José Marcondes Macêdo; OLIVEIRA, Gislene Farias de. Os Prejuízos causados à Saúde Mental e à vida sexual adulta das mulheres vítimas de Abuso Sexual na infância. **Rev.Mult. Psic.**, vol.13, n.46, p. 359-378, 2019. ISSN: 1981-1179. DOI: 10.14295/idonline.v13i46.1890

SOUZA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, 25(1): 422, janeiro-abril, Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>

SOUZA NETO, Epitacio Nunes; RIOS, Luis Felipe. Apontamentos para uma economia política do cu entre trabalhadores sexuais. **Revista Psicologia & Sociedade**, 27(3), 2015. Disponível em: [www.psicologiaesociedade.br](http://www.psicologiaesociedade.br)

SOUZA NETO, Epitacio Nunes; VIANA, Normando José Queiroz. A Invisibilidade do Masculino: Reflexões sobre o Lugar dos Meninos nos Estudos Brasileiros Sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Rev. Eletrônica Sociedade Administração e Contemporaneidade - RESAC**. Ano 03. Vol. 03, 2015. ISSN. 2237-0528. Disponível em: [www.fis.edu.br](http://www.fis.edu.br)

STELTER, Reinhard. The transformation of body experience into language. **Journal of Phenomenological Psychology**, v. 31, n. 1, p. 63-77, 2000.

TAVEIRA, Maria do Ceu;, OLIVEIRA, Íris Martins; ARAÚJO, Alexandra Mendes. Ecology of Children's Career Development: A Review of the Literature. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Vol. 32 n. 4, pp. 1-10. e324211, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e32411>

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, Robert. **Introducción a los Métodos Cualitativos de Investigación: la búsqueda de significados**. Ediciones Paidós Ibérica, S.A. Barcelona/ES, 1994.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 46, p. 75-87, maio/ago. Salvador. BA, 2016.

ZHANG, Yi Leaf. Using Bronfenbrenner's Ecological Approach to Understand Academic Advising with International Community College Students. **Journal of International Students**. ISSN: 2162-3104 Print/ ISSN: 2166-3750 Online Volume 8, Issue 4, pp. 1764–1782, 2018. doi: 10.5281/zenodo.1468084. disponível em: <http://jistudents.org/>

ZÚQUETE, José Gonzalo. Paes Estrela da Silveira; SOUZA, Ednilza Ramos de; DESLANDES, Suely Ferreira. Concepções sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um estudo com representantes institucionais no Brasil e em Portugal. **Cad. Saúde Pública**, 32(10):e00075415, out. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00075415>

*É [pausa], tem muito essa característica, né? [pausa] do silêncio! É [pausa]. É! Eu lembro assim, das muitas noites da minha vida em que eu, eu ia dormir gritando no travesseiro [pausa]. Eu gritava, eu chorava no travesseiro, de [pausa], de revolta de tudo, de não poder sair dali, de não poder compartilhar com meus familiares [pausa longa]. Enfim, era uma situação que só me enrolava cada vez mais. E isso me gerou o câncer, né?*

**Marta**, 53 anos, Heterossexual;  
Abusada sexualmente pelo pai dos 08 aos 16 anos de idade.

## 9 - ARTIGO 3 (*Estudo Qualitativo*)

### SENTIDOS E IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL SOBRE A AUTOCONSCIÊNCIA E AUTORREPRESENTAÇÕES DO SELF NO CICLO VITAL

### SENSES AND IMPACTS OF SEXUAL VIOLENCE ON SELF-CONSCIOUSNESS AND SELF-REPRESENTATIONS IN THE VITAL CYCLE

**Epitacio Nunes de Souza Neto**

**Resumo:** Este estudo avalia os impactos da violência sexual percebidos pelas vítimas sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital. Identifica ainda os sentidos atribuídos ao fenômeno, bem como analisa a contribuição destes sentidos para o processo de ressignificação, o que favorece o reequilíbrio emocional e o bem-estar das vítimas. A investigação se caracteriza como estudo de casos múltiplos, do tipo fenomenal e qualitativo, com amostra composta por 04 sujeitos adultos, vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência. Para a coleta de dados foram aplicadas entrevistas fenomenológicas em profundidades, com uso de roteiro temático. A análise de dados seguiu o modelo interpretativo da dupla hermenêutica de Giddens (1984), pelo qual é possível evidenciar os sentidos que os próprios sujeitos constroem a partir de suas ações, comparados com o sentido construído por analistas em relação às ações e interpretações de seus interlocutores a partir de seus referenciais teóricos e metodológicos (Geertz, 1987). As discussões derivadas da análise foram organizadas a partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner (2011). Os resultados revelaram compreensões mais amplas acerca dos impactos da violência sexual contra crianças e adolescentes sobre o ciclo de vital, evidenciando que o fenômeno compromete significativamente a estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self, com especiais prejuízos ao autoconceito e a autoestima.

**Palavras-chaves:** Violência sexual; criança e adolescente; construção de sentidos; autoconsciência; autorepresentações do self.

**Abstract:** This study assesses the impacts of sexual violence perceived by victims on self-awareness and self-representations of the self in the vital cycle. It also identifies the meanings attributed to the phenomenon, as well as analyzes the contribution of these meanings to the reframing process, which favors the emotional rebalancing and well-being of the victims. The investigation is characterized as a study of multiple cases, of the phenomenal and qualitative type, with a sample composed of 04 adult subjects, victims of sexual violence in childhood and / or adolescence. For data collection phenomenological interviews were applied in depths, using thematic script. The data analysis followed the interpretative model of Giddens's (1984) hermeneutic duo, by which it is possible to evidence the meanings that the subjects themselves build from their actions, compared with the sense constructed by analysts in relation to the actions and interpretations of their interlocutors from their theoretical and methodological references (Geertz, 1987). The discussions derived from the analysis were organized based on the Bioecological Model of Human Development, by Bronfrenbrenner (2011). The results revealed broader understandings about the impacts of sexual violence against children and adolescents on the life cycle, showing that the phenomenon significantly compromises the structuring of self-awareness and self-representations of the self, with special losses to self-concept and self-esteem.

**Keywords:** Sexual violence; child and teenager; construction of meanings; self-awareness; self-representations of the self.

## **Introdução**

A Violência Sexual (VS), concebida como problema de saúde pública e de direitos humanos, revela-se capaz de comprometer o desenvolvimento físico, afetivo e social das vítimas, independente de suas orientações sexuais, identidades de gênero, classe social, etnia/raça, idade ou cultura. A Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente (VSCA), especificamente, caracteriza-se como modalidade da VS que se configura como, todo e qualquer ato ou ação de interesse sexual por parte de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente. Enquanto fenômeno sociohistórico, a mesma se efetiva a partir de duas formas distintas e específicas: o abuso sexual e a exploração sexual (Pequeno, 2016; Zúquete, Souza e Deslandes, 2016).

Estudos apontam que a VS afeta a multidimensionalidade das vítimas, ocasionando problemas de saúde física, reprodutiva e mental, incluindo lesões corporais, gravidez indesejada, DSTs/AIDS, fobias, pânico, Síndrome do Estresse Pós-Traumático, depressão e outras alterações psicológicas. Tais experiências na infância e/ou adolescência comprometem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das vítimas, de diferentes formas e intensidade. Diversos fatores associados ao fenômeno contribuem significativamente para o desencadeamento de transtornos psicossociais, com severas consequências, que se não tratadas podem perdurar ao longo do ciclo vital (Platt et al, 2018; Florentino, 2015; Fisher e Hurcombe, 2018; Guimarães, 2017; Hillis *et al*, 2016).

Entre os principais distúrbios emocionais associados à VSCA se destacam a maior dificuldade de aprendizagem; distúrbios de comportamento; isolamento social; erotização precoce; baixa autoestima; depressão; e, dificuldades em estabelecer relações sociais, inclusive na vida adulta. Apesar da grande variedade de consequências psicológicas, uma vez que cada sujeito responde de forma particular às experiências vividas, torna-se comum entre as vítimas à instalação de quadros depressivos, acompanhados ou não de fobia; ansiedade; uso intensivo de substâncias ilícitas; tentativa de suicídio; e, mais comum, síndrome de estresse pós-traumático (Fontes, Conceição e Machado, 2017; Magni e Correa, 2016; Hébert, Lavoie e Blais, 2015; Schlösser, Rosa e More, 2014).

A literatura especializada muito tem contribuído para evidenciar os prejuízos biopsicossociais e cognitivos produzidos pela VS entre crianças e adolescentes, que por estarem em desenvolvimento, se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos (Martinho, 2016; Huh e Cavalini, 2011). Todavia, ressalta-se o pouco conhecimento científico acerca de seus reflexos e impactos sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self, bem como, relativo à suas repercussões no ciclo vital. Tal incipiência confirmam a importância e pertinência do estudo em questão.

Autoconsciência é compreendida como processo autoavaliativo particular e organizativo que favorece ao self comparar automaticamente autoconteúdos derivados da consciência com padrões de correção social, internalizados a partir do meio. Tal dimensão psíquica se associa diretamente ao self, fazendo-se fundamental a regulação e a organização da constituição e estruturação do autoconceito (Durval e Wicklund, 1972). O autoconceito pode ser concebido como conjunto de crenças e autopercepções construídas por um sujeito ao longo da vida. O mesmo envolve as atitudes, os sentimentos e conhecimentos do indivíduo acerca de suas próprias capacidades, habilidades e aceitação social, direcionando e possibilitando que assumam novas responsabilidades na vida (Trapnell e Campbell, 1999).

Entre as autorrepresentações do self a autoestima se apresenta como uma das principais dimensões da autoconsciência. É reconhecida como o conjunto de sentimentos e pensamentos que um sujeito desenvolve acerca de seu próprio valor, de suas competências e adequação (Rosenberg, 1965), favorecendo o desenvolvimento e adoção de atitudes positivas ou negativas por parte de um indivíduo em relação a si mesmo, estando ainda diretamente associada ao autoconceito. Autoestima e autoconceito são dimensões do self que se revelam fundamentais construtos multidimensionais, e que se correlacionam positivamente numa relação causal recíproca e sistemática (Trapnell e Campbell, 1999; Tamayo, 1981).

A VSCA se estabelece como fator de alto risco ao desenvolvimento e a estruturação da autoconsciência, favorecendo a sedimentação de processos de autofoco do tipo ruminativo, pelo quais as vítimas desenvolvem concepções e sentimentos menos propositivos sobre si. Experiências de VS, especialmente na infância e/ou adolescência, comprometem a estruturação das autorrepresentações do self, especialmente do autoconceito e da autoestima, provocando distorções sobre os processos de valoração de si. Postula-se assim, que, quanto mais elevados os níveis de ruminação e mais deficitárias as autorrepresentações, mais carregados de sofrimento serão os relatos sobre as experiências de VS.

A partir de tais premissas, este estudo tem como objetivo, avaliar os impactos da VS percebidos pelas vítimas sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self no ciclo de vida. Para tanto, identifica os sentidos atribuídos a VS por parte de sujeitos adultos, vitimados na infância e/ou adolescência. Parte-se da hipótese de que a VSCA compromete fortemente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, promovendo estados de autoconsciência reflexiva ou ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito e produzem autopercepções ou autoreconhecimento de si difusos ou deturpados ao longo do ciclo vital. A VS na infância e/ou adolescência se revela como fator de elevado impacto e severamente prejudicial ao desenvolvimento da cognição, com capacidade de comprometer a percepção de si e também a regulação do autoconceito e da autoestima.

Acreditamos que o referido estudo em muito contribuirá para a construção de conhecimento científico acerca da estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self; bem como, para a construção de sentidos sobre experiências traumáticas, de cunho sexual, vividas nas primeiras fases da vida, e reconhecidas como fator de alto risco ao desenvolvimento cognitivo.

## Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano

Bronfenbrenner (2011) propôs um modelo de desenvolvimento humano sistêmico, ressaltando a importância das inter-relações de quatro níveis ecológicos: *Microsistema*, que corresponde ao ambiente onde a pessoa em desenvolvimento se encontra em atividade em determinado momento da vida, e que se caracteriza como um complexo de relações entre esta e o ambiente imediato onde está inserida; *Mesosistema*, que compõe um conjunto de microsistemas e compreende as inter-relações de variados ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento se encontra inserida em determinados momentos da vida - o mesmo se caracteriza como a interação entre dois ou mais microsistemas que envolvem a pessoa em desenvolvimento; *Exossistema*, configurado como extensão do segundo nível ecológico, associado às estruturas sociais formais e informais que não contêm a pessoa em desenvolvimento, mas que influencia ou acompanha os ambientes imediatos na qual a mesma se encontra, e por consequência, delimita, afeta, ou ainda, determina o que ocorre em seu interior; e, *Macrossistema*, que engloba todos os demais níveis ecológicos, e que se revela como o mais amplo do sistema ambiental, caracterizando o contexto que envolve qualquer sociedade ou grupo social, sua cultura, subcultura ou outra estrutura social maior.

Através dos macrossistemas os sujeitos compartilham valores, crenças, estilos, recursos e trajetórias de vida, oportunidades e padrões de intercâmbio social (Barreto, 2016, p. 285). Concebe-se assim, que o desenvolvimento humano se estabelece na inter-relação de quatro componentes fundamentais - Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). O *Processo* de desenvolvimento envolve a fusão e a dinâmica da relação entre o sujeito e o contexto em que está inserido. O componente *Pessoa* inclui o repertório individual de características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais do sujeito. O *Contexto* se caracteriza como níveis ou sistemas entrelaçados da ecologia do desenvolvimento humano descritos anteriormente. E o componente *Tempo*, por sua vez, envolve as dimensões múltiplas da temporalidade, tais como, o tempo ontogênico, o tempo familiar e o tempo histórico. Tais dimensões temporais constituem o *Cronossistema* que modela as mudanças ao longo do ciclo vital. O Cronossistema acrescenta ainda à dimensão de tempo, o grau de estabilidade ou a variação no mundo de uma pessoa (Bronfenbrenner, 2011).

O componente Processo abarca as formas particulares do organismo com o ambiente, denominadas *Processos Proximais*, que operaram ao longo do tempo e são entendidas como mecanismos primários que produzem o desenvolvimento humano. Referente ao componente Pessoa destaca-se três tipos de características mais influentes na modelação de sentido do

desenvolvimento futuro, devido a sua capacidade de influência sobre a direção e sobre a força do processo proximal durante o ciclo vital: a) *disposições*, que podem ativar os processos proximais em um domínio particular do desenvolvimento, continuando a sustentar sua operação; b) *recursos bioecológicos* de capacidade, experiência, conhecimentos e habilidades, fundamentais ao funcionamento efetivo dos processos proximais em determinado estágio da vida; e, c) *demanda* que encoraja ou não reações do contexto social a fornecer ou interromper a operação dos processos proximais (Bronfenbrenner e Morris; 1998:2011).

Segundo Bronfenbrenner (2011), uma pessoa não é somente o resultado do desenvolvimento, mas formadora dele. Os sujeitos influenciam seu próprio desenvolvimento através de suas características biológicas e psicológicas, talentos e habilidades, deficiências e temperamento. Para o teórico, o estudo científico contemporâneo do desenvolvimento humano tem se caracterizado pelo compromisso de compreender a dinâmica das relações entre o indivíduo e os diversos e integrados níveis ecológicos. Assim, tem se configurado como modelo de ciência marcado por uma teoria centrada na temporalidade histórica, inserida nos processos relacionais *pessoa-contexto*; pela inclusão de modelos de mudanças dinâmicos que perpassam o sistema ecológico e influenciam as pessoas e as instituições; e, por métodos sensíveis à mudança e interacionais objetivados pela ideia de que os indivíduos influenciam pessoas e instituições de sua ecologia tanto quanto são influenciados por eles (Narva e Koller, 2004).

Por tais pressupostos, o Modelo em questão se revela em harmonia com os objetivos do estudo aqui proposto, especialmente por reforçar a concepção de desenvolvimento humano como processo que se estabelece ao longo da vida. Portanto, ao analisarmos os impactos da VS sexual sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self entre sujeitos vitimados na infância e/ou adolescência, acreditamos ser fundamental considerar não somente suas concepções de violência, mas também avaliar como estabelecem suas interações e vivências no conjunto de sistemas ecológicos, o que nos possibilita identificar os sentidos atribuídos não apenas aos episódios da VS vivenciados, mas especialmente a própria construção da existência e sentido de vida ao longo de suas trajetórias.

## **Método**

A presente investigação se caracteriza como estudo de casos múltiplos, de base descritiva e delineamento qualitativo. Pesquisas qualitativas têm como principais

características a visibilidade dos fenômenos estudados a partir de situações reais, com a preservação de suas dinâmicas e especificidades (Yin, 2001). Ou seja, nas pesquisas qualitativas as experimentações da realidade são analisadas a partir das experiências e vivências dos próprios sujeitos, preservando-se suas percepções, sentidos e significados sobre o mundo e sobre si mesmos. Por tais premissas concebemos que para se pensar o fenômeno da violência sexual se faz necessário refletir previamente sobre como os sujeitos vitimados significam e ressignificam suas experiências, bem como acerca das representações e percepções que constroem a partir de suas vivências, e ao longo de suas vidas (López e Alonso, 2006; Taylo e Bogdan, 1994).

Para tanto, neste estudo, foram consideradas as histórias de vida, concepções, impressões e relatos dos próprios participantes. Ressalta-se que sua análise encontra-se respaldada tanto nos discursos dos sujeitos como por esclarecimentos teóricos e conceituais acerca de questões relativas à violência sexual, autoconsciência, autorrepresentações do self, infância, adolescência e desenvolvimento bioecológico, essenciais a melhor compreensão por parte do leitor. Nossa crença é de que, ao se analisar o contexto da violência sexual revela-se imprescindível não somente reconstruir os processos históricos e psicossociais, mas especialmente compreender os significados e sentidos que as vítimas atribuem às próprias experiências traumáticas (Núñez Peña, 2011). Tais premissas justificam nossa opção por uma perspectiva mais descritiva e interpretativa do fenômeno, com ênfase na hermenêutica, a fim de se estabelecer uma direta relação entre as terminologias técnicas produzidas pela ciência e o repertório performático e linguístico dos atores investigados. Em consonância com Giddens (2001; 1998), concebemos que esta é a única e concreta forma de se acessar compreensões mais sólidas sobre as formas de vida dos sujeitos em análise (Giddens, 2001; 1998).

#### Objetivos:

Avaliar os impactos da violência sexual percebidos pelas vítimas sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital. Para tanto, investiga-se os sentidos atribuídos ao fenômeno a partir das experiências e vivências de sujeitos adultos, vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência, como forma de compreender sua influência nas trajetórias de vida.

#### Participantes:

A amostra foi composta por 04 sujeitos adultos, vítimas de violência sexual na infância e/ou adolescência. Destes, 02 se autoproclamaram de orientação sexual

heterossexual, sendo 01 do sexo masculino, 45 anos, estudante universitário, casado, evangélico; e, 01 feminino, 53 anos, graduada, casada e católica. 02 participantes se apresentaram como homossexuais e do sexo masculino, solteiros, sendo 01 graduado, 32 anos, sem religião; e, 01 universitário, 35 anos e candomblecista. Todos os sujeitos participantes foram recrutados, de forma voluntária, entre 236 sujeitos que participaram de uma pesquisa maior e que analisou os impactos da violência sexual sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self. Os mesmos foram informados sobre o tema e objetivos do presente estudo, e também acerca da importância de suas participações.

#### Procedimentos:

A coleta de dados envolveu a aplicação de entrevistas semiestruturadas, com roteiro temático, com duração média de 60 minutos, audiogravadas e posteriormente transcritas pelo pesquisador. Através das mesmas foi possível capturar o relato detalhado das vivências pessoais, de forma espontânea, com foco nas experiências e percepções sobre as experiências vividas (Stelter, 2000; Dale, 1996). A partir da pergunta orientadora: “*como a VS impactou sua vida?*”, foi solicitado aos entrevistados que relatassem suas reflexões sobre as percepções de si; acerca da VS e de seus impactos sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self, com ênfase no autoconceito e autoestima; e, sobre os sentidos atribuídos ao fenômeno. Os relatos detalhados viabilizaram a captura das vivências pessoais, de forma espontânea, com foco nas autopercepções sobre as experiências traumáticas na infância e adolescência e suas repercussões nas etapas posteriores do desenvolvimento.

#### Análise de Dados:

Recorremos às premissas básicas do modelo interpretativo da dupla hermenêutica, proposto por Giddens (1984), ressaltando a direta relação entre o conhecimento científico e o saber popular, produzido no senso comum, base de sua teoria da estruturação. Para o teórico, a hermenêutica se revela fundamental e base da análise de fenômenos sociais, e por consequência, prescindível à elucidação de formas de vida específicas de cada sujeito ou grupo social, significativamente dependentes do contato com os recursos simbólicos que os tornam participantes e atores ativos da própria realidade. Neste contexto, a interpretação hermenêutica precisa ser combinada à objetivação de condições e efeitos societários que operam à revelia das intenções e/ou do conhecimento dos agentes.

Segundo Giddens (2003), a ruptura epistemológica se estabelece como principal estratégia da ciência social, exigindo que o contato epistêmico se efetive em direta

interlocução e interface como os saberes pragmáticos produzidos pelos atores, o que favorece ao pesquisador um panorama ou retrato mais fidedigno e concreto de suas práticas. Em consonância, Peters (2014) salienta que no exame mais detalhado de um fenômeno exige que a referência genérica ao problema da relação entre a ciência social e o saber do senso comum esteja abarcada em um completo repertório de questões teórico-metodológicas articuladas, tais como as relativas a natureza específica das crenças (inter)subjetivas que os sujeitos sociais desenvolvem e mantêm acerca dos contextos societários em que estão inseridos. Este repertório se articula tanto ao papel ontológico desempenhado por tais crenças na produção, reprodução ou transformação dos mesmos como aos modos heurísticamente mais apropriados pelos quais a pesquisa empírica deve lidar com as “sociologias espontâneas” dos sujeitos leigos, visando elucidar a agência humana e a vida social. É preciso considerar que tanto as estruturas sociais originárias da agência humana quanto o próprio meio dessas constituições se estabelecem de forma simultânea, e isto só se revela possível no ato de interação com o meio e no contexto de inserção (Giddens, 1993, p.128/129).

Por tais premissas, e em atendimento aos nossos propósitos, consideramos fundamental articular comparativamente os sentidos construídos pelas vítimas sobre o fenômeno da violência sexual, a partir de suas próprias experiências e ações, com o sentido produzido por cientistas sociais a partir de seus referenciais teóricos e metodológicos acerca das ações e interpretações de seus interlocutores (Geertz, 1987). Em consonância com Giddens (1984), destacamos a necessidade de se vincular terminologias especializadas aos conceitos orientadores produzidos no senso comum, a partir do precepto dos próprios sujeitos envolvido no fenômeno, viventes das experiências em análise, para compreensões mais amplas e concretas sobre o mesmo. Assim, através do modelo de análise proposto, pautado na teoria da estruturação (Giddens, 1998), buscamos não apenas evidenciar que a interpretação entre agência e estrutura da interpretação reflexiva deriva da própria vivência do sujeito, como também de seus contextos de ação, de sua capacidade de interagir com os outros, e de produzir efeitos no mundo social (López e Alonso, 2006; Taylo e Bogdan, 1994; Geertz, 1997).

Portanto, o trabalho de análise envolveu uma primeira leitura das entrevistas, sem formulação de hipóteses ou foco em partes específicas, favorecendo entendimentos mais gerais sobre os conteúdos. Em seguida foi realizada a leitura dos relatos pessoais, permitindo sua divisão em partes ou categorias a partir das mudanças de sentido nos discursos. Os dados produziram 04 categorias analíticas de análise: consciência de si; autoconsciência: reflexiva e ruminativa; autoconceito e autoestima; e, sentidos atribuídos à violência sexual sofrida. Uma

última etapa envolveu a descrição dos significados psicológicos (sentidos e percepções) a partir dos relatos dos sujeitos. Os resultados obtidos foram organizados e estruturados sistematicamente a partir do modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1996), possibilitando apreender a realidade de forma mais ampla e concreta, tal como vivida e percebida pelos participantes nos contextos em que habitavam (Ettekal e Mahoney, 2017; Bronfenbrenner, 2011).

#### Aspectos Éticos:

Ressalta-se que a coleta de dados somente foi iniciada após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Parecer: 3.373.590). A participação no estudo foi condicionada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os participantes voluntários foram previamente informados dos objetivos, procedimentos do estudo e do sigilo das informações prestadas. Todos os voluntários tinham idade acima dos 18 anos, com capacidade civil e emocional para participar do estudo.

### **Resultados e Discussão**

A análise dos dados revelou quatro categorias temáticas emergentes das experiências da violência sexual vividas pelos participantes.

#### Consciência de Si:

Considerando o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2011) constata-se que a análise acerca dos sentidos e impactos da VS sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self exige maior atenção à importância dos contextos, dos processos, da passagem do tempo, dos níveis estrutural e funcional da vítima e, mais efetivamente, das interações que a mesma estabelece a partir dos processos proximais nos ambientes ecológicos em que está inserida. Ressalta-se que a VS está diretamente associada a circunstâncias históricas, culturais e experienciais dos sujeitos:

“Tem muito essa característica do silêncio, né? Eu me lembro das muitas noites da minha vida em que ia dormir gritando no travesseiro. Eu gritava e chorava no travesseiro [pausa]. Revolta de tudo, de não poder sair dali, de não poder compartilhar com meus familiares. Era uma situação que só me enrolava cada vez mais” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Os dados do estudo apontam para a necessidade de investigações mais amplas acerca dos impactos do fenômeno sobre dimensões mais profundas da psique humana, em especial a autoconsciência e autorepresentações do self. Os discursos dos participantes evidenciam uma concepção de consciência como instância mediadora do desenvolvimento que se origina a partir da interação dialética entre a pessoa e o outro significativo. A constituição desta consciência revela-se diretamente associada às condições objetivas e à subjetividade de cada indivíduo, sendo exatamente essa dinâmica da interação entre o sujeito e o outro nos contextos ecológicos que viabiliza o desenvolvimento e a estruturação da autoconsciência, entendida como consciência de si:

“Antes eu não tinha consciência de minha própria existência. Eu me preocupava muito mais com minha mãe, com o porquê de meu pai não me amar; do porque ele fazer aquilo comigo; e, se aquilo era amor. Então, era um turbilhão de ideias na minha cabeça” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Autoconsciência, também entendida como autoconhecimento, se estabelece a partir das introspecções e percepções internas experienciadas pelo sujeito, oportunizadas pelo contato com meio, o que revela que o mecanismo através do qual se produz a relação dialética entre a pessoa e o outro é de ordem reflexa, uma vez que ambos os sujeitos envolvidos exercem função mútua de excitação (Vygotsky, 1994). Entre os participantes, constata-se que as experiências individuais em determinadas fases da vida contribuem para a constituição da consciência de si, o que evidencia que a mesma não existe sem a experiência vivida (Bronfrenbrenner e Morris, 1998):

“Eu nunca contei pra ninguém porque ele ameaçava me matar, e a meu pai também. E isso me marcou muito. Mas eu não falo sobre isso comigo. Eu falo com Deus” (Protocolo 03 – sujeito heterossexual masculino, 45 anos, casado, evangélico).

Os discursos revelam também que experiências de VS na infância e/ou adolescência promovem nas vítimas certa dificuldade de dirigir a atenção autorreflexiva para si, produzindo certo estado de ausência, distanciamento ou negação do próprio eu, o que compromete a plena compreensão da experiência vivida. Neste sentido, destaca-se a pertinência do modelo bioecológico na análise dos impactos da VS sobre o ciclo vital, uma vez que estes discursos apontam que fatores como, a duração e a frequência da violência (componente Tempo); as

condições nas quais ocorreram a/as agressão/ões (componente Contexto); a idade e o sexo das vítimas (características da Pessoa); e ainda, a relação que estabeleceram com o agressor, bem como a reação dos pais/responsáveis diante da revelação do fato, e, a ausência de figuras parentais protetoras (fragilidade dos Processos Proximais); se constituem como agravantes dos distúrbios sobre a consciência de si.

A ausência deste tipo de consciência inviabiliza a autorreflexão e dificulta o reconhecimento de características da própria personalidade, com prejuízos à construção e estruturação do self:

“Não sou frágil [pausa]. Consigo colocar uma máscara boa, pelo menos para os outros. Acho que eu não sou frágil, porque eu até já cheguei a pensar em desistir [pausa], e não desisti, no sentido de suicídio mesmo [pausa]” (Protocolo 01 - sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Estes achados encontram respaldo na literatura especializada, que frequentemente tem destacado que sentimentos de rejeição, isolamento, depreciação, desrespeito, discriminação, punição, ou mesmo cobranças exageradas por parte de adultos sobre crianças e adolescentes prejudicam as competências emocionais e cognitivas, inviabilizando suas capacidades de amar e de se sentirem bem consigo mesmas (Bigas, 2016; Carvalho, 2012; Habigzang *et al*, 2006; Gudorf, 2005;).

Entre os participantes registram-se, de forma recorrente, manifestações de hostilidade e agressão autodirigidas, entendidas como comportamentos resultantes dos *Efeitos de Disfunção*, que resultam de processos proximais não recíprocos com os cuidadores primários:

“Sinto que sou uma pessoa adoecida porque não consigo chorar, colocar pra fora o que eu sinto, de dizer às pessoas que gosto delas. Eu me vejo como uma pessoa desconectada da realidade. Passei tanto tempo em um processo de consciência travada que tenho dificuldades até hoje. Tanto que já até pensei em acabar com tudo [pausa]. Em suicídio [pausa]” (Protocolo 02 - sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

As ideações suicidas presentes nestes discursos reforçam ainda o entendimento de que quando a criança/adolescente vivencia experiências positivas com as figuras de vinculação pautadas na responsividade e acessibilidade, as mesmas apresentam maiores condições de desenvolver e construir também vínculos responsivos e acessíveis (Krindges, Macedo e Habigzang, 2016; Silva e Monteiro, 2016). Segundo Bowlby (2002), a reciprocidade contribui

para o fortalecimento de um modelo de self valorizado ou merecedor de afetos e cuidados. Contudo, quando a experiência da pessoa em desenvolvimento com os adultos significativos é marcada por frustrações, rejeições e insensibilidades, a mesma possivelmente passa a construir modelos internos negativos sobre as figuras de vinculação e também sobre o próprio self (Carneiro e Freire, 2015; Cótica, Xavier e Eygo, 2015; Diniz e Koller, 2010):

“Teve momentos na vida que eu parava e me via como uma pessoa indiferente a tudo. Uma vez meu irmão perguntou se eu não gostava de ninguém, e eu disse que tinha um coração de pedra. Eu acabava meus namoros e não tinha nenhum sentimento em relação a isso” (Protocolo 03 - sujeito heterossexual masculino, 45 anos, casado, evangélico).

O ato e a ação reflexiva sobre si mesmo é próprio e comum ao humano. Essa autorreflexão natural e corriqueira, também concebida como autoconsciência, possibilita ao homem se fazer objeto da própria consciência e se configura como instância psíquica que pode se efetivar em variados níveis ou graus (Durval e Wicklund, 1972). Como evidenciado pelos participantes, dependendo do contexto e/ou situação vivenciada no momento, a autorreflexão pode se relacionar a aspectos agradáveis ou desagradáveis, reconhecidas, respectivamente, como autoconsciência reflexiva e ruminativa:

“Na realidade eu vivia num buraco. Minha visão de futuro se deu a partir do momento que eu tive a consciência de que não poderia mais viver como estava. E agora eu vivo intensamente cada momento [pausa], que pode ser de dor ou de alegria” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual masculino, 53 anos, casada, católica).

Os dados revelam que entre vítimas de VSCA, a partir da ciência da condição conflituosa e disfuncional, que possivelmente permeará suas vidas por longos períodos, parece ser possível aos sujeitos se fazerem objetos da própria atenção; e, a partir desta tomada de consciência assumir posicionamentos afirmativos que favoreçam mudanças de comportamento em relação si, e também ao mundo. Entre dois dos participantes, por exemplo, é possível verificar que a aquisição e o desenvolvimento das competências necessárias ao restabelecimento da autoconsciência reflexiva derivaram de interações recíprocas (processos proximais) mais efetivas e propositivas que conseguiram estabelecer em microssistemas seguros e salubres durante a juventude e vida adulta.

O encontro com os atuais companheiros/as são sinalizados como contribuintes a recuperação de suas capacidades de reestabelecer interações afetivas e de confiança de forma mais sólida e duradoura com outros significativos:

“Foi bem difícil caminhar ao lado de uma pessoa, por conta de toda a minha história. Foi tudo muito devagar. Hoje eu tenho uma vida sexual normal, consigo chegar ao orgasmo, devido a muito trabalho que eu fiz com meu marido” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Confirma-se assim, que em situações onde díades são efetivadas de forma segura, a autoconsciência junto a outros processos cognitivos, como a motivação, se estabelece como fundamental ao desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à resolução de conflitos intrapsíquicos.

Diretamente relacionada à, autoavaliação, ao autoconceito, a autorregulação, ao automonitoramento e a autopercepção, entre outros fatores fundamentais, a autoconsciência favorece o reconhecimento das próprias forças e fraquezas, possibilitando o adequado planejamento e execução de novas atividades e papéis de desenvolvimento, que se traduzem em novas aprendizagens (Batista *et al*, 2017; Amazarray e Koller, 1998):

“Um dia eu pensei: se eu contar isso pra meu pai, ele vai bater nele [agressor]. Aí, eu disse: eu não vou mais. E eu não fui realmente. Certa vez eu cruzei com ele na cidade. Eu estava com meu pai, e ele ficou com vergonha, olhando pro outro lado. Aí ele não contou. E foi quando eu me liberei disso” (Protocolo 03 – sujeito heterossexual masculino, 45 anos, casado, evangélico).

Nos dois casos destacados, a introspecção autorreflexiva se mostrou significativa ao desenvolvimento de novos papéis e atividades cognitivas em ambientes mais acolhedores. Os efeitos de competência resultantes de processos proximais recíprocos favoreceram tanto o controle do próprio comportamento, que gerou adaptação aos novos contextos, quanto à neutralização e/ou eliminação dos sentimentos disfuncionais, expressos no medo e angústia em relação a si e à própria condição de vida. Estes resultados revelam que a Pessoa, primeiro componente do modelo PPCT, sempre vivencia processos de constâncias e mudanças ao longo da vida, e que estes, invariavelmente são influenciados pela qualidade das interações de reciprocidade com os outros significativos (Bronfrenbrenner, 2011).

Os relatos dos dois outros participantes servem à evidência de que estes processos de constância e mudanças dependem significativamente das características da Pessoa, incluindo

suas convicções, níveis de atividades, temperamento, metas, objetivos e motivações. Essas características influenciam tanto na maneira como o sujeito experimenta os contextos, como na eleição dos tipos de contextos a que se permitirá, ou poderá acessar:

“Somente à noite eu consigo olhar para a minha consciência com mais força [pausa]. Mas isso depende de como eu estou vivendo o momento e quais os tipos de sentimentos que estou acessando. Por exemplo, tem muita coisa que sempre vem com a frustração. E eu me vejo como uma pessoa que ainda não conseguiu se recuperar, como alguém adoecido, que ainda precisa de cuidado, que ainda vive em cárcere” (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

Neste aspecto, sobressaem-se três tipos distintos de características que influenciam e moldam o curso do desenvolvimento do sujeito: *Disposições da Pessoa*, fator que possibilita que os processos proximais se desenvolvam e sustentem a sua operação ao longo do tempo (Protocolo 04); *Recursos Bioecológicos da Pessoa*, que incluem habilidades, experiências e conhecimentos para que os processos proximais sejam efetivos em determinada etapa do desenvolvimento (Protocolo 03); e, *Demandas da Pessoa*, que encoraja ou não reações ao contexto social, nutrindo ou rompendo a operação dos processos proximais (Protocolos 01 e 02). Estas características pessoais influenciam ainda a qualidade dos processos autorreflexivos, impactando positiva ou negativamente as percepções de si ao longo do tempo (Bronfenbrenner e Morris, 1998). Assim, os resultados individuais favoreceram posicionamentos e posturas mais ou menos assertivas nas tomadas de decisão para resolução de conflitos.

“Eu me sinto triste por não conseguir tomar decisões por mim. Apesar dos processos que andei passando, as coisas que conversei e que eu ouvi, ainda geram dúvidas [acende o cigarro]. Eu me sinto frustrado pela [pausa] falta de confiança em mim mesmo. Eu preciso ter o poder de tomar decisões. Eu estou buscando ajuda com pessoas próximas” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Neste âmbito, a literatura tem destacado a autoconsciência como processo reflexivo da consciência, denominando-a mais objetivamente como reflexividade - capacidade que possibilita ao sujeito não apenas identificar ativamente, mas também processar e armazenar informações sobre o eu (Magalhães e Nascimento, 2017; Nascimento e Roazzi, 2013). Tanto que o ato de falar consigo e em silêncio, ação denominada como autofala ou fala interna,

parece se evidenciar aos participantes como diretamente associada à autoconsciência, transformada em instrumento que os capacita a melhor organizar e estruturar o pensamento e a percepção do self.

Morin (2004; 1998) salienta que a autofala permite que o self não apenas reconheça, mas também processe informações sobre os próprios processos mentais, tais como os pensamentos e os sentimentos, bem como sobre suas características individuais mais gerais e específicas, como personalidade e aparência.

“Eu uso muito a alto-fala. Estou sempre conversando comigo mesma. Estou sempre pensando, buscando entender coisas que talvez [pausa]. Então, eu tenho usado muito essa ferramenta para trazer essa paz interior, que eu sei que é uma coisa que é necessária para mim” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Deste modo, a conversa privada tende a facilitar a autorregulação do comportamento e a auxiliar no controle dos métodos que permitem aos sujeitos pensar e monitorar o processo do próprio pensamento. Entre os participantes, contudo, constata-se certa pobreza ou fragilidade da autofala, o que os leva a incoerências, negações, confusões e distorções do pensamento. Em algumas situações, a não percepção da fala interna durante a realização de uma atividade que exige o uso das próprias competências e conhecimento de si, como na autorreflexão induzida, se revela nítida e consistente:

“Eu? Na verdade eu falo das coisas que eu faço e não de mim. Eu não falo de [nome]. Eu falo do amigo, do profissional. Não falo da pessoa [nome] comigo mesmo. Tenho essa dificuldade” (Murilo – 35 anos, homossexual masculino solteiro, produtor cultural, candomblecista).

Nestes discursos é possível constatar ainda que a quantidade e a qualidade da conversação interna dependem proporcionalmente da dificuldade e complexidade da tarefa que realizam (Gelain, 2019). Ou seja, parece existir um maior fluxo e/ou intensidade da autofala quando estes sujeitos se veem diante de problemas de difícil resolução, como nos casos de VSCA:

“Eu sei que é para mim que estou falando agora [pausa]. Não entendi mesmo o que você pediu para eu fazer. Ciência de que estou prestando atenção a mim? Não sei [pausa longa]. Tenho! Acho que sim! Até como forma de proteção também [pausa], né? Por exemplo, até recentemente eu achava que não podia sair de casa porque senão iria acontecer de novo [pausa longa]. Ah, eu não entendi direito a pergunta

[riso nervoso]” (Protocolo 03 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

#### Autoconsciência Reflexiva e Ruminativa:

A autoconsciência engloba três fatores: *Autoconsciência Privada*, *Autoconsciência Pública* e *Ansiedade Social* (Fenigstein, Scheier e Buss, 1975). A autoconsciência privada pode ser representada pelo conjunto de pensamentos e reflexões que um sujeito efetiva e produz sobre aspectos próprios.

“Hoje eu me vejo como uma pessoa séria, mas que consegue levar as coisas no bom humor. Tenho a preocupação de não errar comigo mesmo e com as outras pessoas. Eu me vejo preocupado com minha profissão, com minha família, em poder melhorar também como pessoa” (Protocolo 03 – sujeito heterossexual masculino, 45 anos, casado, evangélico).

A Autoconsciência Pública, por sua vez, envolve interesses e preocupações particulares que o sujeito tem sobre si, porém, efetivadas a partir da perspectiva dos outros:

“Eu estou tentando deixar de lado o que é a impressão dos outros para ver o que é a minha impressão sobre mim mesmo. Para ver o que eu sinto. Mas eu sou uma pessoa que está bem confusa” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Já a ansiedade social, se revela com um tipo de autorreflexão que tende a se estabelecer de forma a provocar desconforto quando o indivíduo se encontra na presença de outras pessoas:

“Quando estou em ambientes coletivos, antes de analisar os outros, eu me analiso. Quando em família, eu também costumo me ver. Até pra ver minhas reações, o que é que eu estou sentindo, como é que está rolando as coisas. Eu sou uma pessoa que estou sempre em autorreflexão” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Autoconsciência Privada promove variações de foco, denotando que a mesma pode funcionar de duas formas distintas: *Autorruminativa*, estimulando o sujeito focar e sustentar a atenção em sentimentos ou em fatos considerados desagradáveis ou ameaçadores ao próprio self; e, *Autorreflexiva*, levando o sujeito refletir sobre si mesmo de forma mais proativa e propositiva, favorecendo a ampliação do autoconhecimento. Ou seja, enquanto a primeira

mantém o foco nos aspectos mais negativos e destrutivos da autoconsciência; a segunda sustenta os aspectos mais construtivos e propositivos (Trapnell e Campbell, 1999). No relato dos participantes, por exemplo, evidencia-se que entre as vítimas de VSCA se estabelece uma maior tendência ao exercício da autorreflexão ruminativa, desencadeando autopercepções negativas e distorcidas de si:

“Eu olho pra mim do ponto de vista psíquico, e vejo alguém que está querendo se reposicionar. Até pra entender os limites do corpo e certas limitações. Porque eu não consigo me aceitar ainda. Ao mesmo tempo, eu entro em um processo de meditação, que me dá certa autoconsciência e êxtase, de olhar pra mim e dizer: calma, vamos chegar lá juntos” (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

Estes relatos sinalizam ainda uma grande aplicação de energia psíquica em uma espécie de luta interna, que se traduz em uma busca infinita por si mesmo, e que parece carregada de muito sofrimento e dor.

“Já cheguei a fazer esse tipo de reflexão, mas não obtive respostas. Agora que já consigo me identificar melhor, e até saber o que quero, ou até, pelo menos pensar no que quero. Mas é meio difícil. Porque se eu me perguntar quem eu sou?[pausa] Fica um pouco difícil para responder” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Reafirma-se assim, que as experiências de VSCA produzem estímulos autofocalizadores, determinantes e persistentes, que impedem a vítima de desviar a atenção de si mesmo. Essa prolongada ação de autofoco desencadeia processos ruminativos que promovem percepções distorcidas sobre o self, e impactam diretamente o autoconceito. A distorção no autoconceito parece promover ainda maior sofrimento durante a lembrança das experiências, talvez devido ao resgate de conflitos e dores latentes, porém ainda potentes na vida adulta:

“Eu passei mais de 20 anos afastada da minha família por não entender o porquê de minhas irmãs ficarem contra mim, da minha [pausa], família ter ficado contra mim. Porque, simplesmente, isso é um assunto velado! Ninguém fala sobre isso na minha família até hoje. E durante um tempo eu era revoltada, porque ao invés de se esclarecer tudo, ninguém fala” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

A autoconsciência ruminativa presente nos discursos revela um caráter negativo sobre a percepção de si, promovendo sensações e sentimentos descontrolados. Tais pensamentos intrusivos tendem a perseverar o foco da reflexividade em si mesmo, provocando percepções depreciativas e distorcidas do self. Tanto que, em vários momentos os participantes demonstram certa dificuldade de acessar a autoconsciência reflexiva, pela qual produziriam percepções, concepções e sensações mais positivas sobre si e sobre a própria vida e existência. Confirma-se assim, que, as experiências de VSCA são capazes de recuperar e restaurar processos de autoconsciência ruminativa, bem como, de promover novos episódios de sofrimento e confusão ao longo do ciclo vital. Neste aspecto, cabe ressaltar que a autoconsciência ruminativa se associa diretamente a fatores neuróticos, o que sinaliza que indivíduos com altos graus de neuroticismo tendem a experimentar de forma mais intensa os sentimentos de ansiedade e autocrítica (Trapnell e Campbell, 1999).

#### Autoconceito e Autoestima

Durante toda a infância e adolescência o sujeito experencia grande variedade de relações interpessoais, tanto na família, como na escola e/ou demais espaços e grupos de socialização. A partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (Bronfrenbrenner, 2011) estes grupos de pertencimento podem ser compreendidos como microsistemas que se configuram como contextos de modulação do conhecimento de si mesmo. Neste aspecto, autoconhecimento pode ser entendido como autoconceito, dimensão do self que envolve um conjunto de crenças e autopercepções que o sujeito constrói e consolidada como suas ao longo da vida.

“Eu sou de [interior do Estado]. E não foi essa a educação que eu tive [pausa]. Não foi a ideia que eu tive de família. Eu fico vendo certos comportamentos de pais com filhos que hoje acho que não seria ideal. Não são corretas certas aproximações. Na verdade eu tenho receio. Vejo que aquilo não seja algo por amor, ou não unicamente por amor” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual masculino, 53 anos, casada, católica).

O autoconceito envolve não somente atitudes do sujeito, mas também sentimentos e conhecimentos sobre suas capacidades, habilidades e aceitação social. O mesmo se constitui nos variados microsistemas que se inter-relacionam mutuamente no Mesossistema, sendo ainda diretamente influenciado pelo Macrossistema, detentor e norteador das regras, normas e aspectos culturais do grupo social em que o sujeito se encontra inserido (Bronfrenbrenner,

2011). As competências emocionais e cognitivas adquiridas durante as *Transições Ecológicas*, que envolvem interfaces e influências simultâneas entre o microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, se tornam base fundamental à estruturação e consolidação do autoconceito, que por sua vez, influencia o direcionamento da conduta e ação dos sujeitos, permitindo ou não que assumam novas responsabilidades na vida.

“Eu reflito quase que de forma diária. A questão da [pausa longa] da aparência mesmo. Eu não estava satisfeito com meu cabelo e meu rosto atualmente. E aí eu decidi deixar o cavanhaque, deixar a barba crescer, e [pausa], cortei o cabelo. Só que a barba é toda falha. Então, decidi experimentar só o cavanhaque que foi o que funcionou. Mas ainda não sei direito” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Os relatos dos participantes consolidam a concepção de que a autoconsciência se configura como importante processo de autoavaliação, dotada de dinâmica de organização própria, pelo qual o self consegue comparar automaticamente os autoconteúdos da atualidade no fluxo da consciência com os padrões internalizados de correção oferecidos pelo meio. A autoconsciência se associa diretamente ao self, favorecendo a regulação e organização da constituição e estruturação do autoconceito (Durval e Wicklund, 1972; Trapnell e Campbell, 1999). Já no campo das autorrepresentações do self, destaca-se o papel da autoestima enquanto dimensão da autoconsciência que representa o conjunto de sentimentos e pensamentos que o sujeito constrói acerca de seu próprio valor, de suas competências e adequação. A autoestima, segundo Rosenberg (1965) tender a refletir sempre atitudes positivas ou negativas em relação a si mesmo.

Como importante dimensão do self, a autoestima se associa e se relacionada de forma efetiva ao autoconceito, e ambas as dimensões psíquicas figuram como fundamentais construtos multidimensionais da autopercepção e do conceito de si. Tanto que entre vítimas de VSCA se destaca um severo comprometimento do autoconceito, muitas vezes, associados ao sentimento de culpa e vergonha pela experiência vivida:

“Às vezes me sinto culpado por não ter sido forte o suficiente para ter falado sobre isso. Para ter acessado esse sentimento de me sentir sujo, me sentir feio, de me sentir intocável, de me sentir alguém que não tem [pausa], que não é importante suficientemente para o outro” (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

Quando o autoconceito e a autoestima se correlacionam positivamente em uma relação causal recíproca e sistemática, favorecem o desenvolvimento (Krindges, Macedo e Habigzang, 2016). Ao contrário, no entanto, como evidenciado nos casos onde a VS repetidas e prolongadas, constata-se grandes prejuízos na formação da autoestima, consolidando uma espécie de autorrejeição e desvalorização de si:

“Um valor? No sentido de satisfação comigo mesmo? Neste momento? [pausa] Não sei como eu posso fazer isso [pausa]. Eu definindo, no caso? [pausa] Entendi [pausa reflexiva]. Estabelecer um valor pra mim mesmo. Ah, uma pessoa que merece muita coisa, que não merece pouco, que não pode se contentar com pouca coisa. Ah, não sei responder [riso nervoso] É difícil responder quando você nunca parou para se olhar, né?” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

Autoestima pode ainda ser entendida como sentimento, apreço e consideração que uma pessoa sente por si mesma, traduzindo o quanto um indivíduo gosta de si e se respeita. Ou seja, a mesma expressa como o próprio sujeito se vê e o que pensa sobre si. Na experiência dos participantes, revela-se um comprometimento tão significativo da autoestima que os mesmos parecem impossibilitados de definir ou construir uma avaliação afetiva e segura acerca do valor e/ou importância que se atribuem, não somente na época da agressão sofrida, mas também ao longo de suas vidas:

“Eu acho que a maioria das pessoas, mesmo as que não gostam de mim, sabem que eu tenho algum valor. No campo profissional e da amizade eu me acho muito atraente, mas no sexual não. Acho que a violência sexual influenciou nisso. Eu sempre me vejo como uma pessoa suja. Como se não fosse bom o suficiente para estar ao lado de alguém. É como se isso fosse uma marca, entende? Como se tivesse me marcado de alguma forma pra sempre” (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos solteiro, candomblecista).

Os relatos reafirmam ainda, que enquanto o autoconceito reflete uma avaliação cognitiva do indivíduo sobre seus próprios atributos, habilidades, competências e características diante de domínios específicos, tais como, aparência física, capacidades intelectual e operacional, etc.; a autoestima reflete o significado afetivo mais geral que estes atributos, habilidades e características têm para o mesmo (Gelain, 2019):

“A pessoa sem autoestima se anula a cada instante. Porque sempre acha que está aquém dos demais. E foi exatamente isso que eu vivenciei durante muitos anos da minha vida, mesmo sendo modelo.

Se a violência sexual influenciou? Sim, com certeza! Eu tive que dar uma guinada, começar um processo de autovalorização, de autoconhecimento. Por isso eu falo: a pessoa sem autoconsciência não vai ter uma autoestima boa nunca” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Assim, as experiências destes sujeitos corroboram nossas hipóteses, reafirmando que a VS influencia e compromete significativamente, e de forma negativa, a estruturação da autoconsciência, o que favorece a sedimentação de processo autofocalizadores do tipo ruminativo. Esta frequente e prolongada autorruminação produz nas vítimas concepções e sentimentos menos propositivos sobre si, evidenciando que a VSCA, especificamente, prejudica as autorrepresentações do self, principalmente no que se relaciona à estruturação e regulação do autoconceito e da autoestima, desencadeando distorções sobre os processos de valoração de si. Confirma-se, por fim, que quanto mais elevados os níveis de ruminação e quanto mais deficitárias as autorrepresentações do self, maiores serão os prejuízos no desenvolvimento e estruturação da autoconsciência ao longo do ciclo vital.

#### Sentidos atribuídos a VS:

Relativo aos sentidos atribuídos a VS ressalta-se que o entendimento sobre a dinâmica entre a relação abusiva e o desenvolvimento ao longo do ciclo vital exige a devida consideração das vivências das próprias vítimas a partir dos sentidos que produzem tanto a acerca do fenômeno quanto sobre o que foi experienciado. Portanto, é preciso considerar os aspectos sistêmicos que potencializam ou fragilizam os ambientes ecológicos nos quais os sujeitos se encontram inseridos (Batista, 2017; Carvalho, 2012). Compreender os sentidos atribuídos à VS requer ainda o reconhecimento da unicidade e da complexidade de cada sujeito envolvido, assim como do caráter interpretativo de seu conhecimento sobre o fenômeno.

A interpretação da vítima sobre a experiência vivida, como revela os casos em estudo, geralmente resulta de uma busca por sentidos para a expressão do fenômeno, processo que se estabelece a partir dos significados que lhes serão atribuídos:

“A violência sexual é uma abominação, um desrespeito. Uma violência psíquica que se causa a pessoa que está sendo agredida. Seja uma criança ou um adulto. Meu sentimento em relação à violência que sofri até hoje é de aversão, de asco” (Protocolo 03 – sujeito heterossexual masculino, 45 anos, casado, evangélico).

Considera-se que o sujeito, simultaneamente, constrói a si mesmo e ao próprio mundo a partir de suas vivências. Esta construção está associada aos sentidos atribuídos ao contexto social no qual se encontra e onde vivencia determinadas experiências. Os sentidos sobre os fenômenos avaliados pelo sujeito resultam do mútuo processo de interação que estabelece com o meio, o que significa que a construção subjetiva sobre determinados fatos ou experiências se efetiva a partir da internalização de signos presentes nos ambientes, aos quais serão atribuídos significados via processos psíquicos superiores, em especial a linguagem e o pensamento (Vygotsky, 1994):

“Hoje, depois da maturidade, eu defino violência sexual como uma aniquilação do ser, como a destruição [pausa] de uma vida. No sentido de que [pausa], quando não se tem a percepção correta do que é, você se sente ninguém, se sente abandonada, desprotegida, agredida. Você se sente, todos os conceitos que podem depreciar uma pessoa” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual masculino, 53 anos, casada, católica).

Os relatos dos participantes sinalizam fatores adversos ao desenvolvimento, traduzidos nas situações cotidianas de vulnerabilidades e riscos a que foram submetidos na infância e adolescência. Os sentimentos de abandono, de desproteção e depreciação de si, influenciaram significativamente suas construções de sentido acerca da VS, percebida como ação capaz de “aniquilar” e “destruir” suas existências e vidas. Expressões como “*sentir-se ninguém*”, ou ainda, “*sentir-se um lixo*”, “*me vejo como uma pessoa suja*” e “*não digna de amor e afeto*”, evidenciam a potencialidade nociva das experiências traumáticas da VS sobre o desenvolvimento psicossocial e afetivo. Estes sentimentos intrusivos e disfuncionais, aliados à imaturidade da época, parecem inviabilizar construções de uma “*percepção correta*” sobre o fenômeno, e principalmente sobre suas condições de vítimas, contribuindo para leituras menos positivas e desencorajadoras sobre o mundo, e sobre si, ainda nos dias atuais.

Neste aspecto, o comprometimento da subjetividade expresso nas distorções das autorrepresentações do self reafirma os severos prejuízos à estruturação do autoconceito e à estabilidade da autoestima dos participantes:

“Violência sexual é o ato de forçar o outro, né? [pausa longa] Eu acho que é uma das piores formas de invasão, ou falta de respeito com o outro [pausa]. Mesmo sem querer [acende o cigarro], você é forçado [...]. E, foram 04 episódios, né? É muita coisa! A imagem que eu tenho de mim, hoje? [riso nervoso] Desestruturação!” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

A consciência acerca das consequências da VSCA em etapas posteriores do desenvolvimento aparece evidenciada em seus relatos a partir de sentimentos e sensações disfuncionais involuntárias, que inviabilizam que acessem a autoconsciência reflexiva, produzindo construções perceptivas mais propositivas a respeito de si. Suas concepções de VS como “*uma das piores formas de invasão e desrespeito ao outro*”, que “*macula a existência e o corpo*”, expõem as relações assimétricas de poder que caracterizam um fenômeno que se estabelece a partir de uma perspectiva adultocêntrica, na qual a vítima é subjugada e transformada em objeto de satisfação e prazer sexual do agressor. Os relatos destacam ainda o corpo, que frequentemente aparece como “*sujo*” e “*doente*”, “*indigno*”, o que expressa um sentimento de “*não pertencente*” ou de “*ausência de amor próprio*”. Exprime-se através do “*corpo maculado*” o severo comprometimento das capacidades afetivas e cognitivas sobre si, que promovem distorções sobre o real entendimento da experiência vivida.

Os dados também apontam para o fato de que quanto mais severa a VS sofrida na infância e/ou adolescência, maior a possibilidade de a vítima vivenciar comportamentos sexuais de risco na idade adulta. Tanto que entre os participantes, as dissociações ou distorções das autorrepresentações do self parecem comprometer inclusive suas capacidades de detectar estímulos ameaçadores e/ou situações potencialmente abusivas em fases posteriores do desenvolvimento:

“Teve um rapaz com quem eu fiquei já depois de adulto [pausa]. A gente já tinha transado e ele queria mais. Mas eu não queria. E aí ele me forçou, e eu me senti estranho. Por que no início eu até gostei da ideia, e depois eu não queria mais. Ele continuou mesmo eu pedindo para parar. E ele me segurou. Não sei como ele não me bateu [pausa]. E aí eu fiquei meio assustado [pausa longa]” (Protocolo 01 – sujeito homossexual masculino, 32 anos, solteiro, sem religião).

A sensação de desestruturação e desequilíbrio emocional apresentada por estes sujeitos evidencia certo nível de neuroticismo também associado ao sexo, traduzidos em sentimentos de “*certa melancolia*” ou “*pânico*” durante o contato sexual, percebido como fonte de “*riscos*” e “*perigoso*”, com capacidade de promover a desintegração do self. Nas experiências dos participantes, o sexo assumiu novo sentido, que dissociado do prazer, tem provocado “*receio*” e “*temor*” diante de possíveis violações futuras. O sexo é também ressignificado como potencialmente “*perigoso ao corpo*” e à suas integridades física e mental:

“O pior é que eu não sinto falta de ninguém, assim [pausa longa], do ponto de vista da convivência, de um relacionamento. Eu não conseguia projetar um futuro lá atrás, porque eu sempre achava que ia morrer [pausa], ou que eu ia ser morto. Eu, meio que desenvolvi uma síndrome de pânico muito forte por isso, entendeu? E vivo como uma pessoa muito assustada sempre” (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

Estas experiências e narrativas reforçam o entendimento de que em ambientes de vulnerabilidades os sentidos atribuídos ao abusador por parte da criança e/ou adolescente entram em conflito com o seu imaginário de amor, afeto e proteção dos adultos. Especificamente nos casos de abuso sexual intrafamiliar, e de caráter incestuoso, este desacordo contextual exige grande esforço na construção de novas representações e concepções sobre a paternidade e a violência, que se estendem à vida adulta. A passagem da concepção de “*monstro*” a de “*doente*”, por exemplo, destacada por um dos participantes, parece revelar sua busca exaustiva por compreensões acerca dos motivadores do agressor, incompatíveis com suas construções simbólicas de afeto e responsabilidade paterna.

É preciso considerar que, especialmente na infância, as experiências repetidas tendem a ganhar significados, gerando a formação de um núcleo de sentidos que determina a concepção específica de mundo dos sujeitos, favorecendo muitas vezes a criação e consolidação de mitos sobre instituições, como família e parentalidade (Silva e Monteiro, 2015; Martins e Szymanski, 2004):

“Não foi essa a educação que eu tive. Não foi essa [pausa] a ideia que eu tive de família, sabe? Eu fico vendo certos comportamentos de pais com filhos que hoje acho que não seria ideal. Não são corretas certas aproximações. Na verdade eu tenho receio. Vejo que aquilo não seja algo por amor. Ou não unicamente por amor” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual feminino, 53 anos, casada, católica).

Este conjunto de ideais e crenças sobre a família e parentescos, signos presentes nos variados ambientes ecológicos que compõem os microsistemas da pessoa em desenvolvimento, quando reforçados no macrossistema consolidam a cultura adultocêntrica que respalda a obediência e confiança inquestionáveis da criança e adolescente aos adultos. Assim, para as vítimas de VSCA, o macrossistema parece funcionar como reforçador da dependência emocional e da subjugação ao agressor, o que favorece a reincidência das violações.

Especialmente entre os sujeitos do sexo masculino, a VS tende a promover uma excessiva e prolongada preocupação com a própria orientação sexual e masculinidade, especialmente quando o agressor é do mesmo sexo (Carvalho, 2016). A experiência traumática, especialmente quando duradoura, os deixa confusos e inseguros com a própria sexualidade, construída a partir de potentes signos e significados culturais orientadores das identidades sexuais (Sanderson, 2005):

“Eu tinha dificuldades com as mulheres devido à timidez e eu não sabia por que. Eu já tive dúvidas se eu era [pausa], na adolescência. Eu tinha por volta dos 25 ou 23 anos, e eu ainda pensava: não, eu sou homem; eu não sou gay; eu gosto de mulher. Eu acho que tem relação com a violência, mas não sei dizer como. Mas eu acho que tem influencia disso sim” (Protocolo 04 – sujeito heterossexual masculino, 45 anos, casado, evangélico).

Desta forma, se faz necessário novas reflexões sobre a violência de gênero, viabilizando compreensões mais amplas sobre os sentidos e significados atribuídos à VS por homens e mulheres, das mais distintas identidades de gênero e orientação sexual, vitimados em diferentes etapas do desenvolvimento. Compreendemos que a articulação do gênero como categoria de análise a uma perspectiva mais abrangente da VS possibilitaria apreensões mais robustas sobre como o fenômeno se revela marcado na intersubjetividade e no encontro com a alteridade, a partir das relações de poder, pelas quais se nega e/ou oprime expressões não normativas do masculino e do feminino (Hohendorff, Santos e Dell’Aglia, 2015; Almeida, Penso e Costa, 2009).

“As pessoas sempre olhavam para mim e apontavam pra uma sexualidade que nem eu conseguia entender. Na escola eu era apontado [pausa], já era visto como bichinha. Mas eu não tinha essa relação comigo. Então, quando chego nessas lembranças, esse sentimento me provoca dor, eu perco o controle. E eu vou sentindo umas emoções, umas angustias, umas coisas que me tiram do estado de consciência?” (Protocolo 02 – sujeito homossexual masculino, 35 anos, solteiro, candomblecista).

Estes dados denotam que independente das orientações sexuais, entre os homens os sentidos atribuídos à VS aparecem associados ao temor da homossexualidade. Destaca-se assim, mais uma vez, a real urgência de se [re]pensar a violência de gênero livre do tradicional modelo binário macho/fêmea que reforça a taxonomia da espécie humana a partir dos órgãos reprodutivos.

Esse binarismo, inclusive, tem se consolidado como principal modelo interpretativo aplicado a estudos e pesquisas sobre todas as modalidades e expressões da violência, e mais especificamente da VS (De Antoni *et al*, 2011; Morais *et al*, 2007). Essa insistência no modelo héteronormativo como padrão generalizado de leitura social, estigmatiza o homem como agressor, e a mulher como vítima, parecendo somente atender às demandas e expectativas sociais que reafirmam a dicotomia dos papéis culturalmente construídos para os gêneros (Fontes, Conceição e Machado, 2017; Martins e Jorge, 2010; Serafim *et al*, 2009), criados e consolidados no macrosistema. Essa carência de amplitude analítica da temática, em muito têm contribuído para a recorrência de discursos pautados primordialmente em dados quantitativos, pelos quais se reforça que as mulheres sofrem VS no âmbito privado, doméstico, cometida em sua grande maioria por parceiros masculinos; enquanto que homens são menos abusados. Porém, estas são afirmativas que não encontram respaldo científico, uma vez que a invisibilidade inerente a determinados processos e expressões da VS se mostram resultantes do macrosistema que efetiva uma espécie de naturalização do homem como agressor, e não como vítima (Solto *et al*, 2018; Souza, 2017; Soares *et al*, 2016).

Independente dos recortes de sexo e gênero, de forma generalizada, os discursos dos participantes apontam para uma concepção de VSCA como *“algo monstruoso”, “algo que causa vergonha e asco”; “tão nojento” e “brutal”, que é capaz de “marcar o corpo e a alma”, e fazer com que a vítima se sinta “alguém que não pode ser tocado”, “um pedaço de carne”; “alguém preso” e “encarcerado”; “muito assustado sempre”; e, “desajustado”; que “precisa de ajuda”*. Para os sujeitos do estudo, a VS se mostra socialmente ainda como *“um tabu muito grande”*, pelo qual se estabelece e se impõe o silêncio e o sofrimento solitário às vítimas. Um fenômeno para o qual *“não tem profissionais preparados de verdade para ouvir e entender, do ponto de vista psíquico e físico”* o sofrimento e conflitos de quem teve o *“corpo violado, desrespeitado e maculado”*. Para eles, o atendimento profissional especializado as vítimas ainda *“é tudo muito baseado nos dados”*, o que os leva a afirmar, que na verdade, *“nunca se viu nada falando de um processo que dói tanto no corpo e na alma”*, especialmente quando *“vivenciado na infância e adolescência”*.

Estes dados denotam, por fim, que para as vítimas, falar sobre a VS sofrida representa uma possibilidade de busca por significados para a algo que fora cuidadosamente *“mantido em segredo durante anos”*. Assim, é apontado de forma generalizada que a escuta acolhedora, livre de julgamentos, favorece para que possam se sentir *“livres da vergonha, novamente”, “aliviados, como se tivessem tirado um peso das costas”, e pela qual se torna possível “reescrever a própria história, sem essa violência” e “sem sofrimento”*. Entre os

participantes destaca-se especialmente a concepção e o reconhecimento de que a quebra do silêncio viabiliza e encoraja o sujeito vitimado a *“dar uma guinada, começar um processo de autovalorização, de autorreconhecimento”*, uma vez que *“se pode acessar a autoconsciência”*, sem a qual a vítima *“não vai ter uma autoestima boa nunca”*.

### **Considerações finais**

Muito se sabe sobre os impactos da violência sexual nas dimensões físicas, psíquicas, afetivas e sociais dos sujeitos. Porém, pouco ainda se conhece sobre seus reflexos e consequências na estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self no ciclo vital. Compreensões mais amplas sobre a dinâmica relação entre situação abusiva e desenvolvimento exige ênfase na vivência do próprio sujeito e nos sentidos que produz a acerca do que experiencia. Portanto, a compreensão acerca dos sentidos atribuídos à violência sexual exige considerar a unicidade e complexidade humana, bem como o caráter interpretativo de cada sujeito sobre os fenômenos que avalia. O relato dos participantes do estudo evidencia que a interpretação da vítima de violência sexual sobre a experiência vivida geralmente resulta de sua busca por sentidos à expressão do fenômeno, processo que se estabelece a partir dos significados que lhes são atribuídos. Percebida como ação capaz de aniquilar e destruir a existência, a VS potencializa o desenvolvimento de transtornos psicossociais e afetivos, contribuindo para leituras menos propositivas sobre o mundo e sobre a própria existência. Os dados reforçam a compreensão de que a VSCA se constitui e caracteriza como fator de risco ao desenvolvimento e a estruturação da autoconsciência, promovendo processos autofocalizadores ruminativos, potentes e persistentes, pelo quais as vítimas tenderão a desenvolver concepções e sentimentos menos propositivos sobre si. Especialmente entre crianças e adolescentes, a VS compromete significativamente a estruturação das autorrepresentações do self, com grande prejuízo a consolidação do autoconceito e da autoestima, provocando distorções sobre os processos de valoração de si, que geralmente se estende por etapas posteriores do desenvolvimento. Ressalta-se assim, que os resultados alcançados atendem aos objetivos do estudo, uma vez que favorecem uma avaliação mais ampla acerca dos impactos da VS sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self no ciclo de vida; bem como a identificação dos sentidos atribuídos ao fenômeno pelos sujeitos vitimados na infância e/ou adolescência. Os dados corroboram ainda as hipóteses propostas, reafirmando que a VS compromete significativamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, produzindo estados de

autoconsciência ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito e provocam autopercepções ou autoreconhecimento de si difusos ou deturpados ao longo da vida; bem como, que a VSCA é percebida pelas próprias vítimas como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição, comprometendo a percepção de si e a regulação do autoconceito e da autoestima. Por último, os resultados do estudo denotam que quanto mais elevados os níveis de ruminação e mais deficitárias as autorrepresentações do self, maior o sofrimento presente nos relatos das experiências de violência sexual.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Marques; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lília Bilma. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(11):2287-2296, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102>

ALMEIDA, Tânia Maria Campos; PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato. **Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?** Dossiê - Estilos da Clínica, Vol. XIV, nº 26, 46-67, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

AMAZARRAY, Mayte Raya.; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 11, núm. 3. Porto Alegre, RS, 1998. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811314>

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; GARCIA, Victória Pereira; FRIZON. Valeska. Violência sexual: as marcas na representação da imagem corporal da criança vitimada. **Boletim de Psicologia**, vol. IXV, Nº 142: 029-043, 2015.

BATISTA, Vanderleia. **Os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos (as) profissionais: desafios para o sistema de garantia de direitos.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFSC. Florianópolis, SC. 2017.

BATISTA, Taísa Cândido de; SALEME, Samira Bissoli; CANAL, Claudio Patricínio Pedroza; SOUZA, Mariana Lima. Autoconsciência em estudantes talentosos: um estudo fenomenológico-semiótico. **Psicologia Escolar e Educacional**. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro: 487-494. São Paulo, SP, 2017.

BIGAS, Ana Rita Gomes. **A relação entre a qualidade da vinculação aos pais, autoestima, autoconceito em pré-adolescentes.** Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e de Vida – ISPA, 2016.

BOWLBY, John. **Apego e perda: apego.** Vol. 01 [trad. Álvaro Cabral] – 3ª edição, São Paulo, 1907. Martins Fontes – Selo Martins, 2002.

BRONFENBREBBER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornado os seres humanos mais humanos**. Artmed. Porto Alegre. RS, 2011.

BRONFENBREBBER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre, Arte Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie; CECI, Stephen J. Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. **Psychological Review**, vol. 101. No. 4. 568-586. By the American Psychological Association, Inc. 0033-295X/94/S3.00, 1994.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela. The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner e W. Damon (org.). **Handbook of Child Psychology** (V. 1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons, 1998.

CARNEIRO, Rachael Shimba; FREIRE, Rosana. Um estudo da relação entre violência psicológica e autoestima. **Conexões Psi**, v. 3, n. 1, p. 34-48, jan./jun. RJ, 2015. ISSN 2318-2903.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora: o abuso sexual contra meninos**. Tese de doutorado – programa de pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2016.

CARVALHO, Lusanir Souza. **A violência sexual na adolescência: significados e articulações**. Tese de Doutorado - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica - FIOCRUZ - Biblioteca de Saúde Pública, 2012.

CARDOSO, Diana Coralina Isidoro Logrado; CANIÇO, Hernani Pombas. **Abuso sexual infantil**. Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa. e KOLLER, Silvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp., p. 45-54, Maringá, 2003.

FISHER, Açexandra Goldsmit Cate; HURCOMBE, Clarie Soares Rachel. **The impacts of child sexual abuse: a rapid evidence assessment**. IICSA Research Team, 2017.

CÓTICA, Carolina Santini; XAVIER, Gabriela Medina; EYGO, Hudson. O abuso sexual e desenvolvimento do self: um olhar centrado na pessoa. **Humanidades e Inovação**, ano 2, n. 2, ago./dez. Palmas. TO, 2015. Disponível em: [www.http//revista.unitins.br](http://revista.unitins.br)

DE ANTONI, Clarissa; YUNES, Maria Angela Mattar; HABIGZANG, Luísa; KOLLER, Sílvia Helena. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estudos de Psicologia I**, 28(1) I 97-106 I janeiro – março. Campinas, SP, 2011.

DALE, Gregory A. **Existencial phenomenology: emphasizing the experience of the athlete in sport psychology research**. *The Sport Psychologist*, 10, p. 307-321, 1996.

DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena. **O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico**. *Educar*, Curitiba, n. 36, p. 65-76, Editora UFPR, 2010.

DREZETT, Jerffeson. **Violência sexual como problema de saúde pública.** In: *Violência contra a mulher adolescente-jovem*. Stella R. Taquette (org.). – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. ISBN 978-85-7511-107-9.

DURVAL, Serlley; WICKLUND, Robert. **A theory of objective self-awareness.** New York: Academic, 1972.

ESPÍDULA, Joelma Ana Gutiérrez; GOTO, Tommy Akira. **Algumas reflexões sobre a fenomenologia e o método fenomenológico nas pesquisas em psicologia.** In: *Psicologia fenomenológica e saúde: teoria e pesquisa*/ Joelma Ana Gutiérrez Espíndula, organizadora. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. [E-book].ISBN: 978-85-8288-199-6.

ETTEKAL, Andrea Vest; MAHONEY, Joseph. **Ecological Systems Theory.** In: *The SAGE Encyclopedia of Out-of-School Learning*. April 11, 2017 Publishing Company: SAGE Publications, Inc. City: Thousand Oaks, 2017. ISBN: 9781483385211 Online ISBN: 9781483385198 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4135/9781483385198.n94>.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo; GOTO, Tommy Akira. É possível a fenomenologia de Husserl como método de pesquisa em psicologia? **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Vol. 32 n. 4, pp. 1-9. e32421, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3241>.

FENIGSTEIN, Allan; SCHEIER, Michael F. e BUSS, Arnold. Public and private selfconsciousness: Assessment and theory. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 43, 4, 522-527, 1975.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérغامo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>.

FONTES, Luiz Felipe Campos; CONCEIÇÃO, Olavo Canozzi; MACHADO, Stephano. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2017. 22(9):2919-2928. DOI: 10.1590/1413-81232017229.11042017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Rio de Janeiro (RJ): Vozes; 1997.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GELAIN, Denise. **O teste de Zulleger-SC na avaliação da violência sexual infanto-juvenil.** Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade São Francisco. – Campinas, SP, 2019.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: on outline of the theory of structuration.** Cambridge/Berkeley: University of California Press, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Profiles and critiques in social theory**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1982.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e teoria social**. São Paulo: Unesp, 1998.

GUIMARÃES, Lucas Dannilo Aragão. **Construção e evidências de validade da escala de reações traumáticas a eventos estressores (ERTES)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco, Campinas, SP, 2017.

GREINERT, Bruna Rafaelle Milhorini; MARQUES, Andrea Grano; MILANI, Rute Grossi. O cuidado familiar e social na promoção da saúde da criança vítima de violência doméstica. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer, v.15 n.27; p. 2018. Goiânia, GO, 2018.

GUDORF, Christine E. Corpo, self e identidade sexual: reflexões baseadas nas evidências atuais. Trad. Adriana T. Nogueira e Neusa C. S. Steiner. **Revista de Estudos da Religião** Nº 3/ pp. 118-155, 2005. ISSN 1677-1222. Disponível em: [www.pucsp.br/rever/rv3\\_2005/p\\_gudorf.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2005/p_gudorf.pdf).

HABIGZANG, Luisa Feranda; CORTE, Fabiana Dala; HATZENBERGER, Roberta; STROEHER, Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência**, 2006. Disponível: [www.scielo.br/prc](http://www.scielo.br/prc).

HÉBERT, M. artine; LAVOIE, Francine; BLAIS, Martin. **Post Traumatic Stress Disorder/PTSD in adolescent victims of sexual abuse: resilience and social support as protection factors**. *Cien Saúde Coletiva*. march ; 19(3): 685–694. CIHR Author Manuscript, 2015.

HILLIS, Susan; MERCY, James; AMOBI, Adaugo; KRESS, Howard. **Global Prevalence of Past-year Violence Against Children: A Systematic Review and Minimum Estimates**. Author manuscript *Pediatrics*. May 02. 2016 March ; 137(3): e20154079. doi:10.1542/peds.2015-4079.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS, Naiana Dapieve. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo**. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.49, p.239-257, janeiro./junho, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>.

HOHENDORFF, Jean Von. **Dinâmica da violência sexual contra meninos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre, RS, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luisa Feranda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências**. *Psicologia USP*, São Paulo, 23(2), 395-415, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233734073>

HOHENDORFF, Jean Von; SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. **Contextos Clínicos**, 8(1):46-54, jan-jun, 2015. doi:10.4013/ctc.2015.81.05

KRINDGES, Cris A.; MACEDO, Davi M.; HABIGZANG, Luiza F. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. Contextos Clínicos**, vol. 9, n. 1, Jan-Jun. Unisinos, 2016. doi: 10.4013/ctc.2016.91.05. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ccclin/v9n1/v9n1a06.pdf>

LIRA, Margaret Olinda. S. Carvalho; RODRIGUES, Vanda Palmarella; RODRIGUES, Adriana Diniz; COUTO, Telmara Menezes; GOMES, Nardilene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto Contexto Enfermagem**, 26(3):0080016, 2017. [doi.org/10.1590/0104-07072017000080016](https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tf>

LÓPEZ, J. M. Touriñán; ALONSO, R. Sáez. La metodología de investigación y la construcción del conocimiento de la educación. **Revista Galega de Ensino**, ano 14, nº 48, Marzo, 2006. disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?q=L%C3%B3pez+Alonso,+2006++metodologia&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar?q=L%C3%B3pez+Alonso,+2006++metodologia&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar)

LORDELLO, Sílvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico. **Contextos Clínicos**, 7(1): 94-104, jan-jun, 2014. Doi: 10.4013/ctc.2014.71.09.

LORDELLO, Sílvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia, UCDB - Campo Grande, MS. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 5, n. 2, jul. /dez., p. 127-135, 2013. ISSN: 2177-093X.

MACHADO, Daniele Z.; MALUCELLI, Andrea; CARVALHO, Debora R; BARTOSZECK, Amauri B. Desenvolvimento da imagem corporal interna por meio da perspectiva de amann-gainotti: uma visão desenvolvimental. **Boletim de Psicologia**, vol. lXI, n. 135: 233-248, 2011.

MAGALHÃES, José H. G.; NASCIMENTO, Alexsandro M. Morte, cultura, heavy metal e experiência interna: sensação e afetividade. **Psicologia em Estudo**, 22(2), 175- 186, 2017.

MAGNI, Ana Carolina C.; CORREA, João J.. **Infância e Violência Sexual: Um Olhar sobre a Vulnerabilidade da Criança**. 10(19): 53-60, Jan./Jun. Pleiade, 2016.

MARTINS, Christine. B. Godoy; JORGE, Maria H. P. Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto Contexto Enferm**, Abr-Jun; 19(2): 246-55. Florianópolis, SC, 2010.

MELLO, Leonardo C. Araújo; DUTRA, Elza. Abuso sexual contra crianças: em busca de uma compreensão centrada na pessoa. **Revista da Abordagem Gestáltica**, XIV(1): 39-47, 2008.

MINAYO, Maria C. Souza. **Impactos da violência na saúde: conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde**, 2006. [www.violencia.minayo.pdf](http://www.violencia.minayo.pdf)

MORAIS, Normanda A.; CERQUEIRA-SANTOS, Elder; MOURA, Andreína S.; VAZ, Marlene; KOLLER, Silvia H. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um

Estudo com Caminhoneiros Brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 23 n. 3, pp. 263-272, 2007.

MORIN, Alain. **Imagery and self-awareness: a theoretical note**. Theory and Review in Psychology, 1998. Disponível em: <http://www.gemstate.net/susan/Imagry2.htm>.

MORIN, Alain. A neurocognitive and socioecological model of self-awareness. **Genetic, Social, and General Psychology Monographs**, 130 (3), 197-222, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3200/MONO.130.3.197-224>

NARVAZ Martha Giudice; KOLLER Silvia Helena. **O modelo bioecológico do desenvolvimento humano**. In: Koller S. H. (org.). Ecologia do desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

NASCIMENTO, Alexsandro M.; ROAZZI, Antonio. Religiosidade e o desenvolvimento da autoconsciência em universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 69 (2): 121-137, 2017.

NASCIMENTO, Alexsandro M.; ROAZZI, Antonio. Autoconsciência, Imagens Mentais e Media com Cognitive. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 26(3), 493-505, 2013.

NÚÑEZ-PEÑA, M. Isabel. **Diseño de Investigación en Psicología**. Departamento de Metodología de las Ciencias del Comportamiento. Facultad de Psicología Universidad de Barcelona. España, 2011. Disponível em: [http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/20322/1/Dise%C3%B1o\\_de\\_investigaciones.pdf](http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/20322/1/Dise%C3%B1o_de_investigaciones.pdf)

NUNES, Antonio J.; SALES, Magda C. V. **Violência contra crianças no cenário brasileiro. Ciência & Saúde Coletiva**, 21(3):871-880, 2016. DOI: 10.1590/141381232015213.08182014

OSIS, Maria José D.; DUARTE, Graciana A.; FAÚNDES, Anibal. Violência entre usuárias de unidades de saúde: prevalência, perspectiva e conduta de gestores e profissionais. **Rev Saúde Pública**, 2011. Disponível em: [www.scielo.br/rsp](http://www.scielo.br/rsp)

OLIVEIRA, Denise C. Carlos; RUSSO, Jane. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [ 3 ]: 579-604, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000300011>

PEQUENO, Marconi. Violência e Direitos Humanos. **Rev. Filos., Aurora, Curitiba**, v. 28, n. 43, p. 135-146, jan./abr, 2016. DOI: 10.7213/aurora.28.043.DS07 - ISSN 0104-4443.

PETERS, Gabriel. Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.21.2, 2014, p.168-194. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/285547871\\_Anthony\\_Giddens\\_entre\\_a\\_hermenutica\\_e\\_a\\_critica\\_o\\_status\\_do\\_conhecimento\\_de\\_senso\\_comum\\_na\\_teorica\\_da\\_estruturacao](https://www.researchgate.net/publication/285547871_Anthony_Giddens_entre_a_hermenutica_e_a_critica_o_status_do_conhecimento_de_senso_comum_na_teorica_da_estruturacao)

PLATT, Vanessa B.; BACK, Isabela C.; HAUSCHILD, Daniele B.; GUEDERT, Jucélia Maria. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde**

**Coletiva**, 23(4):1019-1031, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018234.11362016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>.

ROSENBERG, Morris. **Society and the adolescent self-image**. Princeton: Princeton University Press, 1965.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e profissionais para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SCHLÖSSER, Adriano; ROSA, Gabriel Fernandes Camargo; MORE, Carmem Leontina Ojeda. Revisão: Comportamento Suicida ao Longo do Ciclo Vital. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, vol. 22, nº 133, 1-145, 2014. DOI: 10.9788/TP2014.1-11 / ISSN 1413-389X.

SERAFIM, Antonio P.; SAFFI, Fabiana; RIGONATTI, Sergio P.; CASOY, Iliana; BARROS, Daniel M. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Rev Psiq Clín.** 36(3):105-11, 2009.

SIEBRA, Danielle X.; BARROSO, Marianna L.; MELO, Antonio M. D. Melo; LANDIM, José Marcondes M.; OLIVEIRA, Gislene F. Os Prejuízos causados à Saúde Mental e à vida sexual adulta das mulheres vítimas de Abuso Sexual na infância. **Rev. Mult. Psic.**, vol.13, n.46, p. 359-378, 2019. ISSN: 1981-1179. DOI: 10.14295/online.v13i46.1890.

SILVA, Enaile C.; MONTEIRO, Carla F. B. Mulheres vítimas de violência intrafamiliar um olhar sobre o resgate da autoestima através do processo de resiliência. **Revista UNINGÁ Review**. Vol.23,n.3; Jul – Set, 2015. ISSN online 2178-2571.

SOARES, Elaine M. R.; SILVA, Nhataly L. Silva; MATOS, Maria Antonia S.; ARAUJO, Ellen T. Hill; SILVA, Luana R.; LAGO, Eliana C. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Rev. Interdisciplinar**, v. 9, n. 1, p. 87-96, jan. fev. mar, 2016. ISSN 2317-5079. Disponível em: [www.http://perfil/da/violencia/sexual.pdf](http://perfil/da/violencia/sexual.pdf).

SOLTO, Daniella F.; ZANIN, Luciane; AMBROSANO, Glauia M. B.; FLÓRIO, Flávia M. Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendências decorrentes da Lei nº 13.010. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 71(suppl 3):1313-23, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0048>

SOUZA, Renata Floriano. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, 25(1): 422, janeiro-abril, Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>

STELTER, Reinhard. The transformation of body experience into language. **Journal of Phenomenological Psychology**, v. 31, n. 1, p. 63-77, 2000.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, Robert. **Introducción a los Métodos Cualitativos de Investigación: la búsqueda de significados**. Ediciones Paidós Ibérica, S.A. Barcelona/ES, 1994. <http://mastor.cl/blog/wp-content/uploads/2011/12/Introduccion-a-metodos-cualitativos-de-investigaci%C3%B3n-Taylor-y-Bogdan.-344-pags-pdf.pdf>

TAVEIRA, Maria C.; OLIVEIRA, Íris M.; ARAÚJO, Alexandra M.. Ecology of Children's Career Development: A Review of the Literature. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Vol. 32 n. 4, pp. 1-10. e324211, 2014. disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e32411>

TRAPNELL, Paul. D.; CAMPBELL, Jennifer. D. Private Self-consciousness and the fivefactor model of personality: distinguishing rumination from reflection. **Journal of Personality and Social Psychology**, 76(2), 284, 1999.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. (1995). **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. In Obras escogidas. Madrid: Visor Distribuciones. (Trabalho original publicado em 1931).

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **A formação social da mente** (5a ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 46, p. 75-87, maio/ago. Salvador, BA, 2016.

ZÚQUETE, José Gonzalo. Paes Estrela da Silveira; SOUZA, Ednilza Ramos de; DESLANDES, Suely Ferreira. Concepções sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um estudo com representantes institucionais no Brasil e em Portugal. **Cad. Saúde Pública**, 32(10):e00075415, out. Rio de Janeiro, RJ 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00075415>.

## 10 – DISCUSSÃO DO ESTUDO GERAL

A Violência Sexual Contra Criança e Adolescente (VSCA) tem se evidenciado como modalidade específica da Violência Sexual (VS), capaz de comprometer o desenvolvimento humano durante todo o ciclo vital. Reconhecida mundialmente como um dos mais sérios problemas de saúde pública, a mesma tem atingido milhões de crianças e adolescentes de ambos os sexos, nas mais variadas faixas etárias, independente de nacionalidade, classe socioeconômica, raça/etnia, gênero, filiações religiosas e culturas.

Entende-se VSCA como, todo e qualquer ato ou jogo sexual, promovido por um ou mais indivíduos adultos, de ambos os sexos, junto a uma ou mais crianças e/ou adolescentes, pelo qual se busca estimulação erótica ou prazer sexual, próprio ou da vítima, através de pagamento, ou ainda da indução, subjugação, emprego de força, sedução, aliciamento ou agenciamento. Tal fenômeno se efetiva a partir de duas categorias distintas e específicas:

- *Abuso Sexual*, que se configura dividido em duas subcategorias: a) *Abuso Sexual Intrafamiliar*, caracterizado pela relação de parentesco, consanguíneo ou afetivo, entre a vítima e o agressor, o que evidencia seu caráter incestuoso; e, b) *Abuso Sexual Extrafamiliar*, onde não existe relação de parentesco entre os sujeitos envolvidos; podendo, porém, existir relação de proximidade e afetiva;
- *Exploração Sexual*, modalidade também dividida em duas subcategorias: a) *Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (ESCA)*, pela qual o corpo e a sexualidade da vítima são transformados em objetos de prazer de um agressor direto, via aliciamento ou sedução, geralmente com oferta de ganhos monetários ou outros, pagos diretamente a criança/adolescente; e, b) *Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA)*, na qual o corpo e a sexualidade da vítima são transformados em objeto de prazer de um agressor indireto, ou seja, do cliente, que paga ao agenciador, reconhecido como explorador primário da criança/adolescente.

Ressalta-se que a ESCCA caracteriza uma relação de mercantilização do corpo/sexualidade da vítima, que é geralmente submetida a sucessivas práticas sexuais abusivas, de forma induzida ou forçada. De modo geral, a exploração sexual tanto de

mulheres e homens adultos como de crianças e adolescentes se estabelece vinculada a poderosas redes de contravenção, que atuam de forma coordenada e sistemática com as redes de prostituição, do tráfico de seres humanos para fins de prostituição, da pornografia e do turismo sexual. Assim, independente de suas modalidades, formas ou categorias, a VS é universalmente reconhecida como uma das mais severas formas de violência, classificada como crime hediondo e violação dos direitos sexuais e humanos.

A literatura, nacional e internacional, têm frequentemente chamado a atenção para os prejuízos e consequências da VS sobre as dimensões biopsicossociais das vítimas. Especificamente entre crianças e adolescentes, muito tem se discutido acerca de seus impactos nocivos, com registros sobre os mais variados transtornos psíquicos, cognitivos e emocionais. Pesquisas e estudos sobre o tema têm evidenciado que entre as vítimas revela-se frequente os sentimentos ou sensações de culpa e vergonha; angústias, ansiedades e solidão devido à desproteção e abandono sentidos; dificuldades em estabelecer novas relações de confiança e afeto positivo, especialmente com adultos; déficits escolares e dificuldades nas atividades cotidianas; comportamentos hipersexualizado; uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas na vida adulta; episódios de temor, pânico e medo, com comprometimento do sono; sentimentos de mágoa, revolta e injustiça diante do desamparo e descuido vivenciados; agressividade, muitas vezes, autodirigida; além de ideações e tentativas de suicídio.

Considerando os severos impactos sobre a saúde e bem-estar físico e mental dos sujeitos vitimados, não nos parece precipitado propor que tais distúrbios e confusões mentais em período tão delicado do desenvolvimento humano produzam sentimentos de menos valia e difusas, além de contraditórias percepções de si. Estas autopercepções disfuncionais comprometem o entendimento real do sujeito abusado sobre a própria condição de vítima, nutrindo, na maioria dos casos, sentimentos de culpa e responsabilidade pela violência sofrida.

Entre as vítimas de VSCA é comum que tais distúrbios psicossomáticos se estendam por fases posteriores do ciclo vital, com relevantes reflexos negativos sobre a qualidade de vida, saúde e bem-estar. Para os sujeitos participantes do estudo, por exemplo, os diferentes tipos ou modalidades de VS a que foram submetidos na infância e/ou adolescência marcaram suas trajetórias de vida, com variadas consequências à estruturação de suas personalidades, gerando comportamentos e sentimentos de caráter afetivo, amoroso e/ou sexual, imaturos e inseguros ao longo do ciclo vital.

Deve-se considerar que a infância e a adolescência são marcadas pelo desenvolvimento tanto físico, quanto emocional, cognitivo e social dos sujeitos; e que, em tais

períodos, suas atenções e energia psíquica se encontram dirigidas às descobertas e aprendizagens que garantem interpretações e leituras sobre o mundo e sobre si mesmo. Neste sentido, compreende-se que a VS, seja a partir do abuso sexual (intrafamiliar e/ou extrafamiliar) ou da exploração sexual (ESCA ou ESCCA), se constitui fator de alto risco desenvolvimental à criança e ao adolescente, com capacidade de comprometer não somente a evolução psicológica, mas também, afetiva e social, não apenas no período da violação, mas também ao longo de toda a vida.

Importante ressaltar que apesar dos exitosos esforços e empreendimentos científicos, nas mais diversas áreas do conhecimento, acerca das consequências da VS sobre o desenvolvimento biopsicossocial das vítimas, pouco se conhece, de forma efetiva e concreta, sobre seus reflexos no ciclo vital, e em especial sobre a estruturação e regulação da autoconsciência e das autorrepresentações do self. Portanto, a partir de tais premissas concebemos que a VS na infância e/ou adolescência compromete significativamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, produzindo estados de autoconsciência ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito, desencadeando autopercepções ou autorreconhecimentos de si disfuncionais ou deturpados, com severo comprometimento do adequado desenvolvimento durante todo o ciclo vital.

Nossa hipótese se respaldada na literatura especializada, que frequentemente tem salientado a importância e participação da autoconsciência na organização e estruturação do autoconceito. Ressalta-se que tal autorreflexão, dependendo do contexto ou situação vivenciada pelo indivíduo tende a se efetivar de maneira, reflexiva – promovendo a experimentação de sentimentos mais positivos sobre si; ou, ainda, de forma ruminativa, estado de autoconsciência geradora de distúrbios psicopatológicos, especialmente sobre o autoconceito e a autoestima.

Sendo o autoconceito, uma importante dimensão psíquica, reconhecida como conjunto de percepções que um sujeito constrói e desenvolve em relação a si ao longo da vida, facilmente se comprova que sua origem resulta das relações e inter-relações que este mesmo sujeito desenvolve e estabelece junto ao outro social e com o meio em que está inserido, sofrendo transformações ao longo do ciclo vital. Deste modo, considera-se que enquanto dimensão psíquica fundamental ao self, o autoconceito se estabelece como construção particular, resultado das interações e experiências individuais estabelecidas e vivenciadas com, e no meio social. Tais vivências e experimentações, positivas e/ou negativas, sejam físicas, afetivas, intelectuais ou sociais, quando incorporadas pelo sujeito, tornam-se base estrutural do conhecimento de si.

A literatura especializada nos respalda ainda na concepção e compreensão de infância e adolescência como importantes etapas do desenvolvimento humano, fundamentais à estruturação da autoconsciência e das autorrepresentações do self, dimensões psíquicas essenciais ao pleno desenvolvimento emocional e social, e base do aprimoramento das capacidades e habilidades cognitivas e sócioemocionais, presentes e futuras. Ambas as fases de desenvolvimento são diretamente responsáveis pela estruturação da personalidade, na qual se estabelece as primeiras construções de sentido sobre si mesmo, acerca da família, bem como sobre as concepções de proteção e cuidado que lhes são inerentes.

#### Caracterização do Estudo:

Considerando que experiências recíprocas de afeto seguro vividas pela criança/adolescente junto a adultos significativos contribuem substancialmente para que não somente organizem, mas também estruturam os próprios conceitos e valorações de si, fatores que se traduzem em autoestima, e que marcarão toda a sua existência, é que propomos neste estudo, a investigação mais ampla (com epistemologia mista, onde se articulam momentos nomotéticos e ideográficos) acerca dos impactos da VS sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self no do ciclo vital a partir da percepção das próprias vítimas.

Para tanto, estabelecemos como imprescindível, primeiramente, descrever os níveis e tipos de autoconsciência em diferentes faixas etárias; reconhecer a estrutura do autoconceito em diferentes fases do ciclo de vital; investigar níveis e tipos de autorrepresentações do self entre jovens e adultos vítimas de VSCA; mapear as inter-relações entre dimensões da autoconsciência e das autorrepresentações do self em diferentes fases do desenvolvimento humano; descrever a estrutura da VS em termos de suas incidências e sentidos ao longo do ciclo vital; testar modelo científico explicativo do impacto da VS sobre os processos de autofocalização e autoconsciência e autorrepresentações do self ao longo da vida em relação a indicadores sociodemográfico comparativamente com indivíduos não vitimados pelo fenômeno; avaliar a influência da qualidade dos processos proximais e das transições ecológicas sobre a ocorrência da VSCA; e, identificar os sentidos atribuídos a VS entre adultos vitimados na infância e/ou adolescência.

Ressalta-se que o referido estudo apresenta-se como pesquisa multimétodo, com triangulação metodológica entre análises fenomenais e qualitativas e delineamento *ex-post-facto* com uso de escalas psicométricas, fundamentadas na teoria das facetas, considerando a complexidade e multidimensionalidade dos construtos envolvidos. Para melhor compreensão

dos leitores, o mesmo se encontra dividido em duas etapas, considerando: a) um estudo caracterizado como pesquisa do tipo *ex-post-facto*, de base quantitativa e corte transversal, com o objetivo de investigar os impactos da VS percebidos pelas vítimas sobre o desenvolvimento da autoconsciência e das autorrepresentações do self, com ênfase no autoconceito e autoestima, ao longo do ciclo de vida; e, b) dois estudos de caso, envolvendo análises fenomenais, e de base qualitativa, visando avaliar como os indivíduos percebem e significam os impactos da VS sofrida na infância e/ou adolescência ao longo da vida.

A amostra do primeiro estudo envolveu 236 sujeitos (147 do sexo feminino e 89 do sexo masculino), estudantes universitários integrados a cursos das variadas áreas de conhecimento: humanas (direito, administração); saúde (psicologia, enfermagem, fisioterapia, odontologia e nutrição); exatas (engenharia); e, social aplicada (serviço social). Os participantes foram divididos em dois grupos, pareados por sexo: vítimas de VSCA e não-vítimas de VSCA. Todos os sujeitos tinham idades acima dos 18 anos (variando entre 18 a 59 anos) durante a coleta de dados, e foram recrutados de Instituições do Ensino Superior (IES) da Grande Região Metropolitana do Recife – GRMR e da Região do Sertão do Pajeú, no estado de Pernambuco.

Na estratificação e análise quantitativa das respostas foram utilizados instrumentais desenvolvidos pelos pesquisadores que possibilitaram estabelecer uma escala de riscos, que foram classificados por níveis identificados a partir dos próprios sujeitos. A análise qualitativa sobre a estruturação da autoconsciência e autorrepresentações do self envolveu a adoção de entrevistas semiestruturadas ou temáticas, o que favoreceu a avaliação das percepções e/ou compreensões dos participantes acerca, do fenômeno da VS enquanto situação de risco; consciência dos próprios processos históricos enquanto vítimas da VS; e, percepções dos próprios sujeitos sobre as situações e condições de risco vivenciadas.

Nas análises complementares foram aplicadas escalas de medidas psicométricas e entrevistas em profundidade, com apoio em roteiro fenomenal. Estes instrumentais incluíram: Questionário de Ruminação-Reflexão – QRR, para avaliar as diferenças individuais na capacidade cognitiva de autofoco enquanto traço de personalidade - autoconsciência disposicional; Escala de Autoconsciência Situacional – EAS, na captura das diferenças individuais na capacidade cognitiva de autofoco enquanto estado; Escala de Autoconsciência Disposicional – EAD, para verificar as diferenças individuais nas capacidades de autofoco enquanto um traço de personalidade, considerando: disposição de estar consciente de si mesmo; atenção direcionada ao self; e, mediação cognitiva - caminho pelo qual o self se auto-observa; Escala de Autoconsciência Revisada - EAC-R, para identificar diferenças

individuais na qualidade e frequência do autofoco, considerando: autoconsciência privada e pública, e ansiedade social; Escala de Autoestima de Rosenberg, na mensuração dos níveis de autoestima; Escala Fatorial de Autoconceito – EFA, para avaliar o autoconceito global, considerando: ansiedade social; autocontrole; valores ético moral; receptividade; segurança; e, fatores somáticos; Escala de Religiosidade Global – ERG, para aferir os níveis de religiosidade dos sujeitos; Escala de Religiosidade de Item Único – ERIU, para avaliar a participação dos sujeitos nas atividades, cultos e obrigações religiosas; e, Questionário Sociodemográfico, para obtenção de informações relativas a sexo; idade; escolaridade; estado civil; orientação sexual; renda pessoal e familiar; histórico pessoal e familiar; percepções e concepções acerca da VS e sobre seus impactos no autoconceito e autoestima.

Os participantes do Grupo Vítimas de VSCA responderam ainda ao Inventário Violência Sexual, desenvolvido pelos pesquisadores do estudo, e em fase de validação, o que nos possibilitou identificar o grau ou nível de intensidade da VS sobre as dimensões da autoconsciência e das autorrepresentações do self a partir da percepção dos próprios sentimentos dos sujeitos através de processos rememorativos (ver: Anexos).

A coleta dos dados foi realizada nas próprias IESs e envolveu variadas sessões coletivas e individuais. Durante todo o processo foram observados e garantidos: tempo livre para resposta aos protocolos de pesquisa; e, organização adequada dos espaços de aplicação, pela qual se evitou exposição sistemática ou estímulos autofocalizadores junto aos participantes. Ressalta-se que a organização das escalas e distribuição dos protocolos se deu de forma aleatória, seguindo o modelo do Quadrado Latino, com geração de três formas do instrumento (A; B e C), com igual disponibilização ao trabalho de resposta dos participantes.

Os dados coletados foram digitados em planilhas do SPSS for Windows, versão 21. Na análise dos mesmos foi considerada a extração dos fatores e levantamento das intercorrelações entre as escalas e subescalas; e nas análises correlacionais restantes, foi utilizada estatística de Pearson, para evidenciar se a probabilidade da relação encontrada entre as variáveis se davam por erro amostral, dado que a hipótese nula seja verdadeira, além de informar sobre a magnitude e grau desse relacionamento. Por fim, os resultados das análises psicométricas das medidas e multidimensionais com os dados dos relatos escritos e das entrevistas foram interpretados através dos pressupostos da Teoria das Facetas, com o objetivo de clarificar e testar hipóteses cientificamente, envolvendo planejamento e análise de dados através de análises multidimensionais - MDS.

Salienta-se que durante toda a realização da pesquisa foram observados os aspectos éticos envolvidos na investigação com seres humanos, considerando: início da coleta de dados

somente após aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Parecer: 3.373.590); participação dos sujeitos de forma voluntária, e condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); orientação e informação prévia dos participantes referente aos objetivos e procedimentos do estudo, bem como relativo ao sigilo das informações prestadas; e, participação condicionada a maior idade (acima dos 18 anos), e com capacidade civil e emocional por parte dos sujeitos.

#### Análise dos Resultados (Estudo 01 – Ex-Post-Facto)

A análise dos Impactos da VS percebidos pelas vítimas sobre a Autoconsciência e Autorrepresentações do Self evidenciou que a VS desencadeia processos de ansiedade social e autofoco ruminativo com maior intensidade entre os sujeitos do sexo feminino. Entre os sujeitos do sexo masculino, por sua vez, constatou-se maior tendência da VS como promotora de impactos significativos na autoconsciência pública, gerando ansiedade social.

Entre os sujeitos não-heterossexuais (homossexuais, bissexuais, pansexuais e demais identidades não normativas), a VS apresenta maior influência sobre a estruturação da orientação sexual, com maior prejuízo à autoconsciência privada e autoestima, quando comparados aos sujeitos autodeclarados heterossexuais. Quando considerado o fator idade dos participantes, verificou-se que crianças e adolescentes do sexo feminino desenvolvem maior tendência aos processos ruminativos e a ansiedade social quando comparadas às crianças e adolescentes do sexo masculino.

Na análise dos fatores agravantes da VS (IVS) os dados revelaram que o fenômeno da VS promove nas vítimas de ambos os sexos focos de autorreflexão ruminativa, resultantes tanto da autoconsciência situacional como da autoconsciência disposicional. Para todos os sujeitos participantes, constatou-se que a VS tende ainda a comprometer de forma significativa o autoconceito, especialmente em suas subdimensões constituintes: self-social, self-Somático e self ético-moral.

Na Análise de regressão múltipla passo-a-passo (Stepwise), considerando como variável dependente cada fator das escalas (EAC, QRR, EFA EAE, Reli.Global e EAS) e como variáveis independentes (Viti.VioSex IVS.Viol.Sexual, Sexo.Feminino Heterossexual, Bissexual, Homossexual e ReligiaoSim), os resultados evidenciam que a VS produz estados de autofoco ruminativo em vítimas de ambos os sexos. Quando consideradas as frequência e qualidade do autofoco e sua relação com o fenômeno, registra-se maior tendência dos sujeitos autodeclarados bissexuais aos episódios de ansiedade social. Por sua vez, sujeitos

autodeclarados heterossexuais evidenciam maior comprometimento sobre as estruturas do autoconceito, especialmente nas subdimensões, self-pessoal e self-social.

Os dados revelam severos impactos da VS sobre a autoestima das vítimas, independente dos recortes de sexo e orientação sexual. Contudo, os sujeitos de orientação heterossexual apresentam maior tendência ao exercício da religiosidade de forma mais sistemática. De forma generalizada os resultados indicam que vítimas de VS na infância e adolescência sofrem significativos prejuízos sobre a autoconsciência situacional, o que explica o desencadeamento dos processos de autofoco de caráter ruminativo, desencadeando confusão e disfuncionalidade na autopercepção e autorreconhecimento de si. .

Na *Análise de Estrutura de Similaridade (SSA)*, os dados evidenciam que os sujeitos de orientação heterossexual e bissexual aparentemente vivenciam as experiências da VS com maior complexidade perceptiva, em comparação aos sujeitos de orientação homossexual e demais orientações não normativas. Estes dados apontam assim que, os sujeitos das duas primeiras categorias tendem a experienciar a VSCA com maior intensidade nos estados de autoconsciência pública, denotando maior investimento de energia psíquica e atencional dirigida aos aspectos mais externos do self, como, comportamentos e a aparência física. Os dados são ainda reforçados quando considerada a proximidade das duas categorias às subestruturas, receptividade social e atitude social, que compõem a estrutura do self-social, entendido como dimensão fundamental do autoconceito.

Os resultados revelam que de forma generalizada a VS na infância e adolescência é percebida e significada entre os participantes como ação violenta, capaz de potencializar o desenvolvimento de transtornos psicossociais e afetivos, fato que contribui de forma direta para que as vítimas desenvolvam leituras menos propositivas sobre o mundo e sobre as próprias existências. Corroborar-se assim nossa hipótese de que a VS se constitui e caracteriza como fator de alto risco desenvolvimental, capaz de comprometer a estruturação da autoconsciência, produzindo processos de autofoco do tipo ruminativo, potentes e persistentes, capazes de levar as vítimas a desenvolverem concepções e sentimentos menos positivos e funcionais sobre si.

Confirma-se também que, especialmente entre crianças e adolescentes, a VS sexual compromete significativamente a estruturação das autorrepresentações do self, com severas consequências à consolidação do autoconceito e da autoestima. Deste modo, confirma-se que VS na infância e/ou adolescência provoca distorções sobre os processos de autoavaliação de si, comprometendo a estruturação e regulação da autoestima também em fases posteriores do ciclo vital.

### Análise dos resultados (Estudo 02 – Estudo Qualitativo)

Os dados da avaliação qualitativa dos Impactos da Violência Sexual percebidos pelas vítimas sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital evidenciaram que entre os participantes a própria casa se configurou como principal espaço ecológico de vulnerabilidades e riscos à ocorrência e recorrência da VSCA. Os relatos dos participantes revelaram infâncias e adolescências marcadas por situações de negligência, descuido e desproteção, caracterizadas por práticas cotidianas de comportamentos abusivos e maus tratos dos pais/responsáveis e demais sujeitos significativos.

De acordo com os dados, os participantes foram submetidos a situações de VS de forma repetida e frequente na infância e/ou adolescência. Os agressores foram identificados como sujeitos adultos, do sexo masculino. Dos quatro casos analisados, um se configura como abuso sexual intrafamiliar, e de caráter incestuoso, onde o agressor era o próprio pai da vítima, que contava com o conhecimento, e de certa forma, consentimento dos demais familiares diretos; dois casos caracterizados como abuso sexual extrafamiliar, praticados por vizinhos; e, um caso identificado como exploração sexual, onde a vítima era seduzida pela oferta de presentes e depois obrigada às práticas sexuais abusivas de indivíduo pouco conhecido.

Em todos os casos relatados, as agressões sexuais ocorreram na vizinhança e/ou na própria casa das vítimas. As práticas abusivas incluíram penetração carnal forçada e sucessiva, sexo oral e masturbação do agressor. As ocorrências apresentaram frequência de recorrência variando entre 03 a 05 vezes. Os agressores nunca foram denunciados ou responsabilizados legalmente. Os relatos dos participantes evidenciam situações de negligência, promovidas tanto pelos cuidadores primários como pelos demais atores significativos, incluindo parentes e professores, como principais fatores agravantes à desproteção, desatenção, descuido e ausência de acolhimento seguro, necessários à manutenção de suas integridades física e mental.

Os dados evidenciam que às vítimas também foi imposto, de forma direta ou indireta, o silêncio “pactuado pela família”, o que exigiu dos mesmos o investimento de grande carga emocional e energia psíquica dirigida à resolução de conflitos. Os relatos dos participantes se revelam carregados de angústia, ansiedades e temores sobre a temática da VS, evidenciando sentimentos de medo e insegurança relativos ao estabelecimento de novas interações sociais na vida adulta, provavelmente, derivada das sensações de abandono e solidão vivenciadas nos períodos de agressão. Assim, evidencia-se que as experiências de VS vivenciadas na infância e/ou adolescência contribuíram significativamente para o desencadeamento de

comportamentos disfuncionais e não adaptativos na vida adulta, ainda manifestos em desconfianças, estranhamento, desproteção e descrenças, tanto em relação aos pais como aos demais sujeitos adultos a quem dispensavam afeto e consideração.

Deste modo, os resultados apontaram para a influência negativa da fragilidade dos processos proximais como fator de elevado risco desenvolvimental a integridade física, cognitiva, mental e emocional de crianças e adolescentes vitimadas pela VS. Evidenciam também que na experiência destes sujeitos a ausência ou a impossibilidade de reciprocidade com os cuidadores primários e/ou responsáveis, contribuiu decisivamente para que buscassem em outros espaços e sujeitos as condições e possibilidades necessárias para dividir suas experiências e produzir novas atividades de interação emocional e cognitiva.

Essas buscas em outros espaços de desenvolvimento ecológico revelam suas tentativas fracassadas na compensando das sensações e dos sentimentos de desproteção, descuido e abandono que experimentaram na infância e/ou adolescência. Entre os participantes, tais fatores se constituíram como determinantes para que estabelecessem e formassem díades com os seus próprios agressores, tornando-se alvos fáceis às práticas abusivas. Ao acessarem estes novos ambientes de socialização as vítimas se depararam com iguais contextos de vulnerabilidades e riscos, agora no Mesossistema, nível ecológico composto pelo conjunto de microsistemas (escola, vizinha, casa de amigos e de parentes) que lhes serviriam de base para o desenvolvimento saudável em substituição ao ambiente familiar.

Os resultados demonstram ainda que a partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, proposto por Bronfenbrenner, torna-se possível identificar as variáveis que dimensionam a VSCA enquanto fator de risco desenvolvimental no ciclo de vida, com ênfase nos fatores multifacetados que derivam da interação e inter-relação da pessoa em desenvolvimento com a dinâmica familiar, bem como com as transições ecológicas deficitárias estabelecidas nos demais sistemas de interação que se influenciam de forma simultânea e recíproca (microsistema, exossistema e macrossistema), o que salienta sua adequação aos objetivos do estudo proposto.

Ressalta-se neste sentido, que os dados do estudo corroboraram totalmente as hipóteses propostas, evidenciando que a falta de interação da família, principal microsistema do desenvolvimento humano, com os demais ambientes ecológicos que compõem o mesossistema, contribui para isolar e neutralizar a vítima de VS, que se mantém subjugadas aos desejos e poder dos agressores. Destaca-se que na experiência dos participantes dos referidos estudos constatou-se que tal conduta se encontra atrelada e influenciada pelas

implicações culturais, sociais e legais associadas ao ato de denunciar a insalubridade das famílias.

Estes resultados confirmaram, sobretudo, que a fragilidade dos processos proximais e a ineficácia das transições ecológicas estabelecidas por crianças e adolescentes vítimas de VS nos microsistemas que compõem o mesossistema e, especialmente, o exossistema (que neste caso engloba os equipamentos e instituições que formam o Sistema de Garantia de Direitos – SGD) se estabelecem como fatores agravantes a ocorrência e recorrência do fenômeno, seja nas modalidades do abuso ou da exploração sexual.

#### Análise dos resultados (Estudo 03 – Estudo Qualitativo)

Os dados da avaliação qualitativa acerca dos Sentidos e Impactos da VS percebidos pelas vítimas sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital, revelou que a interpretação da vítima sobre a experiência vivida habitualmente deriva de uma busca por sentidos para a expressão do fenômeno, processo que se estabelece a partir dos significados que lhes serão atribuídos.

Revelam também que entre os participantes a VS na infância e adolescência é percebida e significada como ato extremamente violento, capaz de aniquilar e destruir a existência da pessoa. As experiências destes sujeitos evidenciaram compreensões da VSCA como potencializadora do desenvolvimento de transtornos psicossociais e afetivos que desencadeiam leituras menos propositivas sobre o mundo e sobre as próprias existências, o que revela significativo prejuízo à estruturação também da subjetividade. Estes dados confirmam que para as vítimas, a VS se constitui e se caracteriza como potente fator de risco ao desenvolvimento e a estruturação da autoconsciência, produzindo severos e persistentes processos de autofoco, do tipo ruminativo, que as levam a desenvolver autoconcepções e sentimentos menos construtivos e edificantes sobre si.

Para os participantes é consenso que, quando dirigida às crianças e adolescentes a VS prejudica fortemente a estruturação das autorrepresentações do self, com graves prejuízos a consolidação do autoconceito, o que gera distorções sobre os processos de autopercepção e autorreconhecimento, que geralmente se estendem e perduram por etapas posteriores do ciclo vital. Tanto que em seus relatos registra-se a compreensão e o reconhecimento de que o ato de declarar ou informar a VS sofrida favorece o processo de resignificação sobre a experiência traumática vivenciada, contribuindo para novas tomadas de decisão perante a vida.

Destaca-se assim, que os resultados do estudo atendem aos objetivos propostos, favorecendo avaliações mais amplas acerca dos impactos da VS sobre o desenvolvimento da

autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo de vida. Estes dados possibilitam ainda a identificação dos sentidos atribuídos ao fenômeno por parte dos sujeitos vitimados, bem como da compreensão dos mesmos sobre os impactos provocados na estruturação do autoconceito e autoestima em fases posteriores do ciclo vital.

Deste modo, os resultados corroboraram nossas hipóteses, confirmando que a VS compromete significativamente o desenvolvimento e a regulação da autoestima, produzindo estados de autoconsciência ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito e provocam autopercepções ou autoreconhecimento de si difusos ou deturpados ao longo da vida; bem como, que a VSCA é percebida e significada pelas próprias vítimas como fator de alto risco desenvolvimental à cognição, prejudicando decisivamente a regulação do autoconceito e da autoestima.

#### Análise Geral:

Os resultados dos três estudos atendem aos objetivos da investigação geral, evidenciando de forma contundente a percepção das vítimas sobre os impactos da VS sobre o desenvolvimento e estruturação da própria autoconsciência (situacional e disposicional) e das autorrepresentações do self (autoconceito e autoestima) ao longo do ciclo vital. Os dados apresentados possibilitam maiores reflexões sobre como o fenômeno da VS tem impactado de forma decisiva a trajetória de vida para quem tem o corpo violado na infância e/ou adolescência. Confirmam-se desta maneira nossas hipóteses, já que a percepção dos participantes sobre as próprias experiências identificam e reconhecem a VS como fator de alto risco ao desenvolvimento psicossocial ao promover estados de autoconsciência ruminativa que prejudicam a regulação do autoconceito e promovem autopercepções ou autorreconhecimentos de si difusos ou disfuncionais. Estes dados conformam, especialmente, que VSCA se estabelece como fator de alto risco desenvolvimental à cognição dos sujeitos, comprometendo a percepção de si e a regulação do autoconceito. Reafirma-se, por fim, que crianças e adolescentes vítimas de VS apresentam maior tendência ao desenvolvimento de distúrbios psicopatológicos, com severos prejuízos à estruturação do autoconceito e da autoestima, o que compromete suas interações afetivas, amorosas e sexuais também na vida adulta.

## 11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Violência Sexual Contra Criança e Adolescente, modalidade da Violência Sexual, é universalmente reconhecida como fenômeno social e problema de saúde pública, que atinge milhares de pessoas ao redor do mundo de forma silenciosa e insidiosa. A violência sexual afeta significativamente o desenvolvimento dos sujeitos, independente das questões ou recortes de sexo, gênero, classe social, econômica, religiosas, étnico/racial e cultural. Quando impetrada contra crianças e adolescentes, compromete o desenvolvimento e a estruturação da personalidade, promovendo danos que tendem a perdurar ao longo da vida adulta.

Em qualquer de suas modalidades ou tipologias a violência sexual contra criança e adolescente se efetiva como fator desencadeador de psicopatologias e distúrbios psicossomáticos graves, comprometendo a evolução emocional, afetiva, sexual e social das vítimas. Mesmo considerando as grandes contribuições da literatura especializada à identificação e registro dos impactos do fenômeno sobre o desenvolvimento biopsicossocial das vítimas, destaca-se a incipiência de estudos científicos e mais concretos acerca de suas consequências sobre a autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital.

Destaca-se que frequentemente esta mesma literatura tem evidenciado a importância e participação da autoconsciência na organização e na estruturação do autoconceito, podendo a mesma, em determinadas situações e/ou contextos se revelar reflexiva, contribuindo para que os sujeitos experienciem sentimentos mais propositivos sobre si; ou ainda, ruminativa, desencadeando estados psicopatológicos produtores de autopercepções negativas ou depreciativas.

Ainda nesta direção, aponta-se que diferentes teorias psicológicas têm identificado o autoconceito como construção individual e particular, mediada na direta interação do sujeito com o meio, bem como com as experiências positivas e negativas internalizadas, sejam estas de caráter físico, afetivo, intelectual ou social. Isso significa que, enquanto constructo multidimensional, o autoconceito engloba variados aspectos da personalidade e se estabelece como estrutura central cognitiva, centrada nas mudanças evolutivas das capacidades humanas em diferentes etapas da vida. O mesmo se relaciona diretamente, e de forma efetiva, como a autoestima, o que contribui para a construção do sentido de autoavaliação pessoal.

A academia científica muito tem contribuído também para a consolidação da infância e da adolescência como principais e fundamentais etapas do desenvolvimento humano, períodos essenciais tanto à estruturação da autoconsciência quanto das autorrepresentações do

self, especialmente do autoconceito e da autoestima. Ambas as fases se constituem como promotoras e propulsoras do saudável desenvolvimento psicológico, social e emocional dos sujeitos, bem como do aprimoramento e aperfeiçoamento de suas capacidades cognitivas, acadêmicas e sócioemocionais, tanto presentes quanto futuras.

É neste contexto, que esta pesquisa se apresenta como investimento inicial e desprezioso dirigido ao preenchimento deste vácuo científico, concentrando o foco de análise nos impactos da violência sexual, percebidos pelas vítimas, sobre o desenvolvimento da autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital, com ênfase no autoconceito e autoestima. Para tanto, nos três estudos que a compõem se apresenta descritivos dos níveis de autoconsciência situacional e disposicional, considerando suas dimensões pública e privada, bem como suas tipologias, reflexiva e ruminativa, entre sujeitos em diferentes faixas etárias.

Especificamente no primeiro estudo, do tipo ex-post-facto, identificam-se estruturas do autoconceito entre vítimas de violência sexual, em diferentes fases de desenvolvimento; evidenciam-se níveis e tipos de autorrepresentações do self, com ênfase no autoconceito e autoestima, entre jovens e adultos vítima de violência sexual na infância e/ou adolescência; mapeia-se inter-relações entre dimensões da autoconsciência, situacional e disposicional, e das autorrepresentações do self, autoconceito e autoestima, em diferentes fases do ciclo vital; descreve-se a estrutura da violência sexual, considerando suas dimensões e incidências, com foco nos sentidos construídos pelas vítimas ao longo de suas trajetórias de vida; e, testa-se instrumental de mensuração sobre os fatores agravantes da violência sexual na infância e adolescência a partir da percepção de sujeitos adultos, de ambos os sexos, de diferentes orientações sexuais e variadas faixas etárias.

Nos dois estudos fenomenais, registra-se tanto a influência da fragilidade dos processos proximais quanto das transições ecológicas nos processos de ocorrências e recorrências da violência sexual na infância e adolescência. E, por fim, identificam-se os sentidos atribuídos ao fenômeno da violência sexual a partir da percepção dos próprios sujeitos vitimados na infância e/ou adolescência.

A partir dos resultados apresentados, consideramos que os objetivos propostos na pesquisa geral foram satisfatoriamente atendidos, assim como foram corroboradas as hipótese, pelas quais se evidenciou que a violência sexual impacta significativamente o desenvolvimento e a estruturação da autoestima, promovendo estados de autoconsciência ruminativa que prejudicam a regulação da clareza do autoconceito e provocam autopercepções ou autorreconhecimentos de si difusos e disfuncionais.

Os dados reforçam assim, nossa compreensão de que a violência sexual se estabelece como fator de alto risco desenvolvimental para a cognição dos sujeitos, comprometendo a percepção de si e a regulação do autoconceito. Neste aspecto, destaca-se que os relatos dos participantes registram suas próprias percepções acerca da violência sexual contra criança e adolescentes enquanto fenômeno que se caracteriza como ação violenta e capaz de potencializar a produção de transtornos psicossociais e afetivos, contribuindo para leituras menos propositivas sobre o mundo e sobre a própria condição de existir, e que estes distúrbios tendem a persistir e perseverar na vida adulta.

Os resultados demonstram também que os processos e contextos envolvidos em uma espécie de naturalização da violência sexual estabelecida em nossa cultura, denunciam não somente a fragilidade, mas, especialmente, a utopia de um sistema sociopolítico e econômico que, através de suas crenças, regras e tradições tentam generalizar o sentido de casa e família como espaços e núcleos ecológicos protetivos e seguros ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Por fim, o estudo reafirma que quanto mais elevados os níveis de ruminação e mais deficitárias as autorrepresentações do self, maior o sofrimento presente nos relatos das experiências entre sujeitos vítimas de violência sexual na infância e adolescência.

A partir dos dados alcançados e apresentados, acreditamos que o presente estudo em muito pode contribuir para a construção do conhecimento acerca dos impactos da violência sexual sobre o desenvolvimento e estruturação da autoconsciência e autorrepresentações do self no ciclo vital, principal objetivo a que se propõe. Esperamos também que o mesmo se revele significativo ao despertar do interesse acadêmico e científico dirigidos a futuras investigações que promovam e provoquem reflexões mais amplas acerca das consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes sobre outras dimensões da consciência e do self, em outras regiões, contextos e culturas.

Destacamos ainda nossa crença na importância do presente estudo no auxílio a construção, implementação e efetivação de políticas públicas de caráter protetivo e de intervenção dirigidas à garantia de direitos das crianças e adolescentes. Pensamos que os resultados aqui apresentados podem servir de base, inclusive, para os processos de atualização e qualificação profissional dos agentes sociais, em todos os níveis, que integram os equipamentos, instituições e instâncias, governamentais e da sociedade civil organizada, formando o Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente. Neste aspecto, ressaltamos ainda nossa compreensão de que o próprio ato de evidenciar, tirar da invisibilidade, falar e/ou refletir sobre determinados fenômenos ou temáticas sociais já se

constituem como importantes processos de intervenção, uma vez que possibilitam novas reflexões, interesses e investigações para perguntas que surgem e exigem respostas,

Apesar dos resultados, que consideramos positivos e pertinentes aos nossos propósitos, destacamos que o presente estudo acompanhou um determinado momento da realidade de um grupo específico de sujeitos, onde as histórias de vida se cruzaram em um universo vivo, em constante transformação. Portanto, salientamos que o mesmo não tem a pretensão de se apresentar como suficiente ao revelar todos os desdobramentos e implicações inerentes ao fenômeno em foco. O estudo em si, revela-se, muito mais como um início, uma tentativa de construção de conhecimento sobre um contexto de investigação ainda não considerado “*muito limpo*”, e em certa medida, invisível à academia científica e aos governos.

Sobretudo, este estudo se constitui como um processo aberto, que não finda ou se encerra agora, mas que abre espaços a novas e futuras reflexões que possibilitem estudos mais amplos e que abarquem as especificidades, facetas, diferenças e dinâmicas de um fenômeno sociohistórico, e que consideramos também sociopolítico, e por isso, de certa forma, intencional, que afeta a saúde, qualidade de vida e o bem-estar de milhões de pessoas ao redor do mundo.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Cecy Dunshee; ASSIS, Simone. Gonçalves. (In)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27 (5) : 843-854, mai, 2011.

AGUIAR, Janaina M.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L.; SCHRAIBER, Lília B. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. **Caderno Saúde Pública**, 29 (11):2287-2296, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102>

AGUILAR DURAN, Leonardo Andrés. Conductismo radical de B. F. Skinner: coordenadas ontoepistemológicas y visión del ser humano. **CONHISREMI, Revista Universitaria de Investigación y Diálogo Académico**, Volumen 14, Número 2. Escuela de Psicología, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2015.

AGUSTÍN, Laura. **Trabajar en la industria del sexo, y otros tópicos migratorios**. Tercera Prensa, Donosti, 2005a.

AGUSTÍN, Laura . **La industria del sexo, los migrantes y la familia europea**. Cadernos Pagu (25), julho-dezembro, pp.107-128, 2005b.

AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Teoria do apego: origem, desenvolvimento e perspectivas. **Anais do V Congresso da ANPTECRE - Religião, Direitos Humanos e Laicidade**, 2015. ISSN:2175-9685.

ALMEIDA, Maria da Graça B. (org). **A violência na sociedade contemporânea**. [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ALMEIDA, Tânia Maria Campos; PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato. Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino? **Dossiê - Estilos da Clínica**, Vol. XIV, n° 26, 46-67, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

ALPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina D. Orgaro; WITT, Cibele. S. O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 12 (2), São João del Rei, maio-agosto, 2017.

ALVES, Heliana Castro; EMMEL, Maria L. Guillaumon. **Abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimadas**. Perspectiva bioecológica e narrativas orais. Paidéia, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia)

AMARAL, Luciana V. O. Q; GOMES. Ilvana L. V.; QUEIROZ, Maria V. O; VIEIRA, Luiza J. E. S.; GOMES, Annatalia M. A. **O fluxo de atendimento de maus tratos contra crianças e adolescentes em uma emergência pediátrica**. In: Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos [livro eletrônico]. Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Deborah Pedrosa Moreira, Samira Valentim Gama Lira (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2016.

AMAZARRAY, Mayte R.; KOLLER, Silvia H.. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 11, núm. 3. Porto Alegre, RS, 1998. Disponível :<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811314>

AVOGLIA, Hilda Rosa C.; GARCIA, Victória P.; FRIZON, Valeska. Violência sexual: as marcas na representação da imagem corporal da criança vitimada. *Boletim de Psicologia*, vol. IXV, Nº 142, 029-043, 2015.

AZEVEDO, Maria Amelia; GUERRA, Viviane N. Azevedo. Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Rocca, 1998.

BALTES, Paul B.; REESE, Hayne W.; LIPSITT, Lewis P. (1980). Life-span developmental psychology. *Ann. Rev. Psychol.* 31;65-110. Downloaded from [www.annualreviews.org](http://www.annualreviews.org) by Fordham University on 04/10/2013.

BANDURA, Albert. **Teoría del modelamiento. In: Teorías de la personalidad.** 9ª ed. Duane P. Schultz Sydney Ellen Schultz. Cengage Learning, Inc, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2000.

BARRETO, Aandre de Carvalho. Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 275-293, ago, 2016.

BATISTA, Vanderleia. **Os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos (as) profissionais: desafios para o sistema de garantia de direitos.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFSC. Florianópolis, SC, 2017.

BATISTA, Taísa C.; SALEME, Samira B.; CANAL, Claudio P. P.; SOUZA, Mariana L. Autoconsciência em estudantes talentosos: um estudo fenomenológico-semiótico. *Psicologia Escolar e Educacional.* Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro: 487-494. São Paulo, SP, 2017.

BEE, Helen. **O ciclo vital.** Tradução Regina Garcez. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BENNETT, Maxwell; DENNETT, Daniel; HACKER Peter; SEARLE, John; ROBINSON, Daniel N. **Neuroscience and Philosophy: Brain, Mind, and Language** (Columbia University Press), 2007.

BENIUK, Loree; RIMER, Pearl. **Understanding Child Sexual Abuse: A Guide for Parents & Caregivers.** Central Agencies Sexual Abuse Treatment (CASAT) - Program Child Development Institute 197, Euclid Avenue Toronto, Canadá, 2006. ISBN 0-9681323-7-5.

BEZERRA, Camila P.; MACHADO, Marcia M. T.; VIEIRA, Ana Cléa V. C; VIEIRA, Luiza J. E. S. **Violência estrutural e as implicações no cotidiano escolar em adolescentes com deficiência visual.** In: Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos [livro eletrônico]. Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Deborah Pedrosa Moreira, Samira Valentim Gama Lira (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2016.

BIGAS, Ana Rita Gomes. **A relação entre a qualidade da vinculação aos pais, autoestima, autoconceito em pré-adolescentes**. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e de Vida – ISPA, 2016.

BILSKY, Wolfgang. A Teoria das Facetas: noções básicas. **Estudos de Psicologia**, 2003, 8(3). 357-365.

BIRKEL, Richard C.; LERNER, Richard M.; SMYER, Michael A. Applied Developmental Psychology as an Implementation of a Life-Span View of Human Development. **Journal of Applied Developmental Psychology**, 1989. Doi.10.1016%2F0183-3973%2889%2990020-8.

BORGES, Jeane Lassinger. **Abuso sexual infantil: consequências cognitivas e emocionais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

BORGES, Jeane Lassinger ; DELL´AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379, abr./jun. 2008.

BOWLBY, John. **Apego e perda: apego**, Vol. 01 [trad. Álvaro Cabral] – 3ª edição, São Paulo, 1907. Martins Fontes – Selo Martins, 2002.

BRASIL. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes**. Ministério da Saúde, Brasília, Brasil, 2009.

BRITO, Rosana A. Sa. **Desafios da inclusão: vivências de educadores com deficiência ou com surdez**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, 2014.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecológica do desenvolvimento humano: tornado os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre, RS. Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre, Arte Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela. A. The ecology of developmental process. In W. Damon (Series Ed) & R. M. Lerner (Vol. Ed.), **Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development** (5th Ed., PP. 993-1028). New York: John Wiley, 1998.

BRONFENBRENNER, Urie; CECI, Stephen J. Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. **Psychological Review**, vol. 101. No. 4. 568-586. By the American Psychological Association, 1994. Inc. 0033-295X/94/S3.00.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornado os seres humanos mais humanos**. Artmed. Porto Alegre. RS, 2011.

BUSS, Arnold. H. **Self-consciousness and social anxiety**. San Francisco, CA: Freeman, 1980.

CAMPBELL, Jennifer D; LAVALLEE, Loraine F. **Who am I? The role of self-concept confusion in understanding the behavior of people with low self-esteem.** In R. F. Baumeister (Ed.), *Self-esteem: The puzzle of low self-regard* (pp. 3–20). New York: Plenum Press, 1993.

CAMPBELL, Jennifer D. Self-esteem and clarity of the self-concept. **Journal of Personality and Social Psychology**, 59, 538–549, 1990.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, set/out;57(5):611-4. Brasília (DF), 2004.

CARA, Anderson Tiago de.; NEME, Carmem Maria B. Estudo documental de crianças vítimas de violência sexual: avaliação dos indicadores de comprometimento emocional segundo Koppitz. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil - V. 36, nº 91, p. 383-399, 2016.

CARDOSO, Diana Carolina Isidoro Logrado; CANIÇO, Hernani P. **Abuso sexual infantil.** Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

CARNEIRO, Rachael S.; FREIRE, Rosana. **Um estudo da relação entre violência psicológica e autoestima.** *Conexões Psi*, v. 3, n. 1, p. 34-48, jan./jun, 2015. RJ. ISSN 2318-2903.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora: o abuso sexual contra meninos.** Tese de doutorado – programa de pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2016.

CARVALHO, Lusanir Souza. **A violência sexual na adolescência: significados e articulações.** Tese de Doutorado - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica - FIOCRUZ - Biblioteca de Saúde Pública, 2012.

CARVALHO, Claudia Maciel. **Violência infanto-juvenil, uma triste herança.** In: *A violência na sociedade contemporânea* [recurso eletrônico]. Org. Maria da Graça Blaya Almeida. – Dados eletrônicos. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2010.

CARVER, Charles S. ‘Self-awareness’. In M.R. Leary & J.P. Tangney (Eds.), **Handbook of Self and Identity.** New York: Guilford Press, 2002.

CASTRO, Vaninio B.; BARICHELO, Marta R. A. Gestão dos microssistemas no ambiente sócio escolar: percepção de alunos e alunas do ensino técnico da rede pública federal de Palmas-TO. Regae: **Rev. Gest. Aval. Educ. Santa Maria** v. 2 n. 3 Jan./jun. p. 45-64, 2013.

BRINO, Raquel; WILLAMS, Lucia C. A. **Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil.** Universidade Federal de São Carlos, 2003.

CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Silvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp., p. 45-54, Maringá, 2003.

CHEJTER, Silvia. **Lugar Común: la prostitución**. 1ª edición, Buenos Aires. Eudeba, 2011.

CLONINGER, Susan. **Teorías de la personalidad**. Pearson Educación. Área: Universitarios. México, 2003. ISBN: 970-26-0228-9.

COELHO, Elza Berger S.; SILVA, Ana Carolina L.Grüdtner; LINDNER, Sheyla Rubia. **Violência: definições e tipologias** [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, — Florianópolis, 2014.

COON, Denis; MITTERER, John O. **Introducción a la psicología: el acceso a la mente y la conducta**. Mapas conceptuales y comentarios, 13a. ed. Cengage Learning Editores, S.A, México, D.F, 2016.

CORRÊA, Cristina R. G. Lpoes. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro: 379-386, 2017.

CÓTICA, Carolina Santini; XAVIER, Gabriela Medina; EYGO, Hudson. O abuso sexual e desenvolvimento do self: um olhar centrado na pessoa. **Humanidades e Inovação**, ano 2, n. 2, ago./dez. Palmas. TO, 2015. Disponível em: [www.http//revista.unitins.br](http://revista.unitins.br)

COOLEY, Charles Horton. (1983). **Human nature and the social order**. New York: C. Scriber. (Original publicado em 1902).

COZBY, Paul. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento** / Paul C. Cozby; tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta ; revisão técnica José de Oliveira Siqueira. -- São Paulo : Atlas, 2003.

CUNHA, Edite Penha; SILVA, Eduardo Moreira.; GIOVANETTI, Maria A. G. Castro. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR**. Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CYPEL, Saul. **Fundamentos do desenvolvimento infantil: da gestação aos 3 anos**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011.

DAHLBERG, Linda. I.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. 1163-1178. 2014.

DALE, Gregory. A. Existencial phenomenology: emphasizing the experience of the athlete in sport psychology research. **The Sport Psychologist**, 10, p. 307-321. 1996.

DAMÁSIO, Antonio. **O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções do conhecimento de si**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DANCEY, Christine; REIDY, Jonh. **Estatística sem matemática para psicologia: Usando SPSS para Windows**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DANNEFER, Dale. **The Role of the Social in Life-Span Developmental Psychology, Past and Future: Rejoinder to Baltes and Nesselrode** Author(s): Source: American Sociological Review, Vol. 49, No. 6 (Dec., 1984), pp. 847-850 Published by: American Sociological Association Stable, 1984. Disponível: URL:<http://www.jstor.org/stable/2095534>.

DE ANTONI, Clarissa; YUNES, Maria Angela Mattar; HABIGZANG, Luísa; KOLLER, Siçvia Helena. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estudos de Psicologia I**, 28(1) I 97-106 I janeiro – março. Campinas, SP, 2011.

DENNETT, Daniel. C. **Consciousness explained**, Boston: Little Brown, 1991.

DEMO, David. H. The Self-Concept Over Time: Research Issues and Directions. **Annual Review of Sociology**, Vol. 18), pp. 303-326. Published by: Annual, 1992.

DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena. **O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico**. Educar, Curitiba, n. 36, p. 65-76, Editora UFPR, 2010.

DOURADO, Miguel A. Serra. **A construção da subjetividade na teoria de Jean Piaget: correlações entre ciência e filosofia**. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Educação, Salvador, BA, 2009. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>

DURVAL, Serlley; WICKLUND, Robert. **A theory of objective self-awareness**. New York: Academic, 1972.

DREZETT, jerrfeson. **Violência sexual como problema de saúde pública. Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Stella R. Taquette (org.). – Rio de Janeiro: EdUERJ., 200p., 2007. ISBN 978-85-7511-107-9.

ESPÍDULA, Joelma Ana Gutiérrez; GOTO, Tommy Akira. **Algumas reflexões sobre a fenomenologia e o método fenomenológico nas pesquisas em psicologia**. In: Psicologia fenomenológica e saúde: teoria e pesquisa/ Joelma Ana Gutiérrez Espíndula, organizadora. Boa Vista : Editora da UFRR, 2019. [E-book]. ISBN: 978-85-8288-199-6.

ETTEKAL, Andrea Vest; MAHONEY, Joseph. L. Ecological Systems Theory. In: **The SAGE Encyclopedia of Out-of-School Learning**. April 11, 2017 Publishing Company: SAGE Publications, Inc. City: Thousand Oaks, 2017. ISBN: 9781483385211 Online ISBN: 9781483385198 DOI: <http://dx.doi.org/10.4135/9781483385198.n94>.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da personalidade**. Tradução: Odette de Godoy Pinheiro ; tradução de Camila Pedral Sampaio, Sybil Safdié. - São Paulo: HARBRA,1986.

FALEIROS, Vicente Paula. Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Goiânia, Anais. Goiânia: CFESS, p. 267-271, 1998.

FALEIROS, Eva T. S. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo**. In: LIBÓRIO, Renata; SOUZA, Sônia (Org.). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

FALEIROS, Eva T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília (DF): Thesaurus, 2000.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo; GOTO, Tommy Akira. É possível a fenomenologia de Husserl como método de pesquisa em psicologia? **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Vol. 32 n. 4, pp. 1-9. e32421, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3241>.

FENIGSTEIN, Allan; SCHEIER, Michael F.; BUSS, Arnold. Public and private selfconsciousness: Assessment and theory. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 43, 4, 522-527, 1975.

FERREIRA, Claudia Passos. **Origens da interioridade, autoconhecimento e externalismo**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

FISHER, Alessandra G. Cate; HURCOMBE, Clarice Soares Rachael. **The impacts of child sexual abuse: a rapid evidence assessment**. IICSA Research Team, 2017.

FLEURY, Sônia; BICUDO, Valéria; RANGEL, Gabriela. Reacciones a la violencia institucional: estrategias de los pacientes frente al contraderecho a la salud en Brasil. **Salud Colectiva**, Buenos Aires, 9(1):11-25, 2013.

FLORENTINO, Bruno R. Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>

FONTES, Luiz Felipe Campos; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; MACHADO, Stefhano. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(9):2919-2928, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017229.11042017. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.11042017>.

FREUD Sigmund. **A dinâmica da transferência** (1912). In: Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD Sigmund. (1905/1976). **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade**. In J. Strachey (Ed. e Trad.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 7, pp.118- 217). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança: Uma Abordagem Multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GABATZ, Ruth I. B.; SCHWARTZ, Eda; MILBRATH, Viviane M.; ZILLMER, Juliana G. Vesten; NEVES, Eliane T. **Teoria do apego, interacionismo simbólico e teoria**

**fundamentada nos dados: articulando referenciais para a pesquisa.** Texto Contexto Enferm, 26(4): e1940017, 2017. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1590/010407072017001040017>

GARBARINO, James; ECKENRODE, John. (Orgs.). **Understanding abusive families: Ecological approach to theory and practice.** San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

GAZZANIGA, Michael S; HEATHERTON, Tood F. **Ciência psicológica: Mente, cérebro e comportamento.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

GAZZANIGA, Michael S; HEATHERTON, Tood F. **Psychological science: Mind, brain, and behavior.** New York: W. W. Norton, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Rio de Janeiro (RJ): Vozes; 1997.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GELAIN, Denise. **O teste de Zulleger-SC na avaliação da violência sexual infanto-juvenil.** Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade São Francisco. – Campinas, SP, 2019.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: on outline of the theory of structuration.** Cambridge/Berkeley: University of California Press, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Profiles and critiques in social theory.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1982.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e teoria social.** São Paulo: Unesp, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GIORGI, Amadeo; SOUSA, Daniel. **Método fenomenológico de investigação em psicologia.** Lisboa: Fim de século, 2010.

GIORGI, Amadeo; GIORGI, Barvrio; MORLEY, James. **The descriptive phenomenological psychological method.** BK-SAGE-WILIG\_STANTON-170067-Chp11.indd 176. ResearchGate, 2017. <https://www.researchgate.net/publication/318451180>.

GOMES, William B.; TEIXEIRA, Marcos A. P. Escala de autoconsciência - revisada (EAC-R): Características psicométricas numa amostra de adolescentes brasileiros. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 48(2), 78-92, 1996.

GONZÁLES, German A. Seelback. **Teorías de la personalidad.** ISBN 978-607-733-193-3 Primera edición: Red Tercer Milenio, Estado de México, 2013.

GOTO, Tommy Akira. **Introdução à psicologia fenomenológica – A nova psicologia de Edmund Husserl**. São Paulo: Paulus, 2007.

GRANT, Anthony M., FRANKLIN, John; LANGFORD, Peter. (2002). **The Self-Reflection and Insight Scale: A new measure of private self-consciousness**. *Social Behavior and Personality*, 30(8), 821-835, 2002. Disponível em: [http://www.findarticles.com/p/articles/mi\\_qa3852/is\\_200201/ai\\_n9035200#](http://www.findarticles.com/p/articles/mi_qa3852/is_200201/ai_n9035200#).

GREINERT, Bruna R. Milhorini; MARQUES, Andrea Grano; MILANI, Rute Grossi. O cuidado familiar e social na promoção da saúde da criança vítima de violência doméstica. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, v.15 n.27; p. 2018. Goiânia, GO, 2018.

GUDORF, Christine E. Corpo, self e identidade sexual: reflexões baseadas nas evidências atuais. Trad. Adriana T. Nogueira e Neusa C. S. Steiner. **Revista de Estudos da Religião** Nº 3/ pp. 118-155, 2005. ISSN 1677-1222. [www.pucsp.br/rever/rv3\\_2005/p\\_gudorf.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2005/p_gudorf.pdf).

GUIMARÃES, Lucas Dannilo Aragão. **Construção e evidências de validade da escala de reações traumáticas a eventos estressores (ERTES)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco, Campinas, SP, 2017.

GUTTMAN, Louis. **A general nonmetric technique for finding the smallest coordinate space for a configuration of points**. *Psychometrika*, 33, 469-504, 1968.

HABIGZANG, Luiza Fernanda; CORTE, Fabiana Dala; HATZENBERGER, Roberta; STROEHER, Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência**, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/prc](http://www.scielo.br/prc).

HADDAD, Lenira. **A ecologia do atendimento infantil: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação**. (Tese Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1997.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Editora Vozes, Petrópoles, 2003.

HALL, Calvin S.; LINDZEY, Garder; CAMPBELL, John. B. **Teorias da personalidade**. 4ª Edição. Editora Artmed, 2000.

HART, Daniel; DAMON, William. **Developmental trends in self-understanding**. *Social Cognition*, 4, 388-407, 1986.

HARTER, Susan. The development of self-representation. Em W. Damon (Org. Série) e N. Eisenberg (Org. Vol.), **Handbook of child psychology: Vol.3. Social, emotional, and personality development**. (5ªed., pp. 553-617). New York: John Wiley & Sons, 1998.

HÉBERT, Martine; LAVOIE, Francine; BLAIS, Martin. Post Traumatic Stress Disorder/PTSD in adolescent victims of sexual abuse: resilience and social support as protection factors. **Cien Saude Coletiva**. 2014 March ; 19(3): 685–694. CIHR Author Manuscript, 2015.

HILLIS, Susan; MERCY, James; AMOBI, Adaugo; HOWARD Kress. **Global Prevalence of Past-year Violence Against Children: A Systematic Review and Minimum Estimates**. Author manuscript Pediatrics. May 02. Mar; 137(3): e20154079, 2016. doi:10.1542/peds.2015-4079.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS, Naiana Dapieve. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.49, p.239-257, janeiro./junho, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>.

HOHENDORFF, Jean Von. **Dinâmica da violência sexual contra meninos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre, RS, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luisa Feranda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências**. Psicologia USP, São Paulo, 23(2), 395-415, 2012. <https://www.researchgate.net/publication/233734073>.

HOHENDORFF, Jean Von; SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. **Contextos Clínicos**, 8(1):46-54, jan-jun, 2015. doi:10.4013/ctc.2015.81.05.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral á fenomenologia pura**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

JAMES, William. (1950). **The Principles of Psychology**. Vol. 1. New York: Dover. Originally published in 1890.

JAMES, William.(1890/1983). **The Principles of Psychology**. Cambridge, MA: Harvard University Press (with introduction by George A. Miller).

JEFFREYS, Sheila. (2011). **La industria de la vagina**. 1ª edición. Paidós. Buenos Aires.

JIN HUH, Diana M.; CAVALINI, Santuza Fernandes S. Consequências do abuso sexual no processo de desenvolvimento da criança: contribuições da teoria psicanalítica. **VII Jornada de Iniciação Científica**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

JOHNSON, Eileen. S. Ecological Systems and Complexity Theory: Toward an Alternative Model of Accountability in Education. **Complicity: An International Journal of Complexity and Education**. Vol 5, n. 1, pp. 1- 10, 2008. [www.complexityandeducation.ca](http://www.complexityandeducation.ca).

JULIANO, Maria Cristina C.; YUNES, Maria A. Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 3 n p. 135-154 n jul.-set, 2014.

JUNIOR, Francisco S. Pereira. **Ayahuasca, autoconsciência e bem-estar psicológico: um estudo sobre a (in)congruência religiosa**. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva – UFPE. Pernambuco, 2014.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual** / Fred N. Kerlinger; [tradução Helena Mendes Rotundo; revisão técnica José Roberto Malufe]. São Paulo: EPU, 1979.

KIRCHER, Tilo; DAVID, Anthony. **The Self in Neuroscience and Psychiatry**. Cambridge. University Press, 2003.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi. Manzinni., e HABIGZANG, Luiza Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínicos**, vol. 9, n. 1, Jan-Jun. Unisinos, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v9n1/v9n1a06.pdf>.

KRISHNAN, Vijaya. **Early Child Development: A Conceptual Model. Early Childhood Council Annual Conference 2010**, “Valuing Care”. Christchurch Convention Centre, Christchurch, New Zealand, 2010.

LADEIA, Priscila S. Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; MELO, Elza Machado. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Rev Médica**. 26 (Supl 8): S398-S401. Minas Gerais, 2016.

LALONI, Diana Tosello. **Escala de Avaliação de Sintomas90-R-SCL-90-R: Adaptação, precisão e validade**. Tese de Doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, 2001. [www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/)

LAMPREIA, Carolina. **As propostas anti-mentalistas**. PUC-Rio. Certificação digital 8526601/CA, 1992.

LEAL, Maria Lucia Pinto. (Org). **Exploração Sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe**. 2ª. Ed. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações da Criança e do Adolescente/ DF- CECRIA - Relatório Final, 1999.

L'ÉCUYER, René. **La genèse du concept de soi: théorie et recherches**. Editions Naaman, Sherbrooke, 1975.

L'ÉCUYER, René. **El concepto de sí mismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1985.

LEITE, Maria T. S.; FIGUEIREDO, Maria F. S.; DIAS, Orlene V; VIEIRA, Maria A.; SOUZA, Luiz P. S.; MENDES, Danilo C. Ocorrência de violência contra a mulher nos diferentes ciclos de vida. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** jan.-fev, 2014. DOI: 10.1590/0104-1169.3186.2388.

LERNER, Rixhard M. **Concepts and theories of human development** (3 rd. Ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2002.

LEWI, Claudia. **El secreto tóxico: aprendizaje y silencio**. 1ª edi – Universidad del Salvador – USAL, 2013, Buenos Aires, Argentina, 2013. ISBN: 978-950-592-163-8.

LIBORIO, Renata M. Coimbra; SOUZA, Sônia M. Gomes. (Org). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

LIDIO, Souza; FREITAS, Maria F. Quintal; RODRIGUES, Maria M. Ferreira. **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. Casa do Psicólogo, São Paulo – SP, 1998.

LIMA, Joana Azevedo; ALBERTO, Maria F. Pereira. Urgências psicológicas no cuidado às mães em casos de abuso sexual intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, vol. 21, núm. 3, jul-sep, pp. 337-347 UFRGN, Natal, RN, 2016. ISSN: 1413-294X. Disponível: revpsi@cchla.ufrn.br

LIRA, Margaret O. S. C.; RODRIGUES, Vanda P.; RODRIGUES, Adriana D.; COUTO, Telmara M.; GOMES, Nardilene P.; DINIZ, Normélia M. F. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto Contexto Enfermagem**, 26(3):0080016, 2017. doi.org/10.1590/0104-07072017000080016. <http://www.scielo.br/pdf/tf>

LÓPEZ, José Manoel Touriñán; ALONSO, Rafael Sáez. La metodología de investigación y la construcción del conocimiento de la educación. **Revista Galega de Ensino**, ano 14, nº 48, Marzo, 2006. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?q=L%C3%B3pez+Alonso,+2006+-+metodologia&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar?q=L%C3%B3pez+Alonso,+2006+-+metodologia&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar)

LORDELLO, Sílvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico. **Contextos Clínicos**, 7(1): 94-104, jan-jun, 2014. Doi: 10.4013/ctc.2014.71.09.

LORDELLO, Sílvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia, UCDB - Campo Grande, MS. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 5, n. 2, jul. /dez., p. 127-135, 2013. ISSN: 2177-093X.

LOUREIRO, Sandra Cristina Fonseca. **Prevenção da Violência nas Diferentes Formas dos Ciclos de Vida – O papel do Assistente Social nas (EPVA) nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários – ARSLVT, IP: Um estudo de caso**. Dissertação de Mestrada em Serviço Social. Instituto Universitário de Lisboa – Potugal, 2016.

LUCENA, Kerle. D. Tavares; DEININGER, Layza S. Chaves; COELHO, Hermílio F. Campos; MONTEIRO, Alisson. C. Cunha; VIANNA, Rodrigo P. Toledo; NASCIMENTO, João Agnaldo. **Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher**. J. Hum Growth Dev. 139-146, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>

LUNA, Geisi L. M.; GAMA, Semira V.; MOREIRA, Deborah P.; CAVALCANTE, Alexandre G. B.; LUNA, Alina A.; VIEIRA, Luiza Jane E. S.. **Fatores associados ao conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente por profissionais de saúde na notificação da violência**. In: **Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos** [livro eletrônico]. Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Deborah Pedrosa Moreira, Samira Valentim Gama Lira (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2016.

MACHADO, Daniele Z.; MALUCELLI, Andrea; CARVALHO, Debora R.; BARTOSZECK, Amauri B. Desenvolvimento da imagem corporal interna por meio da perspectiva de amann-gainotti: uma visão desenvolvimental. **Boletim de Psicologia**, vol. IXi, n. 135: 233-248, 2011.

MAGALHÃES, José Hugo Gonçalves; NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros. Morte, cultura, heavy metal e experiência interna: sensação e afetividade. **Psicologia em Estudo**, 22(2), 175- 186, 2017.

MAGNI, Ana Carolina Cordeiro; CORREA, João Jorge. **Infância e Violência Sexual: um olhar sobre a vulnerabilidade da criança**. *Pleiade*, 10(19): 53-60, Jan./Jun. São Paulo, SP 2016.

MARTINS, Christine. B. Godoy; JORGE, Maria Helena P. Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto Contexto Enferm**, Abr-Jun; 19(2): 246-55. Florianópolis, SC, 2010.

MARKUS, Hazel; CRANE, Marie; BERNSTEIN, Stan; SILADI, Michael. Self-Schemas and Gender. **Journal of Personality and Social Psychology**. Vol. 42, No. 1, 38-50, 1982.

MEAD, Geroge Herbert **Mind, Self, and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MEAD, Geroge Herbert. **Evolution becomes a general idea**. In: Strauss, A. George Herbert Mead on Social Psychology (pp.3-18). Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1969.

MEAD, Geroge Herbert. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962 (Trabalho original publicado em 1934).

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo. Editora Perspectiva S.A, 2000.

MEAD, Margaret. **Blackberry Winter: My Earlier Years**. New York: William Morrow, 1972. ISBN 0-688-00051-7.

MELLO, Leonardo Cavalcante Araújo, DUTRA, Elza. Abuso sexual contra crianças: em busca de uma compreensão centrada na pessoa. **Revista da Abordagem Gestáltica**, XIV(1): 39-47, 2008.

MINAYO, Maria Cecília Souza; SOUZA, Edinilsa.Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências e Saúde**. Vol IV. Fiocruz – Rio de Janeiro, 1998.

MINAYO, Maria Cecília Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, nº 10, pp. 7-18. Suplemento 1,1994.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Impactos da violência na saúde: conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde**, 2006. Disponível em: [www.violencia.minayo.pdf](http://www.violencia.minayo.pdf).

MINAYO, Maria Cecília Souza; SOUZA, Edinilsa.Ramos. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**, nº 9, pp. 65-78, 1993.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Análise da produção intelectual brasileira sobre violência e saúde**. Rio de Janeiro, Panorama Ensp, 1990.

MORAIS, Normanda A.; CERQUEIRA-SANTOS, Elder; MOURA, Andreíma S.; VAZ, Marlene; KOLLER, Silvia H. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um

Estudo com Caminhoneiros Brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 23 n. 3, pp. 263-272, 2007.

MORGADO, Rosana. **Abuso sexual incestuoso: seu enfrentamento pela mulher/mãe**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 2001.

MORIN, Alain. Levels of consciousness and self-awareness: a comparison and integration of various neurocognitive views. **Consciousness and Cognition**, 15(2), 358-371, 2006.

MORIN, Alain. Possible links between self, self-awareness and inner speech: Theoretical background underlying mechanisms and empirical evidence. **Journal of Consciousness Studies**, 12 (4-5), 115-134, 2005.

MORIN, Alain. Imagery and self-awareness: a theoretical note. **Theory and Review in Psychology**, 1998. <http://www.gemstate.net/susan/Imagry2.htm>

MORIN, Alain. A neurocognitive and socioecological model of self-awareness. **Genetic, Social and General Psychology Monographs**, 130(3)-197-222, 2004. <https://doi.org/10.3200/MONO.130.3.197-224>.

MORIN, Alain. Self-awareness deficits following loss of inner speech: Dr. Jill Bolte Taylor's case study. **Consciousness and Cognition**, 18(2), 524-529, 2009.

MORIN, Alain. A neurocognitive and socioecological model of self-awareness. **Genetic, Social, and General Psychology Monographs**, 130 (3), 197-222, 2004. <https://doi.org/10.3200/MONO.130.3.197-224>.

MORIN, Alain. Self-Awareness review part 1: do you are self-reflective or selffruminative? **Science and Consciouness Review**. Dec., 1, 2002.

MORIN, Alain. **Levels of Consciouness**. **Science & Consciouness Review**, 2, 2004.

NARVAZ Martha Giudice; KOLLER Silvia Helena. **O modelo bioecológico do desenvolvimento humano**. In: Koller SH, (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo; p. 51-65, 2004.

NASCIMENTO, Alexsandro M.; ROAZZI, Antonio. Autoconsciência, Imagens Mentais e Media com Cognitive. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 26(3), 493-505, 2013.

NASCIMENTO, Alexsandro M.; ROAZZI, Antonio. Religiosidade e o desenvolvimento da autoconsciência em universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 69 (2): 121-137, 2107.

NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros. **Autoconsciência Situacional, Imagens Mentais, Religiosidade e Estados Incomuns da Consciência: Um estudo sociocognitivo**. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NASCIMENTO, Alexsandro M. **Autoconsciência, Imagens Mentais e Experiências Místicas: a Religiosidade nos processos de (re)construção do Self**. Projeto de Pesquisa.

Universidade Federal de Pernambuco, departamento de psicologia, pós-graduação em psicologia cognitiva. Registro CEP/CCS/UFPE No 337/10, 2010.

NERI, Anita Liberalesso. **Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional.** (Org.) Malloy-Diniz, L. F.; Fuentes, D.; Cosenza, R. M. Porto Alegre: Artmed, 2013. 456p, 2013.

NÚÑEZ-PEÑA, M. Isabel. **Diseño de Investigación en Psicología.** Departamento de Metodología de las Ciencias del Comportamiento. Facultad de Psicología Universidad de Barcelona. España, 2011. Disponível em:  
[http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/20322/1/Dise%C3%B1o\\_de\\_investigaciones.pdf](http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/20322/1/Dise%C3%B1o_de_investigaciones.pdf).

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda C. Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(3):871-880, 2016. DOI: 10.1590/141381232015213.08182014

OSIS, Maria José Duarte; DUARTE, Graciana Alves; FAÚNDES, Anibal. Violência entre usuárias de unidades de saúde: prevalência, perspectiva e conduta de gestores e profissionais. **Rev Saúde Pública**, 2011. Disponível em: [www.scielo.br/rsp](http://www.scielo.br/rsp)

OLIVEIRA, Denise Cabral Carlos; RUSSO, Jane. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [ 3 ]: 579-604, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000300011>.

OLIVEIRA, Fernanda Soares; ARAÚJO, Lucian Matias; SILVA, Luciano Lucindo; CRISPIM, Zeile da Mota.; LUCINDO, Valéria Borges D. Batista; OLIVEIRA, Lucas Nonato. **violência doméstica e sexual contra a mulher: revisão integrativa.** Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica/Anápolis---GO, 2017. DOI: 10.15628/holos.2017.1903.

PAPALIA, Diane E; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento humano.** [recurso eletrônico] tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.]; 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sallys Wendko; FELDEMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano.** Editora Artmed. Porto Alegre. RS, 2006.

PALHARES, Marcelo Fadori Soares; SCHWARTZ, Gisele Maria. **A violência. In: Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 11-26. ISBN 978-85-7983-742-5. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

PÁRAMO BERNAL, Pablo Fernando. **Teoria das facetas: guía metodológica para la recolección de opiniones dentro del processo de autoevaluación institucional.** *Pedagogia y saberes*, nº. 12, 1999.

PASQUALI, Luiz. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação.** Petrópolis: Vozes, 2003.

PEQUENO, Marconi. Violência e Direitos Humanos. **Revista Filos**, v. 28, n. 43, p. 135-146, jan./abr. Aurora, Curitiba, 2016. DOI: 10.7213/aurora.28.043.DS07 - ISSN 0104-4443.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Elida Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria** - Vol. 81, Nº5(supl), 2005. Doi:0021-7557/05/81-05-Supl/S19.

PEREIRA, Paula dos Santos. **Mulheres em situação de violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Goiás, 2017.

PERRY, Andrea R.; DILILLO, David. K. Child Sexual Abuse. The Encyclopedia of Domestic Violence, Nicky Ali Jackson, editor. **New York & London: Routledge**, Pages 147–156. Psychology, Department of Faculty Publications, Department of Psychology University of Nebraska – Lincoln, 2007. file:///www.Child\_Sexual\_Abuse.pdf.

PETERS, Gabriel. Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.21.2, 2014, p.168-194.

PINTO, José Reinaldo *et al.* **Notificação de maus tratos em crianças e adolescentes pelos profissionais da atenção básica nas regiões de saúde no sertão central cearense**. In: Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos [livro eletrônico]. Luiza Jane E. S. Vieira, Deborah Pedrosa Moreira, Samira Valentim G. Lira (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2016.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena. **Gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu (25), julho/dezembro, pp.7-23 2005.

PISCITELLI, Adriana. **Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual**. Cadernos Pagu (25), 2005.

PISCITELLI, Adriana. **¿Actuar la brasileñidad? Tránsitos a partir del mercado del sexo**. Piscitelli Etnográfica, 2001.

PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel N. **Introdução: transitando através de fronteiras**. In: Piscitelli, Adriana, Assis, Gláucia Oliveira e Olivar, José Miguel Nieto. Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero/PAGU/Unicamp, pp.5-3, 2011.

PLATT, Vanessa Borges; BACK, Isabela Carlos; HAUSCHILD, Daniele Barbieri; GUEDERT, Jucélia Maria. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**. 23(4):1019-1031, 2018. DOI:10.1590/1413-81232018234.11362016. disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>.

PRADO, Maria do Carmo Cintra Almeida. (Org.). **O mosaico da violência**. São Paulo: Vetor, 2004.

ROAZZI, Antonio. Conceitos e processos de construção do mundo – procedimentos de classificações múltiplas para o estudo de sistemas conceituais e sua forma de análise através de métodos multidimensionais. **Cadernos de Psicologia**, nº 01, 1995.

ROGERS, Carl. **A terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

ROMARO, Rita Aparecida; CAPITÃO, Caudio Garcia. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

ROSA, Edinete. Maria; TUDGE, Jonathan. Urie Bronfenbrenner's Theory of Human Development: Its Evolution From Ecology to Bioecology. **Journal of Family Theory & Review** 5 (Dec.): 58 243, 2013. DOI:10.1111/jftr.12022.

ROSENBERG, Morris. **Society and the adolescent self-image**. Princeton: Princeton University Press, 1965.

SAFFIOTI, Heleiete. **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: IGLU Editora LTDA, 1989.

SAFFIOTI, Heleiete; ALMEIDA, Suelly Souza de. **Violência de Gênero**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAID, Amanda Pinheiro; COSTA, Liana Fortunato. **Family Dynamics of Boys Victims of Sexual Abuse**. Paidéia, vol. 29, e, 2908. (online version), 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2908ISSN1982-4327>.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e profissionais para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SCHLÖSSER, Adriano; ROSA, Gabriel Fernandes Camargo; MORE, Carmem Leontina Ojeda. Revisão: Comportamento Suicida ao Longo do Ciclo Vital. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, Vol. 22, nº 133, 1-145, 2014. DOI: 10.9788/TP2014.1-11 / ISSN 1413-389X.

SCHRAIBER, Lília Blima; BARROS, Claudia; D'ÓLIVEIRA, Ana Flávia Lucas; PERES, Maria F. Tourinho. A Revista de Saúde Pública na produção bibliográfica sobre Violência. **Revista Saúde Pública**; 50:83, 2016. Disponível em: <http://www.rsp.fsp.usp.br>

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sidney Ellen. **Teorías de la personalidad**, 9a ed. Edi to res, S.A. de C.V., una compañía de Cengage Learn ing, Inc. México, D.F, 2010.

SCHEIER, Michael F.; CARVER, Charles S.; GIBBONS, Frederich X. **Self-focused attention and reactions to fear**. Journal of Research in Personality, 15(1), 1–15, 1981. Disponível em: [http://doi.org/10.1016/0092-6566\(81\)90002-7](http://doi.org/10.1016/0092-6566(81)90002-7).

SERAFIM, Antonio Pádua; SAFFI, Fabiana; RIGONATTI, Sergio Paulo; CASOY, Iliana; BARROS, Daniel Martins. **Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças**. Rev Psiq Clín. 36(3):105-11, 2009.

SIEBRA, Danielle X.; BARROSO, Marianna L.; MELO, Antonio Marlos D. M.; LANDIM, José M. M.; OLIVEIRA, Gislene F. Os Prejuízos causados à Saúde Mental e à vida sexual

adulta das mulheres vítimas de Abuso Sexual na infância. **Rev.Mult. Psic.**, vol.13, n.46, p. 359-378, 2019. ISSN: 1981-1179. DOI: <http://10.14295/online.v13i46.1890>.

SHAFFER, David R; KIPP, Katherine. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência** / [tradução Marta Reyes Gil Passos] ; revisão técnica Claudia Broetto Rossetti, Otávio Augusto de Melo. -- 2. ed. -- São Paulo : Cengage Learning, 2012.

SILVA, Ilma Ribeiro. **Abuso e trauma**. São Paulo: Vetor - Editora Psicopedagógica, 2000.

SILVA, Elaine Cavalcante; MONTEIRO, Carla Fernanda Barbosa. Mulheres vítimas de violência intrafamiliar um olhar sobre o resgate da autoestima através do processo de resiliência. **Revista UNINGÁ Review**. Vol.23,n.3; Jul – Set, 2015. ISSN online 2178-2571.

SILVA, Ivna Zaíra. F. *et al.* **Conjuntura da notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes pelos profissionais da Estratégia Saúde da Família em regiões de saúde cearenses**. In: Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos [livro eletrônico]. Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Deborah Pedrosa Moreira, Samira Valentim Gama Lira (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2016.

SILVIA, Paul J.; DUVAL, T. Shelley. Objective self-awareness theory: Recent progress and enduring problems. **Personality and Social Psychology Review**, 5, 230–241, 2001.

SOARES, Elaine M. R.; SILVA, Nhataly L. S.; MATOS, Maria A. S.; ARAUJO, Ellen T. H.; SILVA, Luana R.; LAGO, Eliana C. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Rev. Interdisciplinar**, v. 9, n. 1, p. 87-96, jan. fev. mar, 2016. ISSN 2317-5079. Disponível em: [www.http://perfil/da/violencia/sexual.pdf](http://www.http://perfil/da/violencia/sexual.pdf).

SOLTO, Daniella F.; ZANIN, Luciane; AMBROSANO, Glauia M. B.; FLÓRIO, Flávia M. Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendências decorrentes da Lei nº 13.010. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 71(suppl 3):1313-23, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0048>.

SOUZA, Renata Floriano. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, 25(1): 422, janeiro-abril, Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.

SOUZA NETO, Eptacio Nunes. **Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife**. Dissertação de Mestrado/Programa de Pósgraduação em Psicologia- UFPE, 2009.

SOUZA NETO, Eptacio Nunes; RIOS, Luis Felipe. Apontamentos para uma economia política do cu entre trabalhadores sexuais. **Revista Psicologia & Sociedade**, 27(3). 2015.

SOUZA NETO, Eptacio Nunes; VIANA, Nornamdo José Queiroz. A Invisibilidade do Masculino: Reflexões sobre o Lugar dos Meninos nos Estudos Brasileiros Sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Rev. Eletrônica Sociedade Administração e Contemporaneidade - RESAC**. Ano 03. Vol. 03. ISSN. 2237-0528. 2015.

STELTER, Reinhard. The transformation of body experience into language. **Journal of Phenomenological Psychology**, v. 31, n. 1, p. 63-77, 2000.

TAMAYO, Alvaro. EFA: **Escala Fatorial de Autoconceito**. Arq. bras. Psic., Rio de Janeiro, 33 (4):87-102, Olt./dez. 1981.

TAVEIRA, Maria do Ceu; OLIVEIRA, Íris Martins; ARAÚJO, Alexandra Mendes. Ecology of Children's Career Development: A Review of the Literature. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Vol. 32 n. 4, pp. 1-10. e324211, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e32411>.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, Robert. **Introducción a los Métodos Cualitativos de Investigación: la búsqueda de significados**. Ediciones Paidós Ibérica, S.A. Barcelona/ES, 1994.

TEIXEIRA, Monica G.; NASCIMENTO, Alexsandro M.; ROCHA, Sabrina A. F. F.; SILVA JR, Renê M; TAISSUN, Amin S. Autoconsciência situacional, personalidade e autoconceito em universitários do curso de Direito. **16º Encontro Nacional ABRAPSO ABRAPSO - Campus Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**, Recife, 2011.

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar**. Saúde Global – Uberlândia – MG, 2013. [www.saudeglobalpsicologia.blogspot.com.br](http://www.saudeglobalpsicologia.blogspot.com.br).

TOLEDO, Luciano Medeiros; SABROZA, Paulo Chagastelles. (org.). **Violência: Orientações para Profissionais de Atenção Básica de Saúde** - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro/RJ, 2013.

TRAPNELL, Paul. D.; CAMPBELL, Jennifer. D. **Private Self-consciousness and the five-factor model of personality: distinguishing rumination from reflection**. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(2), 284, 1999.

ULLOA, Fresia. Violencia familiar y su impacto sobre el niño. **Rev. Chil. Pediatr.** 67 (4); 183-187, 1996.

UNGARETTI, Maria America. **Criança e adolescente: direitos, sexualidades e reprodução**. Associação Brasileira de Magistrados, Produradores de Justiça e Defensores Públicos – ABMP. São Paulo, 2010.

UNICEF. **Quando e estado agride a criança: torturas, grupos de extermínio, negligência nos abrigos, descaso do Poder Judiciário: essas práticas continuam sendo rotina e vitimizam jovens em todo o país**. *Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD)*, 2017.

VALLE, Tânia Gracy Martins; MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. **Psicologia do desenvolvimento humano e aprendizagem**. Associação Brasileira de Editoras Universitárias – ABEU. Editora UNESP – São Paulo, SP, 2011.

VALLE, Tânia Gracy Martins de. **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 222 p. ISBN 978-85-98605-99-9. Available from SciELO Books, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

VIANA, Normando José Queiroz. **“É tudo psicológico/dinheiro/pruuu e fica logo duro!” - desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CFCH. Psicologia, 2010.

VIANA, Normando José Queiroz. **Autoconsciência e padrões de atratividade no ciclo vital de homens e mulheres de orientação sexual homo e heteroafetiva**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2016.

VIEIRA, Luíza Jane Eyre de Souza; MOREIRA, Deborah Pedroza; LIRA, Samira Valentim Gama. (orgs). **Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos** [livro eletrônico]. Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE. Fortaleza – Ceará, 2016.

VIOTTO FILHO, Irineu A. Tuim; PONCE, Rosiane de Fatima; ALMEIDA, Sandro Henrique V. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. **Psicologia da Educação.**, São Paulo, 29, pp. 27-55, 2009.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. S. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. In Obras escogidas. Madrid: Visor Distribuciones. (Trabalho original publicado em 1931), 1995.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **A formação social da mente** (5a ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VIGOTSKI, Lev Semiónovich; LURIA, Aleksander Romanovich; LEONTIEV, Alex. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de: Maria da Pena Villalobos. 11a edição – Ícone, São Paulo, SP, 2010.

WICKLUND, Robert. A.; GOLLWITZER, Peter. M. The fallacy of the private-public self-focus distinction. *Journal of Personality*, 55(3), 491-523, 1987.

XAVIER, Alessandra Silva; NUNES, Ana Ignez Belém Lima. **Psicologia do desenvolvimento**. 3ª Edição - Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais. Fortaleza, CE, 2013.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, Mary Eming. **Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças**. (org.). Ttradução Magda Lopes: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo, SP, 2010.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 46, p. 75-87, maio/ago. Salvador. BA, 2016.

ZANON, Cristian; TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira. **Adaptação do Questionário de Ruminação e Reflexão (QRR) para estudantes universitários brasileiros**, 10(1), 75–82, 2006.

ZHANG, Yi Leaf. Using Bronfenbrenner’s Ecological Approach to Understand Academic Advising with International Community College Students. **Journal of International**

**Students.** ISSN: 2162-3104 Print/ ISSN: 2166-3750 Online Volume 8, Issue 4, pp. 1764–1782, 2018. doi: 10.5281/zenodo.1468084. Disponível em: <http://jistudents.org/>

ZÚQUETE, José Gonzalo P. E. Silveira; SOUZA, Ednilza R.; DESLANDES, Suely F. Concepções sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um estudo com representantes institucionais no Brasil e Portugal. **Cad. Saúde Pública**, 32(10):e00075415, out. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00075415>

## APÊNDICE A

### ROTEIRO ENTREVISTA FENOMENOLÓGICA: Impactos da Violência Sexual Sobre a Autoconsciência e Autorrepresentações do Self ao Longo da Vida

Nº	ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
<b>01</b>	<b>DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• NOME</li> <li>• IDADE</li> <li>• SEXO</li> <li>• ORIENTAÇÃO SEXUAL</li> <li>• ESTADO CIVIL</li> <li>• NÚMERO DE FILHOS (SEXO, FORMAÇÃO DOS MESMOS E SE TRABALHA).</li> <li>• ESCOLARIDADE</li> <li>• RELIGIÃO (você está vinculado/a a alguma instituição religiosa? Com que frequência a frequenta? Como avaliar o seu grau de religiosidade? Qual a importância da religião em sua vida?),</li> </ul>
<b>02</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL</b>
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como você definiria violência sexual?</li> <li>2. Você já sofreu violência sexual em algum momento de sua vida? Em que período?</li> <li>3. Você poderia relatar em que circunstâncias e como se deu a violência sexual da qual foi vítima? (houve penetração, violência física ou ameaças, se deu uma única vez ou se repetiu, havia mais de um agressor?)</li> <li>4. Você poderia descrever o/a agressor/a? (idade, vínculo, histórico).</li> <li>5. Qual teus sentimentos em relação a violência sexual sofrida?</li> <li>6. E quais teus sentimentos em relação ao agressor/a?</li> <li>7. Você relatou pra alguém a violência sexual sofrida?</li> <li>8. Si se sim, recebeu apoio e atendimento adequado?</li> <li>9. Em algum momento você se sentiu culpado ou responsável pela violência sexual sofrida?</li> <li>10. Você acredita que a violência sexual alterou sua vida de alguma forma?</li> <li>11. Se sim, poderia identificar alguns impactos sentidos após a violência sofrida até o momento atual de sua vida?</li> </ol>
<b>03</b>	<b>AUTOCONSCIÊNCIA</b>
	<ol style="list-style-type: none"> <li>12. Você presta atenção em você mesmo no seu cotidiano?</li> <li>13. Com que frequência, presta atenção a si mesmo?</li> <li>14. Em que momentos você costuma prestar atenção a si mesmo?</li> <li>15. De que forma você costuma prestar atenção a si mesmo? Como faz isso?</li> <li>16. Como você se percebe quando está prestando atenção a si mesmo? (atenção no self).</li> <li>17. Quando você está prestando atenção em si mesmo, de que maneira você percebe que o está isso? (processo da autoconsciência).</li> <li>18. Você acha que o fato de ter sofrido violência sexual alterou ao longo da vida a forma como você presta atenção a si mesmo?</li> <li>19. Gostaria que você prestasse atenção a si mesmo neste exato momento e me dissesse como se vê e se sente (self).</li> <li>20. Agora, preste atenção em você mesmo e me diga de que maneira você está prestando atenção a si mesmo. De que maneira você está fazendo isso?</li> </ol>
<b>04</b>	<b>AUTOCONCEITO</b>
	<ol style="list-style-type: none"> <li>21. Quem é você, em sua opinião?</li> </ol>

	<p>22. Como você se ver neste exato momento, considerando a dimensão física?</p> <p>23. Se pudesse, você mudaria algo em sua estrutura física? Se sim, por quê?</p> <p>24. Como você se ver emocionalmente?</p> <p>25. Se pudesse, mudaria algo neste aspecto? Se si, por quê?</p> <p>26. Como você acha que as pessoas lhe veem neste momento?</p> <p>27. Como você gostaria que as pessoas lhe vissem?</p> <p>28. Normalmente quando você se olha no espelho, como se vê?</p> <p>29. Como se sente diante do que vê?</p> <p>30. Você acha que a violência sexual sofrida influenciou em algum momento de sua vida a maneira ou a forma como você ver a si mesmo?</p>
<b>04</b>	<b>AUTOESTIMA</b>
	<p>31. O que você entende por autoestima?</p> <p>32. Partindo deste entendimento, qual valor você atribui a si mesmo neste momento?</p> <p>33. O que você destacaria como características positivas ou fortes que possui?</p> <p>34. E quais as características negativas ou que você acha que precisaria melhorar?</p> <p>35. O que você identifica que as pessoas gostam ou elogiam em você?</p> <p>36. E o que você acha que as pessoas não gostam ou costumam criticar em você?</p> <p>37. O valor que as pessoas lhe atribuem é compatível com o valor que costuma atribuir a si mesmo?</p> <p>38. Em que aspectos ou pontos eles convergem ou divergem?</p> <p>39. Como avalia os sentimentos de seus amigos e familiares para com você?</p> <p>40. Você se sente uma pessoa atraente? Em que aspectos?</p> <p>41. Você acredita que a violência sexual sofrida influenciou em algum momento de sua vida o valor que atribui a si mesmo?</p> <p>42. Se sim, de que maneira?</p>
<b>06</b>	<b>PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO</b>
	<p>43. Você consegue avaliar neste exato momento como seria sua vida caso não tivesse sofrido violência sexual?</p> <p>44. Poderia pensar sobre quais estratégia criou ao longo da vida para superar as suas consequências?</p> <p>45. Neste exato momento, como você gostaria que fosse a sua vida?</p> <p>46. Considerando que você foi vítima da violência sexual, como você acha que será o seu futuro?</p> <p>47. Você acha que a violência sexual sofrida poderá influenciar o seu futuro?</p> <p>48. Para finalizar, você poderia me dizer como se sente neste momento?</p> <p>49. Existe algo mais que ache importante ou deseje registrar sobre nossa conversa?</p>

## APÊNDICE B

### INVENTÁRIO: IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL SOBRE A AUTOCONCIÊNCIA E AUTORREPRESENTAÇÕES DO SELF

Por favor, responda as questões abaixo marcando um X nas alternativas correspondentes.

<b>01</b>	<b>Qual sua idade?</b>

<b>02</b>	<b>Qual seu sexo?</b>		
Masculino	<input type="checkbox"/>	Feminino	<input type="checkbox"/>

<b>03</b>	<b>Qual sua orientação Sexual?</b>
<p>Heterossexual (<i>peessoa que sente desejo e/ou atração sexual/afetiva pelo sexo oposto</i>). <input type="checkbox"/></p> <p>Bissexual (<i>peessoa que sente desejo e /ou atração sexual/afetiva por ambos os sexos</i>). <input type="checkbox"/></p> <p>Homossexual (<i>peessoa que sente desejo e/ou atração sexual/afetiva pelo mesmo sexo</i>). <input type="checkbox"/></p> <p style="text-align: right;">Outra <input type="checkbox"/></p> <p><i>Se outra, qual?</i> _____</p>	

<b>04</b>	<b>Qual sua escolaridade?</b>														
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="padding-right: 20px;">Fundamental I:</td> <td>Completo <input type="checkbox"/></td> <td>Incompleto <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Fundamental II:</td> <td>Completo <input type="checkbox"/></td> <td>Incompleto <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio:</td> <td>Completo <input type="checkbox"/></td> <td>Incompleto <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Graduação:</td> <td>Completo <input type="checkbox"/></td> <td>Incompleto <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Pós-Graduação:</td> <td>Completo <input type="checkbox"/></td> <td>Incompleto <input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	Fundamental I:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>	Fundamental II:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>	Ensino Médio:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>	Graduação:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>	Pós-Graduação:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>
Fundamental I:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>													
Fundamental II:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>													
Ensino Médio:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>													
Graduação:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>													
Pós-Graduação:	Completo <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>													

<b>05</b>	<b>Qual o seu Estado Civil?</b>					
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="padding-right: 40px;">Solteiro(a) <input type="checkbox"/></td> <td style="padding-right: 40px;">Casado(a) <input type="checkbox"/></td> <td>Divorciado(a) <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Viúvo(a) <input type="checkbox"/></td> <td>Outro <input type="checkbox"/></td> <td></td> </tr> </table> <p style="text-align: right;"><i>Se outro, qual?</i> _____</p>	Solteiro(a) <input type="checkbox"/>	Casado(a) <input type="checkbox"/>	Divorciado(a) <input type="checkbox"/>	Viúvo(a) <input type="checkbox"/>	Outro <input type="checkbox"/>	
Solteiro(a) <input type="checkbox"/>	Casado(a) <input type="checkbox"/>	Divorciado(a) <input type="checkbox"/>				
Viúvo(a) <input type="checkbox"/>	Outro <input type="checkbox"/>					

<b>06</b>	<b>Qual sua renda familiar?</b> ( <i>Compreende-se Renda Familiar como à soma dos salários/renda de todos os membros que integram a família, incluindo a sua própria renda</i> ).												
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">Menos de R\$ 954,00 <input type="checkbox"/></td> <td style="width: 50%;">R\$ 954,00 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td style="padding-left: 20px;"><i>(menos de 01 salário mínimo).</i></td> <td style="padding-left: 20px;"><i>(01 salário mínimo) .</i></td> </tr> <tr> <td>De R\$ 954,00 a R\$ 1.908,00 <input type="checkbox"/></td> <td>De R\$ 2.862,00 a R\$ 3.816,00 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td style="padding-left: 20px;"><i>(de 01 a 02 salários mínimos).</i></td> <td style="padding-left: 20px;"><i>(03 a 04 salários mínimos).</i></td> </tr> <tr> <td>De R\$ 4.770,00 a R\$ 8.586,00 <input type="checkbox"/></td> <td>Acima de R\$ 9.540,00 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td style="padding-left: 20px;"><i>(de 05 a 09 salários mínimos).</i></td> <td style="padding-left: 20px;"><i>(10 ou mais salários mínimos).</i></td> </tr> </table> <p><i>Os salários estão descritos em Reais, considerando o valor do salário mínimo estabelecido para o ano de 2018.</i></p>		Menos de R\$ 954,00 <input type="checkbox"/>	R\$ 954,00 <input type="checkbox"/>	<i>(menos de 01 salário mínimo).</i>	<i>(01 salário mínimo) .</i>	De R\$ 954,00 a R\$ 1.908,00 <input type="checkbox"/>	De R\$ 2.862,00 a R\$ 3.816,00 <input type="checkbox"/>	<i>(de 01 a 02 salários mínimos).</i>	<i>(03 a 04 salários mínimos).</i>	De R\$ 4.770,00 a R\$ 8.586,00 <input type="checkbox"/>	Acima de R\$ 9.540,00 <input type="checkbox"/>	<i>(de 05 a 09 salários mínimos).</i>	<i>(10 ou mais salários mínimos).</i>
Menos de R\$ 954,00 <input type="checkbox"/>	R\$ 954,00 <input type="checkbox"/>												
<i>(menos de 01 salário mínimo).</i>	<i>(01 salário mínimo) .</i>												
De R\$ 954,00 a R\$ 1.908,00 <input type="checkbox"/>	De R\$ 2.862,00 a R\$ 3.816,00 <input type="checkbox"/>												
<i>(de 01 a 02 salários mínimos).</i>	<i>(03 a 04 salários mínimos).</i>												
De R\$ 4.770,00 a R\$ 8.586,00 <input type="checkbox"/>	Acima de R\$ 9.540,00 <input type="checkbox"/>												
<i>(de 05 a 09 salários mínimos).</i>	<i>(10 ou mais salários mínimos).</i>												

<b>07</b>	<b>Qual sua renda Pessoal?</b>
-----------	--------------------------------

	<i>Compreende-se Renda Pessoal o valor de seu salário + rendimentos extras, tais como benefícios, pensões, bolsas de estudo, etc.</i>

<b>08</b>	<b>Você tem Religião?</b>	
	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
<i>Se SIM, indique a que igreja ou instituição religiosa você pertence.</i>		

<b>09</b>	<b>Como classifica o seu grau de religiosidade?</b>			
<i>Compreende-se Religiosidade como a qualidade do que é religioso; tendência para os sentimentos religioso, para as coisas sagradas).</i>				
	Muito Intenso <input type="checkbox"/>	Intenso <input type="checkbox"/>	Nem Muito e Nem Pouco Intenso <input type="checkbox"/>	Pouco Intenso <input type="checkbox"/>

**10. O que é violência sexual para você? (se necessário, você pode utilizar o verso da página).**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

...

<b>11</b>	<b>Você já sofreu algum tipo de violência sexual?</b>			
	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	<i>Se SIM, indique em que fase da vida?</i>	
	Infância <input type="checkbox"/>	Adolescência <input type="checkbox"/>	Juventude <input type="checkbox"/>	Vida Adulta <input type="checkbox"/>

<b>12</b>	<b>Marque X na(s) alternativa(s) que melhor descreve(m) a situação de violência sofrida.</b>		
	A pessoa que me violentou sexualmente era meu parente.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	A pessoa que me violentou sexualmente era meu/minha amigo(a).	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Eu não conhecia a pessoa que me violentou sexualmente.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	A pessoa que me violentou sexualmente era amigo(a) da minha família.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	A pessoa que me violentou sexualmente estudava na minha escola.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Na ocasião da violência sexual havia mais de um(a) agressor(a).	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	A violência sexual que sofri ocorreu dentro de minha casa.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Além da violência sexual, também fui agredido(a) fisicamente.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Durante a violência sexual fui ameaçado(a) pelo(a) agressor(a).	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Após a violência sexual, fui ameaçado(a) para não contar nada a ninguém.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	A violência sexual ocorreu uma única vez.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Eu fui violentado(a) sexualmente pela mesma pessoa várias vezes.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Já fui violentado(a) sexualmente por várias pessoas.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Até hoje, sofro violência sexual.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Contei apenas para os meus pais sobre a violência sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Nunca contei para ninguém a agressão sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Recebi atendimento médico após a violência sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Recebi atendimento psicológico após a violência sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Recebi atendimento da assistência social após a violência sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Prestou-se queixa na delegacia da violência sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Eu engravidei por causa da violência sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Ninguém acreditou em mim quando relatei a violência sexual que sofri.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Ainda convivo com quem me violentou sexualmente.	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Quem me agrediu sexualmente nunca foi preso(a).	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>

<b>13</b>	<b>Se você sofreu violência sexual, indique por parte de quem.</b>
-----------	--

<i>(você poderá marcar mais de uma das alternativas, caso tenha havido mais de um agressor/a).</i>				
	Meu Pai.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Minha Mãe.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Meu Padrasto.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Minha Madrasta.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Meu Avô.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Minha Avó.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Meu Tio.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Minha Tia.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Meu Irmão.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Minha Irmã.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Meu Primo.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Minha Prima.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Meu Cunhado.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Minha Cunhada.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	O Amigo de Meus Pais.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Outra pessoa.	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
<b>Se outra pessoa, quem?</b> _____				

14	<b>Se você sofreu violência sexual, por favor, responda ao conjunto de itens a baixo, conforme as instruções a seguir:</b>
<p><b>Instruções:</b> Leia as afirmações abaixo e escolha uma entre as cinco possíveis respostas em função de quanto você está de acordo com as mesmas. Não existem respostas certas ou erradas, mas é importante avaliar quanto elas são verdadeiras em relação a você. Responda com sinceridade, circulando abaixo de cada afirmação, um único número que melhor corresponde a suas lembranças em relação aos fatos descritos. Para cada afirmação, responda segundo a escala seguinte:</p>	

1	2	3	4	5
<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo Parcialmente</b>	<b>Nem Discordo e nem Concordo</b>	<b>Concordo Parcialmente</b>	<b>Concordo Totalmente</b>

01	Eu sempre relembro a violência sexual que sofri.	1	2	3	4	5
02	Lembrar a violência sexual que sofri me provoca profunda tristeza.	1	2	3	4	5
03	Acredito que eu tive uma parcela de culpa pela violência sexual que sofri.	1	2	3	4	5
04	A violência sexual que sofri afetou significativamente minha autoestima.	1	2	3	4	5
05	Até hoje me sinto inseguro(a) no contato com outras pessoas.	1	2	3	4	5
06	Depois da violência sexual que sofri, eu não consigo gostar mais de mim.	1	2	3	4	5
07	As pessoas me consideram culpado(a) pela violência sexual que eu sofri.	1	2	3	4	5
08	Não me considero mais uma pessoa boa ou digna do afeto de alguém.	1	2	3	4	5
09	Após a violência sexual que sofri, passei a me sentir angustiado(a) .	1	2	3	4	5
10	Tenho pesadelos e dificuldades para dormir devido a violência que sofri.	1	2	3	4	5
11	Eu não gosto de lembrar a violência sexual da qual fui vítima.	1	2	3	4	5
12	Depois da violência sexual que sofri me sinto amargurado e triste.	1	2	3	4	5
13	Até hoje eu sinto raiva e ódio de meu/minha agressor(a).	1	2	3	4	5
14	Ainda hoje eu me sinto injustiçado(a) pela violência sexual que sofri.	1	2	3	4	5
15	Eu tenho medo de sofrer violência outra vez.	1	2	3	4	5
16	Sinto-me impotente ao lembrar a violência sexual que sofri.	1	2	3	4	5
17	Não sou interessante a ponto de atrair a atenção ou desejo de alguém.	1	2	3	4	5
18	Por causa da violência sexual que sofri, eu não gosto mais de sexo.	1	2	3	4	5
19	Devido à violência sexual que sofri eu não confio nas pessoas.	1	2	3	4	5
20	Eu já pensei em tirar minha própria vida.	1	2	3	4	5
21	Eu fico incomodado(a) ao assistir ou presenciar cenas eróticas ou de sexo	1	2	3	4	5
22	Não gosto quando me tocam, me abraçam ou me beijam.	1	2	3	4	5

- 23 Eu não acredito mais no amor.
- 24 Depois da violência sexual que sofri, já tentei tirar minha própria vida.
- 25 Eu me sinto desprotegido(a) ao lembrar a violência sexual que sofri.

1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5

**15. A violência sexual que você sofreu impactou sua vida posteriormente? Se sim, relate os impactos percebidos** *(se necessário você pode utilizar o verso desta página).*

---



---



---

...

**16. Atualmente como você se sente em relação ao seu futuro?** *(se necessário você pode utilizar o verso desta página).*

---



---



---

...